

RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º SEMESTRE DE 2022



Centro de Investigação
Económica da Universidade
Lusíada de Angola

Investigadores participantes:
Heitor Carvalho
Agostinho Mateus
Bernardo Vaz

Novembro 2022

Largo Lumeji
N.º 11/13 Luanda
Mutamba (ex-Casa Americana)
www.cinvestec.com

Índice geral resumido**Índice resumido**

RESUMO.....	9
1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	22
1.1 PIB REAL.....	22
1.2 PIB EM MEDIDAS DE VOLUME.....	24
2 INFLAÇÃO.....	42
3 ESFERA EXTERNA.....	48
3.1 BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP).....	48
3.2 POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO.....	59
3.3 SALDOS DA BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	60
3.4 RESERVAS INTERNACIONAIS.....	62
4 POLÍTICAS DO ESTADO.....	63
4.1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	63
4.2 POLÍTICA MONETÁRIA.....	77
4.3 POLÍTICA FISCAL — EXECUÇÃO DO OGE NO 1.º SEMESTRE DE 2022.....	96
5 ANEXOS.....	105
5.1 VAB SECTORIAL QUADROS GERAIS.....	105

Índice detalhado

RESUMO.....	9
PIB NOMINAL.....	9
EMPREGO.....	9
PIB EM MEDIDAS DE VOLUME.....	10
INFLAÇÃO.....	10
BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	11
AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	14
POLÍTICA MONETÁRIA.....	15
POLÍTICA FISCAL — EXECUÇÃO DO OGE NO 1.º SEMESTRE DE 2022.....	17
1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	22
1.1 PIB REAL.....	22
1.1.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS E PIB NOMINAL.....	22
1.1.2 PIB NOMINAL E CONSUMO.....	22
1.1.3 DESEMPREGO.....	22
1.2 PIB EM MEDIDAS DE VOLUME.....	24
1.2.1 VARIAÇÃO DO PIB MV.....	24

1.2.2 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) DOS PRINCIPAIS SECTORES E AGREGADOS DE SECTORES.....	26
1.2.2.1 SECTOR PETROLÍFERO.....	26
1.2.2.2 INDÚSTRIA EXTRACTIVA.....	27
1.2.2.3 TOTAL SEM EXTRACTIVAS E IMPOSTOS LÍQUIDOS À PRODUÇÃO.....	28
1.2.2.4 AGRICULTURA.....	29
1.2.2.5 PESCAS.....	30
1.2.2.6 INDÚSTRIA TRANSFORMADORA.....	32
1.2.2.7 OUTROS SERVIÇOS.....	33
1.2.2.8 CONSTRUÇÃO.....	34
1.2.2.9 SERVIÇOS PÚBLICOS.....	35
1.2.2.10 LOGÍSTICA (TRANSPORTES E ARMAZENAGEM).....	36
1.2.2.11 COMÉRCIO.....	37
1.2.2.12 PRODUÇÃO TOTAL DE BENS E DE SERVIÇOS.....	38
1.2.3 RESTANTE ANÁLISE POR SECTORES.....	39
1.2.3.1 ELECTRICIDADE E ÁGUA.....	39
1.2.3.2 TELECOMUNICAÇÕES.....	39
1.2.3.3 INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E DE SEGUROS.....	40
1.2.3.4 IMOBILIÁRIO.....	40
2 INFLAÇÃO.....	42
3 ESFERA EXTERNA.....	48
3.1 BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP).....	48
3.1.1 BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL.....	48
3.1.1.1 EXPORTAÇÕES.....	49
3.1.1.2 IMPORTAÇÕES.....	55
3.1.2 TRANSFERÊNCIA DE RENDIMENTOS.....	58
3.2 POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO.....	59
3.2.1 ACTIVOS — INVESTIMENTO ANGOLANO NO EXTERIOR.....	59
3.2.2 PASSIVOS — INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA (IDE).....	60
3.3 SALDOS DA BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	60
3.3.1 PERSPECTIVA DOS ACTIVOS MONETÁRIOS.....	60
3.3.2 PERSPECTIVA DAS RESERVAS.....	61
3.4 RESERVAS INTERNACIONAIS.....	62
4 POLÍTICAS DO ESTADO.....	63
4.1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	63
4.1.1 RESUMO.....	63
4.1.2 TRANSFORMAÇÃO DA RIQUEZA EM CAPITAL.....	64
4.1.3 CONCORRÊNCIA.....	67

4.1.4 LIBERDADE DE COMÉRCIO.....	69
4.1.5 CONFIANÇA.....	70
4.1.6 CONHECIMENTO.....	71
4.1.7 TAXA DE NATALIDADE.....	73
4.1.8 O PRIMADO DA LEI.....	74
4.1.9 SEGURANÇA PÚBLICA.....	74
4.1.10 A REFORMA DO ESTADO.....	75
4.1.11 A CORRUPÇÃO.....	75
4.1.12 ASPECTOS DESENVOLVIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS.....	76
4.2 POLÍTICA MONETÁRIA.....	77
4.2.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ.....	77
4.2.1.1 BASE MONETÁRIA.....	77
4.2.1.2 TAXAS DE JURO.....	81
4.2.1.3 OPERAÇÕES DE MERCADO.....	82
4.2.2 EFEITOS DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ.....	83
4.2.2.1 CRÉDITO.....	83
4.2.2.2 AGREGADOS MONETÁRIOS.....	89
4.2.2.3 TAXAS DE CÂMBIO.....	91
4.2.2.4 TAXA DE CÂMBIO REAL FACE AO USD.....	93
4.2.2.5 RESERVAS INTERNACIONAIS.....	94
4.2.3 CONCLUSÕES.....	95
4.3 POLÍTICA FISCAL — EXECUÇÃO DO OGE NO 1.º SEMESTRE DE 2022.....	96
4.3.1 RECEITA POR NATUREZA.....	96
4.3.2 DESPESA POR NATUREZA.....	97
4.3.3 DESPESA POR FUNÇÃO.....	99
4.3.4 OPERAÇÕES DE DÍVIDA.....	102
4.3.5 SALDOS ORÇAMENTAIS E DESPESA OCULTA.....	103
5 ANEXOS.....	105
5.1 VAB SECTORIAL QUADROS GERAIS.....	105

Índice de tabelas e Gráficos

YTabela/Gráfico 1 — Indicadores de emprego urbano.....	
Tabela/Gráfico 2 — Indicadores de emprego rural.....	23
Tabela/Gráfico 3 — Emprego formal e informal em milhares de pessoas.....	24
Tabela/Gráfico 4 — Evolução do PIB em medidas encadeadas de volume 2019–2022.....	25
Tabela/Gráfico 5 — Evolução do VAB petrolífero.....	26
Tabela/Gráfico 6 — Evolução do VAB da actividade extractiva.....	27
Tabela/Gráfico 7 — Índices do VAB da indústria extractiva e das exportações em USD 2015.....	27
Tabela/Gráfico 8 — Evolução do VAB total sem indústrias extractivas.....	28

Tabela/Gráfico 9 — Evolução do VAB das actividades agrícolas.....	29
Tabela/Gráfico 10 — Evolução do VAB das actividades pesqueiras.....	30
Tabela/Gráfico 11 — Exportação de pescado.....	31
Tabela/Gráfico 12 — Evolução do VAB da actividade da indústria transformadora.....	32
Tabela/Gráfico 13 — Evolução do VAB do sector de Outros Serviços.....	33
Tabela/Gráfico 14 — Evolução do VAB do sector da construção.....	34
Tabela/Gráfico 15 — Evolução do VAB dos serviços públicos.....	35
Tabela/Gráfico 16 — Evolução do VAB dos serviços logística.....	36
Tabela/Gráfico 17 — Evolução do VAB do comércio.....	37
Tabela/Gráfico 18 — Evolução do VAB da produção total de bens.....	38
Tabela/Gráfico 19 — Evolução do VAB da produção de Serviços.....	38
Tabela/Gráfico 20 — Evolução do VAB do sector eléctrico e das águas.....	39
Tabela/Gráfico 21 — Evolução do VAB dos serviços de telecomunicações.....	39
Tabela/Gráfico 22 — Evolução do VAB da intermediação financeira e de seguros.....	40
Tabela/Gráfico 23 — Evolução do VAB dos serviços imobiliários.....	40
Tabela/Gráfico 24 — Preços em Setembro de 2022, supondo um crescimento igual ao índice acumulado de inflação em Luanda e sua comparação com preços nas proximidades do Nova Vida	43
Tabela/Gráfico 25 — Variação trimestral da inflação do INE.....	44
Tabela/Gráfico 26 — Variação trimestral da inflação do CINVESTEC.....	44
Tabela/Gráfico 27 — Comparação dos índices de inflação do INE e do CINVESTEC.....	45
Tabela/Gráfico 28 — Comparação das variações trimestrais da inflação, cambial e do M2.....	45
Tabela/Gráfico 29 — Balança corrente e de capital.....	48
Tabela/Gráfico 30 — Balança de bens e serviços excluindo o sector petrolífero.....	48
Tabela/Gráfico 31 — Exportações por categoria de produto.....	49
Tabela/Gráfico 32 — Estrutura das exportações por categoria de produto.....	49
Tabela/Gráfico 33 — Evolução das exportações petrolíferas por produto.....	50
Tabela/Gráfico 34 — Exportações de petróleo bruto em valor e quantidade.....	50
Tabela/Gráfico 35 — Evolução da produção de petróleo em milhares de barris/dia.....	51
Tabela/Gráfico 36 — Comparação da produção de petróleo e previsões.....	51
Tabela/Gráfico 37 — Variação das exportações do sector petrolífero excepto petróleo bruto.....	52
Tabela/Gráfico 38 — Variação das exportações não-petrolíferas (dados agregados).....	53
Tabela/Gráfico 39 — Evolução do preço e da quantidade (milhões de quilates) de exportação de diamantes.....	53
Tabela/Gráfico 40 — Exportações de outros bens e serviços.....	54
Tabela/Gráfico 41 — Estrutura das exportações.....	55
Tabela/Gráfico 42 — Importações de produtos e serviços, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações em 2019.....	55
Tabela/Gráfico 43 — Estrutura das importações, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações, 2019.....	56
Tabela/Gráfico 44 — Estrutura das importações de bens por categorias de produto.....	56
Tabela/Gráfico 45 — Estrutura da importação de serviços (milhões de USD).....	57
Tabela/Gráfico 46 — Transferências de rendimentos (milhões de dólares).....	58
Tabela/Gráfico 47 — Expatriação da rentabilidade dos capitais (milhões de dólares).....	58
Tabela/Gráfico 48 — Posição líquida do investimento internacional (milhões de dólares).....	59

Tabela/Gráfico 49 — Evolução da posição líquida do investimento estrangeiro em Angola (milhões de dólares).....	60
Tabela/Gráfico 50 — Perspectiva dos activos monetários como saldo da BP.....	60
Tabela/Gráfico 51 — Perspectiva das reservas como saldo da BP (milhões de dólares).....	61
Tabela/Gráfico 52 — Evolução das Reservas Internacionais.....	62
Tabela/Gráfico 53 — Valor das transacções da BODIVA (mil milhões de Kwanzas).....	66
Tabela/Gráfico 54 — Taxa de actividade.....	72
Tabela/Gráfico 55 — Evolução da base monetária em moeda nacional (mil milhões de Kwanzas).....	77
Tabela/Gráfico 56 — Evolução dos coeficientes de reservas obrigatórias.....	77
Tabela/Gráfico 57 — Índice de crescimento da BM em MN (2017 = 100).....	78
Tabela/Gráfico 58 — Índice de crescimento das reservas livres em MN (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em MN.....	78
Tabela/Gráfico 59 — Índice de crescimento da BM em ME (USD; 2017 = 100).....	79
Tabela/Gráfico 60 — Índice de crescimento das reservas livres em ME (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em ME.....	79
Tabela/Gráfico 61 — Percentagem das reservas em MN sobre o M2 em MN (em Kz).....	80
Tabela/Gráfico 62 — Percentagem das reservas em ME sobre o M2 em ME (em USD).....	80
Tabela/Gráfico 63 — Taxas BNA.....	81
Tabela/Gráfico 64 — Evolução das taxas Luibor.....	82
Tabela/Gráfico 65 — Operações de mercado.....	82
Tabela/Gráfico 66 — Evolução das taxas médias de juro da banca para empréstimos às empresas.....	83
Tabela/Gráfico 67 — Evolução das taxas de juro activas às empresas a mais de um ano (real e nominal com a inflação do INE).....	83
Tabela/Gráfico 68 — Evolução das taxas de juro activas às empresas a mais de um ano (real e nominal com a inflação do CINVESTEC).....	84
Tabela/Gráfico 69 — Peso do Estado nos activos das outras sociedades de depósitos.....	85
Tabela/Gráfico 70 — Rácios dos empréstimos bancários.....	85
Tabela/Gráfico 71 — Concessão real do crédito com a inflação do CINVESTEC (mil milhões de Kwanzas).....	86
Tabela/Gráfico 72 — Concessão real do crédito com a inflação do INE (mil milhões de Kwanzas).....	87
Tabela/Gráfico 73 — Crédito por ramo de actividade (em milhões de Kz).....	88
Tabela/Gráfico 74 — Evolução dos agregados em moeda nacional.....	89
Tabela/Gráfico 75 — Índice de crescimento dos agregados em MN (2017 = 100).....	90
Tabela/Gráfico 76 — Índice de crescimento dos agregados em ME em USD (2017 = 100).....	90
Tabela/Gráfico 77 — Crescimento nominal acumulado dos agregados em MN (Kz; escala principal) e em ME (USD; escala principal) e nível de dolarização (Kz; escala secundária).....	91
Tabela/Gráfico 78 — Evolução das taxas de câmbio.....	91
Tabela/Gráfico 79 — Índices das taxas de câmbio nos mercados oficial e informal.....	92
Tabela/Gráfico 80 — Índice da taxa de câmbio real face ao USD.....	93
Tabela/Gráfico 81 — Evolução das Reservas Internacionais.....	94
Tabela/Gráfico 82 — Execução da Receita não financeira por Natureza.....	96
Tabela/Gráfico 83 — Execução da Despesa não financeira por Natureza.....	97
Tabela/Gráfico 84 — Execução da Despesa por Função.....	99



RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º SEMESTRE DE 2022

Tabela/Gráfico 85 — <i>Stock</i> e crescimento da dívida em Kwanzas.....	102
Tabela/Gráfico 86 — <i>Stock</i> e crescimento da dívida facial.....	102
Tabela/Gráfico 87 — <i>Stock</i> e crescimento da dívida em moeda externa e em anos de exportações	103
Tabela/Gráfico 88 — Execução 1.º Semestre de 2022 — Saldos.....	103
Tabela/Gráfico 89 — Valor do PIB em Volume (sem ajustamento sazonal).....	105
Tabela/Gráfico 90 — Variação do PIB em Volume (sem ajustamento sazonal).....	105
Tabela/Gráfico 91 — Peso do PIB em Volume (sem ajustamento sazonal)	106

Nota introdutória

Este relatório visa apresentar a evolução dos principais agregados económicos nacionais, analisando os dados mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Banco Nacional de Angola (BNA), pelo Ministério das Finanças (MinFin) e outros, cuja recolha encerrou no dia 30 de Junho de 2022.

O 1.º Semestre de 2022 é a data base do relatório, determinada pela publicação do PIB pelo INE; a análise refere-se sempre aos dados mais recentes, publicados até à data de corte quer estes correspondam a datas anteriores ou posteriores à data de base.

De notar que os dados publicados pelos diversos organismos começam por ser preliminares, sofrendo, normalmente, alterações substanciais, pelo menos até ao final do 2.º Trimestre, após a sua primeira publicação. A análise dos dados preliminares poderá, portanto, estar sujeita a alterações significativas.

Todas as linhas de tendência são polinomiais de grau 3.

O relatório, incluindo o Resumo e anexos, mas sem gráficos e espaçamento entre parágrafos, contém 72 páginas, correspondentes a cerca de 2:30 horas de leitura.

RESUMO**PIB NOMINAL**

Continuamos sem dados credíveis sobre o PIB nominal que nos permitam calcular a Procura Interna de Produtos Internos (a parte da produção interna “consumida” internamente), pelo que não podemos fazer a análise do valor do crescimento efectivo do PIB deflacionado nem do consumo.

EMPREGO

Assiste-se, em 2022, a uma melhoria ligeira da situação do emprego, findas as restrições da pandemia e beneficiando da transferência dos rendimentos petrolíferos para a economia não-petrolífera.

Contudo, a situação do emprego nas cidades permanece extremamente grave, pelo menos desde 2019:

- as condições de emprego são muito precárias, forçando quase todos os adultos a trabalhar (quase 90%);
- uma parte significativa não o consegue fazer (cerca de 40%);
- dos felizardos que conseguem algum tipo de remuneração, 65% são “biscateiros”!

No campo, quase toda a população se dedica à produção agrícola tradicional.

- a taxa de actividade é ainda superior à das cidades, 95%;
- mesmo com maior facilidade em encontrar um trabalho informal, fazendo uma lavra, 14% não conseguem qualquer tipo de remuneração;
- de todos os que conseguem trabalhar, 95% são informais!

Sem comércio, o campo perdeu o incentivo para produzir excedentes comerciais, quase eliminando as reservas em posse da população, que fica extremamente vulnerável às crises climatéricas e pragas, favorecendo o aparecimento de episódios dramáticos de fome.

Globalmente, observa-se um aumento de 1.450 mil empregos relativamente a 2019, com uma perda de 172 mil empregos formais e um aumento de 1,6 milhões de “empregos” informais.

Nos últimos 12 meses, o emprego formal aumentou 190 mil postos de trabalho, o que é muito pouco para uma fase de recuperação pós-pandemia; no mesmo período, o emprego informal aumentou em quase 470 mil postos de trabalho.¹

Este aumento da informalidade irá provavelmente prolongar-se até ao fim da próxima legislatura. Com um aumento das pessoas com mais de 15 anos na ordem dos 4 milhões, entre 2022 e 2027, de acordo com a estimativa do INE, e mantendo-se uma taxa total de actividade próxima de 90%, teremos uma necessidade de mais 3,6 milhões de postos de trabalho na legislatura, o que contrasta como os 2,36 milhões de empregos formais existentes no final de Junho do corrente.

Na ausência de empregos e rendimentos, a população viu-se obrigada “desenrascar-se” para sobreviver, criando empregos precários, mal remunerados e sem quaisquer garantias. Por isso mesmo, todos os elementos da família se viram obrigados a procurar emprego (taxa de actividade próxima de 90%), resultando no abandono escolar precoce e na entrega das crianças ao cuidado dos irmãos mais velhos, desestruturando as famílias, a educação familiar e a aprendizagem nas escolas, perpetuando gerações de pessoas pouco conhecedoras, pouco produtivas e vivendo em condições de elevada miséria.

Se não formos capazes de inverter a taxa de criação de empregos formais, reduzindo assim a taxa de actividade, iremos manter esta situação social calamitosa.

¹ Os dados do 3.º Trimestre, que foram recentemente publicados, não alteram esta análise qualitativa. Foram criados no 3.º Trimestre apenas 89 mil postos de trabalho, dos quais 29 mil formais e 60 mil informais. A maior novidade foi a redução da taxa de actividade de 89,7% para 89,4%, o que reduziu a taxa de desemprego total de 30,2% para 30%. Analisaremos estes dados no próximo relatório.

PIB EM MEDIDAS DE VOLUME

A linha de variação face ao PIB homólogo de 2017 é pouco credível, parecendo que os sistemas alertam para valores extremos e que alguém “forçou” a moderação dos valores de crescimento anual, esquecendo-se de que estes incidiam sobre uma base muito mais baixa, em 2020, ditando uma queda efectiva da produção, sem qualquer explicação, nos 2.º e 3.º Trimestres de 2021 e no 2.º Trimestre de 2022! Não há qualquer justificação para, em 2021, o produto ter “encolhido” para -12% e -10% em relação aos 2.º e 3.º Trimestres de 2017, respectivamente, para, de seguida, ter melhorado para -1,2% no 4.º Trimestre e 0% no 1.º Trimestre de 2022 e ter novamente caído para -8,7% no 2.º trimestre de 2022. Esta trajectória é completamente inverosímil!

Torna-se contudo aparente que a produção ainda não voltou aos níveis de 2017.

As contradições e incongruências no cálculo do PIB são constantes e repetitivas: o comércio cresce com o confinamento, os serviços públicos variam constantemente como se o número de funcionários públicos estivesse sempre a subir e descer significativamente, os serviços bancários descem porque, segundo o INE, os resultados bancários diminuem, exactamente quando os bancos reportam um enorme crescimento dos seus lucros, a agricultura cresce quando há fome nos campos e os preços nos mercados sobem, etc.

A trajectória do VAB petrolífero face a 2017 descreve uma curva descendente que se acentua com a pandemia, atingindo um mínimo de -32%, no 3.º Trimestre de 2021, recuperando para -27,5%, no 4.º Trimestre de 2021, caindo ligeiramente para -29,% e -28%, nos 1.º e 2.º Trimestres de 2022.

A comparação do VAB das indústrias extractivas (essencialmente diamantes) com o VAB homólogo de 2017 é muito irregular, sobretudo a partir de 2021. A linha de tendência é, contudo, regular, descendo de 4% para -5%, em 2019, e subindo muito suavemente para -1%, no 2.º Trimestre de 2022.

A variação da soma de todos os restantes VAB sectoriais face a 2017 é também muito irregular. A linha de tendência é mais estável, podendo indiciar que haja transferência de dados entre trimestres. Inicia-se próximo de 2,5%, descendo até o final de 2019 (-2,5%), voltando a subir para próximo de 0% no final de 2021 e caindo de novo ligeiramente (cerca de -2%) no 2.º Trimestre de 2022. Estes números mostram uma estagnação da produção de bens finais face a 2017. Contudo, os dados sobre a queda dos rendimentos reais e o crescimento da pobreza contrastam fortemente com a ideia de estagnação. O aumento da pobreza é sinónimo de uma deterioração dos rendimentos muito superior ao crescimento da população. Se o crescimento estagnou, então acentuou-se fortemente a desigualdade na distribuição da riqueza.

INFLAÇÃO

O Índice de Preços no Consumidor em Angola, publicado pelo INE, apresenta um comportamento sinusoidal crescente até ao final do 3.º Trimestre de 2021, com o poder de compra a cair 27% em 2021, apresentando uma média trimestral de 6,2% que, em 2022, desce para 3,6%, até ao 3.º Trimestre. A inflação média trimestral, desde 2018 até ao 3.º Trimestre de 2022, foi de 4,8%, com um mínimo de 2,4%, no 3.º Trimestre de 2022, e um máximo de 6,5%, no 3.º Trimestre de 2021.

De acordo com os dados corrigidos pelo CINVESTEC, em 2021, o poder de compra caiu 20,6%. Nesse mesmo período, a inflação média trimestral foi de 4,8%, caindo, em 2022, para 0,0%. Desde o 1.º Trimestre de 2018, a inflação média trimestral foi de 6,5%, sendo a mínima de 0%, verificada nos 2.º e 3.º Trimestres de 2022, e a máxima de 52,6%, no 4.º Trimestre de 2019.

Em termos acumulados, os índices do INE e do CINVESTEC, relativamente ao 4.º Trimestre de 2017, mostram uma subida geral de preços de 145% e 205%, respectivamente. Foi um período de forte deterioração dos rendimentos baseados no trabalho, que estiveram muito longe de acompanhar o ritmo de crescimento da inflação, com o salário mínimo a crescer cerca de 100%.

O combate sustentável à inflação só pode ser travado através do ambiente de negócios e de um foco total do Governo, do BNA e da Sociedade no aparecimento de novos negócios, não no aumento do consumo.

Relativamente à inflação, nada de muito substancial se alterou:

- Não parece advir qualquer perigo da componente monetária; antes pelo contrário, se o M2 se expandir por via do crédito à produção, deve haver um efeito positivo líquido, com a oferta a aumentar mais do que a procura, reduzindo-se o actual desequilíbrio.
- Para além da componente do crédito, deve aumentar-se a concorrência através da melhoria geral do ambiente de negócios.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

Verificamos uma importante melhoria geral da conta-corrente, com a conta de bens a tornar-se muito positiva, quase duplicando relativamente a 2021, crescendo 80% relativamente a 2019, embora a conta de serviços se agrave relativamente a 2021 (63%) e 2019 (25%).

A conta de Transferências agrava-se 67% e 15%, relativamente a 2021 e 2019, respectivamente.

O saldo da balança externa não-petrolífera é permanentemente negativo, piorando relativamente a 2021 (51%) e a 2019 (24%). A cobertura das importações pelas exportações não-petrolíferas decresce de cerca de 12%, em 2019 e 2021, para cerca de 11%, em 2022 (-0,44 p.p. relativamente a 2019).

As exportações totais cresceram 78%, de 14,8 mil milhões para 26,4 mil milhões de USD relativamente a 2021; relativamente a 2019, crescem 45%.

As exportações petrolíferas crescem 80% e 46%, relativamente a 2021 e 2019, respectivamente.

As exportações de diamantes crescem 60%, relativamente a 2021, e 68%, relativamente a 2019, com crescimentos simultâneos das quantidades e preços.

As restantes exportações caem 4%, face a 2021, com uma subida de 2% na exportação de bens e uma redução de 18% na exportação de serviços. Relativamente a 2019, há um forte decréscimo de 380 para 150 milhões de USD (-61%), com um crescimento de 69% nos bens e um decréscimo de quase 88% nos serviços.

Desde 2016, a produção petrolífera cai sucessivamente. A partir de 2018, o ritmo médio anual de variação é de -9%, equivalente a 127 mil barris/dia, agravando-se, em 2021, para -153 mil barris/dia (-12%)!

Porém, desde o 2.º Trimestre de 2021, a produção cresceu ligeiramente, passando de uma média de 1.124, no ano de 2021, para 1.164 mil barris/dia, entre Janeiro e Agosto de 2022 (+3,5%). As exportações reportadas pelo MinFin mostram uma ligeira queda no semestre de 1.161 para 1.158 mil barris/dia (-0,3%). Porém, a Balança de Pagamentos regista dados mais modestos, mas um crescimento mais robusto, passando de 1.086 para 1.116 (+2,7%). Seja qual for a fonte, os dados revelam uma estagnação em alta da produção e das exportações, o que é muito positivo face à queda anterior.

A actual estabilidade da produção permite uma ligeira ultrapassagem da produção prevista entre 2027 e 2029. Porém, os dados continuam a mostrar que a produção deixa de ser significativa no final da próxima legislatura (500 mil barris/dia em 2028).

Desde 2019 até 2022 (Agosto), a produção efectiva reportada pela OPEP situou-se 4%, 11%, 18% e 9% abaixo da previsão apresentada, em 2018, pelo BNA.

O gás é o nosso 2.º produto de exportação em valor, apresentando, em 2022, uma recuperação das quantidades relativamente a 2021 (+14%), sem contudo se ter atingido o valor de 2019 (-14%). Os preços crescem brutalmente, 142% e 310%, relativamente a 2021 e 2019, respectivamente. Esta variação dos preços e quantidades permitiu passar de um patamar de 800 para cerca de 2.900 milhões de USD de exportações de gás em valor, entre os 1.ºs Semestres de 2019 e 2022.

Os diamantes consolidam-se como a nossa terceira exportação; em valor, sobem de 604 para 1.014 milhões de USD entre 2019 e 2021 (68%). Os preços passam de um valor médio de 147 USD para 239 USD por quilate, entre 2019 e 2022 (+63%). As exportações em quantidades crescem de 4.117 mil de quilates, em 2019, para 4.240 mil, em 2022 (+ 3%), mas apresentam uma queda significativa em 2021.

Os refinados representam o nosso 4.º produto de exportação. Em quantidades, há um crescimento de 69%, face a 2021, e de 18%, face a 2019. Os preços sobem 55% e 72%, face a 2021 e 2019, respectivamente. O valor das exportações atinge 432 milhões de USD, o que representa um crescimento de 162%, face a 2021 (69% em quantidade e 55% em preço), e de 103%, relativamente a 2019 (18% em quantidade e 72% em preço).

As exportações de bens e serviços, com excepção dos sectores petrolífero e diamantífero, caem de 380 para 150 milhões de USD (-61%), face a 2019, com os serviços a descerem de 314 para 37 milhões de USD (-88%) e os bens a subirem de 67 para 113 milhões (+69%). Relativamente a 2021, observa-se uma queda de 156 para 150 milhões (-4%), com os bens a subirem muito ligeiramente, de 111 para 113 milhões (+2%) e os serviços a caírem de 45 para 37 milhões (-18%). Os serviços de viagens são os principais responsáveis por esta queda, já que representaram 276,5 milhões, no 1.º Semestre de 2019, e uns irrisórios 9,7 milhões de USD, no 1.º Semestre de 2022, perdendo o lugar de 2.ª exportação não-petrolífera, para se situarem no fundo da tabela das exportações.

O sector do pescado cai de 26 para 21 milhões (-18%) entre 2019 e 2022, descendo ainda mais relativamente a 2021 (-37%)

Segue-se o sector madeireiro, que desce ligeiramente (-1,4%) em relação a 2019. Face a 2021, regista-se uma pequena subida de 6,8%, ou seja, as exportações do sector são estáveis entre os 20 e os 22 milhões de USD.

As exportações de cimentos caem de 12 para 7 milhões, entre 2021 e 2022 (-37%), mas são muito mais elevadas do que no 1.º Trimestre de 2019 (1 milhão). Na verdade, as exportações de cimento só aparecem, com alguma regularidade, em 2021.

Seguem-se as bebidas, que sobem de 9 para 11 milhões (21%) entre 2019 e 2022 (crescendo apenas, 6%, relativamente a 2021), mas mostrando grande estabilidade entre 5 e 6 milhões por trimestre.

Mármore e granitos começam a ter algum peso a partir do 2.º Trimestre de 2019, apresentando um valor médio de 3 milhões nos últimos 3 trimestres desse ano, subindo para 5 milhões, em 2021, e alcançando agora 8 milhões e 13 milhões, nos 1.º e 2.º Trimestres de 2022, respectivamente. Estas exportações passam de 3 milhões, em 2019, para 20 milhões, em 2022 (648%), apresentando-se como o sector com maior dinamismo e constância de crescimento.

As importações de bens e serviços sobem 55% relativamente a 2021 e 25% face a 2019!

A importação de bens de consumo corrente cresce 66%, face a 2021, e 37%, face a 2019, o que significa que voltámos a basear o consumo sobre as importações, ancoradas numa taxa de câmbios muito baixa, resultante dos preços do petróleo e gás.

Os bens de consumo intermédio crescem 20% relativamente a 2021 e 10% relativamente a 2019, o que demonstra que também a produção se tornou mais dependente das importações.

Os bens de investimento crescem 34%, relativamente a 2021, e 20%, face a 2019, o que significa que o investimento deu um salto importante no 2.º Trimestre, invertendo a relação com 2019 de negativa (-4% no 1.º Trimestre) para positiva (+20% no conjunto do 1.º Semestre). De notar ainda, que dos 1.015 milhões de bens de capital importados no 2.º Trimestre, 992 milhões são “máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos”, o que representa um importante crescimento na capacidade produtiva nacional.

A importação de serviços, excluindo os serviços às petrolíferas, sobe 76%, relativamente a 2021, e 34% relativamente a 2019.

Pode observar-se um forte aumento das importações em todos os sectores, especialmente no consumo, com consequências nas reservas internacionais, como veremos.

A balança de rendimentos primários situou-se em -4,3 mil milhões de USD, aumentando o seu saldo negativo em 63%, relativamente ao 1.º Semestre de 2021, e 5%, face ao mesmo período de 2019.

A balança de rendimentos de trabalho melhora 9%, relativamente a 2021, e 12%, relativamente a 2021, sem, contudo, apresentar uma variação significativa em valor (menos de 20 milhões de USD). Continua a não existir qualquer transferência de rendimentos de trabalho proveniente dos nossos emigrantes. Sendo esta uma fonte importante de divisas em muitos países africanos, não se entende este completo divórcio entre a diáspora e o país. Se poderá haver algumas remessas incluídas na balança de rendimentos secundários, elas são insignificantes, exigindo-se uma actuação muito mais dinâmica para atrair estas poupanças.

A balança de juros e lucros, a componente mais importante da balança de transferências, situou-se em -4,1 mil milhões de USD, deteriorando-se relativamente a 2021 (69%) e 2019 (6%). Os juros e lucros transferidos para o exterior sobem 62% relativamente a 2021 e 1% relativamente a 2019. A rentabilidade semestral transferida foi de 5,5%, em 2019, baixando para 3,5%, em 2021, e alcançando 6,2%, em 2022. Somando-lhe 50% das saídas de IDE petrolífero, que convencionámos corresponderem a exportação de resultados em função dos contratos de exploração, passamos de uma rentabilidade total de 9,5% para 10,6%, entre 2019 e 2022, correspondendo, este ano, a cerca de 21% de rentabilidade anual. Em contraste, a rentabilidade repatriada dos investimentos angolanos reduz-se continuamente de 0,7% para 0,2%, entre 2019 e 2022.

A balança de rendimentos secundários ganhou expressão em 2021, atingindo -565 milhões de USD no 1.º Semestre de 2022. O nível de transferências do exterior (15 milhões de USD), quando comparado com o das transferências para o exterior (579 milhões) e a evolução destas duas rubricas demonstra que o país continua muito pouco atractivo, não parecendo aconselhável um alívio imediato da liberdade de circulação de capitais.

O investimento angolano no exterior, excluindo reservas, passa de 31,7 para 37,7 mil milhões de USD, aumentando 5,9 mil milhões, quase exclusivamente em resultado do aumento do crédito comercial (4,5 mil milhões) e de um aumento dos depósitos no exterior de 1,5 mil milhões. A variação nos depósitos é resultante de um fluxo de 759 milhões e de ajustes de 741 milhões, resultantes da transferência de 722 milhões de depósitos do Governo das reservas para depósitos, e de uma pequena valorização.

O crédito comercial representa agora o maior investimento angolano no exterior, passando de um peso de 27%, no início de 2021, para 48%, em Junho de 2022, correspondendo a 69% das exportações do 1.º Semestre, ou seja, estamos a conceder crédito médio a 125 dias, representando, apesar do crescimento em valor, uma melhoria relativamente aos 147 dias de 2021!

O investimento estrangeiro em Angola desce 4%, de 71,7 para 68,8 mil milhões de USD (-3 mil milhões de USD), devido essencialmente a uma redução de 3,2 mil milhões de USD no Investimento Directo petrolífero (-24%), o que demonstra que os investimentos neste sector não estão ainda a acontecer, mantendo-se um expatriamento muito significativo resultante dos contratos de exploração. O saldo do IDE situa-se agora em 9,8 mil milhões de USD. Se continuarmos a este ritmo, o IDE entra em terreno negativo no final de 2023!

De notar que o IDE não-petrolífero foi de apenas 17,4 milhões durante o 1.º Semestre, o que representa a menor atracção de investimento de toda a série (desde 2012), incluindo o ano do auge da pandemia (2020). Torna-se pois urgente alterar significativamente o ambiente de negócios para captar poupanças quer externas quer internas.

Comparando com 2016, é notável a progressão do IDE (-67%), de 29,2 para 9,8 mil milhões, e dos empréstimos (+10%), de 47,9 para 52,6 mil milhões. Os DES do FMI sobem de 0,4 para 1,3 mil milhões graças ao apoio de mil milhões de USD em meados do ano passado. A moeda e depósitos reduz-se de 2,3 para 0,7 mil milhões.

Durante o ano de 2019 assiste-se a um crescimento das Reservas Internacionais Brutas (RIB) quer em valor quer em cobertura das importações; em 2020, assistimos ao processo inverso, em valor,

estabilizando-se à volta dos 15 mil milhões de USD. Com a redução das importações, a cobertura aumenta até aos 14 meses, no 2.º Trimestre de 2020, estabilizando à volta de 12 meses, a partir do 3.º Trimestre de 2020. Porém, desde o início de 2021, as reservas têm caído sucessivamente. Mais concretamente, a cobertura das importações cai para 5,7 meses, o que representa menos de metade dos 12 meses que prevaleceram entre o 1.º Trimestre de 2020 e o 1.º Trimestre de 2021!

Na verdade, entre o 2.º Trimestre de 2021 e o 2.º Trimestre de 2022, as RIB caem cerca de mil milhões (cerca de 300 milhões se descontarmos a transferência dos depósitos do Governo na nova contabilização das RI), de 15,1 para 14,1 mil milhões, apesar de termos recebido cerca de mil milhões em Direitos Especiais de Saque do FMI. Excluindo essa ajuda internacional, as nossas reservas ter-se-iam reduzido em 1,3 mil milhões de USD no espaço de um ano, exactamente quando deviam estar a crescer devido ao grande aumento dos fluxos de divisas para o país! No final de Outubro, as RIB descem para 13,4 mil milhões de USD!

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Consideramos serem estes os principais factores que poderão influenciar positivamente o ambiente de negócios:

— **Transformar a riqueza em capital:** titulando terrenos e casas; criando um sistema de mercado financeiro simples com base em acções e obrigações; e formalizando os negócios informais.

— **Aumentar o número de negócios:** substituindo o licenciamento por regras simples com efectivo controlo do seu cumprimento; eliminando as assimetrias no conhecimento das regras entre os negócios e o Estado, tornando claro o que pode ser objecto de inspecção para cada código de actividade; instituindo uma efectiva entidade única de inspecção económica do Estado relativamente ao sector privado; e tornando os ministros sectoriais exclusivamente responsáveis pelo número e volume de negócios do seu sector, sem quaisquer outras atribuições.

— **Liberdade efectiva de comércio:** através da promoção da actividade dos camionistas e comerciantes fora de Luanda, eliminando todos os controlos da actividade por outras entidades que não a entidade única de inspecção; reconstrução e manutenção dos eixos rodoviários principais e ligações de todas as capitais de Província a estes eixos; e protecção da produção nacional através de uma efectiva estabilidade cambial e de uma pauta aduaneira regressiva, em substituição do DP 23/19.

— **Aumento dos níveis de confiança:** forçando o efectivo cumprimento dos contratos através de uma justiça rápida que compense o lesado e penalize o incumpridor, em substituição da prática de repartição dos prejuízos; de uma justiça isenta, aplicada sem outro critério que não a lei; o fim da discricionariedade da interpretação das normas; mostrando intolerância total para com a governação por impulsos, mantendo uma estratégia clara durante décadas, não aprovando estratégias e normas que ponham em causa investimentos realizados sem o necessário prazo de adaptação e a justa compensação de quem confiou no Estado; em especial não ressuscitar normas adormecidas, que, sem prazo nem apelo, são exigidas de repente, lançando o pânico nas empresas.

— **Aumento dos níveis de conhecimento:** retendo os alunos nos diferentes níveis; avaliando os conhecimentos em provas nacionais, corrigidas fora da escola do aluno; divulgando os resultados e criando incentivos para as melhores escolas e professores; definindo o prazo e os objectivos anuais para se atingirem os níveis de qualidade africanos; tornando o ensino mais técnico, orientado para a utilização e domínio dos instrumentos e introduzindo um grau técnico-superior intermédio; e, ao contrário do que se tem vindo a fazer, promovendo a efectiva liberdade curricular no ensino superior.

— **Adaptação da taxa de natalidade aos níveis de produção:** através de uma política de população, gerida por especialistas, que promova o equilíbrio entre o crescimento populacional e da produção; exigindo, pelo menos, o cumprimento dos deveres de paternidade por ambos os progenitores, através de uma prestação extraordinária coerciva para o INSS dos que não cumprirem voluntariamente com os deveres de alimentação, cuidados de saúde e educação das crianças.

— **Defesa do primado da Lei:** impedindo toda a exigência do cumprimento de normas inexistentes pelos agentes do Estado ou privados; eliminando a ideia de que as autoridades de qualquer tipo possam exigir o cumprimento de “instruções superiores” e perseguindo efectivamente todos os agentes de autoridade que exijam dos cidadãos e empresas algo que não esteja consignado na lei ou que, por alguma outra forma, usem o nome do Estado para não cumprir a lei.

— **Promoção da segurança pública:** através da transformação do actual corpo militarizado num corpo civil, defensor dos negócios e da segurança dos cidadãos, que elimine a necessidade de gastos adicionais com seguranças privados e dê tranquilidade aos cidadãos nas suas deslocações e nas suas residências, para que a produtividade cresça; separando efectivamente a função social e económica de protecção dos cidadãos e dos negócios das restantes funções hoje desempenhadas pelos corpos de polícia, nomeadamente as funções de controlo, que devem passar para a entidade única de fiscalização, e as funções de defesa do Estado (anti-motim, guarda de fronteiras, serviços de informação, etc.).

— **Efectiva reforma económica do Estado:** definindo as funções prioritárias, os serviços públicos que devem garantir e os recursos que lhes serão destinados; e com que impostos sobre os cidadãos e empresas vão estes recursos ser pagos.

— **Combate à corrupção:**

- aumentando a transparência, eliminando os ajustes directos, agravados pela opacidade da informação sobre o negócio; a falta de informação detalhada sobre as rubricas de investimento financeiro na Conta Geral do Estado e o incompreensível valor dos erros e omissões na conta externa.
- Combate à pequena corrupção, alterando as práticas das chefias e criando sanções disciplinares duras para os prevaricadores e, especialmente, para as chefias que não cumpram as suas obrigações de controlo.

Para além destes aspectos, devem ser tidos em conta a estabilidade cambial, o crescimento do crédito à produção e o controlo da inflação, que apresentaremos de seguida.

POLÍTICA MONETÁRIA

As taxas de juro activas da banca apresentaram alguma estabilidade, mas com uma tendência de alta no 2.º Trimestre de 2022.

A taxa a mais de um ano, a mais importante para o investimento estrutural, mantém-se desde o 1.º Trimestre de 2019, no intervalo entre 15% e 16%, com algumas excepções. No 2.º Trimestre de 2022, atinge 18,7%, para logo subir para 19,1%, em Agosto.

O crédito, em termos nominais, mantém-se caro, com taxas pouco abaixo dos 20% para o prazo intermédio, a aproximar-se dos 20%, para o crédito de maturidade mais longa, e a subir para 22%, no prazo mais curto.

Em termos reais trimestrais (dividindo a taxa anual por 4 e subtraindo-lhe a inflação trimestral), a taxa a mais de um ano entra em terreno negativo no 3.º Trimestre de 2019, apresentando grande estabilidade, em torno de -2%, mas sobe fortemente a partir do 2.º Trimestre, alcançando +2,3% em Agosto.

Corrigindo a inflação acumulada para cerca de 0% em 2022, a taxa de juros real aproxima-se agora dos +5%, e com uma tendência de crescimento acelerada devido à rápida redução da inflação homóloga. Claro que isto depende muito de um cálculo correcto da inflação, o que está longe de ser consensual.

Os negócios reclamam das elevadas taxas de juro, mas os bancos tinham, pelo menos até ao 1.º Trimestre deste ano, razão em não querer emprestar. Apesar de tudo, os negócios pareciam estar em melhor posição no que diz respeito ao custo dos empréstimos. Se é certo que pagariam taxas nominais elevadas, também é verdade que, até então, os seus preços de venda, em média, tinham aumentado mais rapidamente (pelo menos na visão do INE). Porém, as taxas de juros negativas, que

deveriam ser atractivas para os negócios, não o foram. Na verdade, podem mesmo ter aumentado a incerteza porque o empresário não sabia até que ponto os seus preços iriam acompanhar a inflação, limitando, desta forma, a procura de crédito.

Emprestar dinheiro à economia com taxas negativas é, para a banca, uma actividade ruínoza: quanto mais emprestam, mais deterioram o seu capital. Com taxas de crédito malparado à volta de 20%, o negócio é duplamente ruínozo. Por isso a banca procurou margens positivas noutros negócios, nomeadamente na dívida estatal, nos *spreads* cambiais e nas comissões e outras despesas de serviços bancários, e começa agora a encarar o crédito como negócio.

As Obrigações do Tesouro, com um risco baixo, taxas de juro próximas dos 24% e um mercado secundário activo, tornaram o crédito à actividade uma operação completamente irracional para a banca. Só um péssimo gestor se dedicaria ao negócio duplamente ruínozo de emprestar à economia com taxas negativas e índices de crédito malparado elevadíssimos quando tem disponível um negócio de baixo risco, elevada rentabilidade e liquidez. Apesar disso, a subida das taxas de terreno negativo (-2%) para positivo (+5%) é um incentivo à oferta de crédito. Contudo, corremos o risco de as elevadas taxas de juro nominais se converterem em elevadíssimas taxas de juro reais, que reduzam a procura. Um cálculo desajustado da inflação poderá ser, mais uma vez, um factor de desajuste das políticas monetárias face à realidade.

O peso do Estado é sempre muito significativo, chegando atingir 60% no 4.º Trimestre de 2020, descendo depois gradualmente para 46%, até ao 2.º Trimestre de 2022, e estabilizando nesse patamar pelo menos até Agosto. O Estado absorve cerca de 50% dos recursos de crédito da economia!

Contudo, o rácio de empréstimos sobre os depósitos, que rondava os 60% antes da pandemia, cai para o patamar de 50% durante a pandemia e sobe continuamente até se situar novamente em 61%, no 2.º Trimestre de 2022, mostrando que há algum dinamismo no crédito nos últimos meses, o que é confirmado pelos números de Agosto (65%). O rácio dos empréstimos sobre o total do passivo bancário desce continuamente com um salto um pouco mais brusco no início da pandemia, situando-se no patamar de 26% até ao 2.º Trimestre de 2021, subindo depois para 29%, no 4.º Trimestre de 2021, e 33%, no 2.º Trimestre de 2022. Os rácios voltaram para próximo dos patamares de 2018, mas continuam muito baixos, confirmando que existe liquidez suficiente no sistema.

O crédito real à produção, usando a inflação do INE, atingiu 453 mil milhões em 2019 (tinha sido de 386 em 2018), foi negativo em 2020, no montante de -259 mil milhões, é completamente anémico em 2021 (82 mil milhões) e volta a ser negativo até Agosto de 2022 (-39 mil milhões). Durante 19 trimestres, do 1.º Trimestre de 2018 até ao 3.º Trimestre de 2022, observa-se que o total de crédito real à produção totalizou apenas 619 mil milhões de Kwanzas, dos quais 939 mil milhões até ao 1.º Trimestre de 2020, tendo o crédito real efectivo decrescido 317 mil milhões com a pandemia (do 2.º Trimestre de 2020 ao 3.º Trimestre de 2022).

Em 2021, o M2 em moeda nacional, que é o principal determinante da componente monetária da inflação, apresenta tendência ligeiramente decrescente até ao 3.º Trimestre, subindo vigorosamente a partir do 4.º Trimestre e até final de Agosto de 2022, comprovando que a origem da inflação em Angola não apresenta qualquer correlação positiva com a oferta monetária.

No 2.º Trimestre de 2022, o M2 em moeda externa, que apresenta uma tendência de constante redução, atingiu o ponto mais baixo da série (índice 79), confirmado em Agosto, em que o índice atinge 71 pontos. Estranhamente, é no período de maior fluxo de divisas para o país que há o decréscimo mais significativo de divisas em poder de todos os agentes económicos: não financeiros (M2), financeiros (base monetária em ME) e mesmo do BNA (reservas internacionais brutas).

Usando a taxa média de câmbio, o USD perde, em 2021, 15,4% no mercado oficial e 11,3% no mercado paralelo; do 3.º Trimestre de 2021 até ao 3.º Trimestre de 2022, o USD perdeu 27,7% no mercado oficial e 32,9% no paralelo; desde o início de 2021 até ao 3.º Trimestre de 2022, o USD

perdeu -21,9% no mercado oficial e -32,4% no mercado paralelo! Contudo, a partir de Outubro, as taxas de câmbio voltam a disparar, atingindo mais de 500 Kwanzas, em meados de Novembro.

A competitividade esteve comprometida pela redução das taxas de câmbio baseada nos preços do petróleo, perdendo-se a ligação macroeconómica fundamental com a relação das taxas de inflação. Os índices da taxa de câmbio real efectiva saltaram de 60% para 100% (mesma competitividade face a 2017), se considerarmos a inflação corrigida pelo CINVESTEC, e de 40% para 80%, se considerarmos a inflação do INE. É preciso que fique bem claro que as empresas nacionais estiveram (e ainda estão) a sofrer uma concorrência absolutamente desleal dos produtores externos. A sua perda de competitividade não se deve a qualquer diferencial de produtividade para o exterior, mas apenas ao facto do petróleo está a condicionar as taxas de câmbio: estamos novamente a usar o petróleo para subsidiar as importações!

O BNA não pode escudar-se no mercado. O mercado onde são fixados os preços do crude (e do gás e diamantes) não é o mercado nacional que o BNA devia ter a missão de proteger! Infelizmente, a missão do BNA está mal definida para um contexto de grande volatilidade e dependência dos mercados externos. O BNA devia ter como missão a estabilização a longo prazo dos preços e dos câmbios, protegendo o mercado nacional através de instrumentos de mercado!

Em Outubro, a taxa de câmbios corrigiu, não tanto por acção do BNA mas do mercado, onde, como assinalámos, se pode verificar a redução dos *stocks* de divisas. É necessário fazer subir a taxa de câmbios e estudar, com um mínimo de rigor, o nível que a nossa produtividade pode sustentar; é depois necessário continuar a actuar sobre o mercado de forma que a taxa de câmbio se estabilize no valor correspondente à esterilização do efeito da conjuntura internacional: subida dos preços do petróleo, subida do USD e subida dos preços da generalidade dos produtos devido à ruptura das cadeias de abastecimento!

Um nível de taxa de câmbio real igual ao de 2017 é muito prejudicial à nossa competitividade. Cremos que a taxa de câmbio nominal deveria ser sustentada o mais próximo possível dos 550 Kz/USD. Infelizmente, não tendo aproveitado o tempo de bonança e tendo deixado o mercado flutuar livremente, o BNA ficou com menos armas para conseguir intervir num mercado cambial em alta, e corremos o risco de a taxa de câmbio subir novamente para perto dos 600 Kz/USD. Felizmente, o petróleo mantém-se alto!

POLÍTICA FISCAL — EXECUÇÃO DO OGE NO 1.º SEMESTRE DE 2022

Os Rendimentos do Petróleo crescem, em termos reais, 1.359 mil milhões de Kwanzas (55%) ,em relação ao 1.º Semestre de 2021, e apresentam uma execução na ordem de 62%. Nessa rubrica, os impostos e taxas petrolíferas apresentam uma execução de aproximadamente 65%, crescem cerca de 81% e representam sensivelmente 35% da receita petrolífera executada. Os Direitos da Concessionária apresentam uma execução de 61%, crescendo cerca de 45% e representando aproximadamente 65% da receita petrolífera.

No 1.º Semestre de 2022, a rubrica Impostos Não-Petrolíferos cresce 54%, em termos reais. Porém, apresentando uma execução de 53%, parece mais um problema de concentração da receita no 2.º Semestre de 2021 do que um aumento efectivo em 2022. A confirmar no 3.º Trimestre.

Comparativamente com o 1.º Semestre de 2021, a despesa não financeira cresce, em termos reais, 872 mil milhões de Kwanzas (20%), apresentando uma execução de cerca de 43%. A Despesa não financeira absorve 222% em 2021 e no OGE, descendo para 209%, na execução de 2022, e demonstrando uma elevadíssima dependência relativamente ao petróleo, ainda que decrescente.

A despesa com a **remuneração dos empregados** atinge apenas cerca de 38% da sua execução, decrescendo, em termos reais, 17%, o que representou uma perda real de -142 mil milhões de Kwanzas na renda das famílias, se considerarmos a inflação do INE. O aumento de salários da função pública, em Junho, não tem grande efeito na execução semestral; veremos as suas consequências apenas nos relatórios posteriores.

Os **juros** decrescem, em termos reais, -54 mil milhões de Kwanzas com relação ao 1.º Semestre de 2021 (-5,2%), ficando a sua execução em cerca de 32%. O peso dos juros desce de 24% na execução de 2021 e 25% no OGE, para 19% na execução de 2022, o que resulta sobretudo do efeito cambial (os mesmos juros em moeda externa correspondem a menos Kwanzas quando a taxa de câmbio desce).

Se usarmos apenas a informação sobre os juros externos e as taxas de câmbio do final dos dois semestres, o valor em USD passaria de 563 milhões (com a taxa de câmbio a 646, em Junho de 2021) para 899 milhões (com a taxa de câmbio de 428,209, em Junho de 2022), o que representaria, em USD, um crescimento de quase 60%.

Estamos convictos de que os juros não devam ultrapassar mais de 10% da receita não-petrolífera. Para que este equilíbrio se possa alcançar, assumindo que as taxas de juros sobre a dívida se mantêm, teremos de reduzir o volume da dívida para cerca de metade!

A despesa com Bens foi executada em cerca de 63%, crescendo 54% com relação ao 1.º Semestre de 2021, passando de um peso de 8% em 2021 e de 7% no OGE, para 10% em 2022. Já a despesa com Serviços aumentou 102% relativamente ao valor inflacionado de 2021 e foi executada em cerca de 48%, passando de um peso de 7% em 2021 e de 11% no OGE para 12% em 2022.

Um dos graves problemas da nossa despesa é a insuficiência de meios para garantir o funcionamento dos investimentos que fazemos. O aumento da rubrica de bens é bem-vindo; contudo, o montante e o crescimento da rubrica de serviços é desproporcionado, tendo em conta o peso do pessoal e dos investimentos. Fazem-se coisas, temos pessoal, mas o que se faz não é posto a funcionar eficazmente, recorrendo-se excessivamente a serviços de terceiros. Ou se reduz o investimento e o peso dos funcionários na despesa ou se reduz o dos serviços externos. Tal como está, parece pouco coerente. Acresce que os serviços aumentam tradicionalmente nos períodos eleitorais o que é demonstrado pelo crescimento do peso desta rubrica de 7%, na execução de 2021, para 12%, na execução de 2022.

Os Subsídios e Transferências Correntes crescem, em termos reais, 112 mil milhões de Kwanzas, cerca de 31% em relação ao 1.º Semestre de 2021, com uma execução de apenas 23%, passando de um peso de 8% em 2021 e de 17% no OGE para 9% em 2022.

Esta rubrica tem esta diferença enorme entre o OGE e a execução quer em 2021 quer em 2022, porque no OGE contabilizámos aqui todas as transferências de capital, nomeadamente os aumentos de capital ou participações em empresas públicas, por as considerarmos despesa corrente de cobertura de prejuízos e não um investimento financeiro como pretendem ser apresentadas. De qualquer forma, esta despesa nunca é apresentada na execução, nem como despesa corrente nem como despesa financeira.

A despesa de Investimentos apresenta um grau de execução de 80%, crescendo em termos reais 50%, e passando de um peso de 24% em 2021 e de 16% no OGE para 30% em 2022. Insistimos em fazer coisas que não podemos pôr em funcionamento ou sequer manter. Esta postura pode trazer resultados eleitorais, mas representa um enorme desperdício de dinheiro. Se temos um hospital que devia ter 100 médicos e tem 50, para que vamos fazer um novo hospital que precisa de mais 100 médicos, distribuindo os médicos existentes pelos dois? Em vez de um hospital a não funcionar a 50%, ficamos com 2 hospitais a não funcionar a 75%, a não prestarem a assistência devida e a degradarem-se rapidamente.

Temos uma relação de 63% de despesa de funcionamento para 37% de despesa de investimento na despesa primária não financeira, o que é absolutamente insustentável. Por isso os investimentos são maioritariamente uma enorme fogueira de dinheiro que explica a total ineficácia dos gastos do Estado, pelo menos desde o final da guerra. A situação que então enfrentámos, com falta de tudo, criou a ideia de que era necessário investir. Esta ideia foi constantemente apoiada pelos consultores e credores internacionais, de forma nem sempre totalmente honesta, pois era necessário exportar os bens e serviços dos seus países. Temos de perceber que este não é o nosso interesse, que uma relação 90/10 seria muito mais saudável, em cruzeiro, podendo atingir-se um relação de 85/15 ou

mesmo um pouco menor, mas nunca chegar ao completo absurdo de quase 60/40 entre despesa de funcionamento e investimento. É urgente acabar com esta ideia absurda de que as coisas funcionam por si próprias!

Em termos de despesa por função:

- A **Educação** apresenta uma execução muito baixa (33,5%), com um crescimento de aproximadamente 6%, passando de um peso de 9% em 2021 e de 10% no OGE para 8% em 2022. Há uma clara perda de importância relativa da Educação, mas, ainda assim, um crescimento em termos absolutos. Se calcularmos a despesa em Educação em percentagem da Despesa Primária, o peso passa de 14% em 2021 e de 9,9% no OGE para 9,4% em 2022, quando, de acordo com o *site* MacroTrends, a despesa média em educação na África Subsariana foi de 17% em 2018 e de 14,4% em 2020 (no auge de pandemia)
- A **Saúde** apresenta uma execução um pouco melhor (43,8%), com um decréscimo, em termos reais, de -12,8% relativamente a 2021, passando de um peso de 10,5% em 2021 e de 7,4% no OGE para 7,6% em 2022. A saúde perde quer em termos relativos quer absolutos, mas a perda relativa foi premeditada, uma vez que está consignada no OGE. Assim dificilmente se melhora a situação sanitária do país.
- A **Protecção Social** apresenta uma execução de apenas 21,9%, o menor grau de execução na despesa por função, crescendo, em termos reais, 1,9%. O peso dessa rubrica passa de 3,2% em 2021 e de 5,2% no OGE para 2,7% em 2022. Pode falar-se muito nos discursos sobre a urgência do auxílio à situação social dramática das populações ou do programa Kwenda (que é um bom programa), mas, quando se mede o apoio social directo, é o que se vê: 2,7% da despesa para o auxílio aos mais de 40,6% em estado de pobreza monetária são um escândalo! Este país não é para todos!
- A despesa com **Habitação** apresenta uma execução de 54,6%, crescendo, em termos reais, cerca de 112,7%, passando o seu peso sobre a despesa não financeira de 4,1% em 2021 e de 5,6% no OGE para 7,2% em 2022. E que vivam as eleições! No entanto, esta não é habitação social! As centralidades e projectos especiais são destinados a habitação da classe média, cuja resolução não compete à função social do Estado. Reservando quase todo o orçamento de habitação para os “remediados”, o Estado deixa os mais pobres completamente abandonados, vivendo em condições absolutamente inaceitáveis!
- A **Segurança Pública** devia ser exclusivamente uma função social de protecção dos cidadãos, atribuída à PN e separada das funções de protecção dos órgãos do Estado, que devem manter-se junto com a Defesa. Esta despesa apresenta uma execução de 73,2% e cresce 33,2% em relação a 2021, passando o seu peso de 9,8% em 2021 e de 6,3% no OGE para 10,9% em 2022. Na Segurança como na Defesa, os orçamentos são sempre austeros, mas os gastos efectivos pródigos. Porém, a percepção de segurança entre a população não parece se elevar, sendo urgente aumentar a eficácia desta despesa e integrar as políticas de repressão num conjunto bem articulado de políticas públicas de inclusão social.
- A **cultura, recreação e religião e a despesa ambiental** (que também considerámos um gasto social) decrescem 4,4% em termos reais, apresentando a segunda execução mais baixa (26%), passando de 0,6% em 2021 e de 0,7% no OGE para 0,5% na execução. Além de ser o parente pobre da despesa do Estado, é mal executada!
- A **Despesa Económica** apresenta uma execução de 50,9%, com um decréscimo de -1,9%, saindo, em termos reais, de 707,6 mil milhões de Kwanzas, no 1.º Semestre de 2021, para 694,3 mil milhões, no 1.º Semestre de 2022. O seu peso passa de 16,3% em 2021 e de 11,2% no OGE para 13,4%, na execução de 2022. Há uma redução efectiva do peso, mas um nível de execução ligeiramente superior a 50%.
 - A despesa com **Combustíveis e Energia** foi a que mais impacto teve na despesa económica. A sua execução foi de 97,9%, com um acréscimo, em termos reais, de 1,9%, passando o seu peso de 9,2% em 2021 e de 3,4% no OGE para 7,9% na execução de 2022.

Este aumento da despesa com energia resultou do aumento dos preços dos derivados de petróleo no mercado mundial. Note-se, contudo, que o aumento dos preços dos derivados do petróleo não foi convenientemente antecipado no OGE.

- A despesa com **Transportes** decresce, em termos reais, 46,6%, com uma execução de apenas 24,6% (metade da que deveria ter atingido), passando de um peso de 5,5% em 2021 e de 4,2% no OGE para 2,5% na execução. Esta despesa cai para metade em peso relativo. Se estão aqui as estradas (e não vemos onde mais possam estar) este é um caminho muito perigoso.

- Assim como os Transportes, a despesa com a **Agricultura** apresenta menos de metade (24,3%) da execução prevista no período. Contudo, apresenta um acréscimo, em termos reais, de +128,6%, passando o seu peso de 0,8% em 2021 e de 2,7% no OGE para 1,5% na execução. Embora tenha melhorado relativamente a 2021, ficou a cerca de metade do previsto no OGE.

- Apesar do crescimento da despesa agrícola, é preocupante o decréscimo dos transportes e o grau de execução destas duas rubricas, ambas essenciais para o desenvolvimento rural, já que, mais do que de investimento directo, a agricultura necessita de comércio. O crescimento da produção agrícola e o combate ao êxodo rural fazem-se com a disponibilidade de bens e serviços de que o mundo rural necessita, incentivando os camponeses a produzir mais; e com as mesmas estruturas comerciais que levam os bens para o campo a garantir o escoamento das colheitas.

- A **Defesa** apresenta o maior grau de execução da despesa por função, no 1.º Semestre de 2022 (77,7%), crescendo 35,1% e passando de 431,5 mil milhões de Kwanzas inflacionados, no 1.º Semestre de 2021, para 583 mil milhões de Kwanzas, em 2022. O seu peso passa de 10,0% em 2021 e de 6,1%, no OGE para 11,2% em 2022. Há uma grande fatia de despesa social na Defesa, com a manutenção de unidades de deficientes, a caixa social das Forças Armadas e outras despesas de apoio aos antigos militares. É necessário que essa despesa seja contabilizada na despesa social e, simultaneamente, que a despesa com a Segurança do Estado passe para a Defesa e Segurança. Para já, estamos a postular que se anulem. O peso da Defesa, expurgada da parte social, não deve ultrapassar os 4%, sendo actualmente quase três vezes superior ao que seria aconselhável para um país em paz e com os problemas sociais que enfrentamos. Também aqui os orçamentos são sempre mais restritivos do que a despesa efectiva. Cumprindo-se o OGE (6%) estaríamos no bom caminho.

- A despesa com a **burocracia de Estado**, apesar de apresentar uma execução de apenas 37,1% no 1.º Semestre de 2022, cresce em termos relativos 85,5%, passando o peso de 12,7% em 2021 e 22,4% no OGE, para 19,6% na execução. Mesmo tendo em conta o efeito das eleições, que devia estar discriminado, não podemos viver com uma burocracia de estado que consome 20% da nossa despesa. Apesar de alguma melhoria ainda falta um longo caminho para reduzir a burocracia de Estado.

O peso da despesa do Estado consigo próprio (juros, defesa e burocracia) atingiu 47%, em 2021, aumentando para 50%, em 2022. Um Estado que gasta consigo próprio o mesmo que com os seus cidadãos e empresas necessita urgentemente de uma reforma profunda!

Gastamos em educação (8%), saúde (8%) e apoio social (2,7%), totalizando 18,4%, contra um peso do Estado de 50%. Estas percentagens devem ser invertidas!

Além disso, a despesa com a habitação tem de deixar de ser destinada à classe média e transformar-se numa verdadeira despesa social de apoio aos mais desfavorecidos.

Entende-se que um orçamento é uma estimativa; no entanto, a sua implementação deve ser rigorosa, não se podendo distorcer a distribuição relativa da despesa na fase de execução, como parece estar a acontecer uma vez mais. Os orçamentos da Educação e Saúde, que totalizam 18% no OGE, apenas

representarem 16% na execução, enquanto a burocracia e a defesa, que totalizam 29% no OGE, representaram 31% da execução!

O OGE é uma lei, e ninguém nem nenhuma instituição está acima da lei. É isto que significa o primado da lei e um Estado de Direito. É preciso que se melhore rapidamente a execução orçamental!

A dívida externa e indexada a moeda externa atinge 51,9 mil milhões de USD, no 2.º Trimestre de 2021. Para pagar esta dívida, necessitamos de fluxos de moeda externa. Mesmo com o nível actual de exportações, teríamos de destinar um ano inteiro de exportações totais ao pagamento da dívida; ou 22 anos de exportações não-petrolíferas. É pois urgente reduzi-la, pelo menos para metade, enquanto as exportações petrolíferas se mantêm elevadas.

O saldo orçamental no 1.º Semestre de 2022 é positivo, no valor de 1.095 mil milhões.

Os saldos orçamentais desde 2018 totalizam 1,9 biliões de Kwanzas, e o crescimento da dívida, 2,6 biliões, perfazendo mais de 4,5 biliões de Kwanzas cujo destino é desconhecido. Ora, se houve saldos fiscais positivos, para que foi então necessário contrair dívida nova em montante superior à amortização? O que aconteceu a estes mais de 4,5 biliões?

Todos sabemos que há dois tipos de despesa corrente que não aparecem na execução: uma porque está no OGE, mas nunca na execução — a despesa de cobertura de prejuízos das empresas do Estado; outra são os subsídios aos combustíveis. Esta é a despesa oculta que tornou o saldo fiscal efectivo quase sempre negativo ao longo de todos estes anos e exigiu a constante contratação de nova dívida.

Postulando que não haja transferência de saldos entre os vários anos, a despesa oculta no 1.º Semestre de 2022 totalizou 813 mil milhões de Kwanzas, e o saldo fiscal efectivo foi de +281 mil milhões de Kwanzas, o valor simétrico do crescimento facial da dívida.

O saldo primário também é positivo, no valor de 2.073 mil milhões de Kwanzas (1,2 biliões, se considerarmos a dívida oculta), representando um aumento de aproximadamente 87% com relação ao 1.º Semestre de 2021.

O saldo fiscal não-petrolífero continua muito negativo (-2.717 mil milhões de Kwanzas), representando, em termos reais, um aumento do défice em cerca de 14%, quando comparado com o 1.º Semestre de 2021. Se acrescentarmos a dívida oculta, este saldo passa para 3,5 biliões de Kwanzas.

É esta a medida da dependência dos gastos do Estado relativamente ao petróleo neste curto período de 6 meses!

1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

1.1 PIB REAL

1.1.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS E PIB NOMINAL

A metodologia para o cálculo do PIB em Medidas Encadeadas de Volume usada pelo INE não permite perceber o rendimento real (em produtos finais) criado pela economia interna ou, dito de outra forma, a capacidade de realizar despesa, medida em produtos finais, criada pela economia interna.

De acordo com o INE, o sector petrolífero em Angola tinha, no 2.º Trimestre de 2021, um peso, em volume, de 33%; admitindo um crescimento nulo da nossa economia em volume e um crescimento real (deflacionado) dos preços petrolíferos de 70%, teríamos crescido, em rendimentos reais, 23% (aproximadamente 70%/3). Portanto, sem qualquer crescimento em quantidades, o PIB real, isto é, o rendimento, despesa, valor económico da produção medido em produtos finais internos, teria crescido 23%. Porém, a medida do PIB do INE reportaria, neste exemplo, um crescimento nulo! Não há conciliação possível entre estas duas medidas.

No fundo, a questão resume-se no seguinte: o que nos interessa é a produção, os rendimentos e a despesa medidos em produtos finais produzidos internamente ou as quantidades produzidas, independentemente do valor das exportações? Parece absurdo tentar medir as exportações sem as converter em produtos finais internos, usando um qualquer método. Pode discutir-se o método, mas não parece aceitável que se considere a produção destinada à exportação sem uma qualquer conversão, sobretudo tratando-se de matérias-primas.

O resultado da aplicação da metodologia pelo INE, por mais recomendado que seja pelo FMI, não é, certamente, o PIB!

1.1.2 PIB NOMINAL E CONSUMO

Continuamos sem dados credíveis sobre o PIB nominal que nos permitam calcular a Procura Interna de Produtos Internos (a parte da produção interna “consumida” internamente), pelo que não podemos fazer a análise do valor do crescimento efectivo do PIB nem do consumo. Esperemos poder retomar esta análise no próximo relatório.

1.1.3 DESEMPREGO

Tabela/Gráfico 1 — Indicadores de emprego urbano

Emprego	2019			2020			2021				2022		4.º Tri	1.º Sem	1.º Sem			
	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	2019	2021	2022	22/21	22/19
Taxa de actividade urbana	84,4%	83,9%	85,6%	86,5%	82,9%	87,8%	88,1%	87,4%	87,9%	89,6%	89,2%	88,1%	87,2%	85,6%	87,9%	87,2%	-0,70	1,60
Taxa de empregabilidade urbana	51,7%	50,3%	49,1%	51,4%	44,7%	48,5%	54,3%	50,6%	50,4%	50,7%	50,8%	51,4%	52,4%	49,1%	50,4%	52,4%	2,00	3,30
Taxa de desemprego urbano	38,7%	40,0%	42,6%	45,3%	46,1%	44,8%	41,7%	42,1%	42,6%	43,4%	43,0%	41,7%	40,0%	42,6%	42,6%	40,0%	-2,60	-2,60
Taxa de emprego informal urbano					63,4%	66,0%	67,5%	65,9%	65,6%	67,1%	65,7%	66,0%	65,4%	63,4%	65,6%	65,4%	-0,20	2,00

Fonte: INE. A taxa de emprego informal urbano refere-se ao 2.º Trimestre de 2020, por serem os primeiros dados disponíveis. Todos os dados foram actualizados tendo em conta a informação mais recentes. A taxa de um trimestre pode aparecer na informação do trimestre, na informação do trimestre seguinte (variação trimestral) e na informação do mesmo trimestre do ano seguinte (variação homóloga). A prioridade foi dada à informação mais recente, quer dizer, por ordem de prioridade, aos dados contidos na variação homóloga do ano seguinte, depois aos da variação trimestral do trimestre seguinte e, por último, aos dados da informação do trimestre. A única excepção foi a preenchida a verde, já que a informação homóloga do 3.º Trimestre de 2021 refere 62,2%, o que não parece coerente.

Desde o 3.º Trimestre de 2020, cerca de 88% dos habitantes das cidades com mais de 15 anos procuraram um emprego, abandonando crianças e velhos à sua sorte, colocando-os sob os cuidados de adolescentes que abandonam a escola precocemente, enraizando a ideia de que o estudo é um luxo. Esta situação atingiu o máximo no 3.º Trimestre de 2021, com uma taxa de actividade de 89,6%, que desce para 87,2% no 2.º Trimestre de 2022!

A taxa de empregabilidade, ou seja, as pessoas com idade de trabalhar que conseguem emprego (formal ou informal), rondou os 50%, com uma melhoria de 50,4% para 52,4% entre os 2.ºs Trimestres de 2021 e 2022.

A taxa de desemprego rondou os 42%, tendo melhorado para 40%, no 2.º Trimestre de 2022.

A taxa de informalidade urbana piorou de 63% para 65%.

A situação do emprego nas cidades é extremamente grave, e as alterações observadas são mínimas durante toda a série:

- as condições de emprego são muito precárias, forçando quase todos os adultos a trabalhar (quase 90%);
- uma parte significativa não o consegue fazer (cerca de 40%);
- dos felizardos que conseguem algum tipo de remuneração, 65% são “biscateiros”!

De qualquer forma, assiste-se, em 2022, a uma melhoria ligeira da situação do emprego, findas as restrições da pandemia e beneficiando da transferência dos rendimentos petrolíferos para a economia não-petrolífera.

Tabela/Gráfico 2 — Indicadores de emprego rural

Emprego	2019			2020				2021				2022		4.º Tri 2019	1.º Sem 2021	1.º Sem 2022	22/21	22/19
	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.					
Taxa de actividade rural	92,1%	91,9%	92,6%	93,3%	96,2%	94,3%	94,1%	94,1%	93,7%	95,0%	94,5%	93,8%	94,0%	92,6%	93,7%	94,0%	0,30	1,40
Taxa de empregabilidade rural	78,4%	76,7%	76,9%	79,4%	82,2%	76,1%	80,3%	80,4%	78,5%	74,9%	76,7%	80,4%	80,6%	76,9%	78,5%	80,6%	2,10	3,70
Taxa de desemprego rural	14,9%	16,5%	17,0%	12,6%	14,5%	19,2%	15,6%	14,5%	16,2%	21,2%	18,8%	14,3%	14,3%	17,0%	16,2%	14,3%	-1,90	-2,70
Taxa de emprego informal rural					93,5%	92,3%	93,3%	93,6%	93,4%	91,5%	95,6%	95,6%	95,0%	93,5%	93,4%	95,0%	1,60	1,50

Fonte: INE. A taxa de emprego informal urbano refere-se ao 2.º Trimestre de 2020, por serem os primeiros dados disponíveis.

A taxa de actividade no campo ronda os 94%. No mundo rural há ainda menos lugar para as crianças se manterem na escola e para os mais velhos descansarem!

A taxa de empregabilidade, ou seja, as pessoas com idade de trabalhar que conseguem emprego (formal ou informal), rondou os 80%, com uma melhoria de 78,5% para 80,6% entre os 2.ºs Trimestres de 2021 e 2022.

A taxa de desemprego baixa de 17% para 14%, ainda assim espantosamente alta para as características do nosso mundo rural.

A taxa de informalidade rural sobe de cerca de 93,5% para 95%! É um registo difícil de bater!

Em resumo, o desemprego rural tem uma relevância muito relativa porque, aí, quase toda a população activa se dedica à produção agrícola tradicional. Isso mesmo é ilustrado por uma taxa de actividade de 95%, por uma empregabilidade de 80% e por uma prevalência do emprego informal rural de 95%! Apesar de tudo, a taxa de desemprego rural é relativamente elevada (14%).

O problema do mundo rural tradicional é a falta de mercados. O camponês tem e sempre teve capacidade técnica para produzir para o consumo da sua família e para melhorar o seu nível de vida e produtividade; porém, se não há rádios, bicicletas, enlatados, peixe seco, catanas ou *kupapatas* para comprar, ou se tudo é extremamente caro, deixa de haver qualquer incentivo para produzir excedentes comerciais!

As reservas monetárias resultantes da produção comercial desapareceram, o que agrava as consequências das crises agrícolas; uma percentagem cada vez maior da população rural dedica-se à mera produção de subsistência, não tem qualquer reserva e vive quase exclusivamente do que produz para comer.

O drama rural não é, portanto, como nas cidades, o desemprego, mas uma vida completamente vazia e uma extrema fragilidade perante as crises climáticas, que põe em causa a própria sobrevivência física. É por isso que a fome é um facto!

Tabela/Gráfico 3 — Emprego formal e informal em milhares de pessoas

Emprego	2019			2020				2021				2022		4.º Tri	1.º Sem	1.º Sem	22/21	22/19
	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	2019	2021	2022		
População empregada	9,646	9,932	9,925	10,084	10,073	10,113	10,749	10,821	10,715	10,649	10,888	11,219	11,371	9,925	10,715	11,371	0,656	1,446
Emprego formal			2,531		2,019	2,067	2,064	2,141	2,172	2,009	2,100	2,184	2,359	2,531	2,172	2,359	0,187	-0,172
Emprego informal			7,394		8,053	8,046	8,686	8,680	8,544	8,639	8,788	9,035	9,012	7,394	8,544	9,012	0,468	1,618

Fonte: INE e Expansão. Cálculos do CINCESTEC com base nos números e taxas do INE. Os dados do 4.º Trimestre de 2019 são os apresentados no jornal *Expansão* n.º 609, de 29 de Janeiro de 2021.

Relativamente a 2019, observa-se um aumento de 1.450 mil empregos, com uma perda de 172 mil empregos formais e um aumento de 1,6 milhões de “empregos” informais.

Nos últimos 12 meses, o emprego formal aumentou apenas 190 mil postos de trabalho, o que é muito pouco para uma fase pós-pandemia; entretanto, o emprego informal aumentou em quase 470 mil postos de trabalho.

Esta situação irá prolongar-se para a próxima legislatura. Com um aumento das pessoas com mais de 15 anos da ordem dos 4 milhões, entre 2022 e 2027, de acordo com a estimativa do INE, e mantendo-se uma taxa global de actividade de 90%, teremos uma necessidade de mais 3,6 milhões de postos de trabalho na legislatura, o que contrasta como os 2,36 milhões de empregos formais existentes no final de Junho do corrente.

Na ausência de empregos e rendimentos, a população viu-se obrigada “desenrascar” para sobreviver, criando empregos precários, mal remunerados e sem quaisquer garantias. Por isso mesmo, todos os elementos da família se viram obrigados a procurar emprego (taxa de actividade próxima de 90%), resultando no abandono escolar precoce e na entrega das crianças ao cuidado dos irmãos mais velhos, desestruturando as famílias, a educação familiar e a aprendizagem nas escolas e perpetuando gerações de pessoas pouco conhecedoras, pouco produtivas e vivendo em condições de elevada miséria.

Se não formos capazes de inverter a taxa de criação de empregos formais, reduzindo assim a taxa de actividade, iremos manter esta situação social calamitosa. A situação é grave e exige medidas de emergência. A médio prazo é também necessário reduzir a taxa de natalidade para aliviar a pressão sobre as famílias e o emprego informal, situação que trataremos no capítulo do ambiente de negócios.

1.2 PIB EM MEDIDAS DE VOLUME

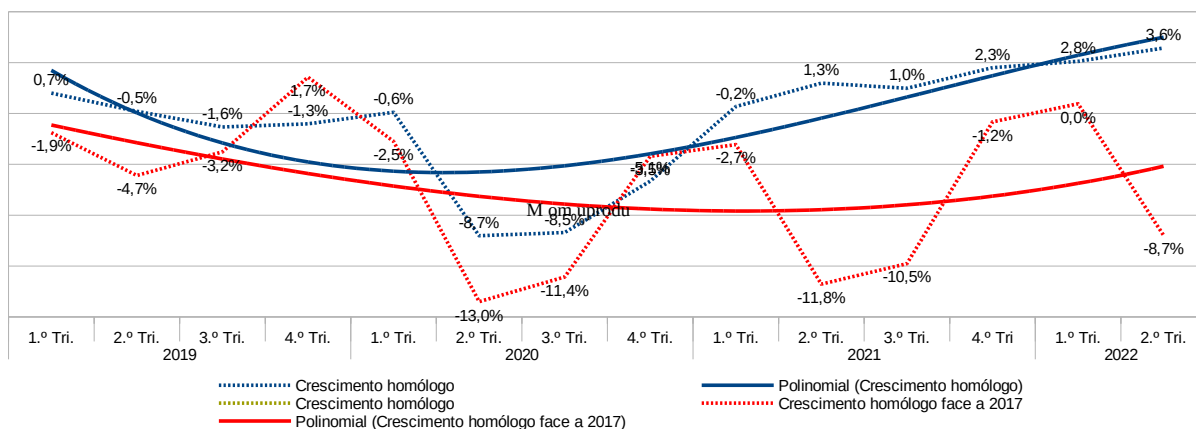
1.2.1 VARIAÇÃO DO PIB MV

Notas sobre a apresentação dos dados: a escala principal, à esquerda, refere-se ao peso do sector. Os valores do crescimento homólogo face ao ano anterior (a azul) e 2017 (vermelho) aparecem junto das respectivas linhas. As variações são apresentadas a tracejado; as linhas de tendência a cheio.

O INE iniciou, há alguns trimestres, uma análise trimestral com ajuste da sazonalidade. Considerando os inúmeros problemas que iremos analisar, não nos pareceu acertado usar os dados ajustados. Partiremos, portanto, das “Medidas de Volume Encadeadas (Não Ajustada[s])”

O INE também apresentou recentemente um cálculo do PIB na óptica da despesa. Parece tratar-se apenas de uma repartição, com critérios pouco claros, do PIB na óptica da produção. O PIB nas diferentes ópticas deve começar por ser medido a preços correntes, apurando-se as discrepâncias estatísticas entre as várias ópticas. Análises estatísticas sem discrepâncias são impossíveis e, na nossa opinião, muito pouco credíveis.

No entanto, iremos analisar estas duas apresentações ao longo dos próximos trimestres para aferir a sua coerência interna e, eventualmente, as incluirmos nas nossas análises.

Tabela/Gráfico 4 — Evolução do PIB em medidas encadeadas de volume 2019–2022


Fonte: INE.

É notável que o PIB em medidas encadeadas, aliás como a inflação, se tenha mantido completamente alheio ao que se passou em Outubro de 2019, aquando da introdução do IVA e da taxa de câmbios flexível. Como todos sabemos, foi um período de enorme perturbação do tecido económico, com os preços a crescerem mais de 50% e os custos de importação a subirem cerca de 30% num único mês e todos os empresários a entrarem em pânico sem saber como posicionar-se perante a incerteza dos preços de reposição dos seus *stocks*.

Também é completamente inverosímil que um país que teve confinamentos brutais do comércio², dos serviços públicos, que nunca estiveram a funcionar a mais de 75%, e de toda a actividade em geral, apenas tenha registado uma quebra no PIB em volume de 8,7%! Seria o mesmo que dizer que, pelo menos, 25% dos empregos são redundantes ou totalmente desnecessários!

A variação face ao ano anterior (a azul) mostra uma linha convexa pouco acentuada, próxima de zero, interrompida pela pandemia, mas retomada logo no 1.º Trimestre de 2021, atingindo terreno positivo no 2.º Trimestre desse ano. Posteriormente a linha reduz a inclinação, mas mantém uma boa tendência de crescimento que atinge 3,6% no 2.º Trimestre de 2022. A linha de tendência descreve um arco convexo com mínimo em cerca de -5% próximo do 2.º Trimestre de 2020, alcançando terreno positivo próximo do 2.º Trimestre de 2021 e terminando num máximo de +4%, mas com uma ligeira sugestão de estar a inverter para a estabilização.

A linha de variação relativamente ao PIB homólogo de 2017 (a vermelho) mostra uma curvatura quase sinusoidal, com quedas significativas nos 2.º e 3.º Trimestres. Esta trajectória demonstra como o crescimento é pouco credível, parecendo que os sistemas alertam para valores extremos e que alguém “forçou” a moderação dos valores de crescimento anual, esquecendo-se de que estes incidiam sobre uma base muito mais baixa, em 2020, ditando uma queda efectiva da produção sem qualquer explicação, nos 2.º e 3.º Trimestres de 2021 e no 2.º Trimestre de 2022! Não há qualquer justificação para, em 2021, o produto ter “encolhido” para -12% e -10% em relação aos 2.º e 3.º Trimestres de 2017, respectivamente, para, de seguida, ter melhorado para -1,2% no 4.º Trimestre, 0% no 1.º Trimestre de 2022 e ter novamente caído para -8,7% no 2.º trimestre de 2022. Esta trajectória é completamente inverosímil!

Torna-se contudo aparente que a produção ainda não voltou aos níveis de 2017.

Como poderá constatar-se na análise por sector, as contradições e incongruências são constantes e repetitivas: o comércio cresce com o confinamento, os serviços públicos variam constantemente como se andássemos constantemente a despedir e recrutar funcionários públicos, os serviços bancários descem quando os bancos reportam resultados elevados, a agricultura sobe quando há fome nos campos e os preços nos mercados sobem, etc.

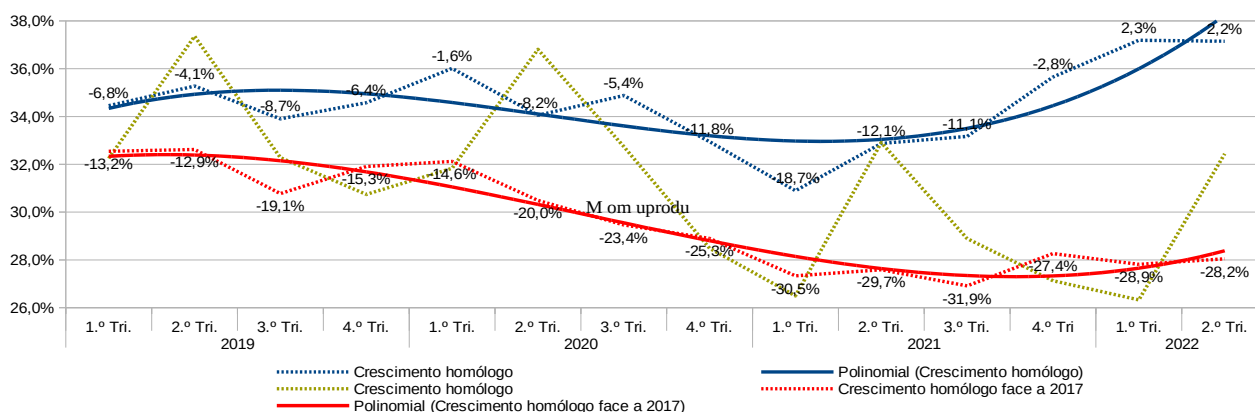
² Desde o encerramento total à abertura durante 3 dias por semana com encerramentos às 16 horas, a cerca sanitária a Luanda, etc.

Trabalhar com dados sem congruência com a realidade origina, necessariamente, decisões mal fundamentadas e conseqüentemente erradas quer da parte dos agentes privados quer do Estado. É fundamental que se analisem as disparidades e se proceda a uma auditoria profunda da forma de recolha e tratamento dos dados, substituindo as informações vindas dos gabinetes de estatística ministeriais por recolhas de dados nos mercados de forma a termos uma noção da verdadeira trajetória do nosso PIB.

1.2.2 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) DOS PRINCIPAIS SECTORES E AGREGADOS DE SECTORES

1.2.2.1 SECTOR PETROLÍFERO

Tabela/Gráfico 5 — Evolução do VAB petrolífero



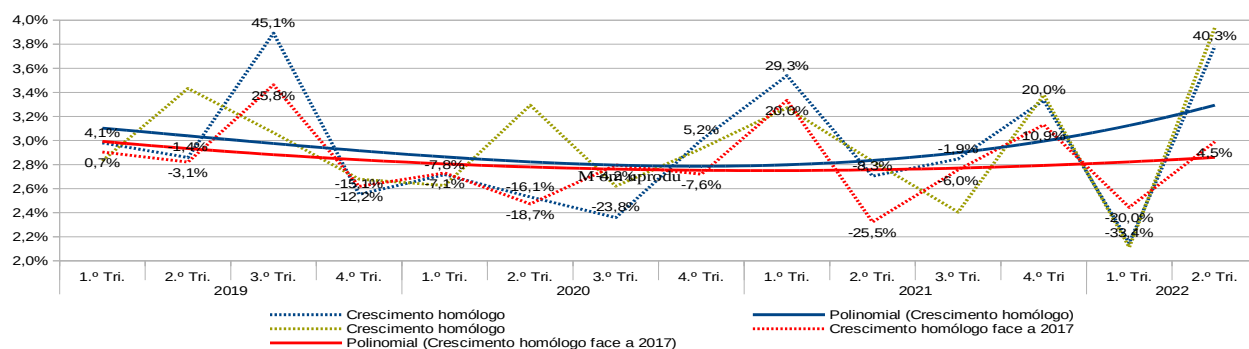
Fonte: INE.

O crescimento do sector (a azul) é permanentemente negativo, entre -4% e -18%, até ao final da fase mais aguda da pandemia; depois cai para -12% e -11% nos 2.º e 3.º Trimestres de 2021, subindo para -2,8% no 4.º Trimestre. Em 2022 alcança terreno positivo com +2,3% e +2,2%, nos 1.º e 2.º Trimestres, respectivamente. A linha de tendência é ligeiramente sinusoidal, com o arco côncavo a descer de -4% para perto de -12%, no 1.º Trimestre de 2021, subindo para cerca de +2,5% no 1.º Trimestre de 2022.

A trajetória do VAB petrolífero face a 2017 (a vermelho) descreve uma curva descendente que se acentua com a pandemia, atingindo um mínimo de -32% no 3.º Trimestre de 2021, recuperando, para -27,5%, no 4.º Trimestre de 2021, caindo ligeiramente para -29,% e -28%, nos 1.º e 2.º Trimestres de 2022.

O peso do sector é constantemente descendente, com picos sazonais nos 2.ºs Trimestres. O peso do sector desce de cerca de 32% para 26% (-5,92 p.p.), entre os 1.ºs Trimestres de 2019 e 2022, e de 37% para 32% (4,92 p.p.), entre os 2.ºs Trimestres de 2019 e 2022, ou seja, em números redondos, o peso do sector em quantidades cai 5 p.p. (-16%), contrastando com uma queda na produção de cerca de 21%, de cerca de 1,6 para 1,1 milhões de barris dia. É pois a redução da produção petrolífera e não a diversificação que explica a perda de peso da economia petrolífera.

Para aprofundar a discussão sobre este sector quase exclusivamente exportador, por favor leia a sub-secção sobre as exportações petrolíferas no capítulo dedicado à Balança de Pagamentos.

1.2.2.2 INDÚSTRIA EXTRACTIVA
Tabela/Gráfico 6 — Evolução do VAB da actividade extractiva


Fonte: INE.

Este sector é composto, maioritariamente, pela produção de diamantes brutos para exportação.

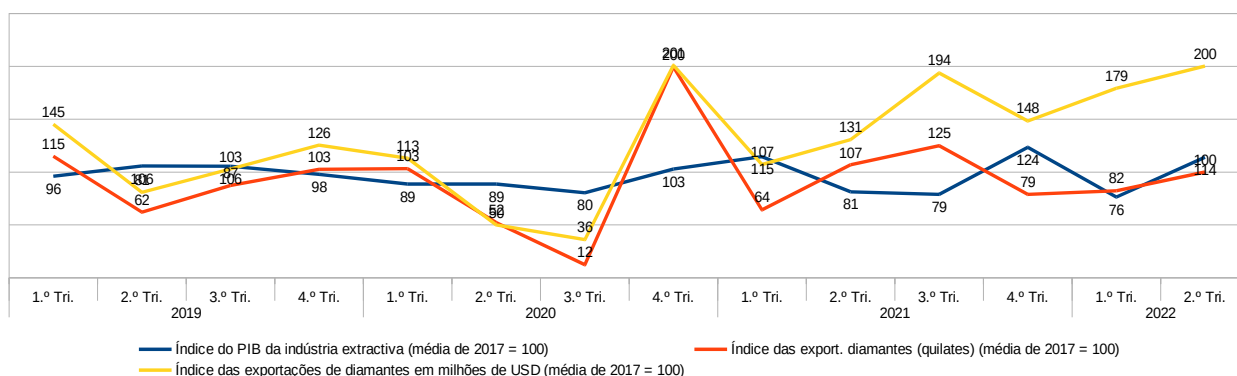
A linha de crescimento é muito irregular devido à fonte dos dados ser a AGT. Como é evidente, as receitas diamantíferas não correspondem à produção, primeiro porque nem sempre a receita fiscal mensal corresponde à produção de um mês, depois porque há um atraso de cerca de um mês entre a produção e a receita fiscal. Por exemplo, devido ao condicionalismo dos preços no mercado internacional, as exportações diamantíferas de 2020 concentraram-se em Dezembro, com a receita fiscal a aparecer em Janeiro de 2021. Daí que o 1.º trimestre de 2021 apresente um crescimento de quase 30% e, em contrapartida, o 1.º Trimestre de 2022 registre uma queda de mais de 33%. É necessário que o INE, no mínimo, explique estas discrepâncias nos seus relatórios.

A linha de tendência do crescimento homólogo apresenta uma trajectória convexa, partindo de 10%, caindo para cerca de -5% próximo do 4.º Trimestre de 2020, crescendo depois, primeiro mais suavemente, até ao 4.º Trimestre de 2021, e mais acentuadamente, em 2022.

A comparação com o VAB homólogo de 2017 é muito irregular sobretudo a partir de 2021. A linha de tendência é, contudo, regular, descendo de 4% no início da série para cerca de -5%, no 4.º Trimestre de 2019, e subindo muito suavemente para -1% no 2.º Trimestre de 2022.

O peso do sector é irrisório, variando entre os 2,1% e os 3,9%, com uma irregularidade notável, o que mostra como a importância dos diamantes corresponde muito mais à sua capacidade de captar divisas do que ao seu peso no conjunto da economia. Também não se compreende porque não são acrescentadas a este sector as produções homogêneas de mármore, granito e outras extractivas. Há aqui, decerto, grandes oportunidades de melhoria.

Nos inquéritos de conjuntura foi opinião dos empresários do sector, no 2.º Trimestre de 2022, que, “o excesso de burocracia e os equipamentos insuficientes foram os principais constrangimentos do sector. Por outro lado, as frequentes avarias mecânicas nos equipamentos e a falta de mão-de-obra especializada contribuíram negativamente no desenvolvimento das [actividades] das empresas do sector em análise.”

Tabela/Gráfico 7 — Índices do VAB da indústria extractiva e das exportações em USD 2015


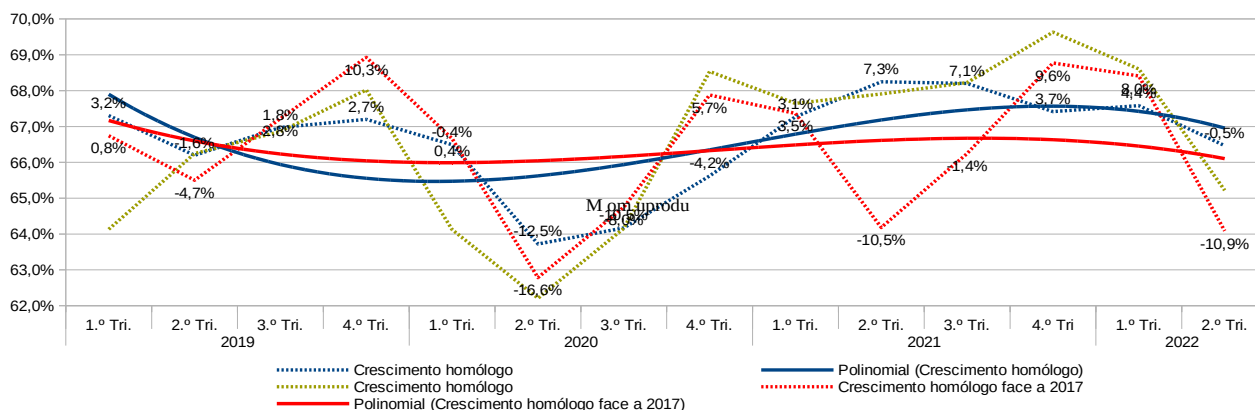
Fontes: INE e BNA.

Para comparar os dados do VAB do INE com as exportações (uma vez que não temos dados consistentes da produção), calculámos a variação, face às respectivas médias de 2017, do VAB do INE e das exportações de diamantes em quilates e das exportações em valor.

É nítido o atraso de um trimestre quando as exportações são irregulares. É também nítida a suavização da curva nos dados do PIB que já tínhamos assinalado. Nota-se também de forma muito clara a importância do aumento de preços no mercado mundial desde o início de 2021. De qualquer forma, nenhuma destas medidas deveria ser usada, mas a produção efectiva. Sendo o sector composto exclusivamente por empresas organizadas, este dado pode ser facilmente obtido.

1.2.2.3 TOTAL SEM EXTRACTIVAS E IMPOSTOS LÍQUIDOS À PRODUÇÃO

Tabela/Gráfico 8 — Evolução do VAB total sem indústrias extractivas



Fonte: INE.

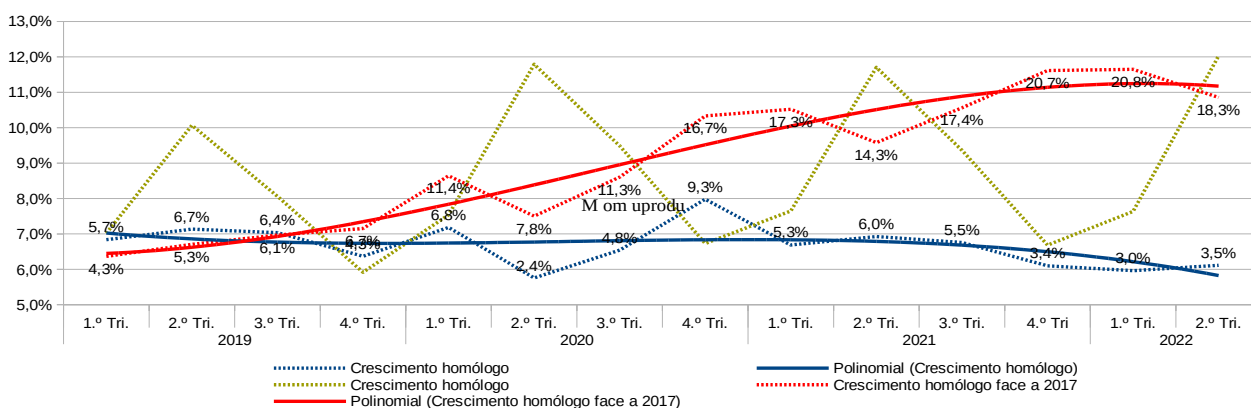
Numa análise aproximada da produção interna de bens finais, excluimos os sectores extractivos (petróleo e indústrias extractivas), que são maioritariamente exportadores de matérias-primas, e os impostos líquidos à produção (impostos, subsídios e SINFIM), que, apesar de não termos dados para os afectar às exportações ou despesa interna, parecem referir-se maioritariamente às exportações, pelo menos no que se refere aos impostos directos à produção.

O crescimento deste agregado situa-se próximo de zero até à pandemia, cai 12,5% no 2.º Trimestre de 2020 para voltar a alcançar valores robustos em 2021 (com um pico de +7,3% no 2.º Trimestre), descendo a partir daí para alcançar -0,5% no 2.º Trimestre. A linha de tendência é agora sinusoidal, partindo de um máximo de cerca de +4% no final de 2021, confirmando a descida para cerca de 0% que se insinuava já no 1.º Trimestre.

A variação face a 2017 é muito irregular. A linha de tendência é mais estável, podendo indiciar que haja transferência de dados entre trimestres. Inicia-se próximo de 2,5%, descendo até o final de 2019 (-2,5%), voltando a subir para próximo de 0% no final de 2021 e caindo de novo ligeiramente (cerca de -2%) no 2.º Trimestre de 2022.

Estes números mostram uma estagnação da produção de bens finais durante toda a série. Contudo, os dados sobre a queda dos rendimentos reais e o crescimento da pobreza contrastam fortemente com esta ideia de estagnação. O aumento da pobreza é sinónimo de uma deterioração dos rendimentos muito superior a 3% ao ano (crescimento da população). Se o crescimento económico estagnou, então acentuou-se fortemente a desigualdade na distribuição da riqueza.

O peso é muito oscilante, mas com uma tendência marcada de subida que parte de 64% para 68% antes da pandemia. Há depois a crise da pandemia onde este agregado perde peso para 62%, retomando o crescimento a partir do 4.º Trimestre de 2020. Segue-se uma estagnação à volta de 68% até ao 1.º Trimestre de 2022 e uma queda abrupta para 65% no 2.º Trimestre deste ano. As quedas de peso nos 2.º Trimestres são, como já explicámos o resultado de um processamento pouco claro dos cálculos.

1.2.2.4 AGRICULTURA
Tabela/Gráfico 9 — Evolução do VAB das actividades agrícolas


Fonte: INE.

O gráfico da agricultura (agricultura, pecuária e silvicultura) mostra um crescimento quase horizontal estável e robusto, à volta de 5% e 6%, descendo para perto de 3,5% nos últimos 3 trimestres. A linha de tendência acompanha esta evolução.

A variação face a 2017 mostra um crescimento constante, que atinge cerca de 20% no 4.º Trimestre de 2021 e 1.º Trimestre de 2022, descendo para 18% no 2.º Trimestre deste ano. A linha de tendência é praticamente uma recta ascendente que atinge 20% no 4.º Trimestre de 2021, estabilizando neste valor nos últimos 3 trimestres.

O peso do sector mostra uma forte sazonalidade, com mínimos próximos dos 6% nos 4.ºs Trimestres e máximos próximos de 12% nos 2.ºs Trimestres (em 2019 apenas 10%).

Este cenário contrasta em absoluto com a evolução dos preços nos mercados e com os efeitos da seca!

O INE usa os dados do Ministério da Agricultura e Pescas para calcular o VAB do sector, que, pela sua natureza, são pouco credíveis, pois ninguém, sem um controlo rigoroso, vai reportar níveis de produção menores do que nos anos anteriores. É esta a natureza humana!

Com tanto crescimento da produção face a 2017 (+20% face a um crescimento populacional de 16,7%) é estranho que os preços dos produtos alimentares tenham sido responsáveis, segundo o mesmo INE, por grande parte da inflação galopante que atingiu, em valor acumulado, 145% nesse mesmo período. Algo vai mal na nossa produção estatística!

Os dados do Ministério da Agricultura e Pescas revelam, na campanha agrícola de 2020/21 e na campanha das pescas de 2021, uma produção interna³ capaz de fornecer, com uma perda geral de 20%, cerca de 2.300 Cal por habitante e por dia. Com o crescimento, em 2021 e 2022, quer da produção interna quer das importações, não se compreende que possa haver tanta má nutrição e mesmo fome, especialmente nos campos, onde são produzidos mais de 80% destes alimentos. Todos comentaram a frase sobre a fome relativa, mas a verdade é que só podemos chegar a uma de duas conclusões: ou a fome é, realmente, relativa ou estes dados não reflectem a realidade. Na verdade, estatísticas pouco rigorosas podem conduzir a uma leitura legítima completamente desfasada da realidade e a decisões de política económica e social com consequências graves.

Estes dados necessitam de ser revistos. Em primeiro lugar porque a produção que não é escoada ou autoconsumida não cria valor e, portanto, não pode ser contada; depois, porque os dados devem ser recolhidos nos mercados agrícolas e não com base em estimativas de produção dos técnicos do ministério com base nas áreas semeadas; no mínimo, há que estudar uma ou duas amostras e definir um coeficiente para a correcção dos dados. Não temos conhecimento suficiente de estatística para

³ Sem somar as calorias das oleaginosas e das importações de alimentos e sem subtrair as exportações de pescado.

apresentar soluções técnicas, mas sabemos que há métodos adequados para o fazer. Sem esquecer, evidentemente, que estes devem ser explicados convenientemente nas publicações.

Continuamos a considerar fundamental o comércio para o desenvolvimento da agricultura, em especial a agricultura tradicional. Se não houver produtos da cidade e de outras regiões que incentivem o camponês a produzir para além das necessidades imediatas de sustento da sua família, a produção comercial não vai aparecer. São, por isso, necessárias boas estradas e o incentivo e protecção a camionistas e comerciantes para que os camponeses desenvolvam a sua actividade e prosperem.

Relativamente à agricultura moderna, o principal problema é a lei de terras e a falta de registo e titularização dos terrenos agrícolas, o que impede o aparecimento de novos operadores em número suficiente.

Não existem inquéritos de opinião dos operadores da agricultura. Contudo, pelo que percebemos das várias intervenções nos *media*, o problema citado mais frequentemente é o crédito, as dificuldades de transporte e a comercialização.

Porém, a actual taxa de câmbios, se, de um lado, alivia os custos de produção, de outro, introduz uma concorrência internacional a preços financiados pelos nossos rendimentos petrolíferos, com a qual os produtores internos não conseguem competir, voltando a apelar-se à intervenção do Estado para mediar os preços e salvar a agricultura. O Estado não pode, de um lado, baixar a competitividade dos produtos agrícolas, financiando as importações através da taxa de câmbio e, de outro, comprar produtos agrícolas a preços subsidiados. Este duplo subsídio esgota os rendimentos petrolíferos em algo que não cria nem riqueza nem competitividade.

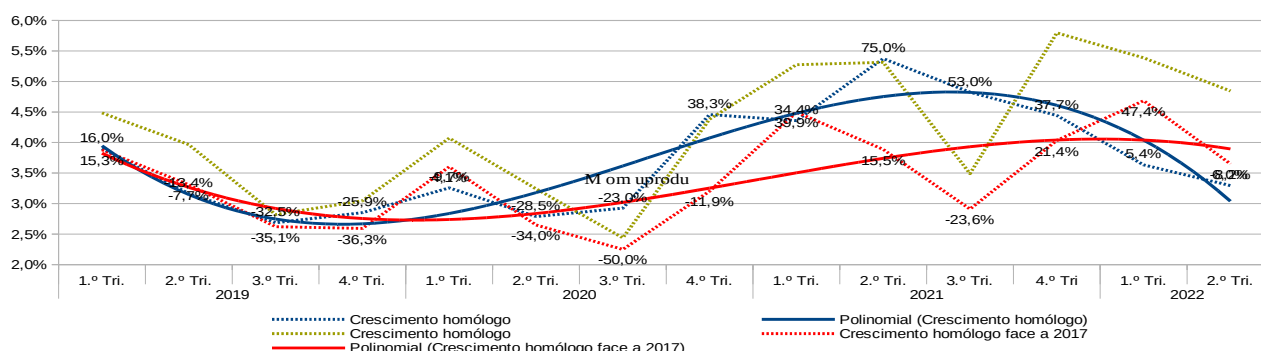
Outra solução muitas vezes preconizada foi a proibição administrativa das importações: “se produzimos, não se importa.” Esta solução, que já demonstrou ser claramente negativa, apenas encarece os produtos nacionais (porque não têm concorrência dos estrangeiros), acomoda os produtores nacionais existentes em níveis de produtividade muito baixos e funciona como barreira ao nascimento de novas produções e empresários (porque o que não existe tem a concorrência imbatível dos produtos externos).

Em resumo, uma lei de terras facilitadora do aparecimento de novos negócios que traga mais concorrência, sistemas de crédito agrícola, estradas e operadores de comércio e logística eficientes e uma taxa de câmbios estável. Tudo questões que não têm que ver directamente com a agricultura, mas que são fundamentais para o seu funcionamento.

Após o encerramento deste relatório foi aprovado o PLANAGRÃO e o PLANAPESCA. O CINVESTEC está a apresentar uma série de Editoriais na sua página sobre estes planos que poderá consultar na nossa página www.cinvestec.com.

1.2.2.5 PESCAS

Tabela/Gráfico 10 — Evolução do VAB das actividades pesqueiras



Fonte: INE.

A variação da produção das pescas apresenta uma trajectória fortemente descendente entre o 1.º e o 3.º Trimestres de 2019, atingindo -32%. A queda reduz-se até -10% no 1.º Trimestre de 2020, mas volta a cair para mínimos de -28% e -23% com a pandemia (2.º e 3.º Trimestres de 2020). Subitamente, entre o 4.º Trimestre de 2020 e o 4.º Trimestre de 2021, situa-se próximo dos +40%, com picos no 2.º (+75%) e 3.º (+53%) Trimestres de 2021. No 1.º Trimestre de 2022, o crescimento cai para 5,4% e torna-se novamente negativo no 2.º Trimestre. A linha de tendência é sinusoidal, com grandes oscilações, iniciando-se em +20%, descendo quase até -40% no 4.º Trimestre de 2019, subindo depois até quase +60%, no 3.º Trimestre de 2021, e voltando a descer para cerca de -20%, no 2.º Trimestre de 2022.

A comparação com 2017 é muito irregular, com a linha de tendência a cair até cerca de -30% entre o 4.º Trimestre de 2019 e o 1.º Trimestre de 2020, subindo depois, com a pandemia (!), em linha recta, até cerca de +20%, no 4.º Trimestre de 2021, apresentando um movimento ligeiramente descendente em 2022.

Nos mercados, o calibre do pescado é cada vez mais pequeno, contrariando frontalmente esta aparente abundância que se inicia exactamente com a pandemia!

O peso varia entre 4,5%, no 1.º Trimestre de 2019, e 2,4%, no 3.º Trimestre de 2020, subindo depois para cerca de 5,8%, no 4.º Trimestre de 2021, e caindo para 4,8%, no 2.º Trimestre de 2022, com estranhos mínimos relativos nos 3.ºs Trimestres.

Tabela/Gráfico 11 — Exportação de pescado

Exportações de pescado	2017	2018	2019	2020	2021
Export. pescado a preços correntes em milhões USD	50	85	54	88	62
Export. pescado em milhões de USD deflacionados	50	82	50	79	51

Fontes: BNA e Statista (inflação do USD)

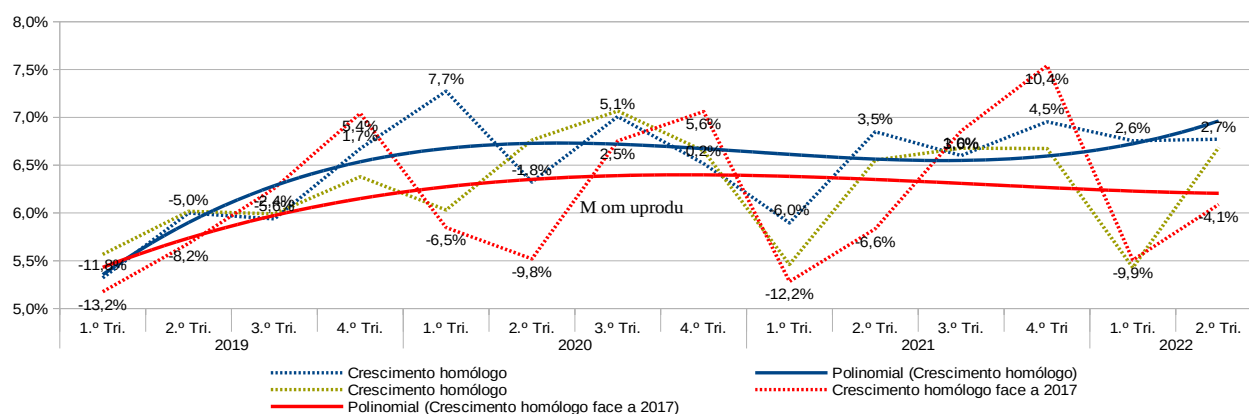
Note-se a variação alternada das exportações em USD deflacionados, entre 50/60 e 85/88 milhões de USD.⁴ No 1.º Semestre de 2022 foram exportados 21 milhões de USD contra 26 em 2019 e 34 em 2021, o que significa que esta alternância parece comprometida.

Insistimos para que se regularize a situação das pescas através da criação de pontos de descarga onde se contabilizem as capturas e preços por tipo, calibre e espécie.

Não vemos qualquer benefício na cobrança de quotas de pesca aos armadores nacionais. A actividade das empresas que pagam impostos em Angola deve ser tributada pelos seus lucros e transacções; não há qualquer razão para se encarecer um produto da cesta básica. Porém, as sanções para o não cumprimento das quotas devem manter-se ou mesmo ser agravadas: uma coisa é a necessidade de quotas, que deve ser reforçada, outra, o custo das quotas para a produção consumida internamente, que deve ser nulo!

Relativamente ao controlo no mar, defendemos um sistema baseado em embarcações rápidas sediadas nos pontos de descarga autorizados, a colaboração com os agentes do sector e a utilização dos meios de observação existentes, tanto da Marinha como da Força Aérea.

⁴ O valor de 2021 sofreu uma pequena alteração relativamente ao relatório anterior devido ao aumento da taxa de inflação mundial apresentada no *site* “Statista”.

1.2.2.6 INDÚSTRIA TRANSFORMADORA
Tabela/Gráfico 12 — Evolução do VAB da actividade da indústria transformadora


Fonte: INE.

As trajetórias do VAB da indústria transformadora mostram-se bastante erráticas, devendo existir problemas de transferência de dados entre trimestres. Esta falta de consistência interna coloca algumas reservas aos dados apresentados.

O crescimento sobe abruptamente de -13% para cerca de +7,1%, entre o 1.º Trimestre de 2019 e o 1.º Trimestre de 2020, descendo, depois com a pandemia, até alcançar -6,2%, no 1.º Trimestre de 2021. A partir desse ponto, cresce até 4,4%, no 4.º Trimestre de 2021, descendo para pouco mais de +2%, em 2022. A linha de tendência é sinusoidal, crescendo de cerca de -12% para cerca de 2%, no 1.º Trimestre de 2020, estabilizando perto de 0% até ao 3.º Trimestre de 2021 e crescendo posteriormente para cerca de 5%.

De acordo com o INE, “Este aumento [, no 2.º Trimestre de 2022,] deveu-se [à] variação positiva da produção no ramo alimentar, particularmente na actividade das Moageiras Massas e Produtos de Padaria, Produção de Bebidas e Tabacos, e Fabricação de produtos não metálicos; visto que as três actividades representam mais 70% do sector.”. Gostaríamos de perceber como 60% do VAB da nossa indústria transformadora são moageiras e panificadoras (relatório do 1.º Trimestre), enquanto bebidas, tabacos e produtos não-metálicos representam 10% e tudo o resto 30%. O que custa publicar os números todos para que se possa analisar?

Na variação homóloga do VAB face a 2017, a irregularidade é ainda maior, com uma subida de -13% para +5%, no 4.º Trimestre de 2019 (completamente em contradição com o período de turbulência que se seguiu à crise do IVA/Taxa flexível). Depois cai para -10%, no auge das restrições sanitárias (2.º Trimestre de 2020), mas logo cresce vigorosamente até atingir +6%, no 4.º Trimestre de 2020, para voltar a cair, inexplicavelmente, para -12%, no 1.º Trimestre de 2021, e crescer um pouco mais lentamente até ao 4.º Trimestre (+10%), caindo, de seguida, novamente de forma abrupta e inexplicável, para -10%, no 1.º Trimestre de 2022, subindo para -4% no 2.º Trimestre. Algo não vai bem na recolha ou tratamento dos dados deste sector! A linha de tendência sobe de cerca de -13% para cerca de -2%, no 2.º Trimestre de 2020, para depois descer lentamente para cerca -3%, no 2.º Trimestre de 2022.

Há uma aparente grande contradição de todos estes números com a observação quotidiana dos mercados. Enquanto se sentiu forte escassez e aumento geral de preços⁵ para os produtos da agricultura e pescas⁶, os dados do INE apresentam crescimentos robustos; ao contrário, para os produtos da nossa indústria transformadora, que tiveram alguma influência na moderação dos preços em 2020 e 2021, substituindo as importações nas prateleiras dos supermercados, bancas das praças e bacias das zungueiras, o INE apresenta uma redução face a 2017!

⁵ A redução de preços dos produtos alimentares nacionais inicia-se no 2.º Trimestre de 2022.

⁶ Os produtos alimentares importados começaram a estabilizar no 4.º Trimestre de 2021 e a descer no 1.º Trimestre de 2022.

O peso do sector cresce até ao 3.º Trimestre de 2020, de 5,5% para cerca de 7%, passando a flutuar entre os 5,5% e os 7% com os mínimos nos 1.ºs Trimestres e próximos de 6,7% nos restantes.

A confiança dos empresários atingiu terreno positivo no 2.º Trimestre de 2022, pela primeira vez desde o 3.º Trimestre de 2014. “Na opinião dos empresários, a falta de matéria-prima e as frequentes avarias mecânicas nos equipamentos, foram as principais dificuldades registadas pelas empresas no trimestre em análise. Constatou-se ainda, que as dificuldades financeiras, a falta de mão-de-obra especializada e o elevado absentismo da mão-de-obra, contribuíram negativamente no desenvolvimento das actividades das empresas do sector da Indústria Transformadora” (INE).

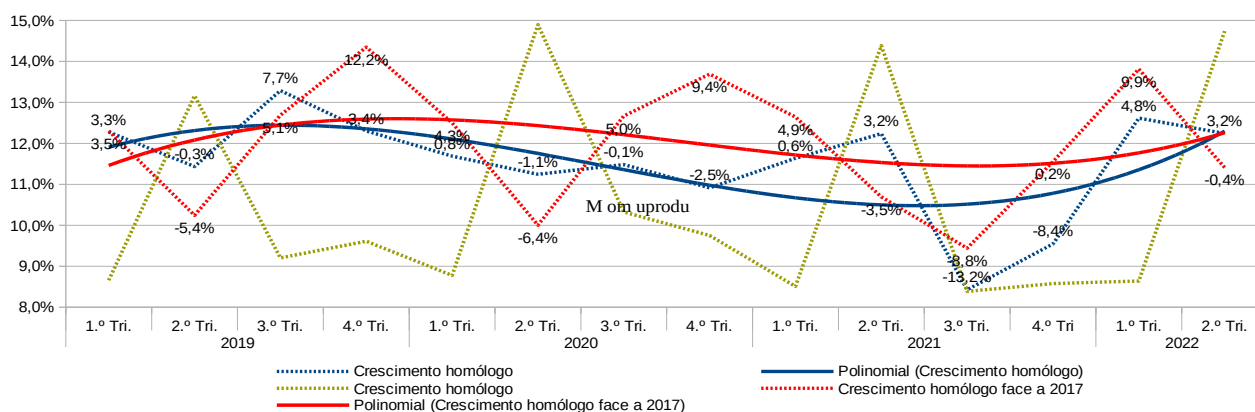
Este é o sector mais moderno e produtivo depois da indústria extractiva (incluindo petróleo). As suas dificuldades mostram bem os constrangimentos do ambiente de negócios.

A industrialização é um objectivo estratégico porque, apresentando melhor produtividade do que outros sectores, aumenta a produtividade geral e a competitividade do país, fazendo crescer o mercado interno para os produtos dos sectores primários.

1.2.2.7 OUTROS SERVIÇOS

Neste sector residual está incluído o sector do turismo. É tempo de o INE autonomizar este sector, que deveria ser considerado prioritário!

Tabela/Gráfico 13 — Evolução do VAB do sector de Outros Serviços



Fonte: INE.

A linha dos crescimentos homólogos desce de 3,3%, no 1.º Trimestre de 2019, até -2,5%, no 4.º Trimestre de 2020, com alguns picos e vales a contrariarem a tendência. Depois sobe para 3,2% no 2.º Trimestre de 2022, com dois mínimos muito estranhos nos 3.º (-13,2%) e 4.º (-8,4%) Trimestres de 2021. A linha de tendência é sinusoidal, subindo de 3,5% para 4,5% no 3.º Trimestre de 2019 depois desce até cerca de -5%, no 2.º Trimestre de 2021, voltando aos 3,2%, no 2.º Trimestre de 2022.

A comparação com 2017 é completamente errática. A linha de tendência é também sinusoidal, crescendo de 0% para 5% até ao 4.º Trimestre de 2019, baixando depois novamente para 0%, no 3.º Trimestre de 2021, invertendo para cerca de +3%, no 2.º Trimestre de 2022.

A linha do peso do sector é próxima de 8,7%, excepto nos 2.ºs Trimestres, onde atinge 15% (!!)

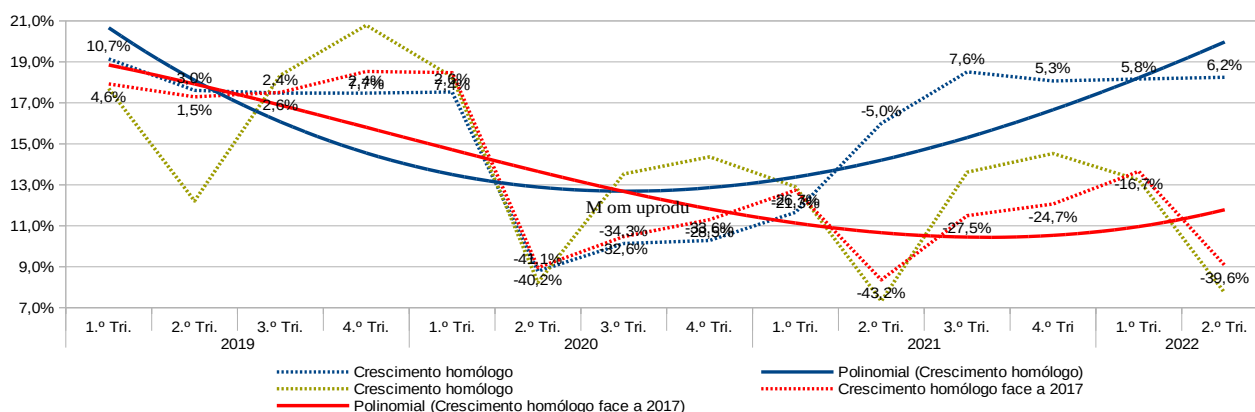
sem qualquer explicação plausível. No 2.º Trimestre foi opinião dos empresários do sector do turismo que “A insuficiência da procura e as dificuldades financeiras, foram as principais limitações... Os preços de venda demasiado [elevados], o excesso de burocracia e a insuficiente capacidade de oferta, também limitaram as actividades das empresas.” (INE, Inquéritos de conjuntura). Parece haver aqui um forte desfasamento entre o custo de produção e o mercado (insuficiência de procura e preços de venda elevados), que exige uma forte reestruturação do sector. O sector está completamente orientado para o “turismo” empresarial.

O “peso” da burocracia e a arrogância no controlo das entradas no país constitui um constrangimento absoluto para o crescimento do turismo de lazer. Os únicos visitantes que conseguimos atrair são os que vêm em trabalho e negócios. Quanto ao turismo interno, o preço das estadias e viagens aéreas, o estado das estradas e alguma arrogância nos controlos policiais constituem os principais entraves.

A manutenção adequada dos pontos de interesse, a segurança e a liberdade para quem frequenta as zonas turísticas e de diversão e uma boa limpeza geral são pontos fundamentais para o crescimento do turismo de lazer, que continuam por realizar.

1.2.2.8 CONSTRUÇÃO

Tabela/Gráfico 14 — Evolução do VAB do sector da construção



Fonte: INE.

Segundo o INE, os dados são baseados na produção e importação de cimento e clínquer.

O crescimento homólogo, que se situou em valores próximos de 2% até ao 1.º Trimestre de 2020, é fortemente afectado pela pandemia, caindo para cerca de -40%, no 2.º Trimestre de 2020, subindo depois até alcançar terreno positivo (+7,6%) no 3.º Trimestre. A partir daí, há um abrandamento ligeiro do crescimento, que estabiliza à volta de 6%. A linha de tendência desenha um pronunciado arco convexo, com máximos de cerca de 19%, no início da série, e de 15%, no fim, e mínimo de próximo de -21%, nos 3.º e 4.º Trimestres de 2020.

A comparação com o VAB de 2017 mostra que até ao 1.º Trimestre de 2020, a linha é positiva, situando-se na proximidade de 7%, no 4.º Trimestre de 2019 e 1.º Trimestre de 2020. Depois apresenta uma queda abismal para cerca de -40%, no 2.º Trimestre, seguida de uma subida regular até -21%, no 1.º Trimestre de 2021; no 2.º Trimestre de 2021, assiste-se a uma nova queda, ainda mais grave (!) e desta vez totalmente inexplicável, para -43%, recuperando para -16,7%, no 1.º Trimestre de 2022, seguida de uma nova queda para -39,6%, no 2.º Trimestre. Mais uma vez temos aqui uma trajectória sem qualquer sentido, em que o mínimo absoluto da série é alcançado, não na fase mais aguda da pandemia, mas um ano depois! Nitidamente os dados do crescimento em percentagem foram suavizados (pelo sistema ou pelos gestores), esquecendo-se que o mesmo crescimento, com sinal invertido sobre uma base menor, não permite alcançar os valores pré-crise.

Os dados do PIB não são crescimentos, são valores estatísticos reais! Isto demonstra como a nossa estatística tem de melhorar urgentemente. Trabalhar com base nestes dados é muito perigoso, havendo um grave risco de se tomarem decisões completamente erradas!

O peso do sector apresenta uma tendência decrescente, com variações completamente erráticas e, mais uma vez, uma estranha sazonalidade negativa nos 2.ºs Trimestres. Nos últimos 2 anos, o peso do sector situa-se próximo dos 8%, nos 2.ºs Trimestres, e entre 13% e 14%, nos restantes, com um pico ligeiro nos 4.ºs Trimestres.

No 2.º Trimestre de 2022, as queixas dos empresários do sector referiam-se, segundo o INE, “[a] pouca procura e [a] falta de materiais... Observou-se também que a deterioração das perspectivas de

venda e o nível elevado da taxa de juros influenciaram negativamente [a] actividade das empresas do sector da construção, no segundo trimestre de 2022.”

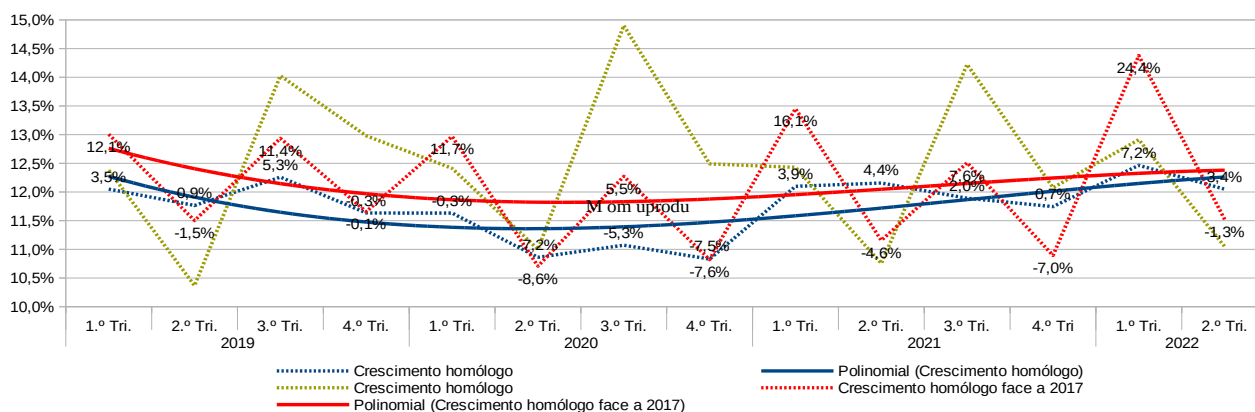
É fundamental que se reveja a lei de terras e a atribuição de títulos de propriedade e que se incentive o aparecimento de promotores imobiliários, transformando o monopólio estatal actual em apenas mais um concorrente, ou privatizando-o. As dificuldades na obtenção de terrenos e licenças de construção têm de ser eliminadas para que esta actividade deixe de ser uma mera extensão dos serviços públicos, variando ao sabor dos gastos orçamentais e do calendário eleitoral.

Há um enorme défice de habitações! O Estado continua a tentar resolver os problemas da classe média através das Centralidades, em vez de deixar prosperar os promotores imobiliários e resolver o problema da habitação dos mais pobres. Há que inverter as políticas de habitação.

O Aviso 9 do BNA vem melhorar a situação do único sector em que a oferta é excessiva. Porém, é demasiado limitado. Ao impor à banca uma acção indesejada, o BNA é obrigado a limitar o alcance da medida. Pelo que foi dito, existem apenas cerca de 6 mil créditos à habitação, e o aviso 9 não permitirá sequer duplicar este número irrisório. É necessário retirar os entraves “bonificando” o crédito, tornando-o atractivo para a banca e titulando rapidamente terrenos e habitações de forma a reduzir o risco. A “bonificação” pode ser suportada pelo BNA (na verdade, trata-se apenas de remunerar parte das “reservas”) e/ou pelo OGE. Os últimos dados sobre este aviso apontam para a aprovação de um número ridículo de pedidos de crédito. Sabemos que os novos programas demoram algum tempo a arrancar, mas a concepção deste é demasiado limitativa quer em termos de valores elegíveis quer de atractividade para a banca.

1.2.2.9 SERVIÇOS PÚBLICOS

Tabela/Gráfico 15 — Evolução do VAB dos serviços públicos



Fonte: INE.

O crescimento dos serviços públicos deveria corresponder ao valor das remunerações dos funcionários do Estado deflacionado do aumento salarial médio (em termos gerais, o índice de Laspeyres, usado pelo INE, compara as quantidades deste ano a preço do ano anterior com as quantidades do ano anterior a preços do ano anterior).

Por outro lado, durante a pandemia, as percentagens de confinamento deveriam ter sido deduzidas ao VAB porque, efectivamente, o serviço não foi prestado. As remunerações pagas por um serviço não prestado só podem constituir um subsídio à produção, que deveria, de acordo com os princípios do INE, ter sido descontado no PIB.

A linha do crescimento desce de 3,5% para -0,3% entre os 1.ºs Trimestres de 2019 e 2020. Não nos esqueçamos de que, em Janeiro de 2019, houve aumentos salariais cujo efeito deveria ter sido muito maior do que os 3,4% reportados pelo INE. Com a pandemia, a linha de crescimento cai para cerca de -8% até ao 4.º Trimestre de 2020. Se o INE descontou os níveis de confinamento, a redução deveria ter-se aproximado, pelo menos dos 50%, uma vez que, neste período, os níveis de confinamento mínimo foram de 75% (aceitando que os serviços ligados à covid e segurança pública

tenham mantido um nível elevado de actividade e que é difícil medir o grau de cumprimento do serviço público de defesa nacional). Se não descontou, não se percebe a queda porque não houve nem despedimentos nem reduções dos salários. Então a que se deveu esta queda de 7%, que não corresponde nem ao confinamento nem aos aumentos salariais?

Continuando!

A linha de crescimento sobe depois, no 1.º Trimestre de 2021, para +4%, descendo, no 4.º Trimestre, para próximo de 0%, voltando a subir para 7,2%, no 1.º Trimestre de 2022, e descendo novamente para 3,4%, no 2.º Trimestre. Não se percebe esta trajectória irregular num sector cuja evolução depende apenas do número e das remunerações dos funcionários? Haveria que demonstrar estes cálculos de maneira mais transparente.

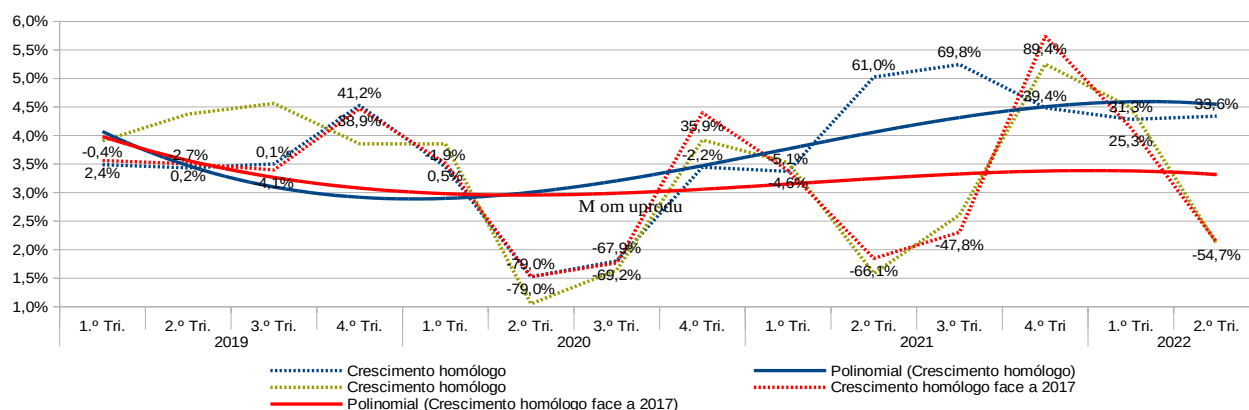
A linha de comparação homóloga com 2017 mostra uma enorme irregularidade, exactamente num sector onde não há qualquer razão para haver um mínimo de irregularidade. A linha de tendência é contudo regular, tornando ainda mais incompreensível esta variação trimestral. Inicia-se em +10%, descendo até cerca de +2%, no final de 2020, subindo depois para cerca de 6%, no 2.º Trimestre de 2022.

O peso deste sector tem uma sazonalidade sem lógica aparente, variando entre cerca de 10% e 14%, com picos nos 3.ºs Trimestres e mínimos nos 4.ºs Trimestres (!!).

De acordo com o INE, “O crescimento desta actividade deve-se pelo facto do sector público incrementar o valor da remuneração declarada face ao período homólogo, bem como as actualizações, promoções faseadas das distintas categorias e ingresso de novos funcionários em alguns aparelhos do estado”. Contudo, apesar do aumento da função pública ter acontecido no final do 2.º Trimestre (Junho), o maior crescimento observou-se no 1.º Trimestre! E, se o PIB é em medidas de volume, usando o índice de Laspeyres, as variações salariais não deveriam contar!

1.2.2.10 LOGÍSTICA (TRANSPORTES E ARMAZENAGEM)

Tabela/Gráfico 16 — Evolução do VAB dos serviços logística



Fonte: INE.

Os transportes e a armazenagem apresentam, como quase todos os sectores, crescimentos em 2021 que não compensam as quedas de 2020, de tal forma que a variação face a 2017 é muito negativa.

A curva do crescimento deste sector inicia-se próximo de 0%, até ao 3.º Trimestre de 2019. Depois, sobe abruptamente para 40%, no 4.º Trimestre de 2019 (!!), voltando a um valor próximo de 0% no 1.º Trimestre de 2020! De seguida, cai abruptamente para quase -80%, no 2.º Trimestre, subindo, no espaço de 5 trimestres, para cerca de +70% (um salto de 150%), caindo depois para +34%, no 2.º Trimestre de 2022.

O INE afirma que, no 2.º Trimestre de 2022, “O aumento deveu-se ao crescimento exponencial no sector, fruto de aumento de frequências de novos autocarros e [carruagens] em funcionamento”, demonstrando que o sector só é sobretudo contabilizado pelo volume de negócios de um grupo de empresas muito restrito de transporte de passageiros.

Na comparação homóloga com 2017, observa-se claramente o que já se assinalou para muitos outros sectores, com quedas sucessivas nos 2.ºs Trimestres de 2021 e 2022, acompanhando a queda do 2.º Trimestre de 2020. Até ao final de 2019, há um crescimento nulo, com um salto absolutamente inexplicável de 39%, no 4.º Trimestre desse ano (!!!), e um regresso a valores próximos de zero, no 1.º Trimestre de 2020. Com a pandemia, há uma queda para -79%, que logo recupera (4.º Trimestre) para +36%, apesar de se manter a cerca sanitária a Luanda e fortes restrições à circulação. Depois, sem qualquer explicação, os valores caem para -66%, subindo até ao 4.º Trimestre para +90% e caem novamente para -55%, no 2.º Trimestre de 2022.

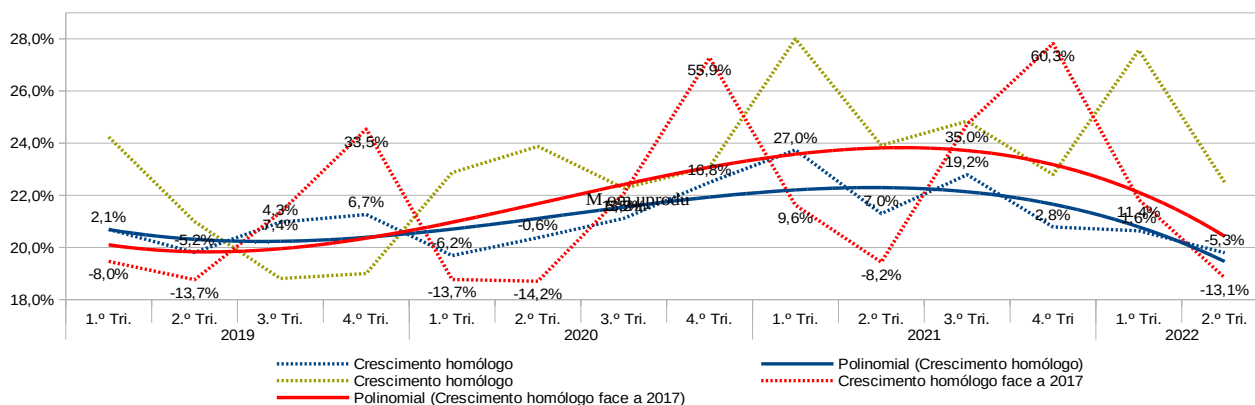
Completamente absurdo!

O sector, que tinha um peso regular de cerca de 4%, cai para cerca de 1% com a pandemia (o que se compreende), mas depois varia, de forma completamente inaceitável, entre os 2% e os 5%!

“As dificuldades financeiras e o excesso de burocracia, foram os principais constrangimentos do sector no segundo trimestre de 2022. Nota-se também que a insuficiência da procura, as dificuldades na obtenção de créditos bancários e em encontrar pessoal qualificado, similarmente limitaram as actividades das empresas do sector.” (INE, Inquéritos de conjuntura).

1.2.2.11 COMÉRCIO

Tabela/Gráfico 17 — Evolução do VAB do comércio



Fonte: INE.

O crescimento do sector sobe de 2% para 7%, em 2019. Com a pandemia, cai para -6%, no 2.º Trimestre, e volta a alcançar terreno positivo logo no 3.º Trimestre, alcançando um crescimento de +27%, no 1.º Trimestre de 2021, que depois vai decrescendo, com algumas irregularidades, até -5,3%, no 2.º Trimestre de 2022. A tendência parte de +2%, desce ligeiramente para -1%, no 3.º Trimestre de 2019, e sobe com a pandemia, alcançando um máximo de cerca de 15% no 2.º Trimestre de 2021, descendo depois até cerca de -9%, no 2.º Trimestre de 2022.

Como tem sido hábito, a linha da variação homóloga face a 2017 é completamente absurda. A tendência mostra uma redução inicial de cerca de -2% para -5% até ao 3.º Trimestre de 2019. Quando os empresários entram em pânico com o IVA/Taxa Flexível, o comércio alcança terreno positivo, que nunca mais abandona, alcançando um máximo no 3.º Trimestre de 2021 e caindo de seguida de forma acentuada até alcançar 0%, no 2.º Trimestre de 2022.

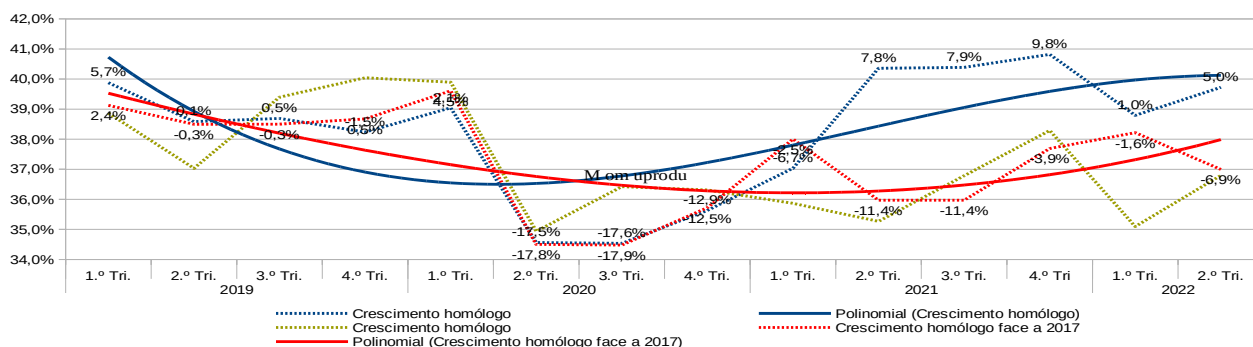
A conclusão que se pode tirar destes números é que o comércio angolano se dá extremamente bem com as crises, crescendo com a introdução do IVA/Taxa Flexível, depois com a covid, o confinamento e a cerca sanitária a Luanda e reage desfavoravelmente quando novamente se pode funcionar sem restrições e circular em condições “normais”. Provavelmente kimbandas de grande fama devem estar a ser consultados pelos comerciantes para que volte a haver rapidamente uma forte crise!

O peso do sector que inicia a trajectória em 24% alcança picos de 28% nos 1.ºs Trimestres de 2021 e 2022, mantendo-se próximo de 23% em todos os restantes trimestres, a partir do 1.º Trimestre de 2020.

Não só estes números do comércio são completamente absurdos como, devido ao peso do sector, condicionam de forma muito significativa os valores gerais do PIB.

1.2.2.12 PRODUÇÃO TOTAL DE BENS E DE SERVIÇOS

Tabela/Gráfico 18 — Evolução do VAB da produção total de bens

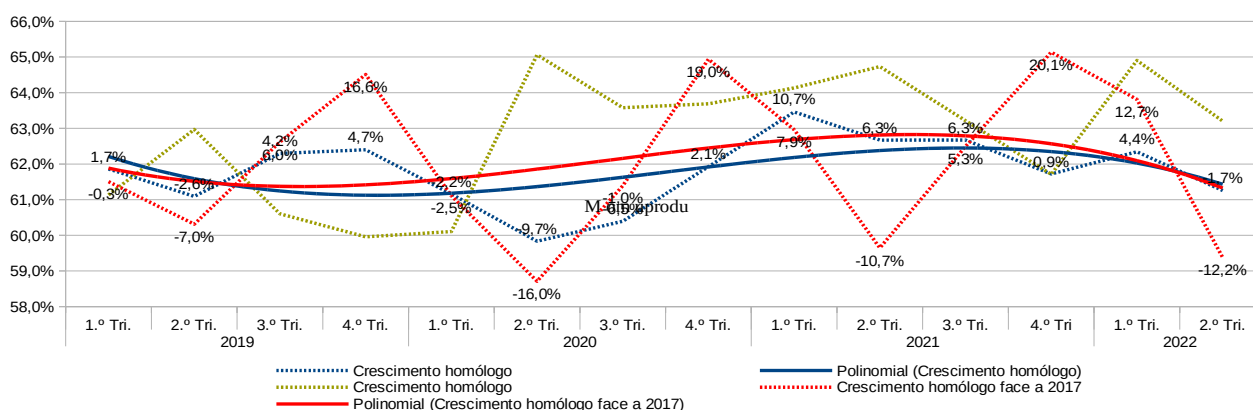


Fonte: INE.

Os crescimentos entre o 2.º Trimestre de 2019 e o 1.º Trimestre de 2020 foram próximos de 0%, depois caem para -18% na fase mais crítica da pandemia, recuperando até cerca de +8%, no 2.º Trimestre de 2021, e crescendo até cerca de +10%, no 4.º Trimestre desse ano; depois, caem para 1% no 1.º Trimestre de 2022 e sobem para 5% no 2.º Trimestre. A linha de tendência da produção de bens é quase convexa, com máximos de quase 10% no início e 5% no final da série e mínimo próximo dos -9% no 2.º Trimestre de 2020.

Relativamente a 2017, a tendência é também convexa, com máximos de 4% no início da série e de quase -2,5%, no 2.º Trimestre de 2022, mas, agora, com o mínimo de cerca de -10%, deslocado para a direita, no 1.º Trimestre de 2021.

Tabela/Gráfico 19 — Evolução do VAB da produção de Serviços



Fonte: INE.

Os serviços são, estranhamente, imunes à pandemia, partindo a sua linha de tendência de crescimento de cerca de 4%, descendo para um mínimo de cerca de -2,5%, no 4.º Trimestre de 2019, subindo para cerca de 5% com a pandemia, até ao 3.º Trimestre de 2021, e caindo para um valor negativo muito próximo de zero, no 2.º Trimestre de 2022.

A linha de tendência da variação face a 2017 mostra uma curva sinusoidal que parte de pouco mais de 1%, descendo até cerca de -1%, no 3.º Trimestre de 2019; depois sobe, com a pandemia, até cerca de 6%, entre o 2.º e o 3.º Trimestres de 2021, e volta a cair para pouco menos de 0%, no 2.º Trimestre de 2022. Como se percebe, os serviços, cuja afectação pelas medidas de confinamento foi

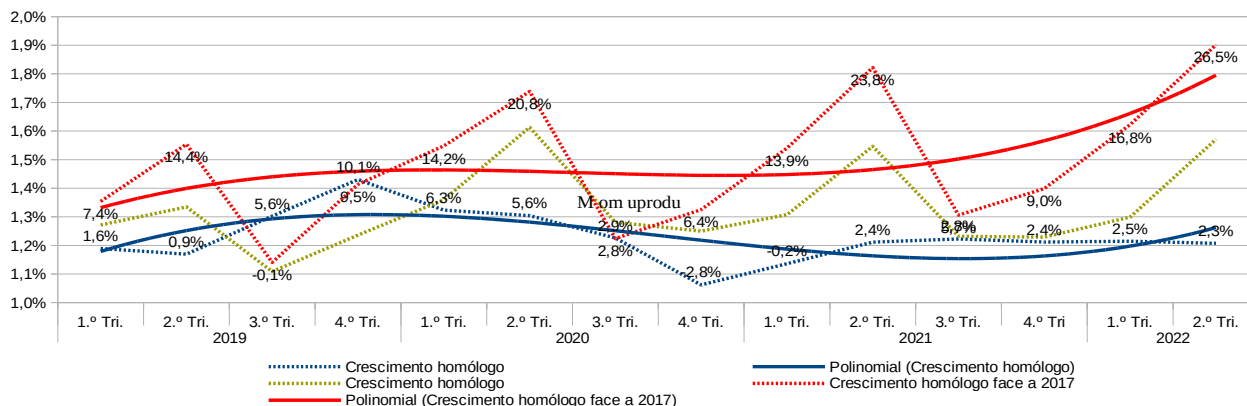
muito superior ao dos bens, aparecem, nos números do INE como beneficiando das restrições sanitárias. Até quando teremos números assim tão discordantes com a realidade?

Os pesos da produção de bens e do fornecimento de serviços são simétricos. Ora, o que se observa é uma queda significativa do peso dos bens e um aumento simétrico do peso dos serviços durante a pandemia, aliviando no final da pandemia, mas mantendo-se o peso dos serviços acima (sobem de 60% para 65%) e os bens abaixo (descem de 40% para 35%) dos valores pré-pandemia.

1.2.3 RESTANTE ANÁLISE POR SECTORES

1.2.3.1 ELECTRICIDADE E ÁGUA

Tabela/Gráfico 20 — Evolução do VAB do sector eléctrico e das águas



Fonte: INE.

Após um crescimento de 9%, no 1.º Trimestre de 2019, os crescimentos estabilizam entre 2,5 e 3,5%, com ligeiras excepções. No fim da pandemia, baixam para -2,8% e -0,3%, sem razão aparente, mas regressam logo à normalidade.

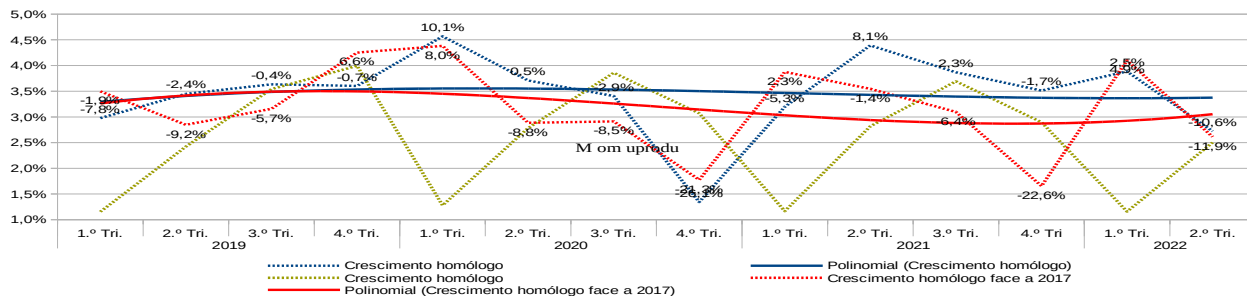
A comparação com 2017 não tem grande significado porque há uma alteração do critério de contabilização em 2018. O VAB deste sector devia considerar apenas a comercialização de água aos negócios e às famílias, mas aparentemente, a partir de 2018, passou a incluir a produção de energia, que não deveria ser contada no VAB do sector, uma vez que este sub-sector vende toda a sua produção ao sub-sector da distribuição de energia, portanto, dentro do próprio sector.

Mais uma incongruência, pelo menos aparente!

O peso do sector é muito reduzido, variando entre 1,3% e 1,9%, com tendência para apresentar picos sazonais nos 2.ºs Trimestres em 2020 e 2021.

1.2.3.2 TELECOMUNICAÇÕES

Tabela/Gráfico 21 — Evolução do VAB dos serviços de telecomunicações



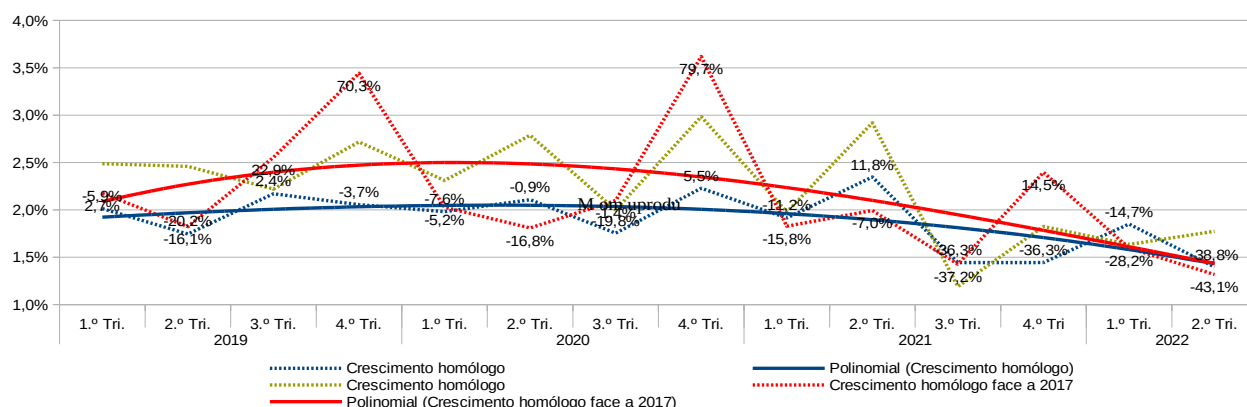
Fonte: INE.

Contrariamente à tendência em todo o mundo, as telecomunicações estagnam em ligeira baixa com a pandemia e sobem vigorosamente quando são levantadas as medidas de confinamento. Decididamente, resolvemos mesmo confinar-nos a sério e não nos contactámos, nem pelo telefone!

O peso do sector é ínfimo, representando menos de 2% do PIB não-petrolífero.

1.2.3.3 INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E DE SEGUROS

Tabela/Gráfico 22 — Evolução do VAB da intermediação financeira e de seguros



Fonte: INE.

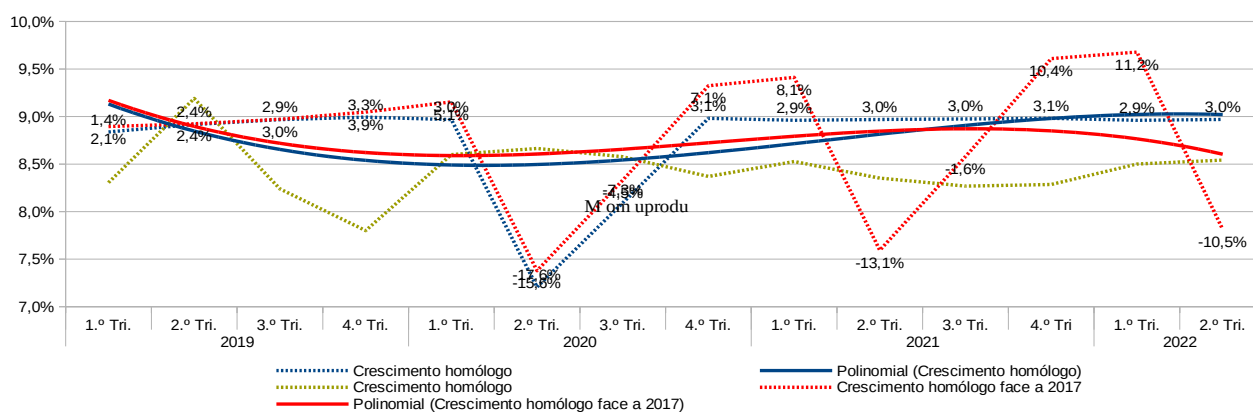
A actividade bancária e de seguros apresenta uma variação sempre muito negativa e bastante irregular, com ambas as linhas de tendência a descreverem arcos côncavos.

É difícil perceber os decréscimos tão acentuados desta actividade! Será que a actividade geral cresce mas há uma tendência para a “desbancarização”?

O INE afirma, há pelo menos 2 trimestres, que a descida do sector se deve à “... queda dos rendimentos dos bancos comerciais”. Se os bancos reportam crescimentos significativos dos seus lucros, quem está a fornecer dados errados? O INE ou a banca? Será que os bancos comerciais tiveram uma crise de consciência cívica e resolveram apresentar mais lucros para pagarem mais impostos?

1.2.3.4 IMOBILIÁRIO

Tabela/Gráfico 23 — Evolução do VAB dos serviços imobiliários



Fonte: INE.

Os dados deste sector pecam por defeito, por haver muitos arrendamentos e serviços de intermediação imobiliária sem qualquer contrato ou registo.

Mesmo assim, o peso do sector é significativo, com tendência para se situar próximo dos 8,5%.

Os crescimentos eram absolutamente constantes (3%), caindo para -18%, no 2.º Trimestre de 2020, apenas para recuperarem imediatamente para os mesmos 3%, no 3.º Trimestre daquele ano.

A variação face a 2017 é sempre crescente e positiva, portanto, não existe qualquer crise no sector imobiliário! Curiosas são também as quebras nos 2.ºs Trimestres de 2021 e 2022 (induzidas pela queda de 2020, como já explicámos). De qualquer modo, não se entende esta breve quebra da



RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º SEMESTRE DE 2022

actividade imobiliária, nos 2.ºs Trimestres, a partir de 2020. O que terá acontecido? As pessoas emigraram durante um trimestre, deixaram de alugar ou comprar casas e depois regressaram como se nada tivesse acontecido? E gostaram tanto das “férias” que repetiram o comportamento em 2021 e 2022?

2 INFLAÇÃO

A variação de preços é apenas um sinal do estado do equilíbrio entre oferta e procura.

As suas principais causas são as variações da moeda destinada a transacções (cujo factor mais óbvio é a variação da quantidade de moeda) ou da quantidade de produtos oferecidos num dado mercado (qualquer que seja a causa).

Em Angola, a principal causa da inflação é, contudo, a variação do rendimento petrolífero.

Quando o rendimento petrolífero cresce, a oferta de divisas no mercado cambial aumenta, baixando a quantidade de Kwanzas necessária para comprar uma unidade de moeda externa. Os preços em Kwanzas baixam, fazendo crescer o volume das importações, o que aumenta a quantidade de produtos disponíveis, baixando os preços, mas, simultaneamente, aumentando a procura de divisas no mercado cambial, o que actua em contraponto, até se alcançar um novo equilíbrio ou haver nova variação dos rendimentos petrolíferos, o que normalmente acontece primeiro. Quando os rendimentos petrolíferos baixam, o processo é quase exactamente o recíproco: aumento das taxas de câmbio, subida do preço em Kwanzas, redução das importações, escassez, menor procura de divisas no mercado cambial até se restabelecer algum equilíbrio após fortes constrangimentos ao consumo, à produção (matérias-primas e serviços às empresas) e ao investimento.

Ao tentar controlar a inflação através da oferta monetária, o BNA cumpre o que se espera dele numa perspectiva de curto prazo, mas é muito pouco eficaz para a estabilização estrutural dos preços.

Enquanto a produção nacional decrescer face à procura e continuar dependente de um produto de exportação em fase de declínio da produção e com preços muito voláteis, uma política estritamente monetária pouco poderá fazer para travar a marcha inflacionária da economia.

Começemos pelo cálculo da inflação pelo INE.

O CINVESTEC foi um dos primeiros, senão o primeiro, a alertar para a trajectória descendente da inflação. Enquanto outros faziam análises matemáticas sobre os números do INE, nós sempre defendemos que era necessário analisar as causas e fazer uma observação independente dos preços, ainda que muito rudimentar.

Não vamos aqui repetir os exemplos de incorrecções evidentes, apenas reiterar que o principal problema do cálculo da nossa inflação (embora não o único) reside na recolha e registo dos preços e na necessidade de publicação, pelo menos, de uma amostra significativa de produtos e serviços, os seus preços e ponderadores.

Na sua ausência, calculámos a evolução dos preços em Luanda, como se todos os produtos da amostra do INE (desaparecida das publicações em Abril de 2021) tivessem exactamente o crescimento do índice acumulado de preços de Luanda até ao fim do de Setembro de 2022, comparando-os com alguns dos preços efectivos nas praças e hipermercados das imediações do Projecto Nova Vida, onde se esperaria que os preços fossem, em geral, superiores aos da média da capital.

Tabela/Gráfico 24 — Preços em Setembro de 2022, supondo um crescimento igual ao índice acumulado de inflação em Luanda e sua comparação com preços nas proximidades do Nova Vida

Produto	Unidade	dez-20	C/ Infl. Jul	Preços NV	Dif. %	OBS	Produto	Unidade	dez-20	C/ Infl. Jul	Preços NV	Dif. %	OBS
Pão cacete	Um	60,00	86,35	70,00	-19%		Leite em pó	Lata de 2270g	13 100,00	18 852,21	10 404,17	-45%	Nido
Farinha de trigo	*	600,00	863,46	520,00	-40%		Óleo de palma	Litro	2 200,00	3 166,02	1 325,00	-58%	
Fuba de Milho	Kg ou Lata de 900 gr	500,00	719,55	400,00	-44%		Óleo de soja	Litro	1 820,00	2 619,16	995,00	-62%	
Arroz Corrente	Kg	640,00	921,02	399,60	-57%	Saco 25 Kg	Cebola	Kg	310,00	446,12	618,50	39%	Supermercado
Carne de primeira	Kg	3 950,00	5 684,45	7 999,00	41%	Alcatra	Jimboa	Atado	192,00	276,31	100,00	-64%	
Carne de segunda	Kg	2 999,00	4 315,86	3 899,00	-10%	Peito alto	Tomate	Kg	445,00	640,40	500,00	-22%	
Miudezas de vaca	Monte médio	2 650,00	3 813,62	2 795,00	-27%	Dobrada	Feijão castanho	Kg	1 700,00	2 446,47	1 502,50	-39%	Branco
Costeleta de porco	Kg	3 250,00	4 677,08	3 999,00	-14%		Feijão catarino	Kg	1 000,00	1 439,10	1 175,00	-18%	Pinto
Carne de cabrito	Pedaço médio	2 890,00	4 159,00	4 499,00	8%	Fresco	Feijão amarelo	Kg	1 600,00	2 302,56	1 382,50	-40%	Manteiga
Frango congelado		2 800,00	4 029,48	2 295,00	-43%		Batata doce	Kg	240,00	345,38	333,33	-3%	
Coxas de frango	Kg	1 200,00	1 726,92	938,60	-46%		Fuba de bombom	Lt 900g	282,00	405,83	250,00	-38%	
Carne seca de vaca	Kg	3 850,00	5 540,54	4 750,00	-14%		Açúcar branco	Kg	527,00	758,41	497,67	-34%	
Peixe Cachucho	Kg	3 200,00	4 605,12	3 599,00	-22%	fresco supermerc.	Vinho tinto	750 ml	4 500,00	6 475,95	2 490,00	-62%	Pedras Negras
Peixe carapau	Kg	2 999,00	4 315,86	1 895,00	-56%	Congelado	Cerveja nacional	220 ml	170,00	244,65	200,00	-18%	250 ml
Peixe espada	Kg	2 160,00	3 108,46	1 595,00	-49%	Congelado	Cerveja importada	330 ml					Não encontrado
Peixe carapau seco	Kg	2 750,00				Não encontrado	Sabão	barra	1 620,00	2 331,34	995,00	-57%	
Inflação acumulada do INE de Setembro 2022		143,91											Varição média não ponderada -30,5%
													Varição média da soma dos preços -31,6%

Fontes: INE e CINVESTEC.

Como é óbvio para quem vive em Luanda, à excepção das carnes, em que os preços são de um talho de maior qualidade, e da cebola de supermercado, todos os restantes estão muito empolados, o que distorce fortemente a inflação.

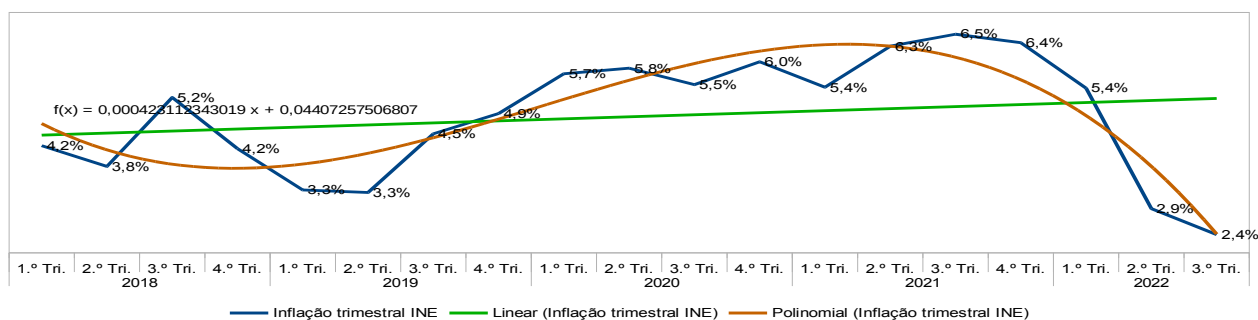
São particularmente notáveis as subidas de preços das rubricas de alimentação e bebidas não alcoólicas e de vestuário e calçado que o INE reporta terem aumentado, este ano, cerca de 11% e 18%, respectivamente, o que contraria a forte redução de preços dos produtos alimentares e a estagnação do vestuário e calçado que se observa nos mercados.

Numa amostra mais significativa de cerca de 100 produtos de supermercado, a média não ponderada das variações de preços de Setembro/Outubro foi de -3,8%, face ao mesmo período do ano passado, -12%, face a Novembro/Dezembro de 2021 e 0% entre Outubro e Setembro de 2022.

Face a este cenário e porque não houve, tão-pouco, variações significativas em outros bens e serviços, optámos por considerar a variação de preços nos 2.º e 3.º Trimestres deste ano igual a zero, corrigindo, relativamente a Setembro, a inflação acumulada anual de 11,09% (INE) para 0,8% e a inflação homóloga de 18,16% (INE) para 4,9%. Como se torna óbvio, considerando o que acabámos de dizer, estas correcções são ainda bastante conservadoras.

Até Agosto de 2022, existem diversas pressões contraditórias! O M2 em moeda nacional cresceu significativamente (18%), com a moeda física a crescer 17%, os depósitos à ordem 13% e os depósitos a prazo 24%. Em contrapartida, o USD depreciou-se 23% (32% em termos homólogos), e o Euro, 32% (43% em termos homólogos). As importações de bens finais de consumo aumentaram 66,3% no 1.º Semestre. No conjunto, estas estimamos que estas pressões tenham determinado uma inflação negativa (deflação) que, por conservadorismo, considerámos nula.

Contudo, verifica-se em Setembro uma ligeira apreciação do USD (+0,9%), com esta tendência a acentuar-se em Outubro e Novembro. Este forte crescimento da oferta de moeda (M2) e a tendência de inversão das taxas de câmbio pode contribuir para uma retoma da inflação a breve prazo.

Tabela/Gráfico 25 — Variação trimestral da inflação do INE


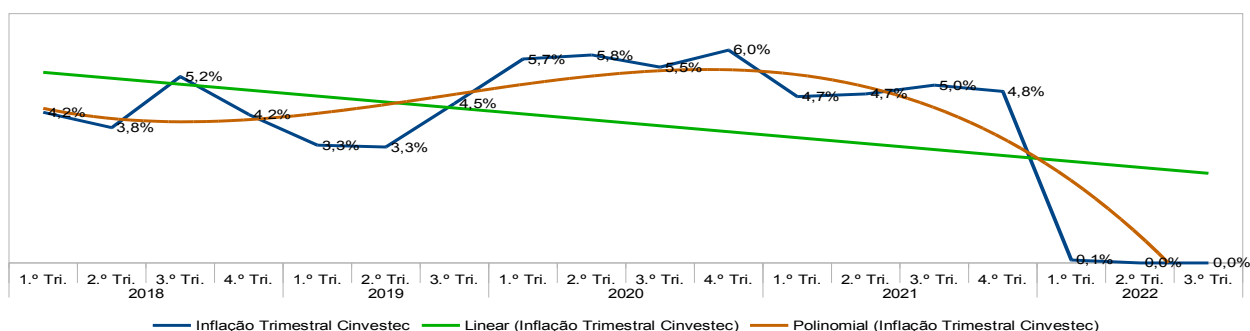
Fonte: INE.

O Índice de Preços no Consumidor em Angola, publicado pelo INE, apresenta um comportamento sinusoidal crescente até ao final do 3.º Trimestre de 2021, com o poder de compra das famílias angolanas a cair 27% e uma inflação média trimestral de 6,2%, em 2021; em 2022, a inflação trimestral cai para 3,6% (2,6% nos últimos 2 trimestres).

Desde o 1.º Trimestre de 2018, a inflação média trimestral foi de 4,8%, sendo a mínima de 2,4%, verificada no 3.º Trimestre de 2022, e a máxima de 6,5%, no 3.º Trimestre de 2021.

A variação trimestral mostra uma tendência de redução durante o ano de 2018 e no início de 2019, atingindo um mínimo de 3,8%, no 2.º Trimestre. Posteriormente, temos uma subida quase linear, até se atingir o patamar médio de 5,7%, entre o 1.º Trimestre de 2020 e o 1.º Trimestre de 2021. Porém, no 2.º Trimestre de 2021, observa-se um salto para 6,3%, ligeiramente agravado para 6,5%, no 3.º Trimestre, fechando o ano com 6,4%. Em 2022, a inflação trimestral baixa para 5,4%, no 1.º Trimestre, e cerca de 3% e 2,5%, nos 2.º e 3.º Trimestres, respectivamente.

A análise da regressão linear, preferida por muitos dos nossos colegas para analisar a trajectória da inflação, mostra como a sua aparente autonomia foi circunstancial, como tínhamos já afirmado nos relatórios anteriores.

Tabela/Gráfico 26 — Variação trimestral da inflação do CINVESTEC


Fonte: INE e CINVESTEC.

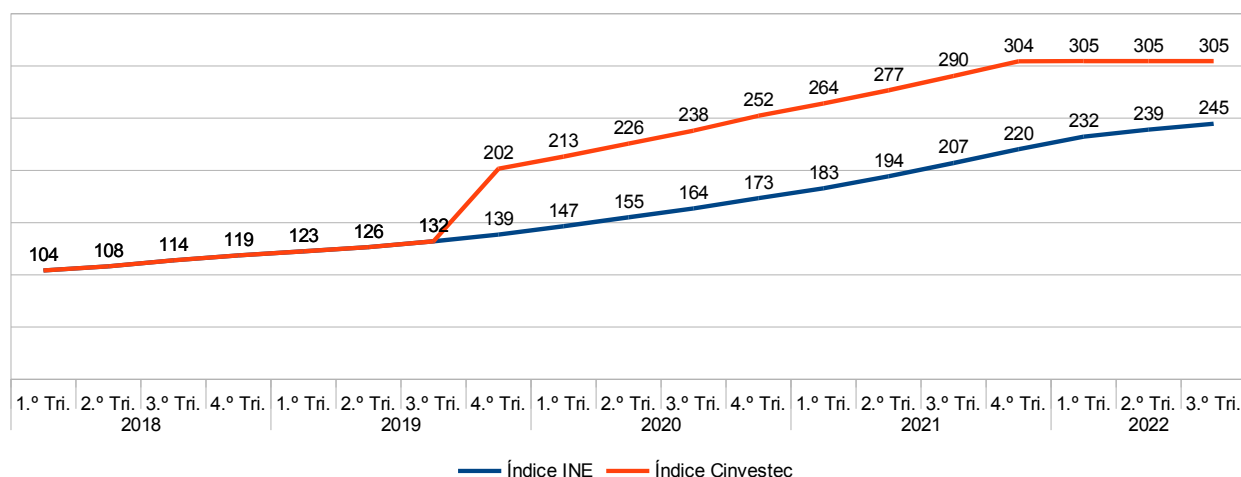
Note-se que o 4.º Trimestre de 2019 foi eliminado da série para não distorcer as escalas e, sobretudo, as linhas de tendência. Evidentemente que, sendo as correcções do CINVESTEC arbitrárias e exclusivamente destinadas a aproximar as linhas de tendência da realidade anual em 2019 e 2021, o significado dos valores trimestrais deve ser lido com bastantes reservas.

De acordo com os dados corrigidos, em 2021, o poder de compra das famílias angolanas caiu 20,6% em doze meses, com uma inflação média trimestral de 4,8%; em 2022, este valor caiu para 0,0%.

Desde o 1.º Trimestre de 2018, a inflação média trimestral foi de 6,0%, sendo a mínima de 0%, verificada nos 2.º e 3.º Trimestres de 2022, e a máxima de 52,6%, no 4.º Trimestre de 2019.

Tal como se observa na série do INE, a linha de regressão linear pouco nos ensina quando há alterações bruscas e radicais nos pressupostos. Isto ensina-nos a confiar menos nos modelos e nas extrapolações estatísticas e mais nas causas dos problemas.

Tabela/Gráfico 27 — Comparação dos índices de inflação do INE e do CINVESTEC



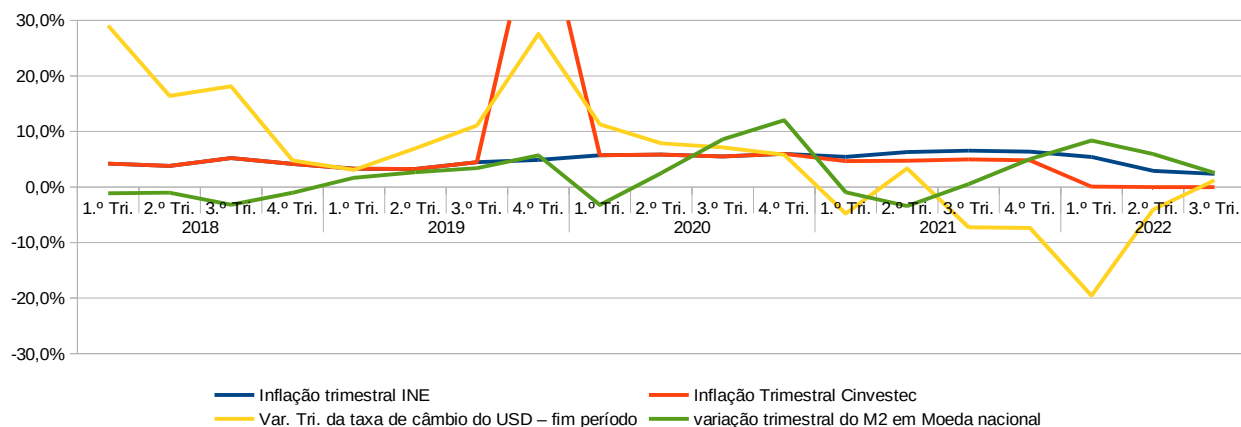
Fonte: INE e CINVESTEC.

A média trimestral foi de 4,8% para o INE e de 6,0% para o CINVESTEC, com principal incidência sobre o ano de 2019, em que o crescimento geral de preços anual foi de 70%, com mais de 53% em Outubro, data da introdução simultânea do IVA e da taxa de câmbio flexível. Como temos afirmado, esta correcção devia ter sido estendida parcialmente ao 3.º Trimestre, mas, porque o nosso objectivo era ajustar a inflação anual e houve uma enorme concentração do aumento de preços naquele mês, preferimos fazer uma única correcção.

Ao invés da correcção de 2019, durante o ano de 2021, a inflação média trimestral do INE foi de 6,2%, enquanto a do CINVESTEC foi de 4,8%. Em 2022, a variação média trimestral dos preços do INE foi de 3,6%, e a do CINVESTEC próxima de 0%.

Em termos acumulados, os índices do INE e do CINVESTEC, relativamente ao 4.º Trimestre de 2017, mostram uma subida geral de preços de 145% e 205%, respectivamente, até Setembro de 2022, com o índice do INE a aproximar-se agora do índice do CINVESTEC.

Tabela/Gráfico 28 — Comparação das variações trimestrais da inflação, cambial e do M2



Fonte: BNA e INE.

O Índice do INE apresenta uma muito maior autonomia face ao índice de variação cambial, sendo absolutamente indiferente à variação brutal dos câmbios no 4.º Trimestre de 2019 e quase não reagindo à descida cambial a partir do 4.º Trimestre de 2020, excepto nos últimos 2 trimestres quando os câmbios mostram estabilidade e alta. O índice do CINVESTEC mantém uma melhor correlação com a taxa de câmbios do USD até ao final de 2020, afastando-se em 2021 e 2022, o que reforça a convicção de que a correcção que efectuámos foi muito conservadora.

A influência do crescimento monetário na inflação é muito reduzida ou apresenta mesmo uma correlação inversa.

Em 2020 e 2021, a inflação estabiliza quando a taxa de câmbios inicia a trajectória descendente devido à influência amplamente reconhecida da escassez artificial provocada pela aplicação do DP 23/19. É notória a trajectória acentuadamente descendente da taxa de câmbios a partir do 3.º Trimestre de 2021 e a tendência de inversão no 3.º Trimestre de 2022.

Há muitos factores não económicos a influenciar a inflação, em 2023, nomeadamente factores externos e a possível redução dos subsídios internos aos preços dos combustíveis. São decisões geoestratégicas e políticas que se situam muito para além da previsão económica. Neste sentido, a previsão da inflação está hoje mais na mão dos políticos do que dos economistas.

Neste momento, devíamos ter um grande excedente de reservas em moeda estrangeira como resultado do aumento dos preços do petróleo e gás. Porém, quer as reservas em poder dos bancos (Base Monetária) quer dos agentes económicos não financeiros (M2) quer do BNA (Reservas Internacionais Brutas) desapareceram a um ritmo entre 15% e 20% no último ano. O BNA devia ter feito intervenções no mercado para fazer convergir as taxas de câmbio nominais com a taxa de câmbio efectiva real da economia nacional (excluindo a indústria extractiva), através da absorção dos excedentes cambiais para futura utilização. Fez o contrário. Agora ficou sem armas para suavizar a depreciação do Kwana a médio prazo.

O combate sustentável à inflação só pode ser travado através do ambiente de negócios e de um foco total do Governo, do BNA e da Sociedade no aparecimento de novos negócios, não no aumento do consumo.

A curto prazo, estamos a viver num ambiente efectivo de deflação que parece estar a chegar ao fim, com indícios de subida das taxas de câmbio e dos preços nos mercados. Curiosamente, é quando a tendência parece mostrar alguns indícios de inversão que o INE finalmente reconhece alguma menor subida dos preços.

Os subsídios a preços distorcem os mercados e prejudicam a concorrência, nomeadamente no caso dos transportes, os taxistas, que são o serviço de transporte urbano mais eficiente, colocando-os numa posição em que enfrentam a concorrência desleal do transporte em autocarros, altamente subsidiado mas muito ineficiente.

Os subsídios aos combustíveis estão a beneficiar as classes mais elevadas e o contrabando transfronteiriço. Devem, portanto, ser urgentemente eliminados. Porém, isso prejudicaria fortemente toda a produção e, nomeadamente, os transportes. É nossa opinião que se devem manter parcialmente para evitar uma subida demasiado brusca dos preços e mais um choque à economia. A manterem-se os subsídios aos transportes públicos, o que é uma opção legítima para o apoio aos mais necessitados, devem estender-se aos taxistas e moto-taxistas.

Os restantes subsídios a preços não têm razão para serem mantidos, tendo em conta o seu peso nos orçamentos familiares das pessoas mais desfavorecidas, que, na verdade, compram, por exemplo, electricidade e água a preços exagerados por não terem disponível o serviço público.

Em resumo, nada de muito substancial se alterou face ao 1.º Trimestre:

- Não parece advir qualquer perigo da componente monetária; antes pelo contrário, se o M2 se expandir por via do crédito à produção, deve haver um efeito positivo líquido, com a oferta a aumentar mais do que a procura, reduzindo-se o actual desequilíbrio.
- Para além da componente do crédito, deve aumentar-se a concorrência através da melhoria geral do ambiente de negócios.
- Se os problemas de oferta e de concorrência não forem minimizados, o BNA ficará sem armas para combater a depreciação, e, entretanto, a produção nacional terá decaído por ser incapaz de concorrer com os preços das importações.
- A protecção à indústria nacional deve fazer-se através de uma pauta aduaneira regressiva, aumentando a pressão concorrencial sobre as margens, permitindo que a importação fixe limites aos preços internos e impedindo-os de ultrapassar os limites de razoabilidade fixados nas taxas aduaneiras.

- É necessário abrir o investimento no comércio interno e de importação a todos os operadores, sem limitações administrativas desnecessárias, antes pelo contrário, incentivando a sua multiplicação.
- Os subsídios a preços são um factor essencial de estabilidade de preços de alguns bens e serviços essenciais. Contudo, são, em geral, muito prejudiciais e caros! Parece começar a desenhar-se uma tendência com alguma força para manter o *statu quo* que consideramos, de todo, desaconselhável.
- É também absolutamente essencial que os dados sejam os correctos: é fundamental que os preços e locais de recolha do INE sejam publicados com detalhe.

3 ESFERA EXTERNA

3.1 BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP)

Na apresentação da Balança de Pagamentos, mostramos a Conta Financeira sob o ponto de vista da entrada de fundos no país. Uma conta financeira positiva significa que o investimento externo em Angola foi superior ao nosso investimento no estrangeiro. O BNA apresenta as contas na perspectiva contabilística, activos menos passivos, pelo que, na conta financeira, o sinal matemático do saldo é o contrário do aqui apresentado. Na nossa apresentação, a soma algébrica de todas as contas é nula, excepto quando isolamos uma delas (reservas brutas ou activos monetários), altura em que apresentamos a conta isolada com sinal contrário.

Optámos por comparar o ano de 2022 com os anos de 2021 (anterior) e 2019 (último ano antes da pandemia).

3.1.1 BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL

Tabela/Gráfico 29 — Balança corrente e de capital

Conta Corrente e de capital (milhões de USD)	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Conta Corrente	18	1 883	1 462	1 774	1 148	-1 271	553	442	2 099	1 294	2 314	2 693	4 804	3 522	1 902	3 393	8 327	145%	338%
Bens e Serviços	1 906	4 242	2 944	3 789	2 492	24	1 620	1 722	3 246	3 077	3 716	4 791	6 945	6 273	6 148	6 323	13 218	109%	115%
Balança de bens	4 009	6 073	4 933	5 583	4 062	1 354	2 838	3 141	4 554	4 797	5 557	6 878	8 981	9 164	10 082	9 352	18 146	94%	80%
Balança de Serviços	-2 103	-1 831	-1 989	-1 794	-1 569	-1 330	-1 218	-1 418	-1 308	-1 720	-1 841	-2 087	-2 036	-2 891	-3 935	-3 029	-4 928	63%	25%
Transferências de rendimentos	-1 887	-2 359	-1 483	-2 015	-1 344	-1 295	-1 067	-1 281	-1 147	-1 783	-1 402	-2 098	-2 141	-2 751	-4 246	-2 930	-4 891	67%	15%
Rendimentos primários líquidos	-1 803	-2 307	-1 421	-1 985	-1 302	-1 258	-1 059	-1 305	-1 012	-1 639	-1 254	-1 879	-1 917	-2 410	-4 110	-2 651	-4 327	63%	5%
Rendimentos secundários líquidos	-84	-52	-61	-30	-42	-37	-8	25	-135	-143	-148	-219	-223	-341	-136	-279	-565	103%	316%
Conta de Capital	2	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	2	1	0	-66%	-77%

Fonte: BNA.

Verificamos uma importante melhoria geral da conta-corrente, com a conta de bens a tornar-se muito positiva, quase duplicando relativamente a 2021, e crescendo 80% relativamente a 2019, embora a conta de serviços se agrave relativamente a 2021 (63%) e 2019 (25%). Note-se que, na conta de serviços, sendo os saldos negativos, um crescimento do valor absoluto corresponde a um agravamento.

A conta de Transferências agrava-se 67% e 15%, relativamente a 2021 e 2019, respectivamente.

O BNA continua a manter uma chamada conta de Capital, que, aparentemente, nada tem que ver com capital e não apresenta qualquer materialidade.

Tabela/Gráfico 30 — Balança de bens e serviços excluindo o sector petrolífero

Balança de comercial não-petrolífera (Milhões de USD)	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Balança de bens e serviços excluindo sector petrolífero	-3 849	-3 535	-3 685	-3 595	-2 948	-2 586	-2 817	-2 593	-2 781	-3 269	-3 499	-3 496	-4 003	-5 113	-7 384	-6 050	-9 115	50,7%	23,5%
Exportação de bens e serviços excepto sector petrolífero	589	396	385	445	346	167	158	749	366	425	571	474	550	614	985	792	1 164	47,1%	18,2%
Importações de bens e serviços excepto sector petrolífero	4 438	3 931	4 069	4 040	3 294	2 753	2 975	3 342	3 148	3 694	4 070	3 970	4 553	5 727	8 368	6 842	10 279	50,2%	22,8%
Cobertura das importações pelas exportações	13%	10%	9%	11%	11%	6%	5%	22%	12%	12%	14%	12%	12%	11%	12%	12%	11%	-0,25	-0,44

Fonte: BNA.

Para a construção deste quadro, usámos, neste Relatório, a definição de bens não-petrolíferos da Balança de Pagamentos, apresentação analítica, do BNA. Com esta alteração, a cobertura sobe ligeiramente (cerca de 2 p.p.) em relação aos relatórios anteriores. No que diz respeito aos serviços, continuámos a usar o total de serviços prestados ao exterior subtraídos da aquisição de serviços ao exterior com excepção dos serviços às petrolíferas, constantes da Balança de Pagamentos, apresentação padrão.

O saldo da balança externa não-petrolífera é permanentemente negativa, piorando relativamente a 2021 (51%) e a 2019 (24%).

Os bens e serviços exportados crescem 47% e 18%, relativamente a 2021 e 2019, respectivamente; contudo, as importações cresceram 50% e 22%, relativamente aos mesmos períodos.

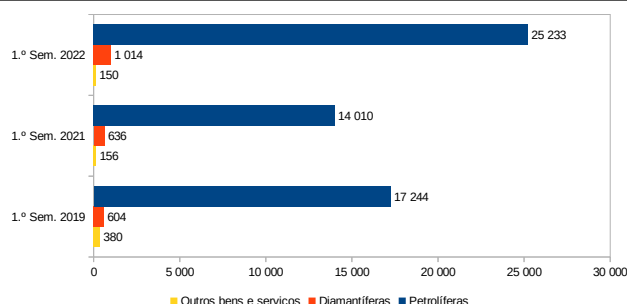
A cobertura das importações pelas exportações não-petrolíferas decresce de cerca de 12%, em 2019 e 2021, para cerca de 11%, em 2022 (-0,44 p.p. relativamente a 2019).

A situação mantém-se idêntica durante toda a série, com uma cobertura próxima dos 10%, o que significa que, sem o sector petrolífero, teríamos sido obrigados a prescindir de cerca de 90% do que importámos.

3.1.1.1 EXPORTAÇÕES

Tabela/Gráfico 31 — Exportações por categoria de produto

Exportações de bens e serviços por categoria (milhões de USD)	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Total petróleos e Diamantes	8 676	9 173	8 102	8 630	6 486	3 435	5 163	5 570	6 913	7 732	8 771	9 972	12 635	13 613	17 849	14 645	26 248	79%	47%
Petrolíferas	8 288	8 956	7 826	8 294	6 184	3 301	5 066	5 033	6 627	7 383	8 253	9 575	12 156	13 078	17 244	14 010	25 233	80%	46%
Diamantíferas	388	216	275	335	302	134	97	537	286	349	518	396	479	535	604	636	1 014	60%	68%
Outros bens e serviços	200	180	110	110	44	33	61	212	80	76	53	78	71	79	380	156	150	-4%	-61%
Bens	40	27	39	40	27	22	38	197	63	48	30	52	50	63	67	111	113	2%	69%
Serviços	161	153	70	70	17	12	23	15	17	28	23	26	21	15	314	45	37	-18%	-88%
TOTAL	8 876	9 353	8 211	8 740	6 530	3 468	5 224	5 782	6 993	7 808	8 824	10 049	12 705	13 692	18 229	14 801	26 397	78%	45%



Fonte: BNA.

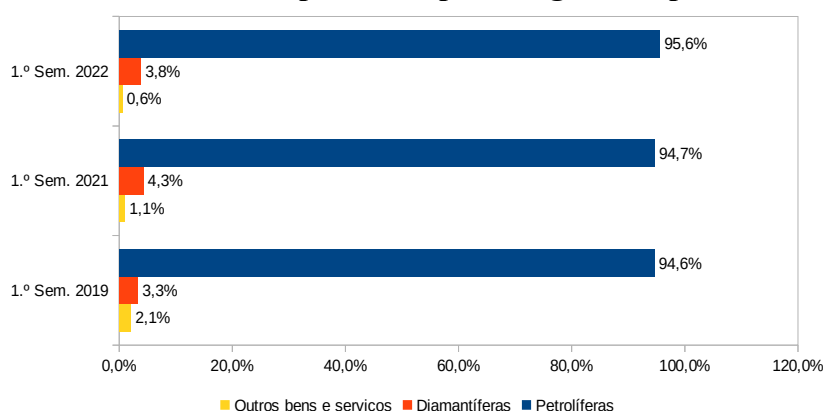
As exportações totais cresceram 78%, de 14,8 mil milhões para 26,4 mil milhões de USD relativamente a 2021; relativamente a 2019, crescem 45%.

As exportações petrolíferas crescem 80%, relativamente a 2021, e 46%, relativamente a 2019.

As exportações de diamantes crescem 60%, relativamente a 2021, e 68%, relativamente a 2019, com crescimentos simultâneos das quantidades e preços.

As restantes exportações caem 4%, face a 2021, com uma subida de 2% na exportação de bens e uma redução de 18% na exportação de serviços. Relativamente a 2019, há um forte decréscimo de 380 para 150 milhões de USD (-61%), com um crescimento de 69% nos bens e um decréscimo de quase 88% nos serviços.

Tabela/Gráfico 32 — Estrutura das exportações por categoria de produto

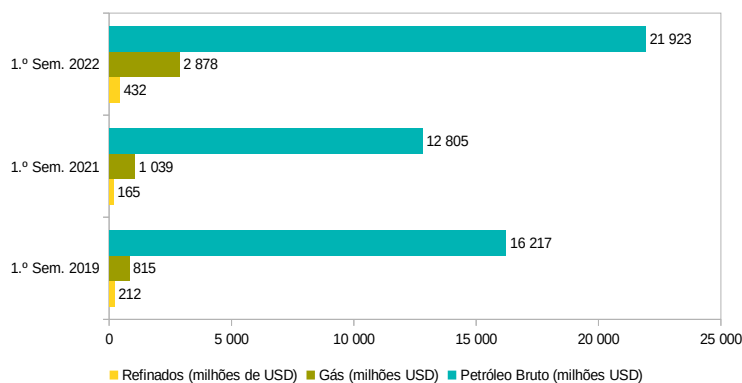


Fonte: BNA.

As exportações petrolíferas representam cerca de 95%; as diamantíferas sobem de 3,3% para próximo de 4%; e todas as restantes reduzem constantemente o seu peso, de 2,1%, em 2019, até 0,6%, em 2022.

Tabela/Gráfico 33 — Evolução das exportações petrolíferas por produto

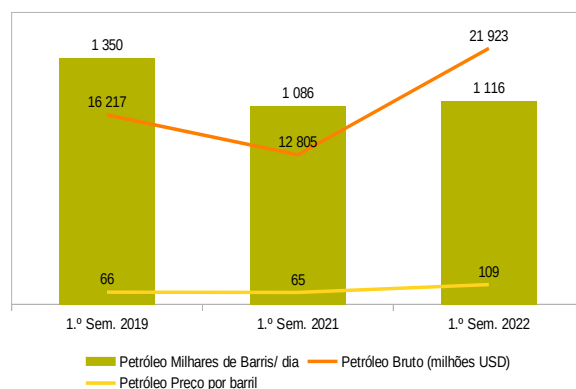
Exportações petrolíferas	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Petróleo Bruto (milhões USD)	7 707	8 510	7 379	7 800	5 775	3 101	4 767	4 654	6 080	6 725	7 243	7 811	10 122	11 801	16 217	12 805	21 923	71,2%	35,2%
Petróleo Milhões de Barris	122	123	117	120	119	114	110	104	99	98	99	99	98	104	244	197	202	2,7%	-17,3%
Petróleo Milhares de Barris/ dia	1 352	1 347	1 276	1 301	1 303	1 251	1 195	1 131	1 095	1 077	1 073	1 074	1 093	1 139	1 350	1 086	1 116	2,7%	-17,3%
Petróleo Preço por barril	63	69	63	65	49	27	43	45	62	69	73	79	103	114	66	65	109	66,6%	63,5%
Gás (milhões USD)	473	342	321	371	324	158	242	308	468	571	895	1 680	1 832	1 046	815	1 039	2 878	177,0%	253,1%
Gás Milhares de Barris	11 914	12 925	12 667	12 680	12 184	12 818	12 075	9 839	9 246	9 470	10 019	10 816	10 945	10 439	24 839	18 716	21 385	14,3%	-13,9%
Gás Preço por barril	40	26	25	29	27	12	20	31	51	60	89	155	167	100	33	56	135	142,4%	310,1%
Refinados (milhões de USD)	107	105	127	123	85	43	57	71	79	87	115	84	201	231	212	165	432	161,5%	103,6%
Refinados Centenas de Toneladas Métricas	2 508	2 299	2 865	2 628	2 432	2 546	1 779	1 992	1 672	1 693	2 144	1 419	2 868	2 823	4 808	3 365	5 691	69,1%	18,4%
Refinados Preço por Tonelada Métrica	427	457	443	468	350	168	320	359	470	512	537	594	702	817	441	491	759	54,6%	72,0%
TOTAL	8 288	8 956	7 826	8 294	6 184	3 301	5 066	5 033	6 627	7 383	8 253	9 575	12 156	13 078	17 244	14 010	25 233	80,1%	46,3%



Fonte: BNA.

As exportações semestrais de petróleo bruto crescem de 16,2 para 21,9 mil milhões de USD entre 2019 e 2022; as de gás, de 815 para 2,9 mil milhões de USD; e as dos refinados, de 212 para 432 milhões de USD, todas com mínimos em 2021 e picos em 2022.

Observemos mais detalhadamente.

Tabela/Gráfico 34 — Exportações de petróleo bruto em valor e quantidade


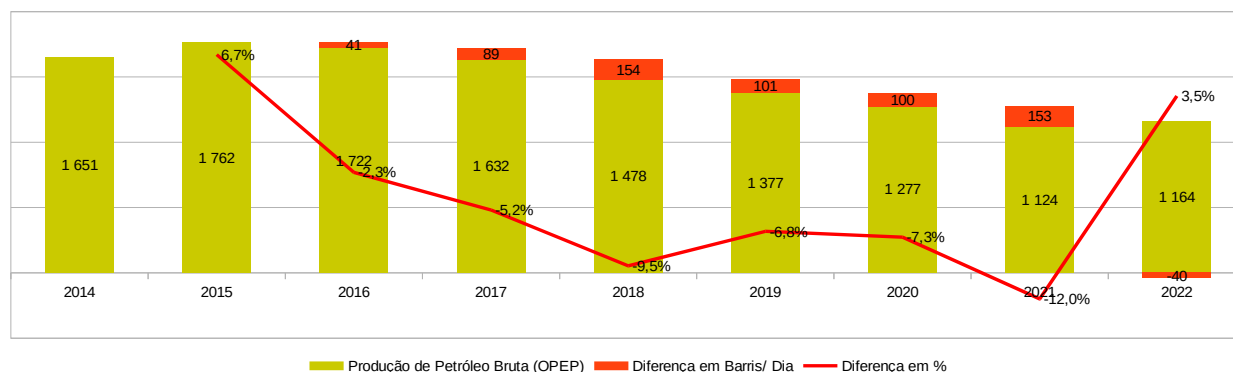
Fonte: BNA.

As exportações de petróleo bruto, em quantidades, apresentaram uma queda de 17%, relativamente a 2019, mas cresceram quase 3% face a 2021, passando de 1.350 mil barris por dia, em 2019, para 1.116, em 2022.

O preço médio do barril de petróleo das nossas exportações passou de 66 para 109 USD por barril, entre 2019 e 2021.

Em resultado da queda das quantidades e do forte aumento dos preços, as exportações em valor cresceram 5,7 mil milhões de USD face ao 1.º Semestre de 2019 (35%) e 9,1 mil milhões (71%) face ao 1.º Semestre de 2021.

Tabela/Gráfico 35 — Evolução da produção de petróleo em milhares de barris/dia



Fonte: OPEP, 2022 até Agosto.

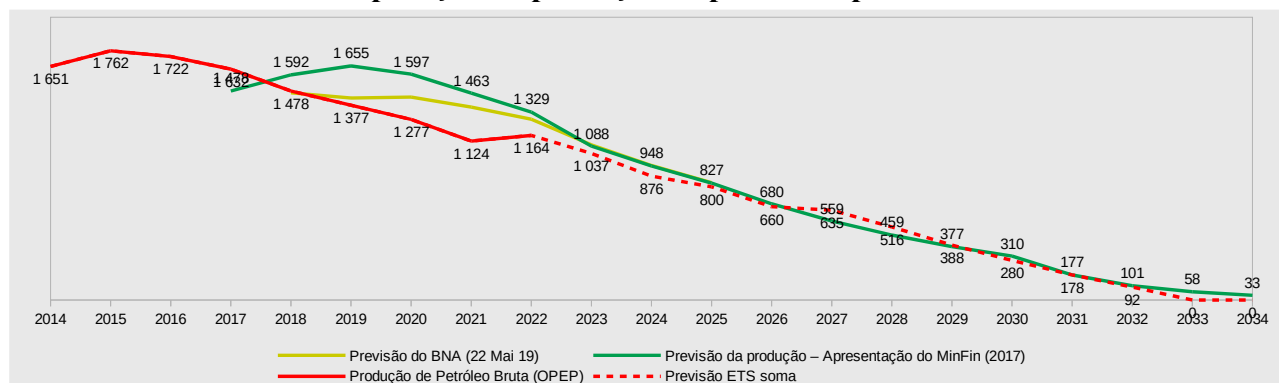
Desde 2016, a produção petrolífera cai sucessivamente. A partir de 2018, o ritmo médio anual de variação é de -9%, equivalente a 127 mil barris/dia, agravando-se, em 2021, para -153 mil barris/dia (-12%)! Porém, desde o 2.º Trimestre de 2021, a produção cresceu ligeiramente, passando de uma média de 1.124, no ano de 2021, para 1.164 mil barris/dia, entre Janeiro e Agosto de 2022 (+3,5%). As exportações reportadas pelo MinFin mostram uma ligeira queda no semestre de 1.161 para 1.158 mil barris/dia (-0,3%). Porém, a Balança de Pagamentos regista dados mais modestos, mas um crescimento mais robusto, passando de 1.086 para 1.116 (+2,7%). Seja qual for a fonte, os dados revelam uma estagnação em alta da produção e das exportações, o que é muito positivo face à queda anterior.

As previsões de produção petrolífera sem reposição de reservas, constantes do Decreto Presidencial 282/20, apontam para o declínio para menos de 1 milhão de barris/dia a partir de 2023, atingindo 500 mil barris em 2028 e praticamente desaparecendo em 2032 (dentro de 10 anos)!

Estas previsões vêm apresentadas num gráfico com fraca definição, não permitindo uma comparação numérica. Todas as tentativas de obter a tabela que está por detrás do gráfico foram infrutíferas. Aparentemente, os dados numéricos constantes de uma Lei do país são considerados segredo de Estado por alguns servidores públicos!

Não sendo possível usar a previsão mais recente, manteremos a comparação com as duas previsões anteriores, embora todas elas sejam muito próximas a partir de 2023.

Tabela/Gráfico 36 — Comparação da produção de petróleo e previsões



Fontes: BNA, MinFin e OPEP.

Neste gráfico, apresentamos o período de previsão até 2035, sem saltos. A previsão do BNA pára em 2025. A do MinFin, após 2025, apresenta apenas os valores de 2030 e 2035; os anos intermédios foram preenchidos aplicando as taxas de crescimento médio anual respectivas. Para o prolongamento da produção efectiva, usámos a previsão ETS aditiva (suavização exponencial tripla), cujo resultado é muito semelhante ao da extensão da linha de tendência polinomial de grau 3 que usamos nas nossas linhas de tendência.

A actual estabilidade da produção permite uma ligeira ultrapassagem da produção prevista entre 2027 e 2029. Porém, os dados continuam a mostrar que a produção deixa de ser significativa no

final da próxima legislatura (500 mil barris/dia em 2028), permitindo a continuidade do abastecimento interno das novas refinarias apenas por mais 1 ou 2 anos (até 2030, sensivelmente).

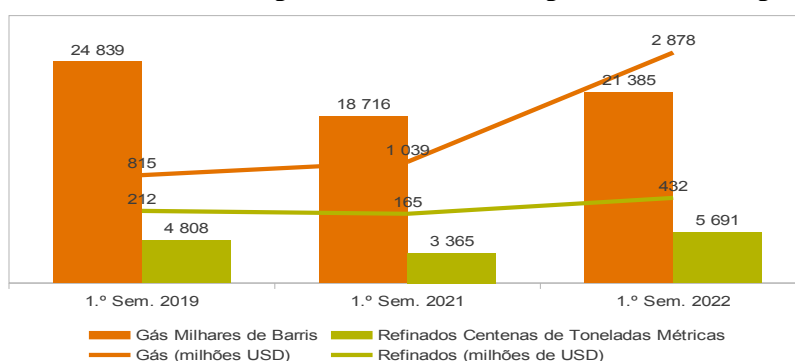
Isto não valida nem invalida a utilidade das refinarias; tudo depende dos custos de produção. No que diz respeito ao fluxo de divisas, o “benefício/prejuízo” corresponde à poupança/gasto resultante da redução da importação de refinados contra a redução da exportação de ramas, subtraída dos fluxos para o exterior ligados aos custos dos projectos: aquisição de matérias-primas, transferências de salários, juros e lucros e eventuais fluxos negativos de IDE.

É fundamental que estas contas sejam apresentadas e que não se avaliem os projectos parcialmente, como parece estar a fazer-se.

Desde 2019 até 2022 (Agosto), a produção efectiva reportada pela OPEP situou-se 4%, 11%, 18% e 9% abaixo da previsão feita, em 2018, pelo BNA, encontrando-se agora 6% acima da previsão para 2023.

Considerações de natureza geopolítica estão a determinar a oferta e os preços, tudo dependendo do equilíbrio de forças e das alianças na luta entre superpotências. Porém, tem-se observado uma tendência, embora não muito definida, de descida dos preços desde Agosto. Contudo, mesmo quando os preços estavam acima dos 100 USD, não se notou um interesse sério de investimento nem em Angola nem no mundo. Aparentemente, as petrolíferas estão a aproveitar os preços altos para extrair o máximo sem investimentos significativos, o que significa que, baixando os preços, o declínio da produção poderá retomar o ritmo anterior, recomendando-se, portanto, a máxima prudência.

Tabela/Gráfico 37 — Variação das exportações do sector petrolífero excepto petróleo bruto



Fonte: BNA.

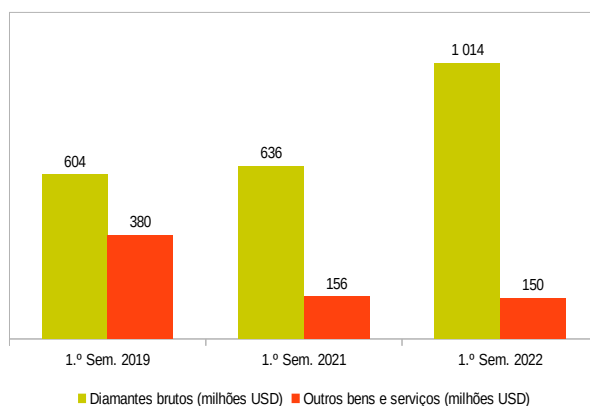
O gás é o nosso 2.º produto de exportação em valor.

O gráfico mostra uma recuperação das quantidades relativamente a 2021 (+14%), sem contudo se ter atingido o valor de 2019 (-14%). Os preços crescem brutalmente, 142% e 310%, relativamente a 2021 e 2019, respectivamente. Esta variação dos preços e quantidades permitiu passar de um patamar de 800 para cerca de 2.900 milhões de USD de exportações de gás em valor, entre os 1.ºs Semestres de 2019 e 2022.

Os refinados representam o nosso 4.º produto de exportação, depois dos diamantes. Em quantidades, há um crescimento de 69%, face a 2021, e de 18%, face a 2019. Os preços sobem 55% e 72%, face a 2021 e 2019, respectivamente. O valor das exportações atinge 432 milhões de USD, o que representa um crescimento de 162%, face a 2021 (69% em quantidade e 55% em preço), e de 103%, relativamente a 2019 (18% em quantidade e 72% em preço).

Tabela/Gráfico 38 — Variação das exportações não-petrolíferas (dados agregados)

Exportações não-petrolíferas	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Diamantes brutos (milhões USD)	388	216	275	335	302	134	97	537	286	349	518	396	479	535	604	636	1 014	59,6%	67,9%
Outros bens e serviços (milhões USD)	200	180	110	110	44	33	61	212	80	76	53	78	71	79	380	156	150	-4,0%	-60,7%

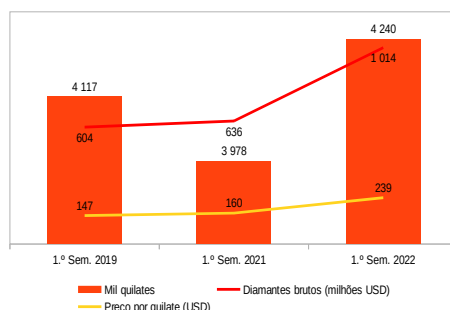


Fonte: BNA.

Quando excluimos o sector petrolífero, torna-se imediatamente preponderante o peso do sector diamantífero.

As exportações não-petrolíferas atingem 1.164 milhões de USD, crescendo 47%, relativamente a 2021, e 18%, face a 2019.

Como pode observar-se, as outras exportações caem continuamente, representando apenas 150 milhões de USD, no 1.º Semestre de 2022, criando-se uma segunda dependência, face aos diamantes.

Tabela/Gráfico 39 — Evolução do preço e da quantidade (milhões de quilates) de exportação de diamantes


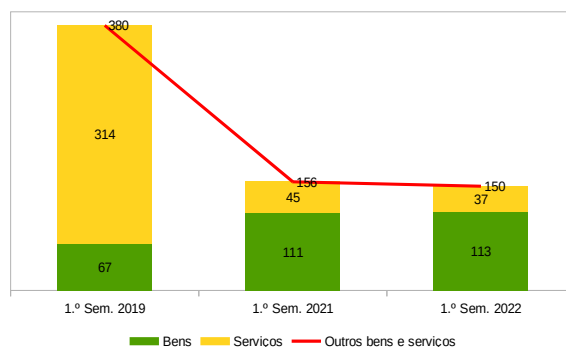
Fonte BNA.

As exportações de diamantes sobem de 604 para 1.014 milhões de USD entre 2019 e 2021 (68%). Os preços passam de um valor médio de 147 USD para 239 USD por quilate, entre 2019 e 2022 (+63%). As exportações em quantidades crescem de 4.117 mil de quilates, em 2019, para 4.240 mil, em 2022 (+ 3%), mas apresentam uma queda significativa, em 2021.

Os diamantes consolidam-se, assim, como a nossa 3.ª exportação.

Tabela/Gráfico 40 — Exportações de outros bens e serviços

Exportações não-petrolíferas	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Outros bens e serviços (milhões USD)	200	180	110	110	44	33	61	212	80	76	53	78	71	79	380	156	150	-4,0%	-60,7%
Serviços	161	153	70	70	17	12	23	15	17	28	23	26	21	15	314	45	37	-18,3%	-88,4%
Pescado	21	5	13	15	11	7	15	54	13	20	7	21	9	12	26	34	21	-37,0%	-18,8%
Madeira	11	11	7	8	4	5	8	75	13	7	6	9	10	12	22	20	22	6,8%	-1,4%
Cimento	1	0	3	2	1	0	3	21	6	5	5	5	3	5	1	12	7	-36,8%	983,7%
Bebidas	5	5	8	8	6	2	3	22	5	6	5	6	6	5	9	11	11	5,6%	20,7%
Mármore e granitos	0	3	3	3	1	5	7	22	4	6	5	5	8	13	3	10	20	106,2%	648,8%
Outros bens	3	3	6	4	3	2	1	3	22	3	3	5	14	17	6	25	31	24,8%	430,0%



Fonte: BNA.

As exportações de bens e serviços, com exceção dos sectores petrolífero e diamantífero, caem de 380 para 150 milhões de USD (-61%), face a 2019, com os serviços a caírem de 314 para 37 milhões de USD (-88%), e os bens a subirem de 67 para 113 milhões (+69%). Observa-se uma queda de 156 para 150 milhões relativamente a 2021 (-4%), com os bens a subirem muito ligeiramente de 111 para 113 milhões (+2%), e os serviços a caírem de 45 para 37 milhões (-18%).

Os serviços de viagens são os principais responsáveis pela queda dos serviços, já que representaram 276,5 milhões, no 1.º Semestre de 2019, e uns irrisórios 9,7 milhões de USD, no 1.º Semestre de 2022, perdendo o lugar de segunda exportação não-petrolífera, para se situarem no fundo da tabela das exportações.

O sector do pescado cai de 26 para 21 milhões (-18%) entre 2019 e 2022, descendo ainda mais relativamente a 2021 (-37%)

Segue-se o sector madeireiro, que desce ligeiramente (-1,4%) em relação a 2019. Face a 2021, regista-se uma pequena subida de 6,8%, ou seja, as exportações do sector são estáveis entre os 20 e os 22 milhões de USD.

As exportações de cimentos caem de 12 para 7 milhões, entre 2021 e 2022 (-37%), mas são muito mais elevadas do que no 1.º Trimestre de 2019 (1 milhão). Na verdade, as exportações de cimento só aparecem, com alguma regularidade, em 2021. Parece haver potencial para estas exportações, uma vez que as fábricas continuam a operar muito abaixo da capacidade instalada. Teremos, provavelmente, de melhorar os nossos preços e o *marketing* junto dos clientes internacionais. Tarda a haver alguma actividade que as dinamize.

Seguem-se as bebidas, que sobem de 9 para 11 milhões (21%) entre 2019 e 2022 (crescendo apenas, 6%, relativamente a 2021), mas mostrando grande estabilidade entre 5 e 6 milhões por trimestre.

Mármore e granitos começam a ter algum peso a partir do 2.º Trimestre de 2019, apresentando um valor médio de 3 milhões nos últimos 3 trimestres desse ano, subindo para 5 milhões, em 2021, e alcançando agora 8 milhões e 13 milhões, nos 1.º e 2.º Trimestres de 2022, respectivamente. Estas exportações passam de 3 milhões, em 2019, para 20 milhões, em 2022 (648%), apresentando-se como o sector com maior dinamismo e constância de crescimento.

Os outros bens começam a mostrar algum dinamismo passando, em conjunto, de 6 para 31 milhões (+430%), sobretudo concentrados em Marinha e Aviação. Esta rubrica representa os fornecimentos de serviços a navios e aviões estrangeiros. Em 2017, representava um valor regular trimestral em

torno de 17 milhões, que, inexplicavelmente, passou para menos de 4 milhões em 2019 e para 1 milhão em 2020. Em 2021, tem 21 milhões no 1.º Trimestre, seguidos de uma média de 3 milhões nos restantes; em 2022, parece querer voltar aos valores iniciais, com 13,5 milhões, no 1.º Trimestre, e 16,9, no 2.º Trimestre. Esperemos que doravante se mantenha neste patamar.

Tabela/Gráfico 41 — Estrutura das exportações

Estrutura das exportações de bens e serviços	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Petróleo Bruto (milhões USD)	86,8%	91,0%	89,9%	89,3%	88,4%	89,4%	91,3%	80,5%	86,9%	86,1%	82,1%	77,7%	79,7%	86,2%	89,0%	86,5%	83,1%	-3,46	-5,91
Gás (milhões USD)	5,3%	3,7%	3,9%	4,2%	5,0%	4,5%	4,6%	5,3%	6,7%	7,3%	10,1%	16,7%	14,4%	7,6%	4,5%	7,0%	10,9%	3,88	6,43
Refinados (milhões de USD)	1,2%	1,1%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%	1,1%	1,2%	1,1%	1,1%	1,3%	0,8%	1,6%	1,7%	1,2%	1,1%	1,6%	0,52	0,47
Diamantes brutos (milhões USD)	4,4%	2,3%	3,4%	3,8%	4,6%	3,9%	1,8%	9,3%	4,1%	4,5%	5,9%	3,9%	3,8%	3,9%	3,3%	4,3%	3,8%	-0,45	0,53
Serviços	1,8%	1,6%	0,9%	0,8%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,2%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,1%	1,7%	0,3%	0,1%	-0,16	-1,58
Pescado	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,9%	0,2%	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	-0,15	-0,06
Madeira	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	1,3%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	-0,05	-0,04
Cimento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,4%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,05	0,02
Bebidas	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,4%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	-0,03	-0,01
Mármore e granitos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,4%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,01	0,06
Outros bens	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%	-0,05	0,09
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0,00	0,00

Fonte: BNA.

A variação relevante da estrutura das exportações dá-se no topo, com o petróleo bruto a descer de 89% para 83% (-5,91 p.p.), entre 2019 e 2022, por contrapartida do gás, que sobe de 4,5% para quase 10,9% (+6,43 p.p.). Os refinados sobem +0,47 p.p., os diamantes +0,53 p.p. e os serviços -1,58 p.p. Todas as restantes variações relativas a 2019 são inferiores a 0,1 p.p.

3.1.1.2 IMPORTAÇÕES

Tabela/Gráfico 42 — Importações de produtos e serviços, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações em 2019

Importações em valor (milhões de USD) – corrigindo aeronaves e embarcações no 1.º Tri de 2019	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Bens de consumo corrente	1 946	2 072	2 070	1 943	1 529	1 292	1 433	1 612	1 386	1 933	1 933	2 092	2 470	3 048	4 018	3 319	5 518	66,3%	37,3%
Bens de consumo intermédio	423	385	406	394	332	303	313	346	352	390	415	366	440	449	808	742	889	19,7%	10,0%
Bens de capital	837	669	732	750	590	508	617	667	684	660	897	688	794	1 015	1 507	1 344	1 808	34,6%	20,0%
Serviços às petrolíferas	470	463	462	388	352	402	248	248	153	398	348	558	247	284	933	551	531	-3,6%	-43,1%
Outros serviços	1 794	1 522	1 597	1 477	1 234	939	993	1 185	1 172	1 351	1 516	1 556	1 810	2 623	3 315	2 523	4 433	75,7%	33,7%
TOTAL	5 470	5 111	5 267	4 951	4 038	3 444	3 604	4 060	3 747	4 731	5 108	5 258	5 760	7 419	10 581	8 479	13 179	55,44%	24,55%

Fonte BNA.

Excluimos a importação extraordinária de aeronaves e embarcações, em 2019, que distorce a evolução e estrutura das importações e poderia conduzir à ideia errada de que existiu uma fortíssima redução na importação de bens de investimento.

As importações de bens e serviços sobem 55%, relativamente a 2021, e 25%, face a 2019!

A importação de bens de consumo corrente cresce 66%, face a 2021, e 37%, em relação a 2019, o que significa que voltámos a basear o consumo sobre as importações, ancoradas numa taxa de câmbios muito baixa, resultante dos preços do petróleo e gás.

Os bens de consumo intermédio crescem 20% relativamente a 2021 e 10% relativamente a 2019, o que demonstra que também a produção se tornou mais dependente das importações.

Os bens de investimento crescem 34%, relativamente a 2021, e 20%, face a 2019, o que significa que o investimento deu um salto importante no 2.º Trimestre, invertendo a relação com 2019 de negativa (-4% no 1.º Trimestre) para positiva (+20% no conjunto do 1.º Semestre de 2022). De notar ainda que, dos 1.015 milhões de bens de capital importados no 2.º Trimestre, 992 milhões são “máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos”, o que representa um importante crescimento na capacidade produtiva nacional.

Os serviços às petrolíferas caem 4%, relativamente a 2021, e 43%, em relação a 2019, o que pode significar uma maior componente nacional, mas também que a manutenção da produção se está a

fazer muito à custa das estruturas existentes, tardando sinais sobre novos investimentos de algum significado.

A importação de serviços, excluindo os serviços às petrolíferas, sobe 76%, relativamente a 2021, e 34% relativamente a 2019.

Em geral, pode observar-se um forte aumento das importações em todos os sectores, especialmente no consumo, com consequências nas reservas internacionais, como veremos.

Tabela/Gráfico 43 — Estrutura das importações, eliminando a aquisição de aeronaves e embarcações, 2019

Estrutura das Importações de bens e serviços	Trimestral 2019				2020				2021				2022 ^z		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22-21	22-19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Bens de consumo corrente	35,6%	40,5%	39,3%	39,2%	37,9%	37,5%	39,8%	39,7%	37,0%	40,9%	37,8%	39,8%	42,9%	41,1%	38,0%	39,1%	41,9%	2,72	3,89
Bens de consumo intermédio	7,7%	7,5%	7,7%	8,0%	8,2%	8,8%	8,7%	8,5%	9,4%	8,2%	8,1%	7,0%	7,6%	6,1%	7,6%	8,8%	6,7%	-2,01	-0,89
Bens de capital	15,3%	13,1%	13,9%	15,1%	14,6%	14,8%	17,1%	16,4%	18,3%	13,9%	17,6%	13,1%	13,8%	13,7%	14,2%	15,8%	13,7%	-2,13	-0,52
Serviços às petrolíferas	8,6%	9,1%	8,8%	7,8%	8,7%	11,7%	6,9%	6,1%	4,1%	8,4%	6,8%	10,6%	4,3%	3,8%	8,8%	6,5%	4,0%	-2,47	-4,79
Outros serviços	32,8%	29,8%	30,3%	29,8%	30,6%	27,3%	27,6%	29,2%	31,3%	28,6%	29,7%	29,6%	31,4%	35,4%	31,3%	29,8%	33,6%	3,88	2,31
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0,00	0,00

Fonte: BNA.

As importações de bens de consumo dominam, com uma média próxima de 39% até ao fim do ano passado, atingindo 42% no 1.º Semestre de 2022 (+2,72 e +3,89 pontos relativamente a 2021 e 2019, respectivamente).

Seguem-se os outros serviços, com uma trajectória ligeiramente decrescente em 2021, mas crescendo significativamente em 2022, para quase 34% (+2,31 p.p. relativamente a 2019).

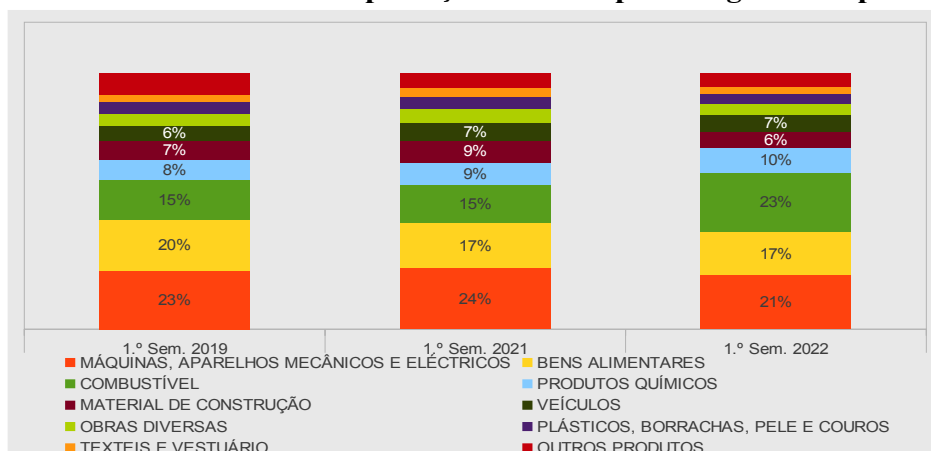
As importações de bens de capital descem de 14,2% para 13,7%, (-0,52 p.p.) face a 2019, descendo mais acentuadamente face a 2021 (-2,13 p.p.).

A importação de bens de consumo intermédio representa apenas 6,7%, descendo 0,89 face a 2019 e, tal como os bens de capital, mais acentuadamente face a 2021 (-2,01 p.p.).

Estas reduções do peso das importações de bens de capital e matérias-primas, quando comparadas com as importações de bens de consumo e serviços (excepto petrolíferas), mostra como a economia está a acentuar a dependência do mercado externo. Em peso, os bens finais e serviços aumentam mais do que os bens de investimento e matérias-primas.

Os serviços às petrolíferas baixam de 8,8%, em 2019, para 4,0%, em 2022, passando por um valor intermédio de 6,5%, em 2021. A queda de 4,79 pontos relativamente a 2019 é a principal contrapartida para o crescimento dos bens de consumo relativamente a esse ano.

Tabela/Gráfico 44 — Estrutura das importações de bens por categorias de produto



Fonte: BNA.

A estrutura das importações de bens por categoria de produtos, depois de equalizar a importação de aeronaves em 2019, apresenta agora alguma oscilação.

As máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos representam 23% das importações, em 2019, caindo para 21%, em 2022 (-1,47 p.p., relativamente a 2019, e 2,73 p.p. para 2021).

Os combustíveis passam a ser o 2.º produto de importação, com 23%, crescendo quase 8 p.p. em relação a 2019 e 2021. Este aumento do peso das importações de combustíveis, resultante do aumento dos preços no mercado mundial, explica parte das reduções de peso noutros produtos.

Seguem-se os bens alimentares, que passam de 20% para 17% (-3,45 p.p.), apresentando também um ligeiro decréscimo de 0,71 p.p. face a 2021.

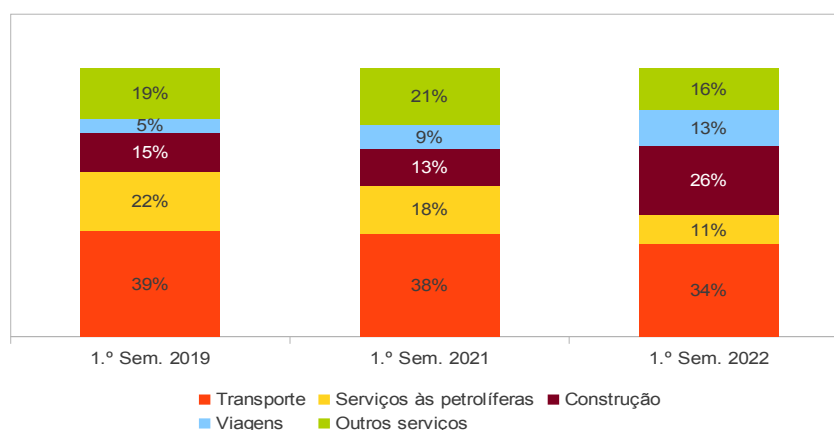
Os produtos químicos crescem constantemente de 8% para 9% e depois para 10%, o que parece positivo.

Os veículos sobem de 6% para 7%, com um ligeiro decréscimo face a 2021 (-0,11 p.p.).

Os materiais de construção descem de 7% para 6% (-1,06 p.p.), face a 2019, depois de terem atingido 9% no 1.º Semestre de 2021.

Também nas importações se nota alguma concentração, com o peso total dos outros produtos a atingir 16%, em 2022, contra 20%, em 2019, e 19%, em 2021, não alcançando nenhum dos produtos que compõem este agregado um peso individual superior a 5%.

Tabela/Gráfico 45 — Estrutura da importação de serviços (milhões de USD)



Fonte: BNA.

A estrutura dos serviços importados continua concentrada em: transportes, que tem um peso de 34%; serviços de negócios petrolíferos, com 11%; serviços de construção, com 26%; e viagens, 13%, somando todos os restantes 16%. Relativamente a 2019, há uma queda pronunciada do peso dos serviços às petrolíferas (-11,26 p.p.) e dos transportes (-4,86 p.p.) e, em contrapartida, um crescimento acentuado da construção (11,16 pontos), mostrando que estamos em ano eleitoral, e das viagens (mais de 8 pontos), revelando, de um lado, o fim do confinamento e, de outro, que a falta de recuperação das nossas exportações de viagens se deve, exclusivamente, aos problemas da nossa transportadora. Aguardemos o impacto das recentes aquisições de aeronaves e da alteração da gestão da TAAG.

O peso dos restantes serviços cai de 19% para 16% (-3 pontos).

3.1.2 TRANSFERÊNCIA DE RENDIMENTOS
Tabela/Gráfico 46 — Transferências de rendimentos (milhões de dólares)

Balança de transferências (Em milhões de dólares)	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Rendimentos primários (Liq.)	-1.803	-2.307	-1.421	-1.985	-1.302	-1.258	-1.059	-1.305	-1.012	-1.639	-1.254	-1.879	-1.917	-2.410	-4.110	-2.651	-4.327	63,2%	5,3%
Rendimentos de trabalho	-106	-107	-91	-86	-161	-101	-133	-101	-100	-107	-95	-106	-87	-101	-212	-207	-188	-9,4%	-11,6%
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Transferências para o exterior	106	107	91	86	161	101	133	101	100	107	95	106	87	101	212	207	188	-9,4%	-11,6%
Lucros e juros	-1.697	-2.200	-1.330	-1.899	-1.142	-1.156	-926	-1.204	-911	-1.532	-1.159	-1.773	-1.830	-2.309	-3.898	-2.444	-4.139	69,4%	6,2%
Transferências do exterior	110	187	224	171	146	136	75	179	96	76	109	74	37	57	297	172	94	-45,5%	-68,4%
Transferências para o exterior	1.808	2.387	1.554	2.070	1.288	1.293	1.001	1.383	1.007	1.608	1.268	1.847	1.867	2.365	4.195	2.616	4.233	61,8%	0,9%
Rendimentos secundários (Liq.)	-84	-52	-61	-30	-42	-37	-8	25	-135	-143	-148	-219	-223	-341	-136	-279	-565	102,7%	315,7%
Transferências do exterior	3	3	4	2	3	5	7	42	7	8	7	7	9	6	6	15	15	-4,3%	148,4%
Transferências para o exterior	87	55	66	32	45	42	15	17	142	152	155	226	232	347	142	294	579	97,1%	308,8%

Fonte: BNA.

A balança de rendimentos primários situou-se em -4,3 mil milhões de USD, aumentando o seu saldo negativo em 63%, relativamente ao 1.º Semestre de 2021, e 5%, relativamente ao mesmo período de 2019.

A balança de rendimentos de trabalho melhora 9%, relativamente a 2021, e 12%, relativamente a 2021, sem, contudo, apresentar uma variação significativa em valor (menos de 20 milhões de USD). Continua a não existir qualquer transferência de rendimentos de trabalho proveniente dos nossos emigrantes. Sendo esta uma fonte importante de divisas em muitos países africanos, não se entende este completo divórcio entre a diáspora e o país. Se poderá haver algumas remessas incluídas na balança de rendimentos secundários, elas são insignificantes, exigindo-se uma actuação muito mais dinâmica para atrair estas poupanças.

A balança de juros e lucros, a componente mais importante da balança de transferências, situou-se em -4,1 mil milhões de USD, deteriorando-se relativamente a 2021 (69%) e 2019 (6%).

A balança de rendimentos secundários ganhou expressão em 2021, crescendo significativamente em 2022, ao atingir cerca de -565 milhões de USD no 1.º Semestre. O nível de transferências do exterior (15 milhões de USD), quando comparado com o das transferências para o exterior (579 milhões) e a evolução destas duas rubricas, demonstra que o país continua muito pouco atractivo, não parecendo aconselhável um alívio imediato da liberdade de circulação de capitais.

Tabela/Gráfico 47 — Expatriação da rentabilidade dos capitais (milhões de dólares)

Juros e lucros transferidos (Em milhões de dólares)	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Passivos Financeiros - Investimento estrangeiro	77.729	75.903	72.895	75.618	76.500	75.538	76.114	75.058	75.980	75.474	75.940	71.728	69.892	68.760	75.903	75.474	68.760	-8,9%	-9,4%
Lucros e juros	1.808	2.387	1.554	2.070	1.288	1.293	1.001	1.383	1.007	1.608	1.268	1.847	1.867	2.365	4.195	2.616	4.233	61,8%	0,9%
Rendimento transferido (% do investimento)	2,3%	3,1%	2,1%	2,7%	1,7%	1,7%	1,3%	1,8%	1,3%	2,1%	1,7%	2,6%	2,7%	3,4%	5,5%	3,5%	6,2%	2,69	0,63
Activos Financeiros - Investimento angolano	43.724	43.744	43.062	46.359	45.904	44.163	45.106	45.046	42.596	44.208	47.278	47.249	49.817	51.801	43.744	44.208	51.801	17,2%	18,4%
Lucros e juros	110	187	224	171	146	136	75	179	96	76	109	74	37	57	297	172	94	-45,5%	-68,4%
Rendimentos transferido (% do investimento) – anualizado	0,3%	0,4%	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,4%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,7%	0,4%	0,2%	-0,21	-0,50
50% das saídas de investimento petrolífero	1.373	1.655	1.640	1.429	1.050	733	899	1.408	928	1.155	1.211	2.147	1.433	1.631	3.028	2.083	3.064	47,1%	1,2%
Lucros, Juros e saídas de Investimento / Capital	4,1%	5,3%	4,4%	4,6%	3,1%	2,7%	2,5%	3,7%	2,5%	3,7%	3,3%	5,6%	4,7%	5,8%	9,5%	6,2%	10,6%	4,39	1,10
Saídas de Investimento directo estrangeiro petrolífero	2.745	3.310	3.280	2.857	2.099	1.465	1.798	2.815	1.857	2.309	2.421	4.294	2.866	3.262	6.055	4.166	6.129	47,1%	1,2%

Fonte: BNA.

Os juros e lucros transferidos para o exterior sobem 62% relativamente a 2021 e 1% relativamente a 2019. A rentabilidade transferida oscila entre 5,5% semestrais, em 2019, baixando para 3,5%, em 2021, e alcançando 6,2%, em 2022.

Somando 50% das saídas de IDE petrolífero, que convencionámos corresponderem a exportação de resultados em função dos contratos de exploração, passamos de uma rentabilidade total de 9,5% para 10,6%, entre 2019 e 2022, correspondendo a cerca de 21% de rentabilidade anual.

Em contraste, a rentabilidade repatriada dos investimentos angolanos reduz-se continuamente de 0,7% para 0,2%, entre 2019 e 2022, demonstrando que não é a rentabilidade mas provavelmente o risco em particular o risco cambial, o que leva os angolanos a investir no estrangeiro.

Mais uma vez, fica patente que há um longo caminho a fazer para tornar o país atractivo para o capital, seja qual for a sua origem.

3.2 POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO

Apresentamos duas correcções aos dados publicados pelo BNA.

Nota n.º 1: o BNA classifica os empréstimos titulados (Eurobonds) na rubrica de Investimentos de Carteira, o que corresponde à perspectiva dos investidores externos, mas não à nossa. Para a perspectiva de Angola, são empréstimos, e foram reclassificados como tal.

Nota n.º 2: mais uma vez aparece uma discrepância entre o *stock* no final de um ano e no início do outro. Neste caso, são mais 722,28 milhões de USD que “apareceram” vindos do nada na rubrica “Moeda e depósitos, Governo geral, a curto prazo”. Em primeiro lugar, é grave que o Governo não saiba ou não informe convenientemente o BNA sobre os seus *stocks* de moeda externa e, depois, estas “aparições” devem ser inscritas na coluna “Variações e ajustes” com uma nota explicativa detalhada. Retirámos este valor da coluna do saldo inicial de 2022 e colocámo-lo na coluna de ajustes.

Tabela/Gráfico 48 — Posição líquida do investimento internacional (milhões de dólares)

Posição do investimento Financeiro (Milhões de USD)	2021 Ano				2022 1.º Semestre				Variação	
	Posição inicial	Fluxos	Valorização	Posição final	Posição inicial	Fluxos	Valorização	Posição final	Valor	%
Activo - investimento angolano no exterior	30 167	5 041	-3 467	31 741	31 741	5 331	610	37 682	5 941	18,7%
Investimento directo	3 206	-1 057	4	2 153	2 153	16	11	2 180	27	1,3%
Empréstimos	119	-62	0	56	56	-39	0	17	-39	-69,5%
Moeda e depósitos (Nota 2)	16 996	535	-3 548	13 983	13 983	759	741	15 483	1 500	10,7%
Investimento de carteira	1 494	35	78	1 606	1 606	6	-142	1 470	-136	-8,5%
Derivados financeiros	31	19	0	50	50	14	0	64	14	27,9%
Créditos comerciais e adiantamentos	8 191	5 522	0	13 714	13 714	4 527	0	18 241	4 527	33,0%
Outros	130	49	0	179	179	48	0	227	48	27,0%
Passivo - investimento estrangeiro em Angola	75 058	-1 200	-2 131	71 728	71 728	-2 358	-610	68 760	-2 968	-4,1%
Investimento directo	17 316	-4 355	0	12 961	12 961	-3 184	0	9 777	-3 184	-24,6%
Empréstimos (Nota 1)	53 548	874	-2 106	52 315	52 315	833	-531	52 617	302	0,6%
Direitos especiais de saque	393	1 007	-25	1 375	1 375	0	-71	1 304	-71	-5,1%
Moeda e depósitos	902	17	0	919	919	-169	0	749	-169	-18,4%
Investimento de carteira (nota 1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos comerciais e adiantamentos	2 655	858	0	3 513	3 513	216	0	3 729	216	6,1%
Outros	244	400	0	644	644	-53	-8	583	-61	-9,5%
Posição de Investimento Internacional líquida sem reservas	44 891	-6 241	1 336	39 987	39 987	-7 689	-1 219	31 078	-8 909	-22,3%
Activos de reserva	14 879	915	-286	15 508	15 508	-562	-827	14 119	-1 389	-9,0%
Posição de Investimento Internacional líquida inc. Reservas	30 013	-7 156	1 622	24 479	24 479	-7 127	-393	16 959	-7 520	-30,7%

Fonte: BNA.

3.2.1 ACTIVOS — INVESTIMENTO ANGOLANO NO EXTERIOR

O investimento angolano no exterior, excluindo reservas, passa de 31,7 para 37,7 mil milhões de USD, aumentando 5,9 mil milhões, quase exclusivamente em resultado do aumento do crédito comercial (4,5 mil milhões) e de um aumento dos depósitos no exterior de 1,5 mil milhões. A variação nos depósitos é resultante de um fluxo de 759 milhões e de ajustes de 741 milhões, resultantes da transferência de 722 milhões dos depósitos do Governo, das Reservas Internacionais (RI) para os depósitos resultantes da alteração da contabilização das RI, e de uma pequena valorização.

O crédito comercial representa agora o maior investimento angolano no exterior, passando de um peso de 27%, no início de 2021, para 48%, em Junho de 2022, correspondendo a 69% das exportações do 1.º Semestre, ou seja, estamos a conceder crédito médio a 125 dias, representando, apesar do crescimento em valor, uma melhoria relativamente aos 147 dias de 2021!

3.2.2 PASSIVOS — INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA (IDE)

O investimento estrangeiro em Angola desce 4%, de 71,7 para 68,8 mil milhões de USD (-3 mil milhões de USD), devido essencialmente às rubricas de:

1. Investimento Directo, onde temos uma redução de 3,2 mil milhões de USD (24%), o que demonstra que os investimentos petrolíferos não estão a acontecer, mantendo-se um expatriamento muito significativo resultante dos contratos de exploração. O saldo do IDE situa-se agora em 9,8 mil milhões de USD. Se continuarmos neste ritmo, o IDE entra em terreno negativo no final de 2023!
2. De notar que o IDE não-petrolífero foi de apenas 17,4 milhões durante o 1.º Semestre o que representa a menor atracção de investimento de toda a série (desde 2012), incluindo o ano do auge da pandemia (2020). Torna-se pois urgente alterar significativamente o ambiente de negócios para captar poupanças quer externas quer internas.
3. Há um ligeiro aumento na rubrica de Empréstimos (302 milhões) resultante da emissão de 1,75 mil milhões de USD de Eurobonds, de uma redução de 917 milhões em outros empréstimos e de uma redução do valor em USD dos empréstimos em outras moedas (valorização do USD face principais moedas mundiais), no montante de 530 milhões.

Só por curiosidade, o crédito comercial aumenta 216 milhões face a 2021, elevando o seu *stock* para 3,7 mil milhões (uma redução relativamente ao 1.º Trimestre), correspondente a cerca de 28% das importações de bens e serviços do 1.º Semestre, ou seja, estamos a beneficiar de crédito a 51 dias e a conceder crédito a 125 dias!

Tabela/Gráfico 49 — Evolução da posição líquida do investimento estrangeiro em Angola (milhões de dólares)

Evolução e composição do investimento estrangeiro em Angola	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 1.º Sem	Var 22/17
Investimento directo	29 184	29 436	22 717	19 183	17 316	12 961	9 777	-67%
Empréstimos ¹	47 929	48 013	50 377	53 317	53 548	52 315	52 617	10%
Direitos especiais de saque	428	389	380	378	393	1 375	1 304	235%
Moeda e depósitos	2 351	2 355	2 207	1 028	902	919	749	-68%
Créditos comerciais e adiantamentos	1 624	894	0	1 606	2 655	3 513	3 729	317%
Outros	351	422	100	107	244	644	583	38%
Total	81 867	81 508	75 780	75 618	75 058	71 728	68 760	-16%

Fonte: BNA.

É notável a progressão do IDE (-67%), de 29,2 para 9,8 mil milhões, e dos empréstimos (+10%), de 47,9 para 52,6 mil milhões.

Os DES do FMI sobem de 0,4 para 1,3 mil milhões graças ao apoio de mil milhões de USD em meados do ano passado.

A moeda e depósitos reduz-se de 2,3 para 0,7 mil milhões.

3.3 SALDOS DA BALANÇA DE PAGAMENTOS

3.3.1 PERSPECTIVA DOS ACTIVOS MONETÁRIOS

Tabela/Gráfico 50 — Perspectiva dos activos monetários como saldo da BP

Balança de Pagamentos na perspectiva dos Activos Monetários excluindo reservas (Milhões de USD)	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Conta corrente	18	1 883	1 462	1 774	1 148	-1 271	553	442	2 099	1 294	2 314	2 693	4 804	3 522	1 902	3 393	8 327	145%	338%
Conta de capital	2	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	2	1	0	-66%	-77%
Conta financeira	510	-2 149	-513	-85	512	794	284	-1 074	-1 007	-1 745	-1 785	-2 101	-3 531	-2 667	-1 638	-2 752	-6 198	125%	278%
Activos monetários excluindo reservas	-943	-430	2 344	1 000	-135	72	206	372	-223	440	558	-257	827	101	-1 373	217	929	327%	-168%
Erros e omissões líquidos	-1 474	-165	1 396	-689	-1 795	548	-631	1 005	-1 315	890	28	-849	-447	-754	-1 639	-425	-1 200	183%	-27%

Fonte: BNA.

Caso não existissem discrepâncias, a conta real deveria ser exactamente igual à conta financeira. Isolando os activos monetários, o seu saldo seria o resultante da soma algébrica dos investimentos financeiros não monetários com a conta real sem activos monetários. Para simplificação, foram excluídos os fluxos de activos monetários em posse do BNA (Reservas).

No 1.º Semestre, a conta-corrente foi positiva, no valor de 8,3 mil milhões de USD, representando um crescimento de mais de 145%, relativamente a 2021, e de 338%, face a 2019.

A conta financeira sem activos monetários foi negativa em -6,2 mil milhões de USD, representando deterioração de 125% relativamente a 2021 e de 278% face a 2019.

Os activos monetários deveriam ter crescido 2,1 mil milhões de USD. Na realidade, apenas cresceram 0,9 mil milhões devido ao facto de não se saber exactamente o que aconteceu a 1,2 mil milhões registados em discrepâncias estatísticas.

Estas discrepâncias continuamente negativas, na ordem dos 900 a 1.000 milhões de USD anuais (actualmente estão em -1,2 mil milhões, que esperamos que recuperem no 2.º Semestre), são tanto mais inexplicáveis quanto se conhece o controlo pormenorizado de todas as transacções externas pelo BNA: no nosso país, as discrepâncias deveriam ser quase nulas. Seria importante que o BNA explicasse a razão destas diferenças, que, na verdade, podem esconder desvios ilegais de fundos para o exterior.

3.3.2 PERSPECTIVA DAS RESERVAS

Isolando os activos de reserva (activos financeiros do BNA), o seu saldo deveria ser o resultante da soma algébrica dos investimentos financeiros sem reservas com a conta real.

Tabela/Gráfico 51 — Perspectiva das reservas como saldo da BP (milhões de dólares)

Balança de Pagamentos na perspectiva das Reservas Brutas (Milhões de USD)	Trimestral 2019				2020				2021				2022*		1.º Sem. 2019	1.º Sem. 2021	1.º Sem. 2022	22/21	22/19
	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri	3.º Tri	4.º Tri	1.º Tri	2.º Tri					
Conta corrente	18	1 883	1 462	1 774	1 148	-1 271	553	442	2 099	1 294	2 314	2 693	4 804	3 522	1 902	3 393	8 327	145%	338%
Conta de capital	2	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	2	1	0	-66%	-77%
Conta financeira	1 056	-1 738	-3 197	660	-511	9	-99	-2 188	-494	-2 245	-730	-2 772	-4 634	-3 055	-682	-2 739	-7 689	181%	1028%
Reservas Brutas	-397	-19	-340	1 745	-1 158	-713	-177	-741	291	-60	1 613	-928	-276	-286	-416	231	-562	-344%	35%
Eros e omissões líquidos	-1 474	-165	1 396	-689	-1 795	548	-631	1 005	-1 315	890	28	-849	-447	-754	-1 639	-425	-1 200	183%	-27%

Fonte: BNA.

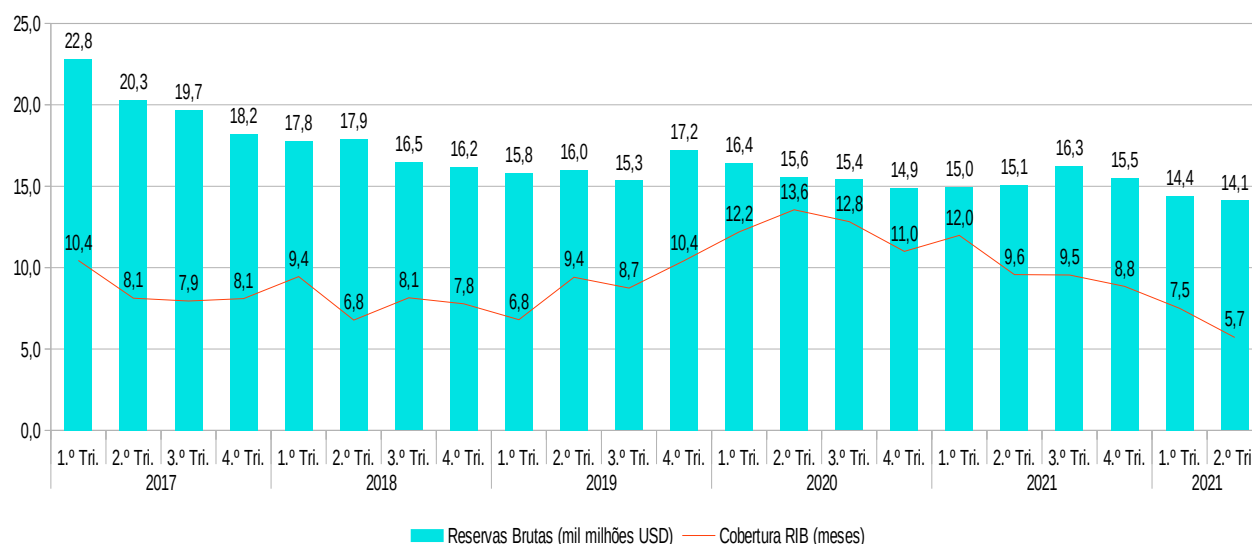
A conta-corrente não é alterada com a mudança de perspectiva.

A conta financeira sem reservas passa a ser de -7,7 mil milhões, o que significa que as reservas brutas deveriam ter crescido 638 milhões. Na verdade, decresceram 562 milhões devido ao já referido valor de 1,2 mil milhões de discrepâncias estatísticas!

A agravar a situação das reservas do BNA, registou-se uma desvalorização de 827 milhões, levando a um decréscimo de 1,4 mil milhões no *stock* das Reservas do BNA, o que é extremamente grave numa fase em que devíamos estar a aumentar fortemente as reservas para enfrentar o futuro difícil, quando os preços do petróleo e gás se deteriorarem. Estes 827 milhões devem incluir os 722 milhões de depósitos do Governo transferidos para a rubrica depósitos que, nesta conta, aparecem como ajustes e nas Reservas Internacionais, como uma diferença entre o valor final de 2021 e o valor inicial de 2022. Para evitar leituras erradas sugerimos que o BNA registre em diferenças entre o valor final do ano anterior e inicial do ano seguinte as transferências entre contas, com soma líquida zero, evidentemente, e que nos ajustes se expliquem sempre, em nota, as variações que não resultem da valorização/ desvalorização dos activos.

3.4 RESERVAS INTERNACIONAIS

Nota: Esta subsecção encontra-se também no capítulo referente à Política Monetária.

Tabela/Gráfico 52 — Evolução das Reservas Internacionais


Fonte: BNA.

No 1.º Semestre de 2022, as RIB decrescem de 15,5 para 14,1 milhões, e a cobertura das importações cai de 8,8 para 5,7 meses, devido quer ao crescimento das importações quer à redução das reservas. Esta cobertura foi calculada dividindo o valor das reservas pelo montante das importações de bens e serviços no respectivo Trimestre.

Durante o ano de 2019, assiste-se a um crescimento das RIB quer em valor quer em cobertura das importações; em 2020, assistimos ao processo inverso, em valor, estabilizando-se à volta dos 15 mil milhões de USD. Com a redução das importações, a cobertura aumenta até aos 14 meses, no 2.º Trimestre de 2020, estabilizando à volta de 12 meses, a partir do 3.º Trimestre de 2020.

Porém, desde o início de 2021, as reservas têm caído sucessivamente. Mais concretamente, a cobertura das importações cai para menos de metade dos 12 meses que prevaleceram entre o 1.º Trimestre de 2020 e o 1.º Trimestre de 2021!

Na verdade, entre o 2.º Trimestre de 2021 e o 2.º Trimestre de 2022, as RIB caem cerca de mil milhões, de 15,1 para 14,1 mil milhões, apesar de termos recebido cerca de mil milhões em Direitos Especiais de Saque do FMI. Excluindo essa ajuda internacional e a alteração contabilística das RI que passaram a excluir os depósitos do Governo, as nossas reservas ter-se-iam reduzido em 1,3 mil milhões de USD no espaço de um ano, exactamente quando deviam estar a crescer devido ao grande aumento dos fluxos de divisas para o país!

4 POLÍTICAS DO ESTADO

4.1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS

4.1.1 RESUMO

Consideramos serem estes os principais factores que poderão influenciar positivamente o ambiente de negócios:

— **Transformar a riqueza em capital:** titulando terrenos e casas; criando um sistema de mercado financeiro simples com base em acções e obrigações; e formalizando os negócios informais.

— **Aumentar o número de negócios:** substituindo o licenciamento por regras simples com efectivo controlo do seu cumprimento; eliminando as assimetrias no conhecimento das regras entre os negócios e o Estado, tornando claro o que pode ser objecto de inspecção para cada código de actividade; instituindo uma efectiva entidade única de inspecção económica do Estado relativamente ao sector privado; e tornando os ministros sectoriais exclusivamente responsáveis pelo número e volume de negócios do seu sector, sem quaisquer outras atribuições.

— **Liberdade efectiva de comércio:** através da promoção da actividade dos camionistas e comerciantes fora de Luanda, eliminando todos os controlos da actividade por outras entidades que não a entidade única de inspecção; reconstrução e manutenção dos eixos rodoviários principais e ligações de todas as capitais de Província a estes eixos; e protecção da produção nacional através de uma efectiva estabilidade cambial e de uma pauta aduaneira regressiva, em substituição do DP 23/19.

— **Aumento dos níveis de confiança:** forçando o efectivo cumprimento dos contratos através de uma justiça rápida que compense o lesado e penalize o incumpridor, em substituição da prática de repartição dos prejuízos; de uma justiça isenta, aplicada sem outro critério que não a lei; o fim da discricionariedade da interpretação das normas; mostrando intolerância total para com a governação por impulsos, mantendo uma estratégia clara durante décadas, não aprovando estratégias e normas que ponham em causa investimentos realizados sem o necessário prazo de adaptação e a justa compensação de quem confiou no Estado; em especial não ressuscitar normas adormecidas, que, sem prazo nem apelo, são exigidas de repente, lançando o pânico nas empresas.

— **Aumento dos níveis de conhecimento:** retendo os alunos nos diferentes níveis; avaliando os conhecimentos em provas nacionais, corrigidas fora da escola do aluno; divulgando os resultados e criando incentivos para as melhores escolas e professores; definindo o prazo e os objectivos anuais para se atingirem os níveis de qualidade africanos; tornando o ensino mais técnico, orientado para a utilização e domínio dos instrumentos e introduzindo um grau técnico-superior intermédio; e, ao contrário do que se tem vindo a fazer, promovendo a efectiva liberdade curricular no ensino superior.

— **Adaptação da taxa de natalidade aos níveis de produção:** através de uma política de população, gerida por especialistas, que promova o equilíbrio entre o crescimento populacional e da produção; exigindo, pelo menos, o cumprimento dos deveres de paternidade por ambos os progenitores, através de uma prestação extraordinária coerciva para o INSS dos que não cumprirem voluntariamente com os deveres de alimentação, cuidados de saúde e educação das crianças.

— **Defesa do primado da Lei:** impedindo toda a exigência do cumprimento de normas inexistentes pelos agentes do Estado ou privados; eliminando a ideia de que as autoridades de qualquer tipo possam exigir o cumprimento de “instruções superiores” e perseguindo efectivamente todos os agentes de autoridade que exijam dos cidadãos e empresas algo que não esteja consignado na lei ou que, por alguma outra forma, usem o nome do Estado para não cumprir a lei.

— **Promoção da segurança pública:** através da transformação do actual corpo militarizado num corpo civil, defensor dos negócios e da segurança dos cidadãos, que elimine a necessidade de gastos adicionais com seguranças privados e dê tranquilidade aos cidadãos nas suas deslocações e nas suas residências, para que a produtividade cresça; separando efectivamente a função social e económica de protecção dos cidadãos e dos negócios das restantes funções hoje desempenhadas pelos corpos

de polícia, nomeadamente as funções de controlo, que devem passar para a entidade única de fiscalização, e as funções de defesa do Estado (anti-motim, guarda de fronteiras, serviços de informação, etc.).

— **Efectiva reforma económica do Estado:** definindo as funções prioritárias, os serviços públicos que devem garantir e os recursos que lhes serão destinados; e com que impostos sobre os cidadãos e empresas vão estes recursos ser pagos.

— **Combate à corrupção:**

- aumentando a transparência, eliminando os ajustes directos, agravados pela opacidade da informação sobre o negócio; a falta de informação detalhada sobre as rubricas de investimento financeiro na Conta Geral do Estado e o incompreensível valor dos erros e omissões na conta externa.
- Combate à pequena corrupção, alterando as práticas das chefias e criando sanções disciplinares duras para os prevaricadores e, especialmente, para as chefias que não cumpram as suas obrigações de controlo.

Para além destes aspectos, devem ser tidos em conta todos os que se apresentam nos capítulos da política monetária e fiscal, nomeadamente a estabilidade cambial, o crescimento do crédito à produção e o controlo da inflação.

4.1.2 TRANSFORMAÇÃO DA RIQUEZA EM CAPITAL

Até ao final do 2.º Trimestre do corrente ano, a riqueza continuou por se transformar em capital. Estado e famílias continuam a sobreviver com grandes dificuldades! Ambos têm imensa riqueza, mas continuam a lutar pela sobrevivência. Se calhar porque o que se quer mesmo é moeda, e por isso continua-se a olhar fixamente para a receita petrolífera e o comércio de *commodities*. Mas essa não é a solução. É preciso capitalizar a riqueza existente seja como for: a imobiliária e fundiária, a monetária e os negócios informais.

Como está visível para muitos, a riqueza não-petrolífera concentrada na propriedade imobiliária e fundiária é enorme e, sendo capitalizada, pode contribuir imenso para a redução do nível de pobreza, que é bastante elevado actualmente. Parada como continua, essa riqueza não gera rendimento para os seus cidadãos; apenas despesa e aproveitamentos egoístas, fomentando a corrupção.

É preciso que o Estado reúna, de facto, condições para capitalizar a **riqueza imobiliária e fundiária**, titulando os terrenos e as casas.

Como temos vindo a afirmar, a mera existência dessa riqueza não contribui em nada para o mercado imobiliário, para o crédito e para a economia; não lhe acrescenta liquidez nem mobilidade.

O impacto dos diversos programas criados, visando a promoção do registo e cadastramento de terrenos e habitações, continua a não ser visível. Se existem já alguns bons exemplos, é preciso massificá-los; tornem-se os direitos concedidos mais claros e titulados, de tal forma que possam ser transmitidos livremente e, enquanto títulos de propriedade, facilmente divisíveis, liquidificáveis e fungíveis, para que possam funcionar como Capital.

Lamentavelmente, permanece a percepção de que o interesse tributário é superior à necessidade da titularidade. O alargamento da base tributária em sede do IP pode indicar isso mesmo, pois, agora, parece já não interessar a propriedade sobre que assenta a razão de ser do Imposto Predial; os imóveis têm de pagar algum valor, independentemente de terem ou não um documento que ateste a sua titularidade.

A quantidade acumulada de imóveis inscritos até 2021 é de apenas 370.388, incluindo casas e terrenos, representando apenas 9% da quantidade de imóveis de habitação urbana, que estimámos

em 4 milhões, dividindo a estimativa da população urbana para o ano de 2022 pelo agregado médio urbano de 5,1 pessoas, ambos publicados pelo INE⁷, sem considerar os terrenos.

Quanto à **riqueza monetária**, essa continua sendo destruída pela inflação! Continua a não se conseguir fazer a ligação suave entre as empresas e as famílias deficitárias e as empresas e as famílias superavitárias: as primeiras não conseguem os créditos para os seus projectos de investimento devido à burocracia bancária e às elevadas taxas de juro e as segundas vêem a sua riqueza deteriorar-se mês após mês por conta dos juros pagos pelos bancos, que ficam sempre muito abaixo da inflação.

No entanto, parece haver também da parte dos bancos comerciais alguma “dificuldade” de adaptação/mudança da actividade de financiamento do Estado e de comércio de divisas para a de intermediação financeira, que, em princípio, lhe deveria ser característica. Não é possível que a maioria dos projectos de investimentos esteja mal elaborada! Já há excelentes técnicos e escritórios de consultoria a elaborarem essas peças com grande qualidade.

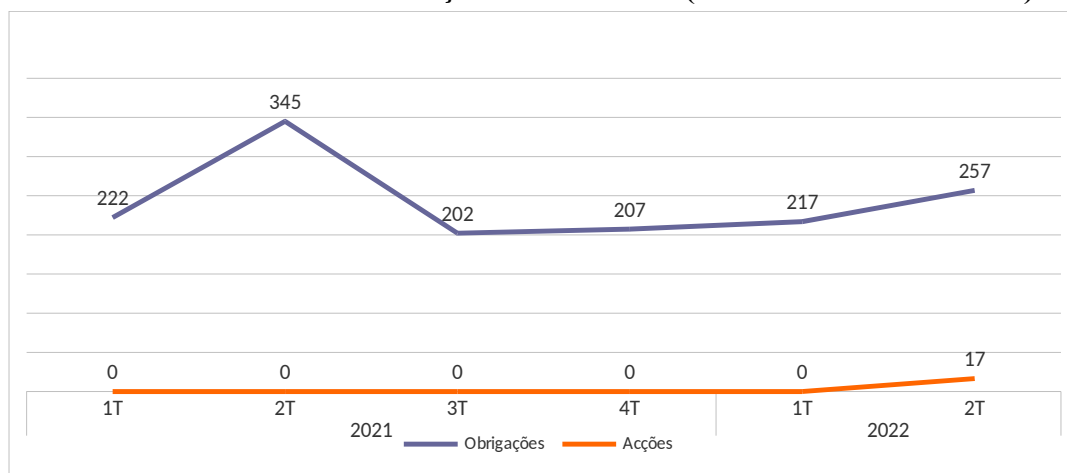
A recente dispersão em bolsa de parte do capital do banco BAI, e, mais recentemente, do banco Caixa Angola, indica que é possível, com uma bolsa financeira à dimensão actual da nossa economia, capitalizar a riqueza monetária e incentivar a poupança e o investimento. Se, por um lado, o BAI conseguiu manter a solidez do seu capital sem a necessidade de um esforço adicional dos demais accionistas depois da retirada do accionista Estado, por outro, algumas empresas e famílias encontraram uma oportunidade de transformar em capital as suas riquezas anteriormente estagnadas. Pela mesma via, o banco Caixa Angola viu as suas acções mais valorizadas no mercado; 5.000,00 Kz/acção. Mais famílias/entidades conseguiram fazer a aplicação da sua riqueza até então estagnada.

Contudo, a cotação de apenas dois títulos não cria exactamente um mercado, que obviamente só existe quando é possível vender títulos para comprar outros. É urgente a introdução em Bolsa de novas acções! Não podemos ficar nesta situação minimalista de ter 2 empresas cotadas, sob pena de as acções compradas se transformarem tão-só em reservas de valor para os investidores que, não tendo uma opção melhor, não as transaccionam.

A bolsa de valores carece de um mercado de balcão não organizado. É necessário que se materialize essa intenção de criação de tal mercado para o enquadramento das MPME e que se criem critérios simples de acesso. Para o efeito, reforçamos a nossa opinião de que se crie algo como uma “janela única”, onde as MPME possam se dirigir e contratar todos os serviços necessários ao início da actividade no mercado de capitais; e de que, sem descuidar os níveis mínimos de segurança, se eliminem os potenciais factores impeditivos a fim de que se dinamize, efectivamente, o mercado financeiro. O actual estado do nosso ambiente de negócios, caracterizado por inúmeras limitações à actividade, coloca a banca numa posição mais “conservadora”. Sobretudo há que contar com a banca e com a dinamização dos fundos de investimento para suprir as dificuldades de organização das empresas candidatas, facilitar a congregação de capitais e dispersar melhor o risco.

Ainda há uma enorme riqueza monetária estagnada sob a forma de depósitos inactivos e reservas bancárias não obrigatórias. Parte desta riqueza poderá ser mobilizada para o mercado bolsista. É urgente que as empresas disponham de formas de financiamento alternativas ao crédito.

⁷ Para a estimativa da população, usámos a projecção feita pelo INE aquando do Censo 2014. Para a estimativa do tamanho médio do agregado familiar urbano, usámos os “Inquéritos sobre despesas, receitas e emprego em Angola (IDREA), 2018–2019” do INE.

Tabela/Gráfico 53 — Valor das transacções da BODIVA (mil milhões de Kwanzas)


Fonte: BODIVA.

Durante o ano de 2021, aproximadamente 100% das transacções foram de Obrigações e Unidades de Participação do Tesouro; as Obrigações privadas representaram apenas 0,004% das transacções no 3.º Trimestre e 0% no 4.º Trimestre. O montante médio trimestral transaccionado naquele ano foi de 253,51 mil milhões de Kwanzas, sendo que o máximo ocorreu no 2.º Trimestre, no montante de 345 mil milhões.

Quanto às acções negociadas pela primeira vez em Bolsa em Dezembro de 2021, o seu registo no mercado de registos de operações de valores mobiliários ocorreu apenas em Abril de 2022, no valor de 16,5 mil milhões de Kwanzas, representando 24,49% das transacções naquele mês.

Durante o 2.º Trimestre de 2022, aproximadamente 94% das transacções foram de Obrigações e Bilhetes do Tesouro. Nesse período, o volume de transacções registou um aumento de aproximadamente 18,4% com relação ao trimestre anterior, saindo de 216,98 mil milhões de Kwanzas para 256,88 mil milhões de Kwanzas, porém, recuando -25,56% com relação ao período homólogo. Contudo, no 3.º Trimestre foram batidos os recordes de transacções e valor da BODIVA.

Mesmo com a entrada das acções do banco Caixa Angola, o mercado de capitais continua a ser por excelência um meio de financiamento do Estado em prejuízo das empresas, que continuam a ver a sua possibilidade de obtenção de capital limitada a uma banca propositadamente burocrática e cada vez mais avessa ao risco característico de um mercado cujo ambiente de negócios oferece inúmeros desafios reais

Pretendemos que o processo de desburocratização da banca passe também pela melhoria contínua do ambiente de negócios, nomeadamente com a titularidade dos imóveis, para que possam ser dados como garantia de crédito.

Os **negócios informais** continuam a representar uma enorme riqueza que precisa ser capitalizada

De acordo com Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), realizado pelo INE no 2.º Trimestre de 2022, embora tenha apresentado um recuo de aproximadamente 0,7 pontos percentuais, esses negócios informais continuam a concentrar 79,3% da população empregada.

Continua a ser uma quantidade expressiva. No seu conjunto, usam um volume de capital muito relevante. É preciso reconhecer, proteger e titular essa riqueza para, por essa via, se introduzir no mercado esse volume de capital, que pode muito bem vir a servir como garantia de empréstimos e outras transacções.

No entanto, no 2.º Trimestre desse ano, pouco ou nada foi possível aferir a esse respeito.

De acordo com os dados publicados na página oficial do MEP, estavam já formalizados, até 4 de Outubro do corrente ano, 247.558 negócios.

Tal como temos vindo a frisar, continuamos sem conhecer as métricas para que se possa avaliar a eficácia do programa, nomeadamente: destes 247.558 negócios já formalizados, quantos estão ou

continuam activos e cumprindo as regras formais da sua actividade? O que tem sido feito para a protecção desses negócios? Qual o seu volume de negócios, real ou estimado? Etc.

No âmbito dos Objectivos Estratégicos da Transição da Economia Informal para a Economia Formal, foram definidos dois objectivos específicos “(1) Reduzir os índices de informalidade” e “(2) Reforçar o diálogo social, a capacidade de governança e a eficácia da política pública de transição da economia deverão ser alcançados até o ano de 2022”, visando o objectivo geral que se consubstancia no “crescimento económico e social e na potenciação da promoção do emprego decente e redução da pobreza”. A quantas vamos?

O objectivo específico (1), na página oficial do MEP, viu o seu texto e prazo alterados para: “Reduzir a informalidade para um nível sustentável até 2025”. O conteúdo é exactamente o mesmo, apenas se substituiu 2022 por 2025. Assim é fácil traçar “objectivos”.

Muito recentemente, por iniciativa do Governo/MEP, foi criado o Observatório da Economia Informal com objectivo de contribuir para compreensão da dinâmica da economia informal, o que consideramos necessário, embora atrasado. Contudo, para quando um relatório do programa “em curso”? Foram estendidos os prazos! O que se alcançou até agora?

É sobretudo no reconhecimento e protecção dos negócios que reside o segredo da sua formalização.

O registo não tem qualquer efeito prático sem primeiro ter um sistema de impostos adequado aos micronegócios. Para isso, basta que se faça uma listagem simples das actividades informais e respectivos impostos mensais e que se adquira um aplicativo que funcione no sistema multicaixa que os permita pagar. O pagamento deve constituir o reconhecimento do negócio pelo Estado, que deve assim constituir-se, imediatamente, na obrigação de o proteger contra “fiscalizações” sucessivas e muitas vezes fraudulentas de um conjunto variado de pseudo-autoridades tradicionais e da administração do Estado e outros mixeiros de toda a ordem. Sem essa protecção, a formalização continuará a ser um custo para o micronegócio. A formalização é a luta pelo cumprimento de normas de funcionamento e a substituição da mixa pelo pagamento de impostos adequados, que é o aspecto da formalização mais importante e mais difícil de executar.

Reiteramos a necessidade de a AGT ter disponível o cadastro *online* destes contribuintes, organizado pelo número de BI, permitindo criar um historial do cumprimento das obrigações fiscais que sirva de base, a par de informações complementares, para o acesso facilitado ao microcrédito.

Por outro lado, tal como para a restante actividade, os serviços de inspecção não devem poder exigir mais do que a listagem de verificação para a respectiva actividade, que deve ser amplamente distribuída.

Acima de tudo os negócios devem ser protegidos. Se o negócio necessita de um local para a actividade, criem-se as condições nos locais tradicionais para que o negócio prospere; criem-se paragens de táxis e estacionamento para trazer mais clientes, organize-se a segurança pública no local, etc.; se, como os taxistas reivindicam, o negócio precisa do reconhecimento da actividade, carteira profissional, paragens e outras, dialogue-se com as associações e satisfaçam-se as exigências que apenas ajudam a organizar a profissão.

Insistimos ainda na necessidade de o Estado procurar observar e perceber o que preocupa efectivamente os negócios e tentar satisfazer as suas necessidades, ao invés de criar listas do que deve ser produzido e hostilizar aqueles que produzem bens e serviços que delas não façam parte. Deixe-se que a sociedade, as organizações profissionais, etc., façam os seus projectos e observe-se e apoie-se o que é feito. É esse o papel do Estado!

4.1.3 CONCORRÊNCIA

A concorrência continua carente de estímulo e é quase inexistente!

Continuamos convictos de que a concorrência pode ser estimulada com a protecção dos negócios existentes, sejam esses formais ou informais, e com a eliminação de barreiras ao aparecimento de novos negócios formais: falta de infra-estruturas e uma enorme e complexa burocracia.

Insistimos que, para isso, os departamentos ministeriais precisam de desempenhar o seu papel de facilitadores, criando regras de funcionamento que ajudem a promover a actividade.

Regras simples, adaptadas ao estágio de desenvolvimento da nossa economia e que possam ser apresentadas aos negócios sob a forma de uma listagem do que o Estado pode exigir a cada tipo de negócio (por CAE e tipo de micronegócio).

Todas as regras e normas inadequadas ao estágio de desenvolvimento da nossa economia devem inequivocamente ter o seu cumprimento “suspenso” até que o poder legislativo as elimine.

As leis que, sendo aplicadas, fazem perder a competitividade; aquelas que, em si, não fazem perder a competitividade, mas, todas juntas, tornam o negócio pouco competitivo, devem ser eliminadas. Face a estas situações, surge a necessidade de tolerância e, com isto, a criação de relacionamentos pessoais e corrupção, por um lado, e, por outro, o enraizamento, na sociedade, da ideia de que as regras não são para cumprir; que mais vale não cumprir e que, se formos apanhados, nos conseguimos safar com conhecimentos ou gasosa; que isso de cumprir as leis é para estrangeiros. A dificuldade de manter um negócio que cumpra as regras face aos milhares de concorrentes que não as cumprem reforça a atracção pela informalidade, pelo menos parcial.

Precisamos de regras exequíveis para todos quer do ponto de vista técnico quer do seu custo. O cumprimento das regras não deve tornar os produtos de tal forma caros que não se adequem ao nosso mercado; e há que perceber, mesmo que haja condições de cumprir cada uma das regras, se o cumprimento de todas elas não se torna impossível para o nosso nível de conhecimento e organização ou se não torna os produtos e serviços demasiado caros para os nossos rendimentos. É esta análise que deve ser feita para que se elimine o que é supérfluo e se exija, a todos, o que é essencial.

Os agentes dos ministérios sectoriais e o Ministério da Economia devem preocupar-se e ser avaliados EXCLUSIVAMENTE pelo número de empresas ou pequenos negócios criados e, principalmente, pelo volume de facturação e valor acrescentado que lhes correspondam, medidos através das declarações de actividade não nulas apresentadas na AGT

Não é concebível que a percentagem das empresas criadas que iniciou actividade tenha vindo a decrescer, de acordo com os dados do INE, de 30% para 20% (os últimos dados são de 2019). Ainda segundo a AGT, apenas cerca de 10% das empresas que iniciaram actividade continuam a apresentar declarações periódicas diferentes de zero, ou seja, compondo estes dados, apenas 2% das empresas criadas ainda estão em actividade. O problema principal coloca-se, portanto, em iniciar e manter a actividade, e não tanto em criar uma empresa.

Temos vindo a afirmar que o programa Simplifica poderá continuar a ser um importante factor de melhoria, se não se mantiver demasiado vocacionado para os procedimentos, sendo necessário evoluir para a simplificação das normas de funcionamento e controlo, listando o conjunto disperso de regras e expurgando as desnecessárias ou inoportunas e eliminando a burocracia desnecessária.

Reforçamos a nossa opinião sobre o projecto Simplifica 2.0, recentemente apresentado. Estamos convictos que poderá trazer algum alívio para os utentes dos serviços públicos e consequentemente melhorias ao ambiente de negócios, se for realizado, como diz o DP 182/22, na “perspectiva de remover, sempre que possível e de forma regular e contínua, as formalidades administrativas, eliminando o que é redundante e desnecessário para que os cidadãos e as empresas tenham cada vez mais acesso fácil aos bens e serviços públicos”. No entanto, por enquanto, trata-se apenas de um projecto cujas “medidas de simplificação... não sendo de aplicação imediata, carecem de concretização”. “A efectiva execução do Projecto depende... da adopção de um conjunto de medidas de natureza legislativa, técnica e operacional que devem ser asseguradas pelos Departamentos Ministeriais competentes no quadro de uma dinâmica célere”. Porém continuamos sem prazos claros para que estas regras de desburocratização sejam aplicadas.

Como temos vindo a afirmar, mais uma vez ressalta-se o papel dos departamentos ministeriais. Esses precisam de ser avaliados, procurando saber se são órgãos de facilitação ou complicação.

Por isso, é importante que sejam disponibilizados os instrumentos de medida da sua eficácia. Como aumentou o comércio e a construção civil? Quantos cidadãos ainda não possuem BI? Quanto tempo se demora (incluindo os retornos) a fazer um registo ou alteração num documento? Quanto tempo se previa e porque não se cumpre? Etc. É importante que o programa apresente critérios de medida para que possa ser avaliado.

É importante ainda que se crie um mecanismo de reclamação, participação ou denúncia mais eficaz; o recurso hierárquico tem-se mostrado pouco eficaz, pois muitas chefias tendem a defender os seus subordinados, mesmo quando esses se excedem ou obstaculizam algum acto.

Assim, reiteramos a necessidade de se combater a contra-ofensiva burocrática que procura proteger os interesses instalados e que tem anulado efectivamente, até agora, muitos benefícios do programa.

4.1.4 LIBERDADE DE COMÉRCIO

Embora um ou outro troço rodoviário venha sendo reparado, a actividade de camionista e comerciante fora das cidades continua a ser difícil de exercer, devido ao estado das vias e à interferência excessiva das autoridades sobre a actividade. Apesar do desejo dos empresários e das famílias, as trocas interprovinciais ainda não são feitas no nível desejado. Os eixos rodoviários mais importantes continuam a não funcionar plenamente, causando atrasos, desastres e danificação do material. Tudo isso concorre para o aumento da inflação, para a baixa da produtividade e para a falta de competitividade nacional.

As actividades de camionista e comerciante (grande, pequeno ou micro) são incentivadoras da economia rural tradicional, ao pressionarem a economia de subsistência a tornar-se uma economia de trocas, levando ao camponês aquilo de que ele necessita e garantindo-lhe uma perspectiva de preço e escoamento para as suas colheitas e o crédito comercial entre a entrega de produtos ao camponês e o receber o produto colhido.

Não sendo eliminadas as limitações à liberdade de comércio, em especial nas localidades, não se estimula a produção nem o consumo, não se promove o comércio formal, não há circulação de moeda/dinheiro, as trocas serão limitadas e não haverá desenvolvimento local. Elimina-se o potencial de geração de empregos formais e promove-se o êxodo rural.

Em todos esses processos, a Secretaria de Estado do Comércio (SEC) deve poder garantir que um número crescente de operadores de logística e comércio e um valor crescente de transacções dos operadores comerciais surjam, medindo-os através das declarações de actividade apresentadas à AGT.

Isso é possível se a SEC começar urgentemente a fazer uma listagem das regras a que devem obedecer os comerciantes e camionistas de vários tipos, desde as grandes empresas até aos micronegócios, trabalhando depois com os outros ministérios e a AN no sentido, primeiro de suspender as normas desnecessárias e prejudiciais e, depois, de as eliminar do nosso ordenamento jurídico.

Por outro lado, embora continue em vigor, o DP 23/19 encontra-se efectivamente suspenso.

É necessário reduzir as importações preparando o equilíbrio da Balança Comercial quando as exportações petrolíferas deixarem de ter significado, promovendo a “produção interna”. Eliminar a concorrência externa, por meio de decretos, acomoda os empresários internos, não promovendo o aumento da produtividade, o aparecimento de novos negócios, a melhoria da qualidade e do preço; apenas aumenta a inflação!

Com a valorização do Kwanza e a “suspensão” do DP 23 os negócios nacionais vêm-se obrigados a comprar os produtos ou a matéria-prima no exterior a preços mais baixos para se manterem competitivos e toda a produção se volta a basear nas importações.

Temporariamente, é bom para todos! Quem vende pode fazê-lo a preços mais competitivos e ainda assim com boas margens de lucro, e quem pretende comprar pode fazê-lo a preços mais baixos.

No entanto, todo esse processo encontra-se ancorado no preço do petróleo, que se apresenta temporariamente mais elevado; um preço que não conseguimos controlar nem influenciar.

Quando o preço do petróleo descer, a taxa de câmbio volta a subir e os preços disparam. Como a produção petrolífera continua a baixar, teremos, novamente, uma recessão de pelo menos 6 anos e um consumo muito abaixo do nível inicial! Os negócios declinarão, e os consumidores perderão o poder de compra. Definitivamente, é mau para todos!

Temos um ponto de vista muito forte quanto a isso e por isso voltamos a apresentá-lo no presente relatório.

É necessário que o Estado cumpra o seu papel, através de taxas aduaneiras regressivas que defendam a produção interna. A taxa deve ser fixada no ponto em que se possa promover o crescimento rápido da produção interna não-petrolífera, reduzindo as importações, sem deixar que a inflação aumente descontroladamente devido à redução da quantidade total da oferta (importações + “produção interna”).

As taxas aduaneiras devem ser dinâmicas, com revisões anuais ou semestrais, das quais constem os seus princípios básicos: uma taxa de protecção geral da actividade que compense os custos de contexto (energia de gerador, água de cisterna, estradas esburacadas, seguranças privados, etc.) e atraia novos investimentos e cujo compromisso de redução seja explícito em função da previsão da solução do problema das infra-estruturas pelo Estado; taxas que protejam especificidades de indústrias existentes, também com um compromisso de redução explícito, que situem os preços das importações ligeiramente acima dos da “produção interna“ mais eficiente, forçando os empresários menos eficientes a melhorar rapidamente e os mais eficientes a trabalhar para se manterem no mercado quando a taxa se reduzir; e taxas sociais, que reduzam a pressão sobre as importações de luxo, aliviando a taxa de câmbio.

Como se torna evidente, para que a pauta aduaneira funcione eficazmente, é necessário manter ao máximo a estabilidade cambial, não permitindo que ela baixe quando o petróleo está alto, prejudicando a produção interna, nem que ela suba descontroladamente quando o petróleo baixa, fazendo disparar a inflação. É necessário criar reservas em tempos de bonança e utilizá-las em tempos de crise. É isso que não estamos a fazer!

4.1.5 CONFIANÇA

A confiança é um elemento-chave para um bom ambiente de negócios.

A sociedade de negócios constitui um sistema complexo de relacionamentos, onde todos os intervenientes desejam ver os seus direitos e garantias preservados para poder cumprir com os seus deveres e obrigações sem dificuldades. A falta de qualquer indicação de melhoria da qualidade e rapidez das decisões sobre conflitos económicos tem vindo a pesar negativamente no ambiente de negócios. O poder judicial tem de ser absolutamente intransigente e rápido face aos incumprimentos dos contratos.

Não podemos ter incumprimentos constantes sem consequências, porque isso fere a confiança e destrói a integração da economia interna.

É fundamental para a confiança a existência de leis claras, simples e bem regulamentadas, que evitem interpretações discricionárias por parte das autoridades. Reiteramos que, não havendo regulamentação, a interpretação tem de ser feita pelos tribunais e não pelas autoridades administrativas, devendo prevalecer o princípio do benefício dos cidadãos e dos negócios, sempre que existam dúvidas.

É corrente ver nos nossos tribunais interpretações favoráveis aos interesses do Estado ou supostos interesses morais e até nacionalistas. A atracção do investimento só pode ser feita com uma aplicação isenta da lei, sem favorecimentos morais ou de nacionalidade.

As políticas precisam ser claras e estáveis. Se o mercado conduz a um modelo de negócios baseado na importação, mas continua em vigor uma norma (DP 23/19) que permite uma intervenção discricionária do Estado para o condicionamento das importações, inibe-se confiança para investir.

Não é salutar que o Estado tolere uma situação durante anos e, de repente, sem prazo nem apelo, exija o seu cumprimento escrupuloso, multando e penalizando e às vezes encerrando actividades e negócios. **O Estado deve impedir a violação das normas.** Porém, quando durante anos tolera uma actividade manifestamente ilegal porque sabe que não tem condições para resolver o problema não pode, sem um período de legalização e adaptação, passar a exigir o cumprimento das normas. Todos sabemos que há venda de medicamentos de forma ilegal e muitas vezes prejudicial para a saúde nos mercados informais; mas essa é, hoje, a única fonte viável de acesso a medicamentos de uma parte importante da população mais pobre. Podemos admirar-nos face ao aparente estado de degradação de muitas das motos que praticam a actividade de moto-taxista, sem faróis, piscas, com o motor raspado, etc. É que o Estado não garante a segurança desta actividade e os seus operadores são forçados a retirar ou desgastar esses elementos para que a moto pareça velha e não seja roubada. Como solucionar a questão? Continuar a exigir e apreender para “libertar” mediante a conhecida gasosa ou tolerar e resolver o problema da segurança da actividade? Para que se atraia investimento, é necessário definir de forma clara o que há que exigir em cada momento. Por isso falámos em listagem de normas e inspecções por CAE.

É essencial para a atracção do investimento nacional ou estrangeiro que a introdução de novas normas ou o fim da tolerância sejam suavizados e alargados no tempo, dando a possibilidade aos negócios de se adaptarem.

Qualquer norma em que se permite ao Estado intervir administrativamente no mercado é prejudicial à confiança, porque depende do agente de autoridade que a vai aplicar. Existem normas discricionárias e administrativas em todo mundo; porém, elas devem ser excepções e não a regra, se queremos atrair bom investimento.

O Estado não pode governar por impulsos, ora privilegiando a produção nacional a todo o custo, esquecendo a inflação, ora privilegiando a inflação, esquecendo a protecção da “produção interna“. As políticas devem ser estáveis, duradouras, e as suas alterações convenientemente explicadas.

As políticas devem ser feitas para décadas. Assim, reiteramos a necessidade de os maiores partidos políticos convergirem no que tange a orientação geral da economia.

4.1.6 CONHECIMENTO

Tal como no 1.º Trimestre, durante o 2.º Trimestre não foram observadas alterações relevantes no âmbito da formação. No entanto, muito recentemente verificou-se novamente que a gratuidade e a universalidade do ensino está cada vez mais longe de se tornar real; parece haver cada vez menos vagas em todos os níveis.

Dados oficiais indicam que em 2020 havia cerca de 1,3 milhões de crianças fora do sistema formal de ensino. No ano lectivo de 2021/2022 esse número aumentou para cerca de 2 milhões (aproximadamente 32% da população em idade escolar naquele período). Neste ano lectivo, 2022/2023, o número ainda não é conhecido, sendo certo que uma percentagem considerável das crianças que estudam estão no ensino particular. Quanto ao ensino superior, um número elevado de estudantes não teve acesso às universidades, em especial nas IES públicas. Por exemplo, a Universidade Agostinho Neto disponibilizou 4.380 vagas para 22 mil candidatos inscritos.

Do total global de 158.910 vagas, as IES públicas apenas disponibilizaram 24.438 (cerca de 15%), enquanto as IES privadas disponibilizaram 134.472 vagas (cerca de 85%).

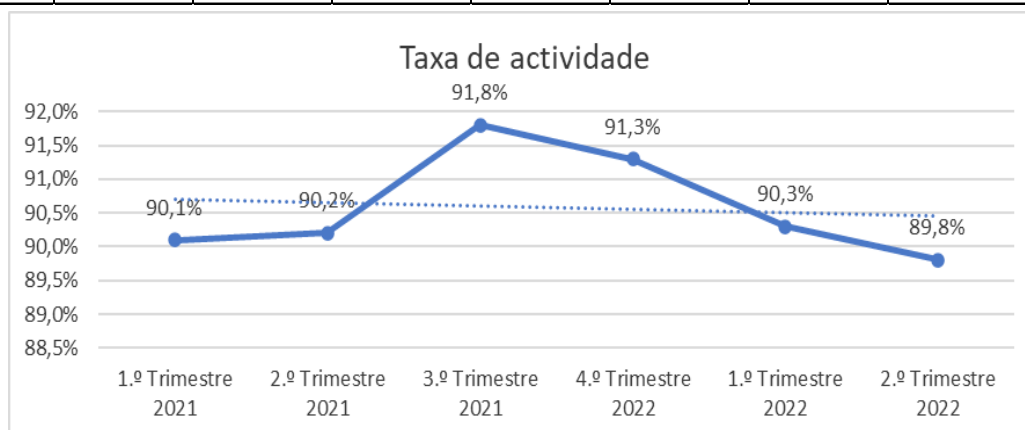
A crescer, a qualidade do nosso ensino continua abaixo do dos nossos concorrentes africanos.

É preciso que se crie e implemente uma estratégia clara de formação e ensino. É preciso estabelecer-se urgentemente um prazo, desdobrado em objectivos anuais, para se atingirem os níveis de qualidade africanos, e acompanhar e divulgar constantemente os resultados obtidos!

Consideramos oportuna a manifesta preocupação por parte do Ministério da Educação quanto à avaliação dos conhecimentos em provas nacionais, corrigidas fora da escola do aluno. Não que consideremos ser esse sistema de avaliação de conhecimento externo bom em absoluto, mas, na situação a que chegámos, consideramos não haver alternativa. É necessário aprofundar esta linha de actuação.

Tabela/Gráfico 54 — Taxa de actividade

Indicador	1.º Trimestre 2021	2.º Trimestre 2021	3.º Trimestre 2021	4.º Trimestre 2021	1.º Trimestre 2022	2.º Trimestre 2022	Variação Trimestral (%)	Variação Homóloga (%)
Taxa de actividade	90,1%	90,2%	91,8%	91,3%	90,3%	89,8%	-0,6%	-0,4%



Fonte: INE.

A taxa de actividade no 2.º Trimestre de 2022 decresceu cerca de -0,6% com relação ao trimestre anterior e cerca de -0,4%, quando comparado com o período homólogo, o que, sendo positivo, significa que a situação continua crítica.

A variação trimestral, agora num sentido negativo, terá sido o resultado da quase eliminação das medidas sanitárias, o que levou à retoma das actividades e consequentemente à retoma (lenta) do emprego formal de muitos encarregados, que vêm as suas condições de sustentabilidade recuperadas.

Na verdade, as alterações são mínimas e estão dentro da margem de erro dos inquéritos, ou seja, a taxa de emprego mantém-se nos 90%, deixando apenas 10% da população em idade laboral para quem prossegue os estudos ou vive uma velhice descansada.

Embora reconheçamos não sermos especialistas nas matérias sobre o ensino, cabe-nos, enquanto economistas, alertar para os problemas do ensino que afectam a economia.

O equilíbrio entre o ensino geral e o especializado é mutável e deve depender da vida social. No nosso caso, com grande parte da população a iniciar a participação na força de trabalho aos 15 anos, é necessário deslocar este equilíbrio para o lado da especialização, logo após a 6.ª classe.

Pode não ser o desejável, mas é o que ocorre! Portanto, torna-se um dever da Sociedade e do Estado preparar essas crianças para a vida laboral.

O ensino deve orientar os alunos para que aprendam a usar, compreender e dominar instrumentos de conhecimento em substituição de um ensino demasiado abstracto. Portanto, o ensino secundário e técnico-profissional devem convergir, permitindo, simultaneamente, a continuação dos estudos e a entrada no mundo laboral. Um aluno que queira tornar-se um economista deve ser preparado para ser um empregado de escritório profissional com a 9.ª classe, um técnico de controlo de gestão com a 12.ª classe, um chefe de departamento de gestão com o 2.º ano universitário e um economista com o 4.º ano do ensino superior. Em cada etapa, deve ser posto em contacto com os instrumentos da sua profissão e aprender a dominá-los. Pensamos que a reforma do ensino deve fazer-se rapidamente nesta direcção.

A falta de mão-de-obra qualificada (conhecimento) continua a ser um dos principais constrangimentos do mercado, segundo os dados do INE sobre o Indicador de Confiança no 2.º Trimestre do corrente ano, em áreas fundamentais para o crescimento e desenvolvimento da economia, como os sectores da indústria e inclusive do comércio. É urgente rever o modelo de formação superior existente adequando-o ao objectivo profissional do formando e à real necessidade do mercado.

Reiteramos a necessidade de implementação de ciclos de formação curtos que confirmem essencialmente competências técnicas e tecnológicas que permitam ao formando entrar no mercado de trabalho em pouco tempo com as devidas valências. Isso é possível.

Não se pode continuar com a pregação, implícita ou explícita, de que a pessoa qualificada é aquela que concluiu uma licenciatura ou os níveis acima, pois as outras formações também são muito importantes.

Insistimos ser fundamental que o Estado defina o serviço público de educação de forma específica e adaptada aos recursos disponíveis. É preciso fazer escolhas e resistir à tentação de querer fazer tudo no curto prazo.

Por outro lado, é necessário que os serviços públicos sejam claros, como desenvolveremos adiante.

4.1.7 TAXA DE NATALIDADE

Não obstante os dados sobre os indicadores demográficos publicados pelo INE indicarem um abaixamento natural da taxa de crescimento da população, de 3,1% em 2021 para 3,0% em 2022, mantendo-se assim até 2024, sendo que de 2025 a 2029 baixa para 2,9%, atingindo 2,0% em 2050, a taxa de natalidade precisa de ser amplamente debatida.

É preciso equilibrar a economia e a natalidade; o que se produz actualmente está muito aquém das necessidades da população actual e estará mais ainda no médio prazo.

Se nada for feito, estaremos a colocar no mundo gerações de desempregados e a aumentar os índices de miséria no país e, conseqüentemente, a fazer perigar a segurança e a estabilidade futuras.

As estimativas do INE indicam que a população em idade laboral terá, no final desta legislatura, mais 4 milhões de pessoas. Com uma taxa de actividade de 90%, são 3,6 milhões de postos de trabalho (até agora criámos cerca de 2,3 milhões de empregos formais). Como a economia não tem capacidade para criar os 720 mil postos de trabalho anuais necessários, a população tem de “desenrascar-se” criando os seus próprios “postos de trabalho” informais. Estes são pouco regulares, sem qualquer protecção, muito pouco produtivos e, conseqüentemente, mal remunerados. Como consequência, todas as pessoas procuram trabalho para de alguma forma contribuírem para a melhoria do orçamento familiar, ficando as crianças aos seus próprios “cuidados”.

As crianças em idade escolar ficam ao cuidado dos irmãos mais velhos, que, conseqüentemente, baixam o aproveitamento escolar e abandonam precocemente o ensino, sendo rapidamente substituídos pelos irmãos mais novos para irem trabalhar. A formação familiar é substituída pela transmissão de valores de crianças para crianças, e a formação escolar declina, criando famílias desestruturadas e jovens sem valores, perpetuando gerações sem conhecimentos, sem produtividade e vivendo próximo ou abaixo da linha de pobreza.

Necessitamos de reduzir a taxa de natalidade! Esse é certamente um trabalho de especialistas que os economistas não sabem realizar.

No entanto, defendemos que o Estado deve, através de organismos de apoio social directo as famílias, garantir que os direitos básicos da criança (alimentação, educação e saúde) sejam providos pelos pais, voluntária ou coercivamente.

4.1.8 O PRIMADO DA LEI

Cabe ao Estado cumprir e fazer cumprir exclusivamente a Lei porque é esse o limite do mandato que lhe é conferido pelos cidadãos. A função das pessoas que trabalham para o Estado, desde o chefe do Executivo ao mais simples dos funcionários, não poderá ser a de dirigir a sociedade ou tomar a iniciativa económica, mas apenas a de executar o mandato que os cidadãos lhes concedem através da Lei.

Um dos graves problemas do nosso ambiente de negócios é a constante evocação da autoridade em vez da Lei. Os cidadãos e as empresas não são chamados a actuar de determinada forma porque há uma lei que o determina, mas porque há “instruções superiores” para que seja assim. Ora, os superiores hierárquicos mandam nos seus subordinados, mas não nos cidadãos e nas empresas. Nenhuma actuação pode ser exigida fora do estrito círculo do funcionamento das instituições sem o suporte de uma lei. Não pode haver instruções superiores na relação do Estado com os cidadãos e as empresas; há a lei e a exigência do seu cumprimento.

O corolário desta regra é que deve ser simples e directo denunciar os agentes que desonrem o Estado exigindo o que não é exigível ou que se excedam ou abusem da sua posição para benefício próprio ou simples demonstração gratuita de poder. O Estado não pode tolerar que se cometam abusos em seu nome, e as suas instituições, chefias hierárquicas, PGR e tribunais devem considerar prioritária a perseguição e punição exemplares de quem os pratica. É a defesa do Estado, da sua Autoridade e Bom Nome que exige a actuação célere e rigorosa das instituições para que se cumpra exclusivamente a lei e não exista qualquer espécie de autoridade discricionária.

4.1.9 SEGURANÇA PÚBLICA

A Polícia Nacional reveste-se de capital importância na manutenção da paz e da harmonia social, fundamentais para a garantia de preservação da vida e do património das pessoas, estejam eles onde eles estiverem.

Antes de mais, há que separar claramente as funções de Segurança Pública e Rodoviária, que devem caber à PN e SIC, das funções de defesa do Estado (fronteiras, estrangeiros, serviços de informação, polícia antimotim, etc.), subordinando-as, pelo menos, a Secretarias de Estado diferentes e constituindo-as como corpos policiais totalmente distintos, sem relacionamento directo. Defendemos também que as funções de controlo da actividade devem passar urgentemente para a entidade única de inspecção da actividade económica (ANIESA ou outra).

Continuamos a observar sinais mistos, criando-se às vezes uma percepção de proximidade e de combate a impunidade e repressão da criminalidade e outras de intimidação e perseguição sobre quem desenvolve uma actividade honesta. Há também sinais mistos em termos geográficos e sociais, com melhorias no relacionamento no casco urbano de Luanda, porém sem melhorias visíveis no interior do país e nos bairros da capital.

Os dados sobre a criminalidade continuam a não apresentar melhorias visíveis. Os assaltos na via pública e em estabelecimentos, bem como os episódios de “lutas entre gangues rivais”, são constantes.

Continuamos a observar quotidianamente mais acções de inspecção a quem está a trabalhar (taxistas, kupapatas, camionistas, etc.) do que acções de combate ao banditismo.

A tendência para se recorrer à justiça pelas próprias mãos parece manter-se, o que é um enorme retrocesso civilizacional e afasta os investidores, propiciando o crescimento robusto da actividade informal.

As empresas e as famílias mantêm um forte sentimento de insegurança, o que as leva a nem pensar sequer em prescindir dos serviços de segurança privados, quando podem fazê-lo.

Os empresários valorizam muito uma polícia civil que actue para os proteger sob as mais diversas circunstâncias, sem nunca interferir nos seus negócios.

Percebe-se com alguma clareza que os problemas de segurança pública não encontram, em si, solução na repressão, mas num conjunto bem articulado de políticas públicas de inclusão social.

Esse também é um assunto para especialistas. Apenas sabemos das consequências que um ambiente de insegurança pode causar no desenvolvimento económico e social das localidades e do país.

Não há investimento, negócios ou comércio estruturado quando não há segurança. Por isso reiteramos a necessidade de se continuar o processo de formação dos agentes da polícia para que, na periferia, no interior do país ou na acção sobre determinadas pessoas, possam prestar um serviço com resposta rápida e de qualidade ao cidadão.

Sobretudo que a Polícia Nacional seja libertada de todas as funções de controlo, que não devem ser da sua competência, para que se foque e seja mais eficaz no essencial, que é a segurança dos cidadãos e das empresas, tornando todas as zonas do país efectivamente seguras.

4.1.10 A REFORMA DO ESTADO

Tal como no 1.º Trimestre, abordaremos esse assunto com maior profundidade no capítulo da Política Fiscal.

Para já, reafirmamos que a reforma do Estado no campo económico deve incluir o registo e titularidade da propriedade, a substituição do sistema de licenças por normas de aplicação geral e directa e uma clara aposta na educação, saúde, segurança pública e segurança jurídica.

Uma verdadeira reforma do Estado deve incluir a gestão de infra-estruturas, nomeadamente vias de comunicação, água, electricidade e saneamento, para que os custos de contexto (água de cisterna, geradores, desgaste no material rolante, etc.) diminuam, a produtividade aumente, a economia nacional seja mais competitiva, os direitos dos consumidores e das empresas possam cumprir-se e a economia prospere.

Para tal, é fundamental que a definição de cada serviço público seja muito específica e adaptada aos recursos disponíveis e não um conjunto bem-intencionado de fórmulas abstractas.

Por exemplo, é fundamental que o Estado defina o serviço público de educação. Pretende-se garantir que todos os alunos tenham acesso a um ensino gratuito até à 6.ª classe? Tem o Estado condições para criar escolas públicas para esse objectivo? Deve o Estado limitar o serviço público a quem “couber” nas escolas públicas, como hoje acontece? Ou deve recorrer aos colégios privados, pagando as propinas dos alunos até ao 6.º ano? Ou deve ainda limitar a gratuidade a um número limitado de famílias mais carenciadas através do apoio social? O que nos parece sem qualquer sentido é a definição do serviço público (gratuidade do ensino), deixando a sua execução ao acaso e sem um critério bem definido de qual o nível actual que o Estado está em condições de garantir e perspectivas futuras.

Um dos grandes problemas da distribuição da despesa do Estado consiste em não fazer escolhas, em querer fazer tudo, assegurar tudo. Como consequência, nada fica assegurado, e desperdiçam-se recursos enormes.

A definição clara de cada serviço público em função das restrições orçamentais ajudaria a clarificar as escolhas e a perceber os efeitos das diversas alternativas de distribuição da despesa, tanto na educação como em qualquer outra função do Estado.

4.1.11 A CORRUPÇÃO

O combate à grande corrupção tem registado alguns progressos. Porém, durante o 2.º Trimestre, pouco ou nada foi evidente.

É nossa opinião que a PGR deve estender a sua acção às pessoas cujo nível de riqueza não é compatível com as remunerações auferidas durante todo o seu percurso profissional. É necessário continuar a desencorajar a tendência para o peculato e para o branqueamento de capitais dentro da administração do Estado e, conseqüentemente, fora dela.

Ainda há um excesso de ajustes directos na contratação pública, gerando um potencial de corrupção alto devido ao elevado grau de subjectivismo causado pela interferência humana. Reiteramos, por isso, ser fundamental que os negócios adjudicados nessa modalidade tenham todas as suas cláusulas publicitadas e que a legislação seja clara em não permitir às empresas contratadas evocar quaisquer direitos para além dos que forem explicitamente determinados nos contratos públicos; e que o ajuste directo se torne, efectivamente, uma excepção.

As contas do Estado continuam a não reportar a execução das despesas de natureza financeira. Os saldos fiscais dos últimos anos ou são superavitários ou ligeiramente deficitários, somando 1,9 biliões de Kwanzas. Contudo, a dívida, depois de anularmos o efeito cambial, aumentou em cerca de 2,6 biliões de Kwanzas desde 2018. O destino destes 4,5 biliões de Kwanzas continua por se explicar. A execução orçamental não mostra claramente toda a despesa, qualquer que seja a sua natureza, a “rolagem” da dívida e o destino do aumento líquido da dívida e dos saldos orçamentais. Esta situação tem um enorme potencial de corrupção, que deve clarificar-se urgentemente.

Conforme temos vindo a reportar, outra fonte potencial de corrupção são os sucessivos e graves montantes de erros e omissões na conta externa, que são constantemente negativos, na ordem de -0,9 a -1 biliões de USD anuais, e que, no 1.º Semestre deste ano, se agravaram para 1,2 biliões de Kwanzas, embora ainda seja possível que baixem no 2.º Semestre. Os erros e omissões são inevitáveis, mas são aleatórios. Esta constância negativa é muito preocupante, mas não tem feito soar os alarmes na PGR ou no BNA.

Apesar de uma maior publicidade das acções da ANIESA e do SIC, a percepção é de que a pequena corrupção não diminuiu. Com as delegações municipais ora criadas, gerou-se uma dupla subordinação do inspector da ANIESA, pois no município deverá estar também sob orientação do Administrador, de tal sorte que voltamos ao quadro inicial (antigas direcções nacionais, delegações provinciais, municipais e comunais), em que visitavam, todas, “n” vezes, os estabelecimentos que comercializavam produtos de amplo consumo ou “distintos”, solicitando cada equipa de inspecção diferentes questões que lhe aprovesse, deixando o comerciante sem perceber ao certo o que tinha de fazer, não lhe restando outra solução que não fosse pagar. Como temos vindo a sugerir, deve haver para os procedimentos administrativos uma listagem do que pode ser exigido aos negócios, sendo absolutamente proibido pedir algo que dela não conste.

O principal problema da pequena corrupção é o nível de exigência das chefias. A todos os níveis, a maioria dos chefes parece não dispor de critérios de eficácia a cumprir, atendendo um número mínimo de pessoas, emitindo um número mínimo de documentos, etc. Esta situação deixa espaço aos maus funcionários para “inventarem facilidades” a troco de “gasosa”, generalizando estas práticas e fomentando a protecção generalizada dos infractores por colegas e chefias. Há que promover e bonificar as chefias e trabalhadores que cumprem e superam os critérios de eficácia e penalizar duramente os incumpridores, com despedimento se necessário. É preciso servir bem o cidadão!

Reiteramos que a pequena corrupção é provavelmente a pior das causas do mau funcionamento do Estado! É necessário uma actuação forte que inverta a situação!

Continuamos convictos de que, sem o reforço do sistema de controlo sobre a execução das tarefas dos funcionários públicos, todos os esforços de simplificação e desburocratização continuarão a ser, efectivamente, boicotados!

4.1.12 ASPECTOS DESENVOLVIDOS EM OUTROS CAPÍTULOS

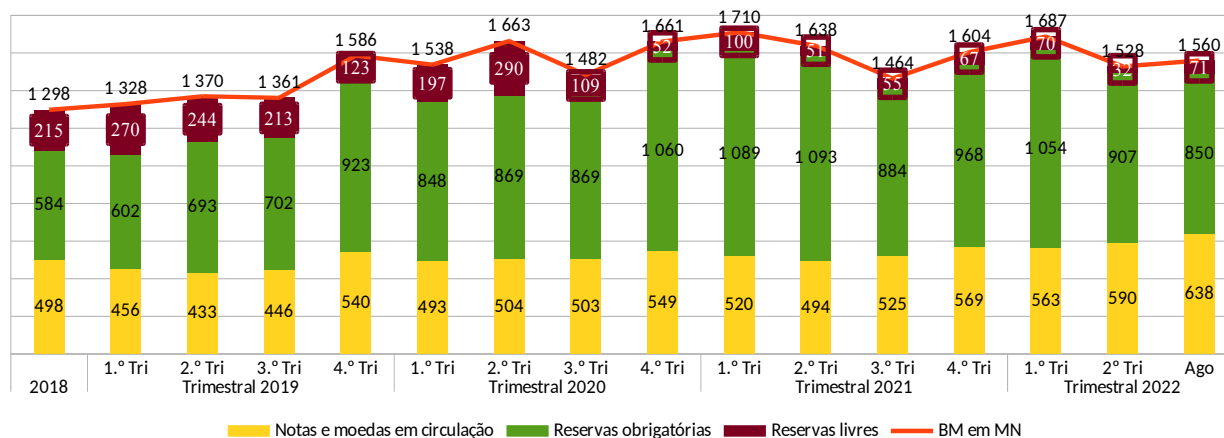
Outros factores determinantes na qualidade do nosso ambiente de negócios são a taxa de câmbio, as políticas de crédito, a inflação e a dívida pública, que são desenvolvidas em secções próprias.

4.2 POLÍTICA MONETÁRIA

4.2.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ

4.2.1.1 BASE MONETÁRIA

Tabela/Gráfico 55 — Evolução da base monetária em moeda nacional (mil milhões de Kwanzas)

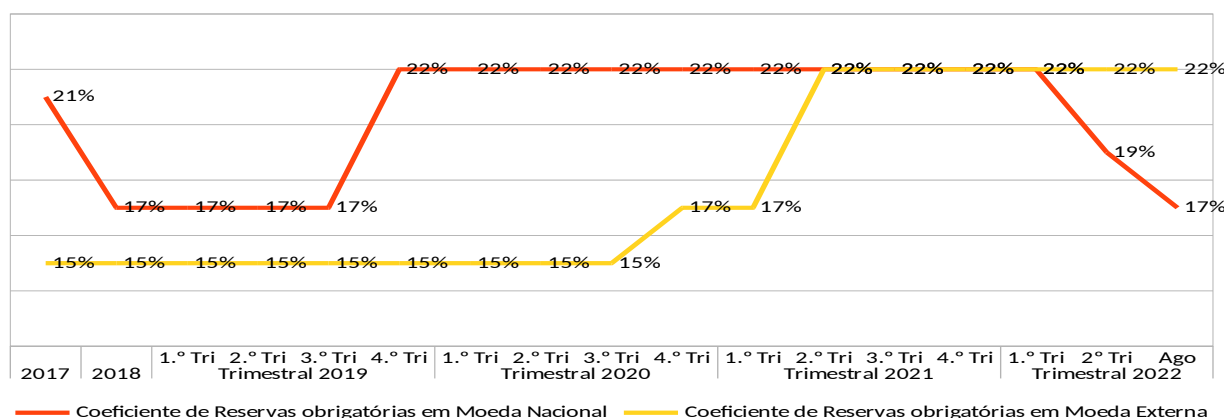


Fonte: BNA.

No 2.º Trimestre de 2022, a Base Monetária (BM) registou uma ligeira queda de (- 6%) em relação aos dois últimos trimestres, mas mantém-se no patamar de 1,6 biliões de Kwanzas, com algumas oscilações.

No 4.º Trimestre de 2020, o BNA sobe o coeficiente de reservas em moeda estrangeira de 15% para 17%, mas obriga a que o diferencial seja constituído em MN, fazendo aumentar a BM para o patamar de 1,6 biliões. Posteriormente, esta obrigação é revogada, e, em 2022, o coeficiente de reservas em MN baixa para 19% (31 de Maio) e 17% (29 de Junho), mas as reservas obrigatórias mantêm-se no patamar entre 900 mil milhões e 1 bilião de Kwanzas, mostrando uma ligeira tendência de baixa apenas nos últimos meses. Contudo, a BM mantém-se à custa do aumento da moeda física.

Tabela/Gráfico 56 — Evolução dos coeficientes de reservas obrigatórias



Fonte: BNA.

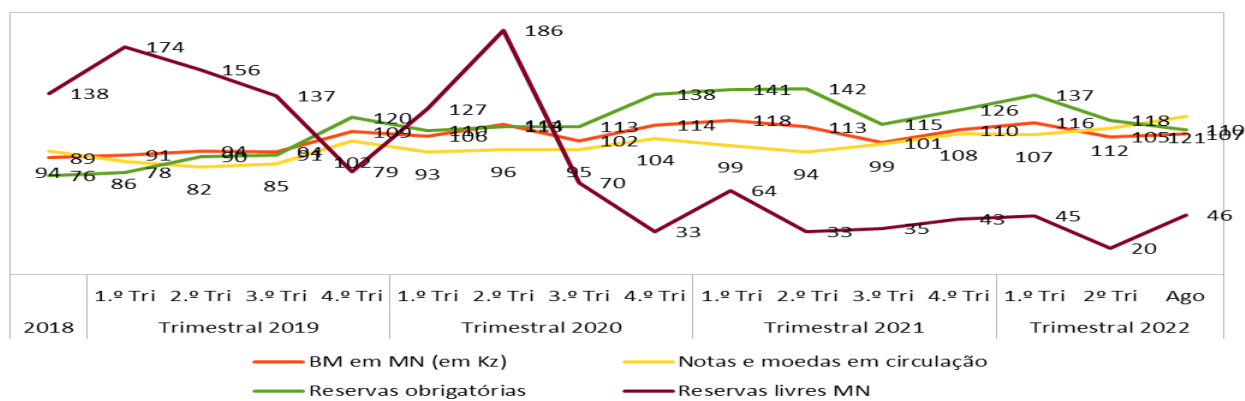
O BNA aplica uma política menos restritiva a partir de Junho de 2018, baixando os coeficientes de reservas para 19% e, posteriormente, para 17% (Agosto), o que é compensado por um controlo muito estrito da variação das taxas de câmbio. Este controlo das taxas de câmbio tem como consequência o alargamento do diferencial entre as taxas oficiais e do mercado paralelo, sobretudo entre Outubro de 2018 e Setembro de 2019. O afastamento entre as taxas de câmbio oficial e do mercado paralelo acentua-se e o Banco Central provoca um forte deslize cambial (30% em Outubro de 2019), introduzindo, a 23 de Outubro, o regime de taxa de câmbio flexível. Para manter o equilíbrio cambial, aperta a política monetária, aumentando o coeficiente de reservas em MN para 22%. Na reunião de 31 de Maio de 2022, o CPM alterou o coeficiente em MN para 19%, e, na

RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º TRIMESTRE DE 2022

reunião imediata, de 29 de Julho, volta a reduzir o coeficiente para 17%, mostrando uma clara intenção de alívio da política monetária em resposta à redução da inflação.

O coeficiente de reservas em ME mantém-se inalterado até ao final de 2020, data em que o BNA contrai a MN através do esquema pouco ortodoxo de aumentar os coeficientes de reservas de ME, mas obrigando a que o diferencial seja constituído em MN. Em 2021, o BNA alivia, na prática, o coeficiente em MN ao aumentar o coeficiente de reservas em ME para 22%, mas cessando a obrigatoriedade de constituição da reserva em MN.

Tabela/Gráfico 57 — Índice de crescimento da BM em MN (2017 = 100)

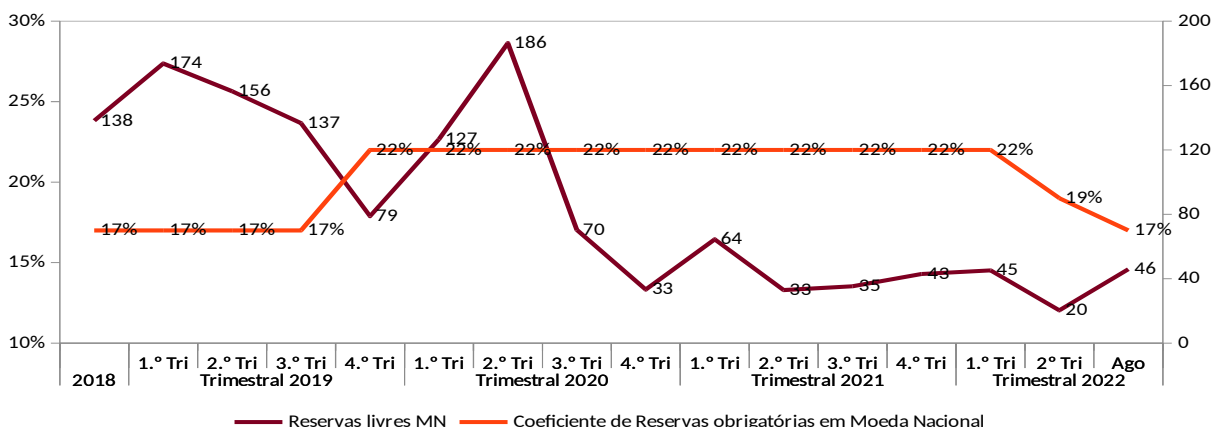


Fonte: BNA.

Verifica-se uma redução, ainda ligeira, da BM no 2.º Trimestre de 2022, impulsionada pelas reservas obrigatórias, que caem do índice 137 para 118, entre o 4.º Trimestre de 2021 e o 2.º Trimestre de 2022; as reservas livres também tiveram uma queda, saindo de índice 43 para o índice 20, mas em Agosto voltam a crescer (índice 46); em 2022 a BM é sustentada sobretudo pelo crescimento da moeda física em poder dos bancos.

Depois de atingir um índice de 137 no 1.º Trimestre de 2022, com o cessar da obrigatoriedade de constituição do aumento do coeficiente em ME, usando MN, e, sobretudo, com as reduções do coeficiente em MN, as reservas obrigatórias tiveram uma queda de 20%. Em Agosto, a BM, regressa ao índice 110, mais próximo do que foi a moda em 2021, impulsionada pelo crescimento da moeda em poder dos bancos, que, no final do 2.º Trimestre, apresentava um crescimento de 18% face a 2017.

Tabela/Gráfico 58 — Índice de crescimento das reservas livres em MN (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em MN



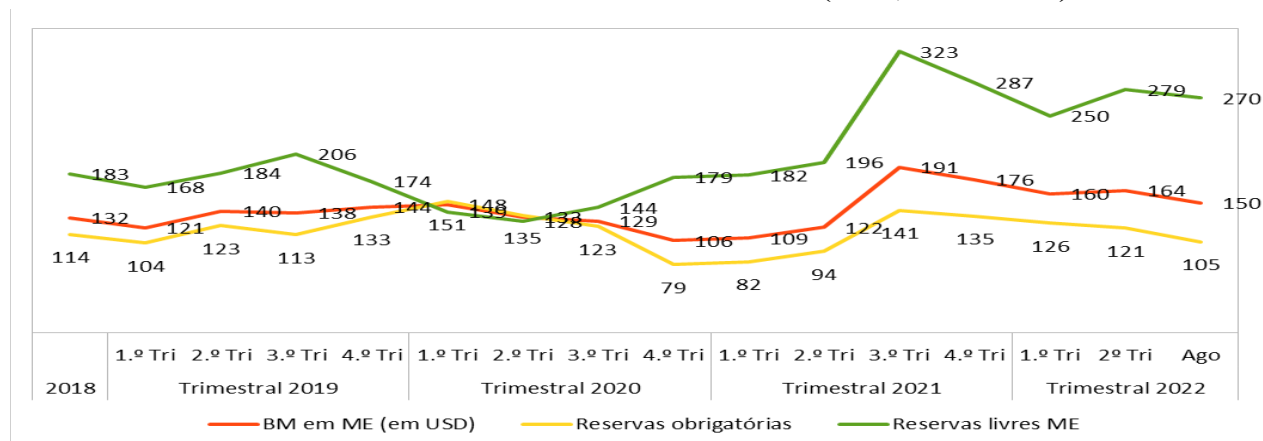
Fonte: BNA.

A eficácia da secagem de liquidez pelo BNA continua bem patente na redução das reservas livres dos bancos! A trajetória das reservas livres no 2.º Trimestre (30 Junho) e a sua recuperação até

RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º TRIMESTRE DE 2022

Agosto podem mostrar alguma resposta à redução do coeficiente de reservas em MN, o que terá de ser confirmado nos próximos relatórios.

Tabela/Gráfico 59 — Índice de crescimento da BM em ME (USD; 2017 = 100)

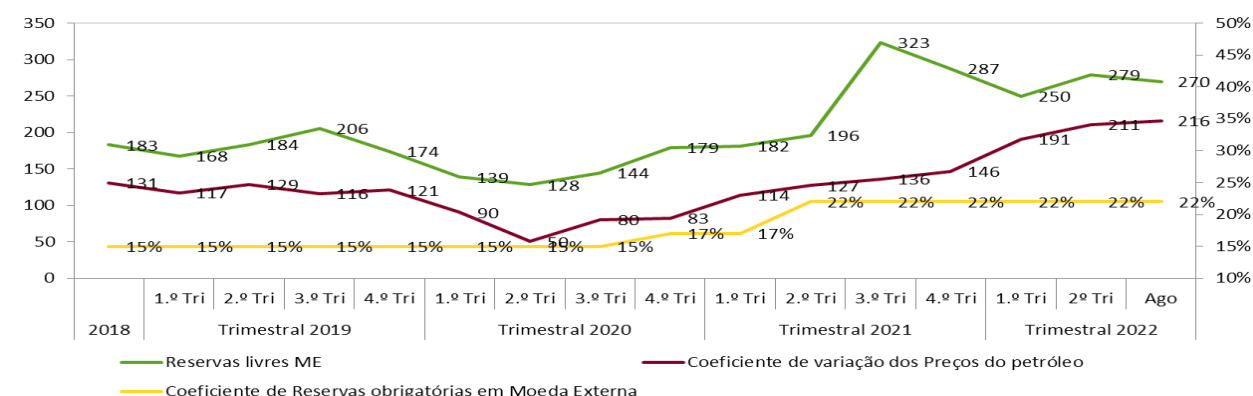


Fonte: BNA.

A variação dos coeficientes de reserva, no 3.º Trimestre de 2020, não afectou os índices de crescimento da BM em ME, mas em MN, por as reservas adicionais terem sido obrigatoriamente constituídas na moeda interna. A alteração do coeficiente para 22%, a 28 de Maio de 2021, sendo agora constituído em ME, ficou bem marcada, com as reservas obrigatórias a subirem, de 94 (6% abaixo do índice de 2017), no 2.º Trimestre, para 141, no 3.º Trimestre de 2021, reduzindo-se para 135, no 4.º Trimestre. No que diz respeito à BM em ME, o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias parece ser uma resposta ao crescimento das reservas livres da banca.

A BM em USD flutua entre 30% e 40% acima do valor de 2017, até ao 3.º Trimestre de 2020, caindo posteriormente para +6%, no 4.º Trimestre de 2020, e atingindo um índice máximo de 191 (+91%), no 3.º Trimestre de 2021. Posteriormente reduz-se para 176, no 4.º Trimestre, e para 164, no 2.º Trimestre de 2022, atingindo o índice de 156, em Agosto, o que parece confirmar uma tendência de queda (21,5% de Outubro de 2021 a Agosto de 2022). Esta redução está ligada à diminuição dos *stocks* de moeda externa, que analisaremos adiante.

Tabela/Gráfico 60 — Índice de crescimento das reservas livres em ME (USD; 2017 = 100) e coeficiente de reservas obrigatórias em ME

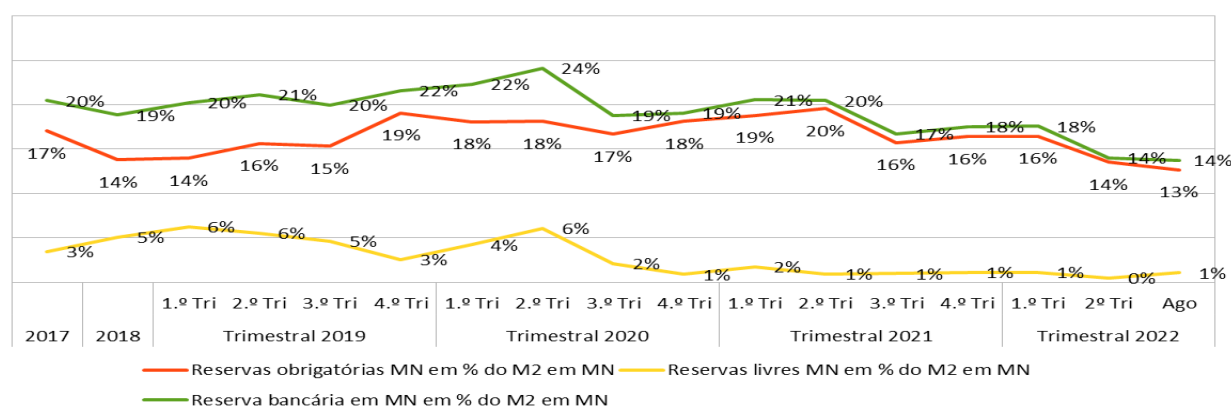


Fonte: BNA.

A variação das reservas livres em USD apresenta uma correlação razoável com os preços do petróleo (note-se que a escala dos preços é diferente das restantes para maior ajuste visual à variação das reservas livres).

O preço do petróleo é o barómetro da economia nacional e também a principal fonte de divisas. Quando o preço do crude está em alta (ou a alta é previsível), o BNA aumenta o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda externa para que o excesso de divisas não desestabilize os câmbios.

Tabela/Gráfico 61 — Percentagem das reservas em MN sobre o M2 em MN (em Kz)

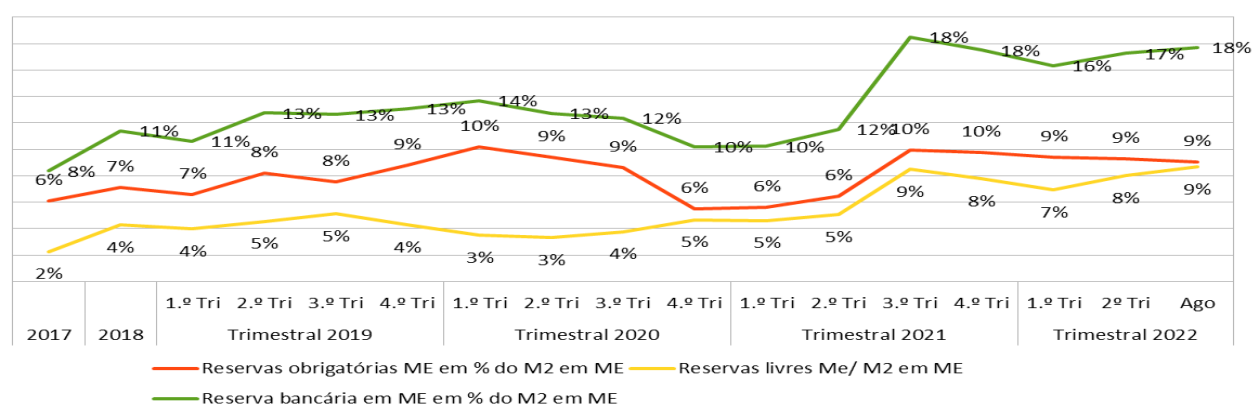


Fonte: BNA.

No 2.º Trimestre de 2022, a reserva bancária em MN continuou abaixo da média da série (20%), agora com uma queda mais acentuada, de 18% (4.º Trimestre de 2021) para 14%. As reservas oscilam à volta de 20% do M2 em MN, até ao 2.º Trimestre de 2020, altura em que caem para o patamar de 17% a 18%, baixando novamente para 14%, no 2.º Trimestre, e mostrando uma tendência contínua de queda até Agosto.

As reservas livres atingem um valor residual de 1%, a partir do 4.º Trimestre de 2020, que permanece estável até ao final de Agosto de 2022.

Tabela/Gráfico 62 — Percentagem das reservas em ME sobre o M2 em ME (em USD)



Fonte: BNA.

Quanto ao 2.º Trimestre de 2022, a reserva bancária total em ME, em percentagem do M2 em ME, regista um ligeira subida face ao 1.º Trimestre do ano em curso, mas a tendência de estabilidade entre 16% e 18% mantém-se até final de Agosto de 2022.

A reserva obrigatória cresce de 6% para 10% em função do aumento do coeficiente de 17% para 22% e de ter cessado a obrigatoriedade de constituição de parte destas reservas em MN, baixando posteriormente para 9%.

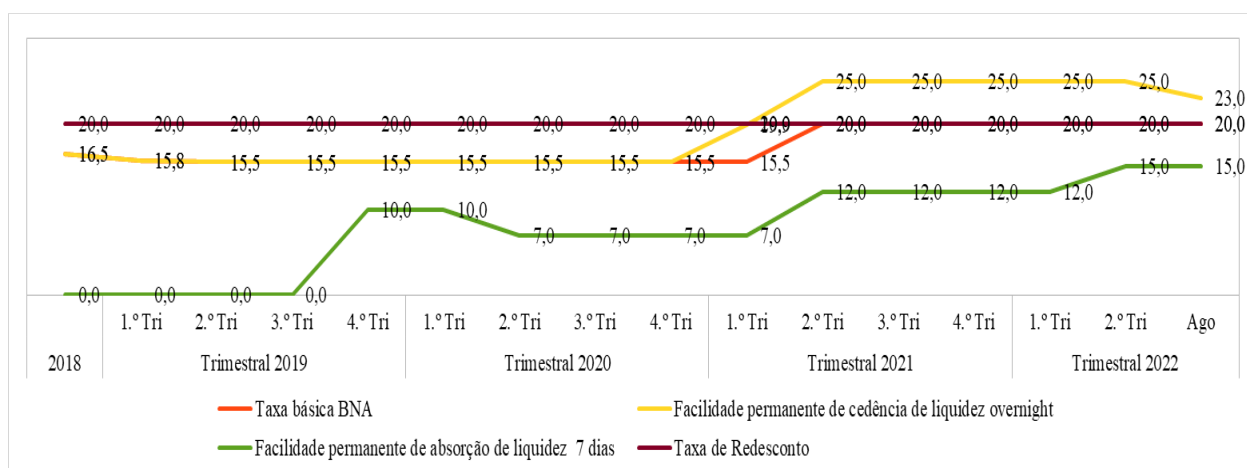
As reservas livres mostram um forte crescimento, estabilizando num patamar de cerca de 8%, acima do patamar de 5% que dominou a série até à subida dos preços do petróleo no 3.º Trimestre de 2021.

A decisão de alterar o limite da posição cambial da banca de 10% para 5%, através do Aviso 13/22, publicado a 4 de Maio, parece ter influenciado este crescimento das reservas livres.

Havia uma grande liquidez em ME no sistema, o que, conjugado com a redução da liquidez em MN, pressionou a forte valorização do Kwanza. Esse tempo parece estar agora a terminar.

4.2.1.2 TAXAS DE JURO

Tabela/Gráfico 63 — Taxas BNA



Fonte: BNA.

A taxa mais importante é, evidentemente, a taxa BNA, que desce muito ligeiramente no início da série, mostrando a tímida tentativa de enveredar por uma política monetária expansionista, terminando com uma subida drástica de 5 pontos percentuais (+33%), no final de Maio de 2021, em resposta ao crescimento da inflação.

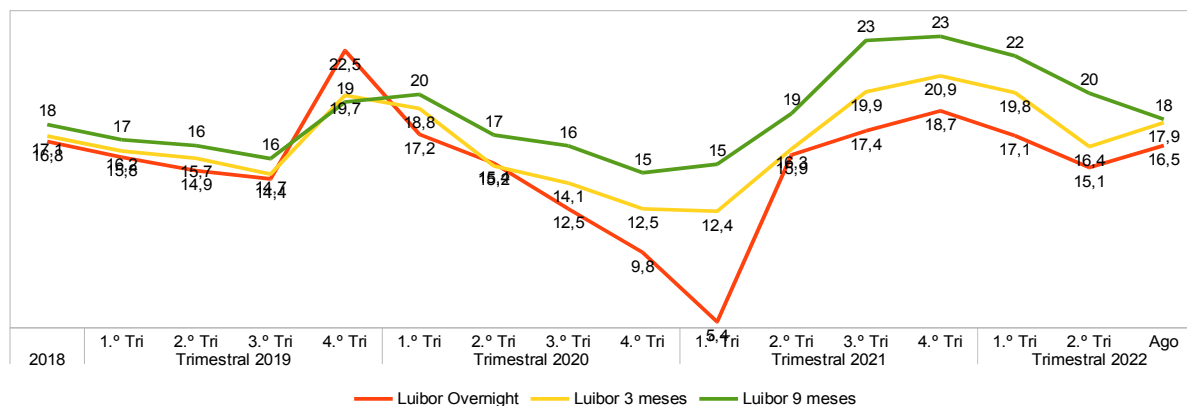
No dia 26 de Setembro de 2022, o Comité de Política Monetária do BNA decidiu baixar a taxa de juro para 19,5%, assim como a taxa de cedência de liquidez de 23% para 21%, mas, enquanto a inflação não baixar e o ambiente de negócio continuar a apresentar inúmeros riscos, muitos dos quais já documentámos, cortes ligeiros na taxa de juros pouco ou nada irão influenciar a actividade económica.

A taxa de cedência de liquidez *overnight*, fundamental para a gestão da liquidez dos bancos, sobe de 15,5% para 25% (cerca de 66%) desde o final de 2020 (mantendo-se nesse patamar no 2.º Trimestre 2022), mas, no final de Agosto de 2022, baixa para 23%. Vamos aguardar os próximos trimestres para ver se essa tendência de queda é consistente, pressionando o aumento das reservas bancárias.

A taxa de redesconto manteve-se em 20%, porém sem qualquer utilidade prática, uma vez que não houve operações desta natureza desde Setembro de 2019.

A facilidade permanente de absorção de liquidez inicia o seu percurso a 0%, seguida de um período a 10%, de uma redução para 7%, ambos sem relação com as restantes taxas, e de uma subida para 12%, no 2.º Trimestre de 2021, desta vez acompanhando a evolução das restantes taxas. Esta taxa voltou a ser mexida na reunião de 30 de Novembro de 2021 do Comité de Política Monetária (CPM), passando de 12% para 15%, sem efeitos visíveis até agora.

As primeiras medidas de alívio da política monetária face à queda da inflação iniciam-se na reunião do CPM de 31 de Maio de 2022, com a redução dos coeficientes de reservas obrigatórias. Só em Julho aparece a primeira alteração nas taxas de juro, com a descida da taxa de cedência de liquidez para 23%.

Tabela/Gráfico 64 — Evolução das taxas Luibor


Fonte: BNA.

As taxas Luibor, taxas interbancárias que também servem de referência para as taxas de crédito bancário, a 3 e a 9 meses, apresentam uma tendência de relativa estabilidade em baixa até ao 1.º Trimestre de 2021, mostrando a reacção do mercado face à crise. A taxa *overnight* é mais volátil, com uma tendência decrescente mais marcada, mas também maiores picos.

A partir do 2.º Trimestre e por influência do FMI, o BNA aumentou as suas taxas de referência com consequências bem visíveis na subida das taxas interbancárias, com a taxa *overnight* a subir de 5,4% para 18,7%, a taxa a 3 meses a subir de 12,4% para 20,9% e a taxa a 9 meses a subir de 15,3% para 23,4%!

A partir do 1.º Trimestre de 2022, todas as taxas apresentam uma evolução descendente até Agosto de 2022, regressando aos valores do início da série, excepto a taxa *overnight*, que apresenta grande volatilidade em toda a série e se situa quase 3 pontos percentuais abaixo do nível de 2017.

4.2.1.3 OPERAÇÕES DE MERCADO

Tabela/Gráfico 65 — Operações de mercado

Mil Milhões de Kwanzas	2017	2018	2019	2020	2021	2022 Set/9 x12
Absorção de liquidez no mercado interbancário	0		6 320	46 489	1 580	164
Cedência de liquidez no mercado interbancário	3 834	344 934	269	170 891	290	762
Operações de redesconto	281 541	154 284	114 875	0	0	0
Operações de mercado aberto - absorção	168 770	164 314	188 616	421 041	5 137	2 801
Operações de mercado aberto - cedência	11 758	0	50 957	11 456	942	533
Permuta de liquidez interbancária	1 679	8 757	3 144	9 865	4 010	3 954

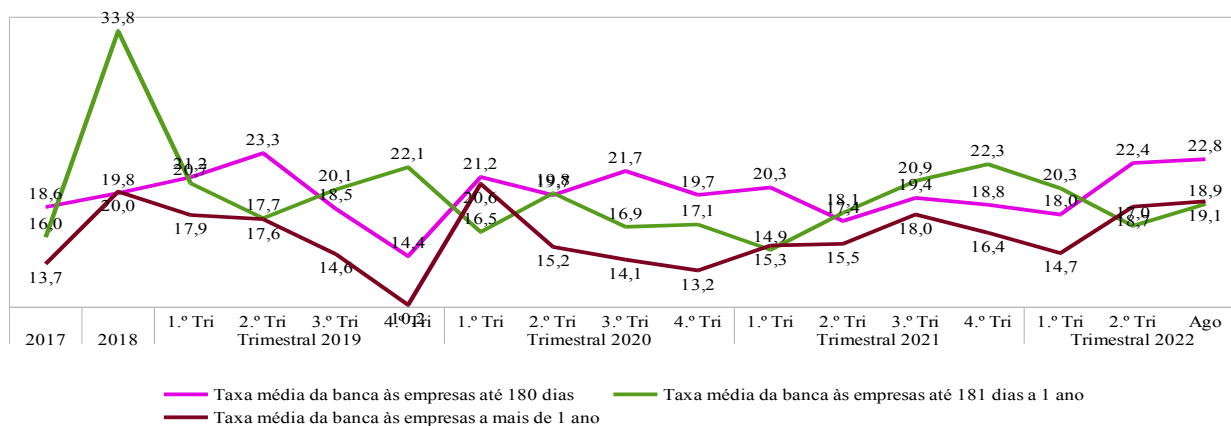
Fonte: BNA.

As operações de absorção e cedência de liquidez no mercado interbancário são muito irregulares e apenas apresentam valores com significado de 2018 e 2020, sendo praticamente nulas nos restantes períodos.

Nas operações de mercado aberto, apenas tem significado a absorção de liquidez que se mantém numa franja entre 160 e 190 biliões até 2019, saltando para 421 biliões, em 2020, e caindo para 5,1 biliões, em 2021. Até Setembro de 2022, o valor anualizado correspondia a cerca de metade da cifra registada em 2021, ou seja, 2,8 biliões de Kwanzas.

A permuta de liquidez interbancária tem também muito pouco significado e é muito irregular. Esta irregularidade das operações interbancárias pode ter como origem problemas de registo ou ser o reflexo de um mercado demasiado “atado” ao BNA e às flutuações da política monetária onde existe suficiente liquidez, mas sempre “enxugada” pelo Banco Central.

Na reunião de Maio, o CPM assinalou a intenção de “intensificar as operações de mercado aberto”, mas, até agora, sem grande sucesso.

4.2.2 EFEITOS DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DA LIQUIDEZ
4.2.2.1 CRÉDITO
Tabela/Gráfico 66 — Evolução das taxas médias de juro da banca para empréstimos às empresas


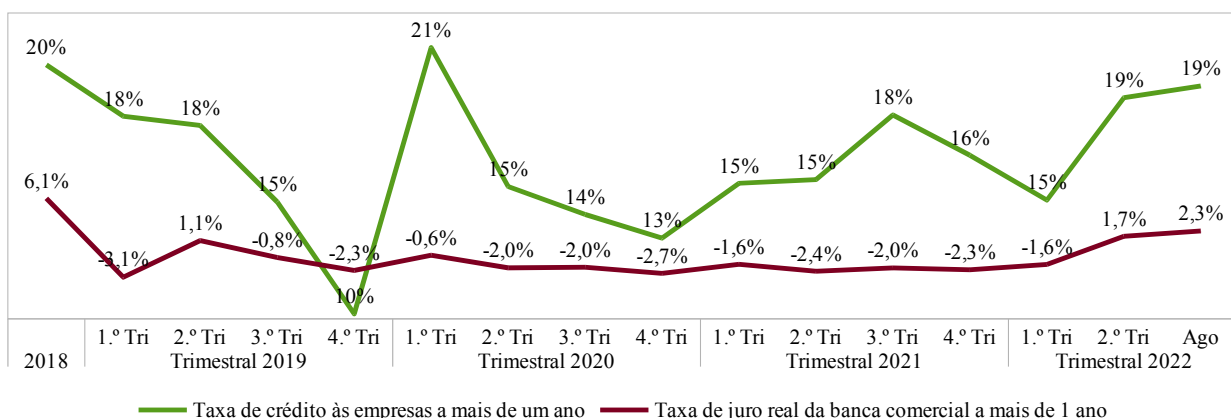
Fonte: BNA.

No 2.º Trimestre de 2022, a taxa até 180 dias atinge o patamar dos 22,4%, uma subida de 24% face ao 1.º Trimestre de 2022, tendência que se verifica até final de Agosto de 2022 (22,7%).

A taxa entre 180 dias e um ano, após uma queda para um mínimo de 15%, no 1.º Trimestre de 2021, volta a subir quase de imediato para o patamar de 20%, em que se mantém no 1.º Trimestre de 2022, caindo para 17%, no 2.º Trimestre, mas voltando a subir para 19%, em Agosto.

A taxa a mais de um ano, a mais importante para o investimento estrutural, mantém-se desde o 1.º Trimestre de 2019 no intervalo entre os 15% e 16%, com algumas excepções, nomeadamente as grandes variações de sentido contrário no 4.º Trimestre de 2019 e no 1.º Trimestre de 2020. No 2.º Trimestre de 2022, atinge 18,7%, para logo subir para 19,1%, em Agosto.

O crédito, em termos nominais, mantém-se caro, com taxas pouco abaixo dos 20% para prazo intermédio, a aproximar-se dos 20%, para o crédito de maturidade mais longa, e a subir para 22%, no prazo mais curto. Apesar disso, taxas de longo prazo próximas dos 20% desencorajam o investimento e a procura de crédito.

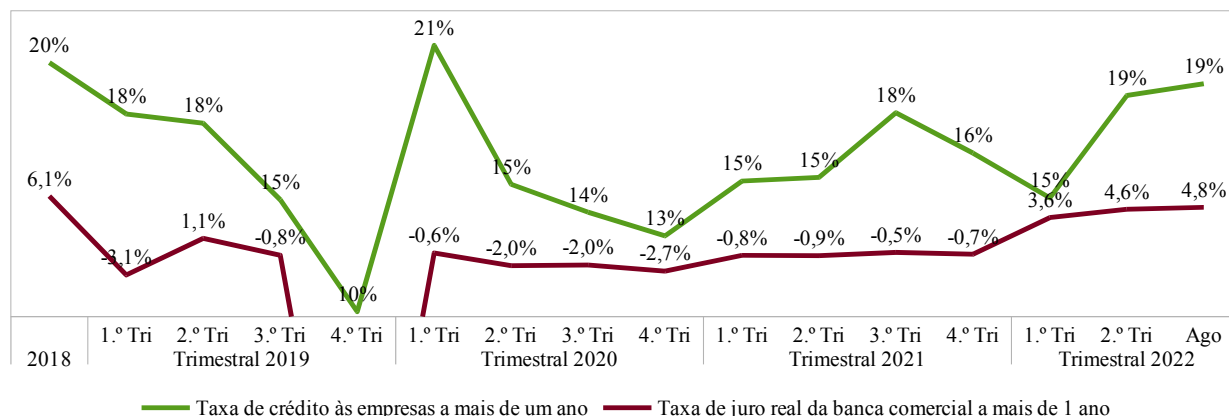
Tabela/Gráfico 67 — Evolução das taxas de juro activas às empresas a mais de um ano (real e nominal com a inflação do INE)


Fonte: BNA.

Retirando a situação anómala no final de 2019 e o seu reflexo simétrico no 1.º Trimestre de 2020, a taxa a mais de um ano (a que tem mais influência no investimento) apresenta grande estabilidade, com a moda a situar-se no patamar dos 15%, subindo fortemente (27%) no 2.º Trimestre de 2022 e a manter-se no patamar em 19% até final de Agosto de 2022.

Em termos reais trimestrais (dividindo a taxa anual por 4 e subtraindo-lhe a inflação trimestral), a taxa a mais de um ano entra em terreno negativo no 3.º Trimestre de 2019, apresentando grande estabilidade, em torno de -2%, mas sobe fortemente a partir do 2.º Trimestre, alcançando +2,3% em Agosto.

Tabela/Gráfico 68 — Evolução das taxas de juro activas às empresas a mais de um ano (real e nominal com a inflação do CINVESTEC)



Fonte: BNA.

Corrigindo a inflação acumulada para cerca de 0% em 2022, a taxa de juros real aproxima-se dos +5%, e com uma tendência de crescimento acelerada devido à rápida redução da inflação homóloga. Claro que isto depende muito de um cálculo correcto da inflação, o que está longe de ser consensual.

Os negócios reclamam das elevadas taxas de juro, mas os bancos tinham, até ao 1.º Trimestre deste ano, razão em não querer emprestar. Apesar de tudo, os negócios pareciam estar em melhor posição no que diz respeito ao custo dos empréstimos. Se é certo que pagariam taxas nominais elevadas, também é verdade que, até então, os seus preços de venda, em média, tinham aumentado mais rapidamente. Porém, taxas de juros negativas, que deveriam ser atractivas para os negócios, não o foram. Na verdade, estas aumentam a incerteza porque o empresário não sabia até que ponto os seus preços iriam acompanhar a inflação, limitando, desta forma, a procura de crédito.

Emprestar dinheiro à economia com taxas negativas é, para a banca, uma actividade ruínosa: quanto mais emprestam, mais deterioram o seu capital. Com taxas de crédito malparado à volta de 20%, o negócio é duplamente ruínoso. Por isso a banca procurou margens positivas noutros negócios, nomeadamente na dívida estatal, nos *spreads* cambiais e nas comissões e outras despesas de serviços bancários, e começa agora a encarar o crédito como negócio.

No entanto, as Obrigações do Tesouro, com um risco baixo, taxas de juro próximas dos 24% e um mercado secundário activo, tornaram o crédito à actividade uma operação completamente irracional para a banca. Só um péssimo gestor se dedicaria ao negócio duplamente ruínoso de emprestar à economia com taxas negativas e índices de crédito malparado elevadíssimos quando tem um negócio de baixo risco, elevada rentabilidade e liquidez disponível. Apesar disso, a subida das taxas de terreno negativo (-2%) para positivo (+5%) é um incentivo ao crédito.

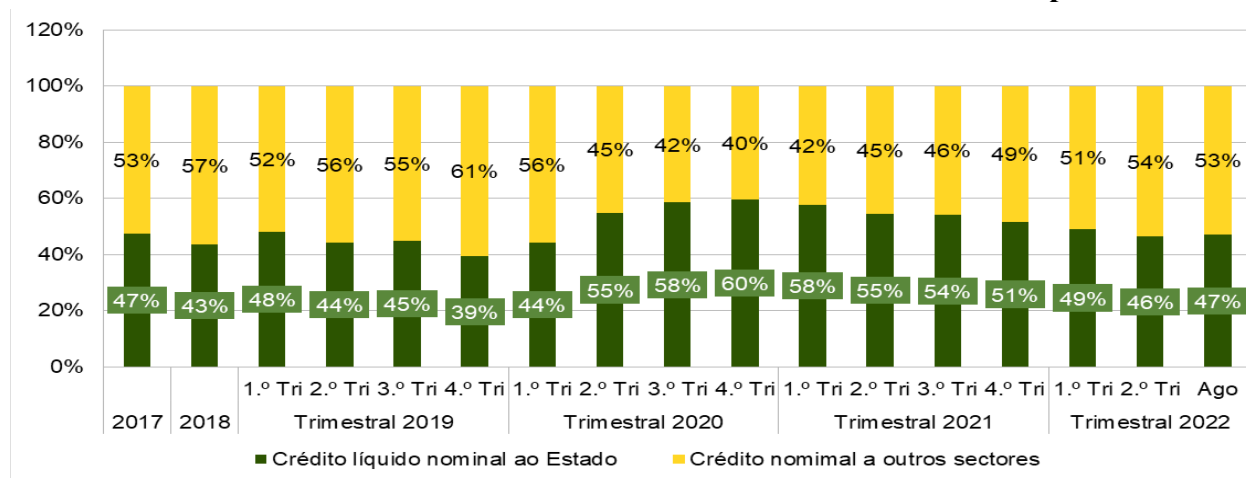
Corremos o risco de as elevadas taxas de juro nominais se converterem em elevadíssimas taxas de juro reais, que reduzam a procura de crédito, sendo urgente mantê-las em valores reais positivos, na ordem dos 5%.

Um cálculo desajustado da inflação poderá ser, mais uma vez, um factor de desajuste das políticas monetárias face à realidade.

Aliás, esta falta de informação credível cria, no mínimo, incerteza e confusão. Os empresários, sabendo que não conseguem subir os preços tanto quanto a inflação reportada pelo INE, provavelmente interpretarão esse sinal como sendo uma característica do seu sector ou do seu

produto e procurarão subir os seus preços, reduzindo a actividade, ou manter os seus lucros, recorrendo à importação e ao não investimento.

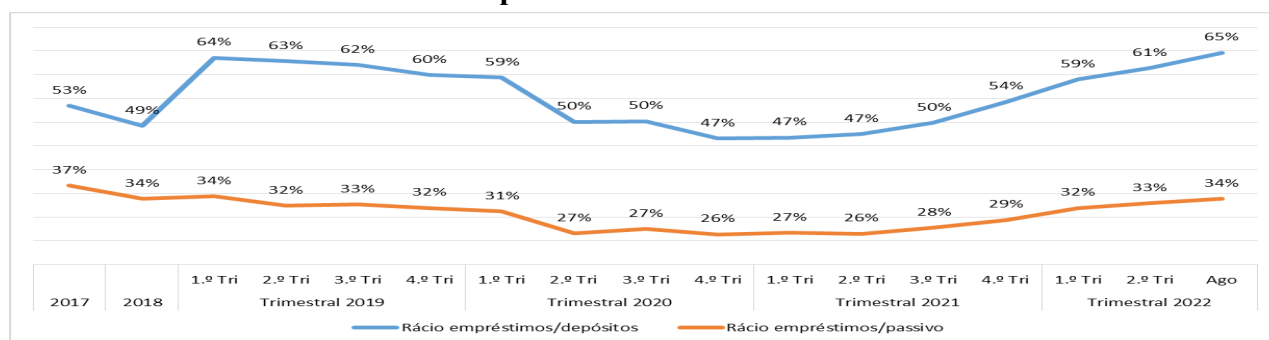
Tabela/Gráfico 69 — Peso do Estado nos activos das outras sociedades de depósitos



Fonte: BNA.

O peso do Estado é sempre muito significativo, chegando a atingir 60% no 4.º Trimestre de 2020, descendo depois gradualmente para 46%, até ao 2.º Trimestre de 2022, e estabilizando nesse patamar (que é também o valor do início da série) pelo menos até Agosto. O Estado absorve cerca de 50% dos recursos de crédito da economia!

Tabela/Gráfico 70 — Rácios dos empréstimos bancários



Fonte: BNA.

Não nos parece contudo correcta a ideia de que o Estado concorra com a economia para a concessão de crédito, esgotando recursos escassos. Os recursos estão lá, apenas substancialmente reduzidos pelo crescimento desmesurado das reservas bancárias, isto é, mesmo com o enorme volume de crédito do Estado, a liquidez seria mais do que suficiente se as reservas bancárias, no BNA e nos bancos, fossem menores. Observe-se que o rácio de empréstimos sobre os depósitos rondava os 60% antes da pandemia, cai para o patamar de 50% durante a pandemia e sobe continuamente até se situar novamente em 61%, no 2.º Trimestre de 2022, mostrando que há algum dinamismo no crédito nos últimos meses, o que é confirmado pelos números de Agosto (65%). O rácio dos empréstimos sobre o total do passivo bancário desce continuamente, com um salto um pouco mais brusco no início da pandemia, situando-se no patamar de 26% até ao 2.º Trimestre de 2021, subindo depois 29%, no 4.º Trimestre de 2021, e 33%, no 2.º Trimestre de 2022. Os rácios voltaram para próximo dos patamares iniciais e são ainda muito baixos, confirmando que existe liquidez suficiente no sistema.

O problema do peso do crédito ao Estado reside em oferecer um risco reduzido, permitindo à banca manter uma boa rentabilidade sem ter de enveredar pelo negócio de elevado risco e rentabilidade negativa que constitui o crédito às empresas. Com um nível de inflação próximo de zero, as taxas são, hoje, positivas e, se crescerem demasiado, poderão desencorajar a procura.

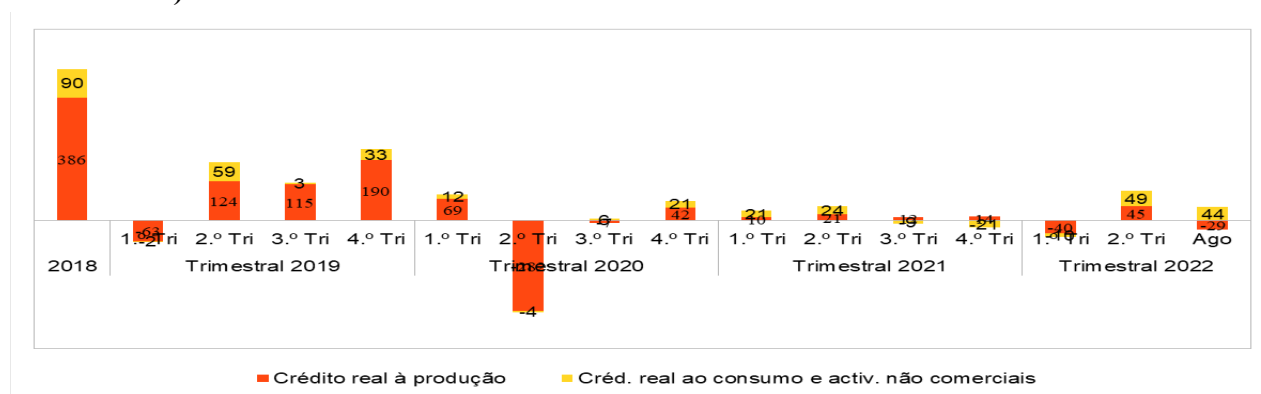
Há liquidez suficiente no sistema bancário angolano, que está, em grande parte, no BNA!

Para o apuramento do crédito real à actividade, subtraímos os valores sucessivos do *stock* nominal de crédito à actividade apresentados pelo BNA para obter o valor líquido concedido no período, deflacionando-o do índice de inflação do período. A utilização do índice de inflação do INE ou do CINVESTEC dá uma leitura semelhante, excepto para o 4.º Trimestre de 2019, onde o índice do CINVESTEC parece mais conforme com o que se passou.

O crédito à actividade não corresponde ao crédito total aos agentes económicos, concedido pela banca por apenas incluir parcialmente o crédito à administração central do Estado.⁸

Devemos ainda lembrar que o BNA apresenta uma nova série de dados a partir de 2021 e que existe uma diferença entre o valor total do crédito em ambas as séries (4.587 e 4.601 mil milhões de Kwanzas na série antiga e nova, respectivamente).

Tabela/Gráfico 71 — Concessão real do crédito com a inflação do CINVESTEC (mil milhões de Kwanzas)



Fonte: BNA.

O gráfico mostra o crescimento real trimestral do crédito à actividade deflacionado. Contudo, a nossa análise centra-se no crédito à produção (laranja), uma vez que o crédito ao consumo (amarelo) num contexto de *deficit* de procura só tende a agravar o nível de preços, em nada ajudando ao crescimento do nível de actividade⁹. De notar ainda que existe algum crédito em moeda externa, que, valorizado em Kwanzas, decresceu por força da taxa de câmbio, o que significa que as descidas podem ter sido menos acentuadas e as subidas mais acentuadas a partir do 4.º Trimestre de 2021, verificando-se o contrário no período anterior em que o Kwanza se desvalorizou.

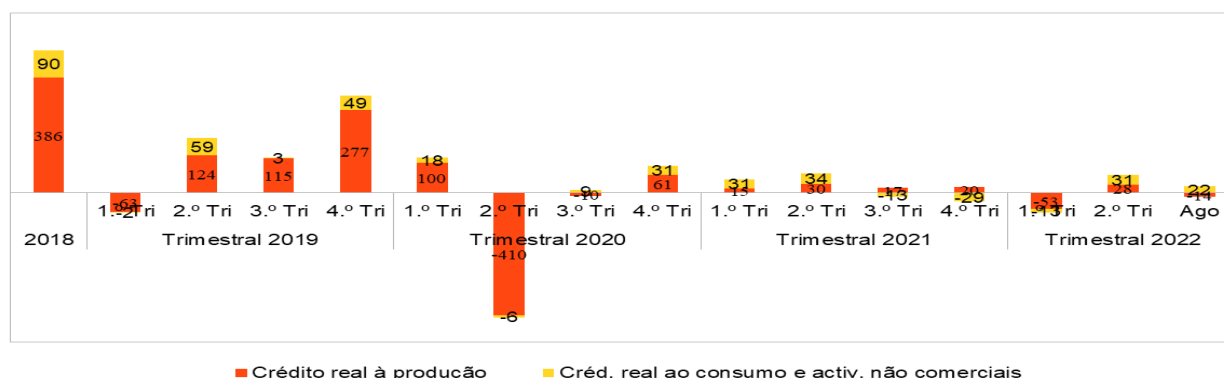
O crédito real à produção usando a inflação do CINVESTEC atingiu 367 mil milhões em 2019 (tinha sido de 386 em 2018), foi negativo no montante de -178 mil milhões em 2020 e é completamente anémico em 2021 (58 mil milhões). Após uma queda no 1.º Trimestre de 2022 (- 10 mil milhões), volta a ser positivo (45 mil milhões) no 2.º Trimestre de 2022, mas cai novamente em Agosto para valores negativos. O crédito acumulado à produção, até Agosto de 2022, foi de -30 mil milhões!

O crédito ao PRODESI não é o crédito à actividade económica; é o crédito a um programa muito interessante, mas que deve ser olhado como impulsionador e exemplo, não como O PROGRAMA. A atenção deve centrar-se no crédito total à produção, que desceu, mesmo em valor nominal, desde a pandemia (-474 mil milhões de Kwanzas entre Abril de 2020 e Agosto de 2022), tendo registado uma ligeira recuperação de 67 mil milhões, no 2.º Trimestre de 2022, mas, retomando, em Agosto, para valores negativos (-35 mil milhões de Kz). Não nos iludamos!

⁸ Os dados são os constantes do ficheiro “Quadro I.C.4 Repartição do Crédito por Ramo de Actividade (CAE REV 2)*”, não sendo por isso mesmo iguais ao valor do crédito bancário total da Síntese Monetária.

⁹ Na verdade, o crédito à habitação contribuiu para o crescimento económico, mas tinha muito pouca expressão. Com o Aviso 9, é natural que comece a crescer, pelo que procuraremos isolá-lo do crédito ao consumo nos próximos relatórios.

Tabela/Gráfico 72 — Concessão real do crédito com a inflação do INE (mil milhões de Kwanzas)



Fontes: BNA e INE.

O crédito real à produção, usando a inflação do INE, atingiu 453 mil milhões em 2019 (tinha sido de 386 em 2018), foi negativo em 2020, no montante de -259 mil milhões, é completamente anémico em 2021 (82 mil milhões) e volta a ser negativo até Agosto de 2022 (-39 mil milhões). Durante 19 trimestres, do 1.º Trimestre de 2018 até ao 3.º Trimestre de 2022, observa-se que o total de crédito real à produção totalizou apenas 619 mil milhões de Kwanzas, dos quais 939 mil milhões até ao 1.º Trimestre de 2020, tendo o crédito real efectivo decrescido 317 mil milhões com a pandemia (do 2.º Trimestre de 2020 ao 3.º Trimestre de 2022).

Conclui-se pois que a análise qualitativa é a mesma com a inflação do INE, do CINVESTEC ou mesmo analisando em termos nominais.

A banca parece mais interessada em conceder crédito ao consumo, cujas taxas são, tradicionalmente, um pouco mais elevadas, e, sobretudo, porque envolve menor risco; contudo, o crédito ao consumo agrava o défice de oferta e promove a inflação. Porém, nos últimos meses, até esse está negativo!

O novo Aviso 10 (Aviso 10/22) sobre o crédito à produção e o Aviso 9/22 sobre o crédito à habitação vão na direcção certa para o aumento do crédito, mas apresentam, na nossa opinião, duas deficiências importantes: 1) O BNA deve velar pela saúde financeira do sistema bancário e, portanto, não pode obrigá-lo a fazer negócios que não deseja; o princípio de domínio do Estado sobre a economia é, em si, prejudicial; 2) os critérios são próprios de uma economia dirigida, em que o Estado decide quais os sectores em que é benéfico o investimento.

Não devia ser assim: 1) O Estado deve bonificar os créditos à economia, tornando o negócio atractivo; nomeadamente, o BNA poderia não apenas deduzir nas reservas o crédito concedido nas condições dos avisos, mas remunerá-lo a uma taxa atractiva; o Estado, através do OGE, poderia apoiar o crédito de forma semelhante; 2) o critério de apoio ao crédito deveria ser a contribuição efectiva do projecto para o PIB, incluindo as suas relações a montante e a jusante até onde fosse possível serem contabilizadas com um mínimo de rigor. Quem deve decidir onde investir o dinheiro que conseguem atrair são os empresários, não o Estado; à sociedade apenas interessa maximizar o valor acrescentado produzido internamente e, noutras vertentes, o emprego criado, etc.

De qualquer forma, os critérios de eficácia sobrepõem-se, hoje, a tudo o resto, sendo fundamental que o crescimento máximo do crédito à produção seja o objectivo principal, pelo que devem eliminadas as limitações das produções do PRODESI: o país necessita de tudo o que se possa produzir.

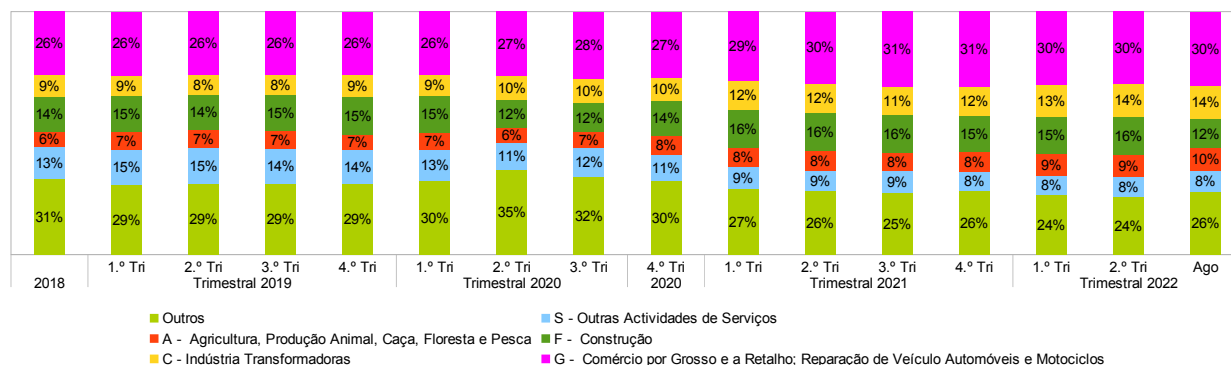
A banca privilegia sobretudo o crédito ao Estado porque tem taxas mais elevadas e risco reduzido!

O BNA seca efectivamente toda a liquidez na banca para que não haja crédito; não pode, pois, queixar-se quando não há crédito à economia: a banca está apenas a responder aos “estímulos” do BNA (sobretudo através do aumento das reservas obrigatórias, mas também das taxas de juro).

Enquanto estas duas condições se mantiverem, não haverá crédito à economia.

A par dos sistemas de crédito formais, os negócios recorrem a esquemas alternativos de crédito, nomeadamente o crédito mutualista sem juros, conhecido como Kixikila, e o crédito particular com taxas de juro elevadíssimas, superiores a 100% ao ano, bem como o crédito pessoal para financiar os negócios. Os esquemas de microcrédito não funcionam: quando são concedidos ao abrigo de programas do Estado, são tidos como apoios não reembolsáveis e não como empréstimos. Há quase tudo a fazer no que diz respeito ao crédito aos pequenos negócios; de momento, o microcrédito satisfaz apenas uma percentagem muito reduzida da procura.

Tabela/Gráfico 73 — Crédito por ramo de actividade (em milhões de Kz)



Fonte: BNA.

O BNA lançou uma nova série para a contabilização do crédito à actividade, com início em Dezembro de 2020, sem ter feito a redistribuição do crédito nos períodos anteriores, o que pode acarretar algumas distorções na comparação dos dados que apresentamos.

Neste gráfico, parámos o desdobramento “Nas outras Actividades de Serviços” (8,2%) por uma questão de leitura do gráfico; os sectores seguintes, cujo maior peso individual é de 5,6%, foram somados para “Outros”.

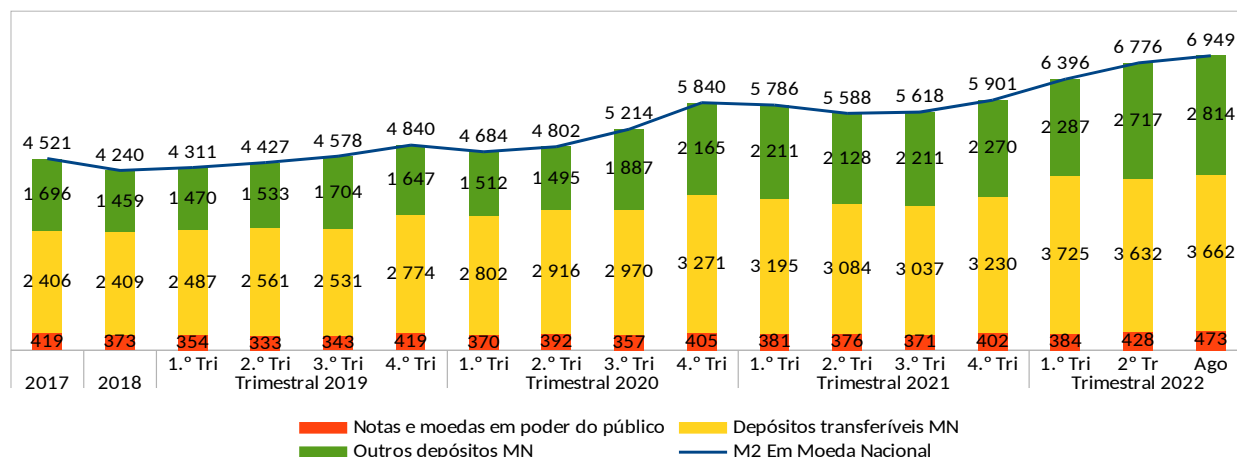
A estrutura do crédito está cada vez mais concentrada. Os três sectores de maior peso crescem constantemente, passando de 50% no início da série para 56% no 3.º Trimestre de 2022: o comércio sobe de 28% para 30%, representando quase 1/3 do crédito à produção; a indústria transformadora passa de 8% para 14% (+75%); e a construção mantém-se em 14%.

A produção agrícola sobe de 7% para 10%, mostrando um bom dinamismo nos últimos trimestres.

As outras actividades de serviços, que já representaram 15%, no início de 2019, caem para 8%, enquanto a soma de todas as outras actividades se reduz de 31% para 26%, mostrando uma tendência para a concentração e não para a diversificação do crédito.

4.2.2.2 AGREGADOS MONETÁRIOS

Tabela/Gráfico 74 — Evolução dos agregados em moeda nacional



Fonte: BNA.

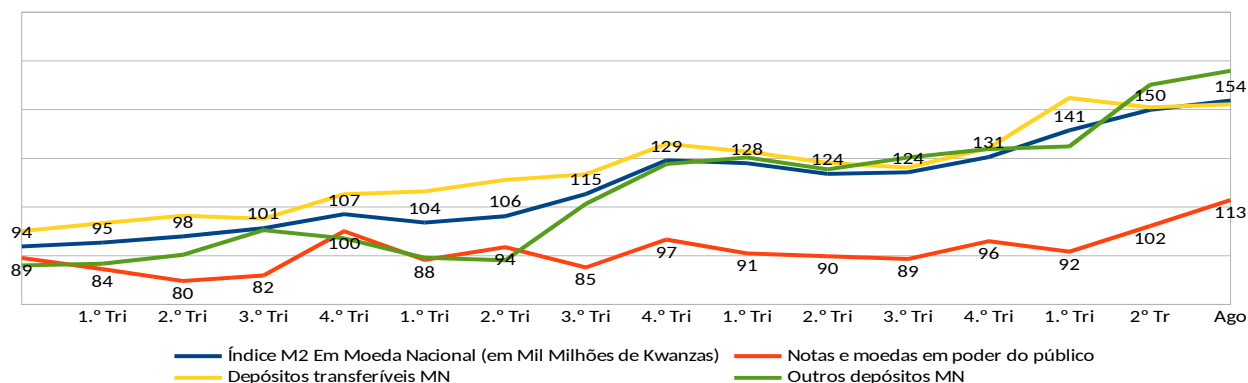
Nota-se um forte crescimento nominal do M2 entre os 2.º e 4.º Trimestres de 2020, que poderá ter tido origem no vencimento das OT indexadas. Parte dos montantes recebidos manteve-se estática, sob a forma de depósitos à ordem, aguardando o aparecimento de instrumentos financeiros mais atractivos. Esta circunstância deve ter reduzido a velocidade de circulação monetária, anulando, por essa via, o efeito do crescimento dos *stocks* monetários sobre a inflação. Em 2021, o M2 em moeda nacional, que é o principal determinante da componente monetária da inflação, apresenta tendência ligeiramente decrescente até ao 3.º Trimestre, subindo vigorosamente a partir do 4.º Trimestre e até ao fim da série. Este movimento inicia-se com um pequeno crescimento (200 mil milhões) dos depósitos transferíveis no 4.º Trimestre, em linha com a sazonalidade, mas que depois se reforça, em 2022, alcançando 3,7 biliões (+500 mil milhões), no 1.º Trimestre, corrigindo para um pouco acima 3,6 biliões nos meses seguintes (até Agosto). Os depósitos a prazo mantêm-se abaixo dos 2,3 biliões até ao 1.º Trimestre, mas crescem cerca de 500 mil milhões no 2.º Trimestre e mais 100 mil milhões até Agosto. Pensamos que este crescimento dos depósitos possa estar relacionado com o crescimento dos lucros das empresas puxados pela redução da taxa de câmbio, o aumento do salário mínimo e, em Junho, dos salários da função pública.

A trajectória da inflação demonstra, como tínhamos referido, que este aumento do M2 tem uma reduzida influência no aumento geral de preços, sobretudo por se tratar, em grande parte, de depósitos de empresas.

Pouco sabemos sobre o outro determinante da componente monetária, a velocidade de circulação. Apenas poderemos dizer que, devido às circunstâncias, deve ter caído no final de 2020, mantendo-se estacionária em 2021.

Para aqueles que continuam a pensar que o dinheiro físico é importante, chamamos a atenção para o facto de esta componente do M2 ser muito constante, não ultrapassar os 500 mil milhões de Kwanzas e representar, no 2.º Trimestre de 2022, apenas 6% do M2, contra 94% dos depósitos bancários: não tem qualquer importância!

Tabela/Gráfico 75 — Índice de crescimento dos agregados em MN (2017 = 100)



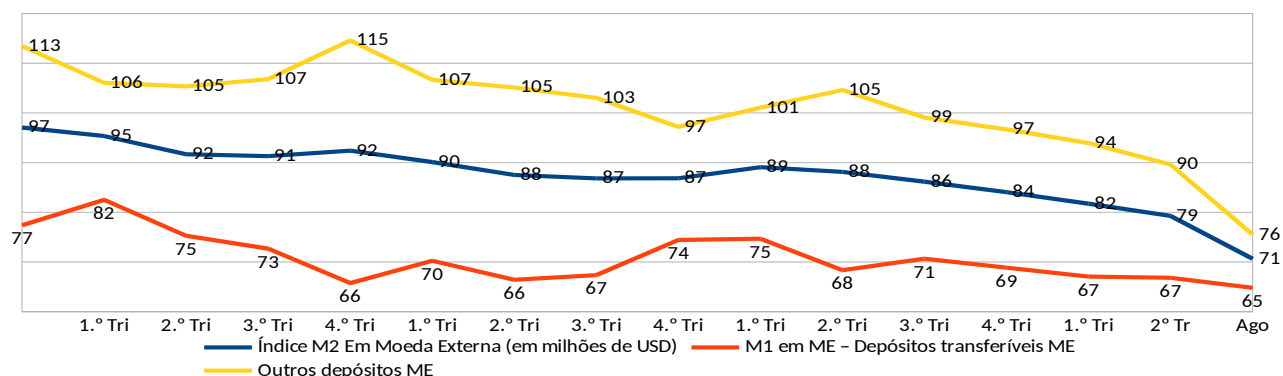
Fonte: BNA.

Notar como o M2 cresce quando a inflação cai para terreno negativo, demonstrando que o factor determinante é a taxa de câmbio (e foi escassez durante um pequeno período) e não a moeda em circulação (o M2).

Note-se também como o M2 cresce, puxado primeiro pelos depósitos transferíveis e depois pelos depósitos à ordem e moeda física.

De forma muito clara, a origem da inflação em Angola não é monetária!

Tabela/Gráfico 76 — Índice de crescimento dos agregados em ME em USD (2017 = 100)



Fonte: BNA.

Os agregados em ME devem ser medidos em USD e não em Kwanzas, como é evidente, tendo em conta a forte separação entre os dois mercados!

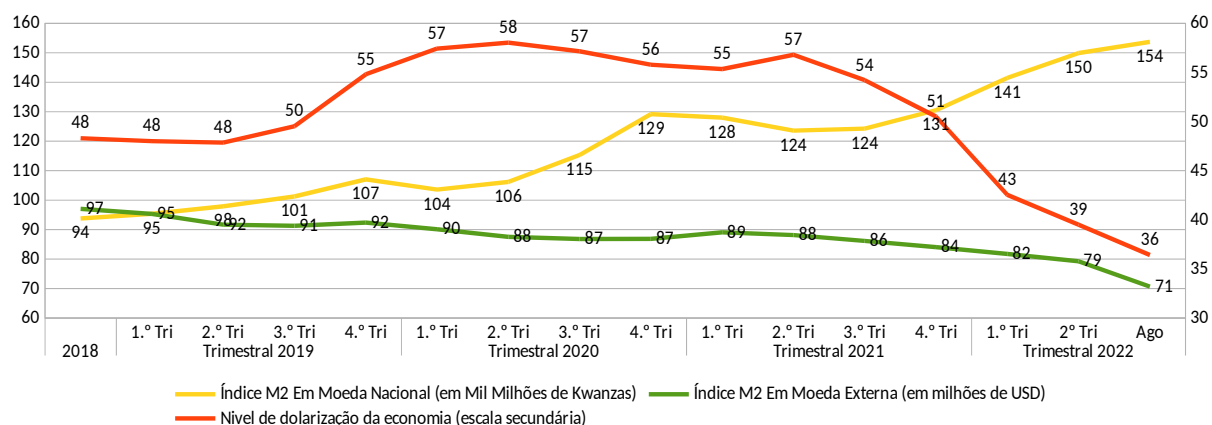
No 2.º Trimestre de 2022, o M2 em moeda externa, que apresenta uma tendência de constante redução, atingiu o ponto mais baixo da série (índice 79), confirmado em Agosto, em que o índice atinge 71 pontos. Estranhamente, é no período de maior fluxo de divisas para o país que há o decréscimo mais significativo de divisas em poder de todos os agentes económicos: não financeiros (cf. M2, aqui), financeiros (cf. a base monetária em ME, acima) e mesmo do BNA (ver as reservas internacionais, abaixo).

Esta redução do M2 em ME é sobretudo devida à queda dos depósitos a prazo, que, embora se mantenham acima do índice 100 em quase toda a série, descem para valores negativos (menores do que 100) no 3.º Trimestre de 2021, atingindo o mínimo da série no 2.º Trimestre de 2022 (índices 90), com a queda acentuar-se em Agosto (índice 76).

Não temos uma explicação plausível para este comportamento e gostaríamos que a autoridade monetária o viesse explicar com urgência, pois poderá ter uma elevada influência na sustentabilidade dos preços a curto prazo.

RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º TRIMESTRE DE 2022

Tabela/Gráfico 77 — Crescimento nominal acumulado dos agregados em MN (Kz; escala principal) e em ME (USD; escala principal) e nível de dolarização (Kz; escala secundária)



RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º TRIMESTRE DE 2022

O pico é atingido no 4.º Trimestre de 2020, já com sinais de se ter atingido o equilíbrio no 3.º Trimestre (pico do mercado paralelo).

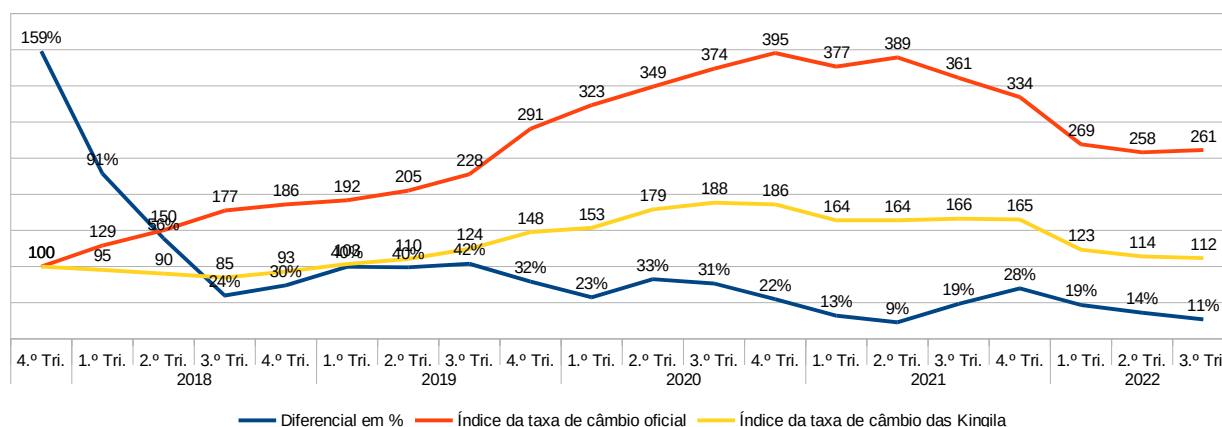
Porém, a situação é agora profundamente diferente, com o mercado oficial a comandar, e a taxa do paralelo a ajustar-se, após algum tempo, às variações do mercado oficial.

O diferencial em valor começa por se reduzir até ao 3.º Trimestre de 2018 (24%), para depois se voltar a afastar, até atingir 28%, sensivelmente o valor do início da série (157 contra 172 Kwanzas), no 3.º Trimestre de 2020, subindo para 42%.

As taxas de câmbio oficial e informal decrescem no 2.º Trimestre de 2022. Nesse período, a relação Kz/USD, no mercado informal, passa a ser de 490 Kz/USD e, no mercado oficial, atinge o patamar mais baixo desde 2019, na ordem dos 428 Kz/USD. Quanto ao diferencial em percentagem entre as duas taxas (oficial e paralelo), do 4.º Trimestre de 2021 ao 2.º Trimestre de 2022, a redução foi significativa, saindo de 28% para 14%. No 3.º Trimestre, a taxa oficial apresenta uma subida ligeira (de 428 para 433), mas dispara em Outubro (485 Kz/USD). O câmbio paralelo ainda baixa ligeiramente no 3.º Trimestre, passando o diferencial para 11%, não tendo ainda sido publicados dados de Outubro até à data de fecho deste relatório.

Usando a taxa média de câmbio, o USD perde, em 2021, 15,4% no mercado oficial e 11,3% no mercado paralelo; desde o 3.º Trimestre de 2021 até ao 3.º Trimestre de 2022, o USD já perdeu -27,7% no mercado oficial e 32,9% no paralelo; desde o início de 2021 até ao 3.º Trimestre de 2022, o USD perdeu -21,9% no mercado oficial e -32,4% no mercado paralelo!

Tabela/Gráfico 79 — Índices das taxas de câmbio nos mercados oficial e informal



Fonte: BNA.

A taxa de câmbio oficial do USD, desde 2017 até ao 3.º Trimestre de 2022, cresceu 158%, contra uma apreciação do USD nas Kingilas de apenas 14%.

Nos 2.º e 3.º Trimestres de 2022, o índice do mercado paralelo cai para os níveis de 2019 após dois anos de crescimento e relativa estabilidade. Esse índice, comparado com o oficial, é mais estável, demonstrando que estava mais próximo da taxa de mercado. Inicialmente, desce até 85, revelando alguma sobrevalorização no final de 2017. Posteriormente, com o abandono da iniciativa por parte do BNA, cresce regularmente até ao 2.º Trimestre de 2020, estabilizando a partir dessa data, próximo do patamar de 165; no início de 2022, começa uma trajetória decrescente que estabiliza entre os 110 e 115 (112 no 3.º Trimestre). Esta maior estabilidade é comprovada pelo cálculo do coeficiente de variação (CV), que, para a taxa oficial, apresenta um desvio em torno da média na ordem dos 42%, contra os 28% da taxa das Kingilas.

Ao contrário, o índice oficial tende a estabilizar demasiado depressa, vendo-se obrigado a ceder a partir do 4.º Trimestre de 2019, alcançando o patamar de estabilidade no 3.º Trimestre de 2020, mas mantendo uma certa inércia de crescimento até ao 4.º Trimestre de 2020, que depois corrige em baixa, em 2021, atingindo 334 no 4.º Trimestre de 2021 e descendo para 269 no 1.º Trimestre de 2022, estabilizando em cerca de 260 (261 no 3.º Trimestre de 2022).

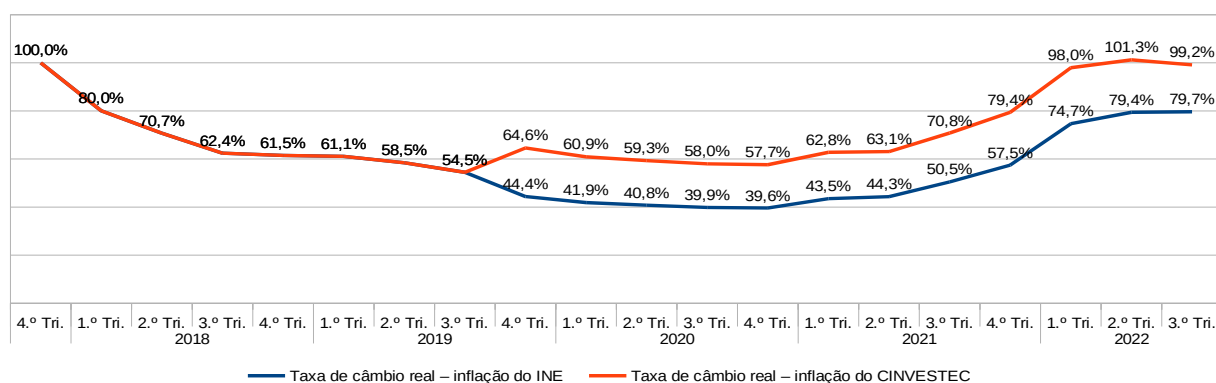
Do 4.º Trimestre de 2021 ao 2.º Trimestre de 2022, a diferença percentual, entre o câmbio oficial e o informal, passa de 28% para 10%, sendo também importante assinalar a queda brusca de 91% para 24% entre os 1.º e 3.º Trimestres de 2018, subindo depois para 42%, no 3.º Trimestre de 2019, e voltando a cair para 28%, no 4.º Trimestre de 2021, confirmando a tendência de adaptação do índice do mercado informal ao do mercado oficial, com um lapso temporal. Posteriormente, desce para 11%, no 3.º Trimestre.

Na reunião do CPM de 31 de Março, o BNA, aliviou “o limite de posição cambial dos bancos comerciais, passando-o de 5% para 10%”, reduzindo-se a pressão sobre a oferta de moeda externa no mercado cambial e reconhecendo-se que a valorização do Kwanza era excessiva.

No mês de Outubro, o USD valoriza-se 12% (taxa média oficial), parecendo querer manter um bom ritmo de subida, mais adequado à competitividade nacional.

4.2.2.4 TAXA DE CÂMBIO REAL FACE AO USD

Tabela/Gráfico 80 — Índice da taxa de câmbio real face ao USD



Fontes: INE, CINVESTEC, BNA e Statista.

O índice da taxa de câmbio real, que mede a competitividade da produção nacional, é calculado dividindo o índice de inflação interno pelo índice de inflação externo multiplicado pelo índice de variação da taxa de câmbio, ou seja, mede quanto variaram os preços nacionais face à variação dos preços externos convertidos em moeda nacional¹⁰. Dito de outra forma, sendo dada uma relação de troca entre os produtos nacionais e estrangeiros, a taxa de câmbio real mede como variou essa relação de troca ao longo do tempo. Uma vez que o índice no período de base é 1 (ou 100, como se queira), valores inferiores a 1 indicam que a relação de troca melhorou; superiores a 1, que piorou; e iguais a 1, que se manteve estável.

Relativamente ao período de base (4.º Trimestre de 2017), a taxa foi sempre favorável à indústria nacional, estabilizando à volta de 60%, se usarmos a inflação do CINVESTEC. Porém, se usarmos a taxa de inflação do INE, há uma inexplicável e brusca melhoria do desempenho no 4.º Trimestre de 2019, totalmente ao contrário do que se verificou naquela data, em que os preços subiram bruscamente com a introdução simultânea do IVA e da taxa flexível, o que demonstra, mais uma vez, que o ajuste feito pelo CINVESTEC aproxima os indicadores da observação qualitativa.

Face à situação calamitosa do final da legislatura anterior, onde subsistia uma sustentação artificial do consumo baseada numa política de subsídio às importações através do dinheiro do petróleo e da dívida, a produção nacional beneficiou de um período de estabilidade bastante longo (12 trimestres). Com a taxa de câmbio real próxima dos 60%, tornamo-nos 40% mais competitivos do que éramos em 2017, o que deveria ter impulsionado a produção interna. Infelizmente, os choques

¹⁰ Normalmente a equação é apresentada de forma inversa, isto é, comparando o preço dos produtos nacionais em moeda externa com os produtos externos em moeda externa. Como estamos habituados à taxa de câmbio que mostra a quantidade de moeda nacional por unidade de moeda externa, a equação é mais fácil de compreender com a adaptação que fizemos.

reais e a política contraccionista relativamente à liquidez e ao crédito não permitiram transferir para a economia a eficácia da política cambial.

A competitividade está agora a ser comprometida pela redução das taxas de câmbio, baseada nos preços do petróleo, perdendo-se a ligação macroeconómica fundamental com a relação das taxas de inflação. Os índices saltam de 60% para 100% (mesma competitividade face a 2017), se considerarmos a inflação corrigida pelo CINVESTEC, e de 40% para 80%, se considerarmos a inflação do INE.

É preciso que fique bem claro que as empresas nacionais estão agora a sofrer uma concorrência absolutamente desleal dos produtores externos. A sua perda de competitividade não se deve a qualquer diferencial de produtividade para o exterior, mas porque o petróleo está a condicionar as taxas de câmbio: estamos novamente a usar o petróleo para subsidiar as importações!

O BNA não pode escurar-se no mercado. O mercado onde são fixados os preços do crude (e do gás e diamantes) não é o mercado nacional que o BNA devia ter a missão de proteger! Infelizmente, a missão do BNA está muito mal definida para um contexto de grande volatilidade e dependência dos mercados externos. O BNA devia ter como missão a estabilização a longo prazo dos preços e dos câmbios, protegendo o mercado nacional através de instrumentos de mercado!

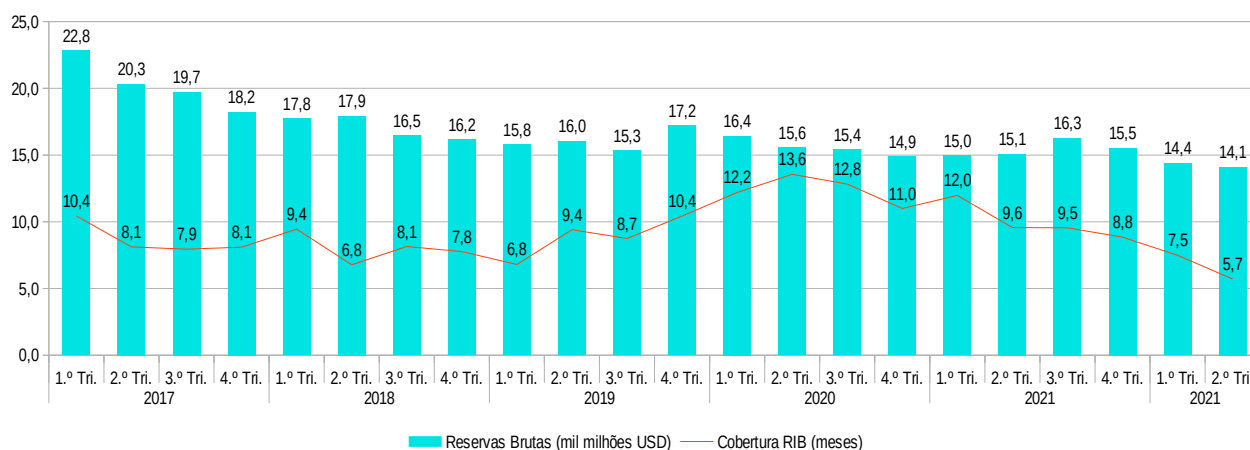
Nos últimos tempos, o BNA resolveu finalmente intervir, primeiro aliviando a posição cambial da banca que a impelia a desfazer-se dos *stocks* em moeda estrangeira, pressionando para baixo a taxa de câmbio (foi com este objectivo que foi inicialmente fixada), e depois intervindo directamente no mercado para sustentar a taxa de câmbio próximo dos 400 Kwanzas por USD. Em Outubro, a taxa de câmbios corrigiu, não tanto por acção do BNA mas do mercado, onde, como assinalámos, se pode verificar a redução dos *stocks* de divisas. É necessário fazer subir a taxa de juro e estudar rapidamente o problema para se conhecer, com um mínimo de rigor, o nível que a nossa produtividade pode sustentar; é depois necessário continuar a actuar sobre o mercado de forma que a taxa de câmbio se estabilize no valor correspondente à esterilização do efeito da conjuntura internacional: subida dos preços do petróleo e subida dos preços da generalidade dos produtos devido à ruptura das cadeias de abastecimento!

O nível de taxa de câmbio real de 2017 é prejudicial à nossa competitividade. Cremos que a taxa de câmbio deveria ser sustentada o mais próximo possível dos 550 Kz/USD. Infelizmente, não tendo aproveitado o tempo de bonança e deixando o mercado flutuar livremente, o BNA ficou com menos armas para conseguir intervir no mercado cambial em alta, e corremos o risco de a taxa de câmbio subir novamente para cima dos 600 Kz/USD. Felizmente, o petróleo mantém-se alto!

4.2.2.5 RESERVAS INTERNACIONAIS

Nota: Esta subsecção encontra-se também no capítulo referente à Balança de Pagamentos.

Tabela/Gráfico 81 — Evolução das Reservas Internacionais



Fonte: BNA.

No 1.º Semestre de 2022, as RIB decrescem de 15,5 para 14,1 milhões, e a cobertura das importações cai de 8,8 para 5,7 meses, devido quer ao crescimento das importações quer à redução das reservas. Esta cobertura foi calculada dividindo o valor das reservas pelo montante das importações de bens e serviços no respectivo Trimestre.

Durante o ano de 2019, assiste-se a um crescimento das RIB quer em valor quer em cobertura das importações; em 2020, assistimos ao processo inverso, em valor, estabilizando-se à volta dos 15 mil milhões de USD. Com a redução das importações, a cobertura aumenta até aos 14 meses, no 2.º Trimestre de 2020, estabilizando à volta de 12 meses, a partir do 3.º Trimestre de 2020.

Porém, desde o início de 2021, as reservas têm caído sucessivamente. Mais concretamente, a cobertura das importações cai para menos de metade dos 12 meses que prevaleceram entre o 1.º Trimestre de 2020 e o 1.º Trimestre de 2021!

Na verdade, entre o 2.º Trimestre de 2021 e o 2.º Trimestre de 2022, as RIB caem cerca de mil milhões, de 15,1 para 14,1 mil milhões, apesar de termos recebido cerca de mil milhões em Direitos Especiais de Saque do FMI. Excluindo essa ajuda internacional e a alteração contabilística das RI que passaram a excluir os depósitos do Governo, as nossas reservas ter-se-iam reduzido em 1,3 mil milhões de USD no espaço de um ano, exactamente quando deviam estar a crescer devido ao grande aumento dos fluxos de divisas para o país!

4.2.3 CONCLUSÕES

No 2.º Trimestre de 2022, os desafios da política monetária continuam a ser, na nossa opinião, os mesmos que identificámos no 1.º Trimestre 2022:

- **Apoiar a política de desenvolvimento da produção nacional através do apoio aos instrumentos de crédito**, nomeadamente contribuindo para a resolução dos problemas de apresentação formal dos projectos, formalizando a propriedade para permitir a garantia dos créditos e usando a política monetária e a orçamental para a bonificação dos juros à produção.
- **Simultaneamente, manter elevadas as taxas de juros do crédito ao consumo** de forma que a importação não seja estimulada.
- **Reduzir substancialmente a capacidade da banca gerar lucros através de operações cambiais e de crédito ao Estado**, que constituem o principal entrave ao desenvolvimento do crédito à economia, nomeadamente reduzindo a dívida do Estado.
- **Criar fundos monetários atractivos, em Kwanzas**, que permitam reduzir a procura de USD e incentivar as operações de emissão de títulos de dívida e de acções das empresas comercializados directamente ao público através da Bolsa, com o apoio da banca.
- **Simultaneamente, aproveitar a conjuntura actual para aumentar as reservas internacionais**, que sirva de estabilizador cambial quando os preços do petróleo estabilizarem ou se reduzirem num quadro de decréscimo inexorável da produção petrolífera.
- **Estabilizar a taxa de câmbio real**, não permitindo nem a penalização do consumo nem a perda de competitividade da indústria nacional.

4.3 POLÍTICA FISCAL — EXECUÇÃO DO OGE NO 1.º SEMESTRE DE 2022
4.3.1 RECEITA POR NATUREZA

A comparação entre a execução de 2022 e 2021 é apresentada após inflacionar a receita de 2021, usando a inflação publicada pelo INE.

Tabela/Gráfico 82 — Execução da Receita não financeira por Natureza

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec. 2021	Exec 2021 em Akz 22	OGE 2022	Exec. 2022 1.ºSem	Variação Absoluta Exec 22 Vs 21	Exec. 22/21(inflac.)	% Exec. OGE 2022	% da receita Exec 21	% da receita OGE 22	% da receita Exec 22
Receitas Não financeiras	3 545,1	4 411	11 546	6 299	1 888	42,8%	54,6%	100,0%	100,0%	100,0%
Receitas Correntes	3 541,7	4 406,3	11 544	6 273	1 866	42,4%	54,3%	99,9%	100,0%	99,6%
Rendimentos do Petróleo	1 974,8	2 453,7	6 118	3 812	1 359	55,4%	62,3%	100,0%	100,0%	100,0%
Impostos e Taxas Petrolíferas	595,7	740,3	2 069	1 337	597	80,6%	64,6%	30,2%	33,8%	35,1%
Direitos da concessionária	1 379,1	1 713,4	4 049	2 475	762	44,5%	61,1%	69,8%	66,2%	64,9%
Impostos Não-petrolíferos	1 249,0	1 561,2	4 568	2 409	848	54,3%	52,7%	79,5%	84,1%	96,9%
Transferências	294,2	361,8	247	0	-362	-100,0%	0,0%	18,7%	4,6%	0,0%
Outros rendimentos correntes	23,8	29,6	611	51	22	73,8%	8,4%	1,5%	11,3%	2,1%
Rendimentos de Capital (não financeiros)	3,4	4,3	2	26	22	513,4%	1200,0%	0,2%	0,0%	1,1%
Por memória: Rendimentos Não Petrolíferos	1 570,3	1 956,9	5 428	2 487	530	27,1%	45,8%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MinFin e INE.

As células preenchidas a amarelo correspondem à percentagem no total da receita; as preenchidas a rosa, à percentagem na receita petrolífera; e as preenchidas com a cor da linha, à percentagem na receita não-petrolífera.

O grau de execução da Receita não financeira atingiu, no 1.º Semestre de 2022, cerca de 55% do volume anual previsto. Essa conta cresce +1.888 mil milhões de Kwanzas, mais cerca de 43%, com relação ao período homólogo inflacionado.

As receitas correntes representam 99,9% e 99,6% das receitas não financeiras, nos 1.ºs Semestres de 2021 e 2022, respectivamente.

Os Rendimentos do Petróleo crescem, em termos reais, 1.359 mil milhões de Kwanzas, cerca de 55% com relação ao 1.º Semestre de 2021, e apresentam uma execução na ordem de 62%. Nessa rubrica, os impostos e taxas petrolíferas apresentam uma execução de aproximadamente 65%, crescem cerca de 81% e representam sensivelmente 35% da receita petrolífera executada. Os Direitos da Concessionária apresentam uma execução à volta de 61%. Essa receita cresce cerca de 45% e representa aproximadamente 65% da receita petrolífera executada; porém, o peso na receita petrolífera reduz-se cerca de 5 p.p. com relação a 2021 e 1,3 p.p. relativamente ao OGE.

O crescimento da receita petrolífera resulta, obviamente, do preço do petróleo; o crescimento relativo dos impostos em detrimento dos direitos da concessionária não é explicado nos relatórios de execução.

No 1.º Semestre de 2022, a rubrica Impostos Não-Petrolíferos é apresentada sem qualquer detalhe, impedindo uma análise minimamente adequada da dinâmica de cada imposto. Os impostos não-petrolíferos crescem 54% em termos reais, com uma execução de 53%, passando de um peso de 80% em 2021 e 84% no OGE 22, para 97%, na execução de 2022.

Este crescimento relativamente ao ano passado (54%), com uma execução orçamental de apenas 53% (pouco mais de metade), resulta da concentração do registo dos impostos no 2.º Semestre de 2021. Na verdade, o Ministério das Finanças inclui na informação trimestral de execução os dados compilados até à data de corte para cada relatório, registando os dados que chegam posteriormente no trimestre seguinte. Em 2021, a execução do 1.º Semestre correspondeu apenas a 27% do total anual. Considerando que o OGE 22 previa um crescimento negativo de 1,6%, relativamente à execução anual de 2021, e que se atingiu uma execução orçamental de 53%, parece pouco provável que o crescimento tenha sido significativo.

A passagem do peso de 84%, no OGE, para 97%, na execução, deve-se ao facto desta não incluir as transferências para a o INSS, ficando a receita não-petrolífera quase exclusivamente restrita aos impostos.

RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º TRIMESTRE DE 2022

Durante o período em análise não foram registadas transferências na execução orçamental. Nos anos 2020 e 2021, o Ministério das Finanças apresentou várias correcções à execução da receita do INSS, culminando com a apresentação desta rubrica a zero, a partir de meados de 2021. Quando uma receita importantíssima como as contribuições para o sistema de segurança social estão omissas da receita, pouco mais se pode dizer sobre a informação.

O Ministério das Finanças tem mostrado profissionalismo em muitas áreas; é tempo de mudar completamente a sua forma de apresentar a informação!

Os outros rendimentos correntes e os rendimentos de capital não têm expressão no conjunto da receita.

Os rendimentos não-petrolíferos crescem 530 mil milhões de Kwanzas (27%), apresentando uma execução ligeiramente abaixo dos 50% (46%), o que não admira, posto que os 240 mil milhões de receitas do INSS estimados no OGE estão completamente omissos na execução.

4.3.2 DESPESA POR NATUREZA

Tabela/Gráfico 83 — Execução da Despesa não financeira por Natureza

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec. 2021	Exec 2021 em Akz 22	Exec. 2022	Exec. 22/21 (infl ac.)	% Exec. OGE 2022	% da despesa não financeira Exec 21	% da despesa não financeira OGE 22	% da despesa não financeira Exec 22
Despesas não financeiras	3 472,0	4 331,8	5 204	20,1%	43,2%	100,0%	100,0%	100,0%
Despesas Correntes	2 633,2	3 279,5	3 624	10,5%	35,9%	75,8%	83,7%	69,6%
Remuneração de empregados	991,7	1 239,5	1 028	-17,0%	38,4%	28,6%	22,2%	19,8%
Juros	832,0	1 032,4	979	-5,2%	32,4%	24,0%	25,1%	18,8%
Bens e Serviços	518,8	645,7	1 143	77,0%	49,1%	14,9%	19,3%	22,0%
Bens	271,3	337,4	520	54,1%	63,4%	7,8%	6,8%	10,0%
Serviços exopto taxa de supervisão	247,5	308,3	623	102,2%	47,7%	7,1%	10,8%	12,0%
Subsídios e transferências correntes	290,7	362,0	474	30,9%	23,0%	8,4%	17,1%	9,1%
Investimentos	838,8	1 052,3	1 580	50,2%	80,3%	24,2%	16,3%	30,4%
Construção de Imóveis	0,0	0,0	0	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%
Construção de infraestruturas e instalações	0,0	0,0	0	0,0%	0,0%	0,0%	9,4%	0,0%
Meios e Equipamentos de transportes	0,0	0,0	0	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%
Outros Investimentos	838,8	1 052,3	1 580	50,2%	325,2%	24,2%	4,0%	30,4%

Fonte: MinFin.

Comparativamente ao 1.º Semestre de 2021, a despesa não financeira cresce, em termos reais, +872 mil milhões de Kwanzas (20%), saindo de 4.332 mil milhões de Kwanzas em 2021 para 5.204 mil milhões de Kwanzas em 2022, com uma execução de cerca de 43%, que corresponde a aproximadamente 209% da receita não-petrolífera executada. Apesar desta clara dependência relativamente ao petróleo, a despesa não financeira desce, relativamente à receita não-petrolífera, de 222%, em 2021 e no OGE, para 209%, na execução de 2022.

A Despesa Corrente cresce 10% relativamente à execução de 2021 inflacionada, apresentado uma execução baixa (36%), representando 70% da despesa não financeira contra 74% na execução de 2021 e 84% no OGE, mostrando a prioridade dada ao investimento neste ano eleitoral.

A despesa com a **remuneração dos empregados** foi executada apenas a 38%. Até ao final de Junho, esta despesa decresce 17%, em termos reais, passando de 1.239,5 mil milhões de Kwanzas (inflacionados), no 1.º Semestre de 2021, para 1.028 mil milhões de Kwanzas, no 2.º Semestre de 2022, representando uma perda real de -142 mil milhões de Kwanzas na renda dos funcionários públicos. O crescimento nominal é de 3,7%, com o processamento de apenas um aumento salarial (Junho), o que supõe que tenha havido também algum aumento de efectivos.

Os **juros** são apresentados com poucos detalhes. Em geral, decrescem, em termos reais, -54 mil milhões de Kwanzas com relação ao 1.º Semestre de 2021 (-5,2%), ficando a sua execução em cerca de 32%. Os juros descem de 24% na execução de 2021 e de 25% no OGE para 19% na execução de 2022, o que resulta sobretudo do efeito cambial (os mesmos juros em moeda externa correspondem a menos Kwanzas quando a taxa de câmbio desce).

Tentámos desdobrar os juros da dívida interna e externa com base na informação complementar sobre o serviço da dívida constante dos relatórios de execução, mas a soma dos juros da dívida interna e externa obtidos por essa via não é igual ao total de juros dos quadros de execução orçamental. Se usássemos apenas a informação sobre os juros externos e as taxas de câmbio do final dos dois semestres, o valor em USD passaria de 563 milhões (taxa de câmbio de 646 em Junho de 2021) para 899 milhões (taxa de câmbio de 428,209 em Junho de 2022), o que representaria um crescimento de quase 60%. Estes cálculos são pouco rigorosos porque se baseiam numa informação de execução do serviço da dívida que não é clara e porque as taxas de câmbio usadas deveriam, no mínimo, ser as taxas médias trimestrais e não as do final dos semestres, mas serve para se ter uma ideia do que poderá acontecer quando o preço do petróleo descer e as taxas de câmbio subirem.

Estamos convictos de que os juros não devam ultrapassar mais de 10% da receita não-petrolífera. Para que este equilíbrio se possa alcançar, assumindo que as taxas de juros sobre a dívida se manteriam, teremos de reduzir o volume da dívida para cerca de metade!

No 1.º Semestre de 2022, as rubricas de **Bens e Serviços** apresentam, em geral, uma boa execução (49%). Esta despesa cresce, em termos gerais, 8% (+497 mil milhões Kwanzas), com relação ao período homólogo, passando de um peso de 15%, na execução semestral de 2021, e de 19%, no OGE, para 22%, na execução de 2022.

A despesa com Bens foi já executada em cerca de 63%, crescendo 54% com relação ao 1.º Semestre de 2021 e passando de um peso de 8% em 2021 e de 7% no OGE para 10% em 2022. Já a despesa com Serviços aumentou 102% relativamente ao valor inflacionado de 2021 e foi executada em cerca de 48%, passando de um peso de 7% em 2021 e de 11% no OGE, para 12% em 2022.

Um dos graves problemas da nossa despesa é a insuficiência de meios para garantir o funcionamento dos investimentos que fazemos. O aumento da rubrica de bens é bem-vindo; contudo, o montante e o crescimento da rubrica de serviços são desproporcionados, tendo em conta o peso do pessoal e dos investimentos. Fazem-se coisas, temos pessoal, mas o que se faz não é posto a funcionar eficazmente, recorrendo-se excessivamente a serviços de terceiros. Ou se reduz o investimento e o peso dos funcionários na despesa ou se reduz o dos serviços externos; tal como está, parece pouco coerente. Acresce que os serviços aumentam tradicionalmente nos períodos eleitorais, o que é demonstrado pelo crescimento do peso desta rubrica (7% em 2021, 11% no OGE e 12%, na execução de 2022).

Os Subsídios e Transferências Correntes crescem, em termos reais, 112 mil milhões de Kwanzas, cerca de 31%, em relação ao 1.º Semestre de 2021, com uma execução de apenas 23%, passando de um peso de 8% em 2021 e de 17% no OGE, para 9% na execução de 2022.

Esta rubrica apresenta esta diferença enorme entre o OGE e a execução quer em 2021 quer em 2022, porque no OGE contabilizámos aqui todas as transferências de capital, nomeadamente os aumentos de capital ou participações em empresas públicas, por as considerarmos despesa corrente de cobertura de prejuízos e não um investimento financeiro, como pretendem ser apresentadas. De qualquer forma, esta despesa nunca é apresentada na execução, nem como despesa corrente, nem como despesa financeira.

Lamentavelmente, a despesa de Investimentos também nunca é apresentada de forma discriminada nos Relatórios de Execução Trimestral. O seu valor apresenta um grau de execução de 80%, crescendo em termos reais, +528 mil milhões de Kwanzas (50%), e passando de um peso de 24% em 2021 e de 16% no OGE para 30% em 2022.

Insistimos em fazer coisas que não podemos pôr em funcionamento ou sequer manter. Esta postura pode trazer resultados eleitorais, mas representa um enorme desperdício de dinheiro. Se temos um hospital que devia ter 100 médicos e tem 50, para que vamos fazer um novo hospital que precisa de mais 100 médicos, distribuindo os médicos existentes pelos dois? Em vez de um hospital a não funcionar a 50%, ficamos com 2 hospitais a não funcionarem a 75%, a não prestarem a assistência devida e a degradarem-se rapidamente. Temos uma relação de 63% de despesa de funcionamento para 37% de despesa de investimento na despesa primária não financeira. É absolutamente inviável manter constantemente esta relação, ano após ano. Por isso, os investimentos são maioritariamente uma enorme fogueira de dinheiro que explica a total ineficácia dos gastos do Estado, pelo menos desde o final da guerra. A situação que então enfrentámos, com falta de tudo, criou a ideia de que era necessário investir. Esta ideia foi constantemente apoiada pelos consultores e credores internacionais, de forma nem sempre totalmente honesta, pois era necessário exportar os bens e serviços dos seus países. Temos de perceber que este não é o nosso interesse, que uma relação 90/10 seria muito mais saudável, em cruzeiro, podendo atingir-se uma relação de 85/15 ou mesmo um pouco menor, na fase de crescimento inicial, mas nunca chegar ao completo absurdo de uma relação próxima de 60/40 entre despesa de funcionamento e investimento. É urgente acabar com esta ideia absurda de que as coisas funcionam por si próprias!

4.3.3 DESPESA POR FUNÇÃO

Tabela/Gráfico 84 — Execução da Despesa por Função

Valores em 10 ⁹ Akz	% Exec. 21 vs 22	% Exec. OGE 2022	% da despesa não financeira Exec 21	% da despesa não financeira OGE 22	% da despesa não financeira Exec 22	% da receita não-petrolif. Exec 21	% da receita não-petrolif. OGE 22	% da receita não-petrolif. Exec 22
Sector Social e Segurança pública	19,0%	44,2%	37,2%	35,5%	36,9%	82,2%	79,9%	77,1%
Educação	6,0%	33,5%	9,1%	10,2%	8,0%	20,0%	22,9%	16,8%
Saúde	-12,8%	43,8%	10,5%	7,4%	7,6%	23,1%	16,7%	15,9%
Protecção social	1,9%	21,9%	3,2%	5,2%	2,7%	7,0%	11,8%	5,6%
Habitação e serviços comunitários	112,7%	54,6%	4,1%	5,6%	7,2%	9,0%	12,6%	15,0%
Segurança pública	33,2%	73,2%	9,8%	6,3%	10,9%	21,7%	14,2%	22,8%
Outros:	-4,4%	26,1%	0,6%	0,7%	0,5%	1,3%	1,7%	1,0%
Assuntos económicos	-1,9%	50,9%	16,3%	11,2%	13,4%	36,0%	25,1%	27,9%
Combustíveis e energia	1,9%	97,9%	9,2%	3,4%	7,9%	20,4%	7,7%	16,5%
Transportes	-46,6%	24,6%	5,5%	4,2%	2,5%	12,1%	9,5%	5,1%
Agricultura	128,6%	24,3%	0,8%	2,7%	1,5%	1,8%	6,0%	3,2%
Outros	143,5%	76,5%	0,7%	0,8%	1,5%	1,6%	1,9%	3,1%
Defesa	35,1%	77,7%	10,0%	6,1%	11,2%	22,0%	13,8%	23,4%
Serviços públic. gerais e Assuntos Ec. gerais, comerciais e laborais	85,5%	37,1%	12,7%	22,4%	19,6%	28,0%	50,5%	40,9%
Total	27,7%	45,8%	76,0%	75,3%	81,1%	168,1%	169,3%	169,4%
Juros	-5,2%	32,4%	24,0%	24,7%	18,9%	53,0%	55,7%	39,3%
Total geral	19,8%	42,5%	100,0%	100,0%	100,0%	221,1%	225,0%	208,7%

Fonte: MinFin.

Por considerarmos que os serviços de polícia devem ser serviços civis de protecção dos cidadãos contra a violação dos seus direitos por outros cidadãos e não uma função de defesa do Estado, incluímos a segurança pública no sector social. Sabemos que estão registadas nesta rubrica muitas funções que se enquadram na designação geral de Defesa e Segurança (polícia anti-motim, guarda de fronteiras, serviços de migração, serviços de informação, etc.) e não na segurança pública, mas assumimos que os recursos destinados a esta última, apesar de menos sofisticados, são muito mais massivos e abarcam uma grande parte desta despesa. Gostaríamos que estas funções fossem perfeitamente separadas para se poder perceber o peso efectivo desta importantíssima função social do Estado e, sobretudo, para a tornar mais eficaz. Infelizmente, a tradição em quase todo o mundo não vai neste sentido.

- A Despesa Social assim considerada apresenta uma execução de 44,2%, representando um crescimento real de 19%, mantendo o peso aproximado da execução de 2021 (37,2% em 2021 e 36,9% em 2022), mas melhorando relativamente à previsão do OGE (35,5%).
 - A **Educação** apresenta uma execução muito baixa (33,5%), com um crescimento de aproximadamente 6%, passando de um peso de 9% em 2021 e de 10% no OGE para 8% em 2022. Há uma clara perda de importância relativa da Educação, mas, ainda assim, um crescimento em termos absolutos. Se calcularmos a despesa em Educação em percentagem da Despesa Primária, o peso passa de 14% em 2021 e de 9,9% no OGE para 9,4% em 2022, quando, de acordo com o *site* MacroTrends, a despesa média em educação na África Subsariana foi de 17% em 2018 e de 14,4% em 2020 (no auge de pandemia)
 - A **Saúde** apresenta uma execução um pouco melhor (43,8%), com um decréscimo, em termos reais, de 12,8% relativamente a 2021, passando de um peso de 10,5% em 2021 e de 7,4% no OGE, para 7,6% em 2022. A saúde perde quer em termos relativos quer absolutos, mas a perda relativa foi premeditada, uma vez que está consignada no OGE. Assim dificilmente se melhora a situação sanitária do país.
 - A **Protecção Social** apresenta uma execução de apenas 21,9%, o menor grau de execução na despesa por função, crescendo, em termos reais, 1,9%. O peso dessa rubrica passa de 3,2% em 2021 e de 5,2% no OGE, para 2,7% em 2022. Esta medida da preocupação social do Executivo no 1.º Semestre de 2022 pode ser o prenúncio de que, tal como na execução do OGE 21, no final desse exercício económico não se atingirá nem metade do previsto no OGE, o que é deveras preocupante! A Protecção Social, num país com elevados e crescentes índices de pobreza extrema continua a ser o primeiro grande problema nos nossos orçamentos. Pode falar-se muito nos discursos sobre a urgência do auxílio à situação social dramática das populações ou do programa Kwenda (que é um bom programa), mas, quando se mede o apoio social directo, é o que se vê: 2,7% da despesa para o auxílio aos mais de 40% em estado de pobreza monetária são um escândalo! Este país não é para todos!
 - A despesa com **Habitação** apresenta uma execução de 54,6%, crescendo, em termos reais, cerca de 112,7%, passando o seu peso sobre a despesa não financeira de 4,1% em 2021 e de 5,6% no OGE para 7,2% em 2022. E que vivam as eleições! No entanto, esta não é habitação social! As centralidades e projectos especiais são destinados a habitação da classe média, cuja resolução não compete à função social do Estado. Reservando quase todo o orçamento de habitação para os “remediados”, o Estado deixa os mais pobres completamente abandonados, vivendo em condições absolutamente inaceitáveis!
 - A **Segurança Pública** devia ser exclusivamente uma função social de protecção dos cidadãos, atribuída à PN e separada das funções de protecção dos órgãos do Estado, que devem manter-se junto com a Defesa. Esta despesa apresenta uma execução de 73,2% e cresce 33,2% em relação a 2021, passando o seu peso de 9,8% em 2021 e de 6,3% no OGE para 10,9% em 2022. Na Segurança como na Defesa, os orçamentos são sempre austeros, mas os gastos efectivos, pródigos. Porém, a percepção de segurança entre a população não parece se elevar, sendo urgente aumentar a eficácia desta despesa e integrar as políticas de repressão num conjunto bem articulado de políticas públicas de inclusão social. É também urgente, repetimos, que a despesa com a Segurança Pública (segurança dos cidadãos e empresas) se separe da segurança do Estado e das suas instituições, para que se perceba o alcance da despesa social.
 - Os outros gastos sociais (cultura, recreação, religião) e a despesa ambiental (que também considerámos um gasto social) decrescem 4,4% em termos reais, apresentando a segunda execução mais baixa (26%), passando de 0,6% em 2021 e de 0,7% no OGE

para 0,5% na execução. Além de ser o parente pobre da despesa do Estado, é mal executada!

- A **Despesa Económica** apresenta uma execução de 50,9%, com um decréscimo de -1,9%, saindo, em termos reais, de 707,6 mil milhões de Kwanzas, no 1.º Semestre de 2021, para 694,3 mil milhões, no 1.º Semestre de 2022. O seu peso passa de 16,3% em 2021 e de 11,2% no OGE, para 13,4%, na execução de 2022. Há uma redução efectiva do peso, mas um nível de execução ligeiramente superior a 50%.
 - A despesa com **Combustíveis e Energia** foi a que mais impacto teve na despesa económica. A sua execução foi de 97,9%, com um acréscimo, em termos reais, de 1,9%, passando o seu peso de 9,2% em 2021 e de 3,4% no OGE, para 7,9% na execução de 2022. Este aumento da despesa com energia resultou do aumento dos preços dos derivados de petróleo no mercado mundial, que é a contrapartida do aumento dos preços do petróleo na Receita. Note-se, contudo, que o aumento dos preços dos derivados do petróleo não foi convenientemente antecipado no OGE.
 - A despesa com **Transportes** decresce, em termos reais, 46,6%, com uma execução de apenas 24,6% (metade da que deveria ter atingido), passando de um peso de 5,5% em 2021 e de 4,2% no OGE, para 2,5% na execução. Esta despesa cai para metade em peso relativo. Se estão aqui as estradas (e não vemos onde mais possam estar), este é um caminho muito perigoso.
 - Assim como os Transportes, a despesa com a **Agricultura** apresenta menos de metade (24,3%) da execução prevista no período. Contudo, apresenta um acréscimo, em termos reais, de +128,6%, passando o seu peso de 0,8% em 2021 e de 2,7% no OGE, para 1,5% na execução. Embora tenha melhorado relativamente a 2021, ficou a cerca de metade do previsto no OGE.
 - Apesar do crescimento da despesa agrícola, é preocupante o decréscimo dos transportes e o grau de execução destas duas rubricas, ambas essenciais para o desenvolvimento rural, já que, mais do que de investimento directo, a agricultura necessita de comércio. O crescimento da produção agrícola e o combate ao êxodo rural fazem-se com a disponibilidade de bens e serviços de que o mundo rural necessita, incentivando os camponeses a produzir mais; e com as mesmas estruturas comerciais que levam os bens para o campo a garantir o escoamento das colheitas.
- A **Defesa** apresenta o maior grau de execução da despesa por função no 1.º Semestre de 2022 (77,7%), crescendo 35,1% e passando de 431,5 mil milhões de Kwanzas inflacionados, no 1.º Semestre de 2021, para 583 mil milhões de Kwanzas, em 2022. O seu peso passa de 10,0% em 2021 e de 6,1% no OGE, para 11,2% em 2022. Há uma grande fatia de despesa social na Defesa, com a manutenção de unidades de deficientes, a Caixa Social das Forças Armadas e outras despesas de apoio aos antigos militares. É necessário que essa despesa seja contabilizada na despesa social e, simultaneamente, que a despesa com a Segurança do Estado passe para a Defesa e Segurança. Para já, estamos a postular que se anulem. O peso da Defesa, expurgada da parte social, não deve ultrapassar os 4%, sendo actualmente quase 3 vezes superior ao que seria aconselhável para um país em paz e com os problemas sociais que enfrentamos. Também aqui os orçamentos são sempre mais restritivos do que a despesa efectiva. Cumprindo-se o OGE (6%) estaríamos no bom caminho.
- A despesa com a **burocracia de Estado**, apesar de apresentar uma execução de apenas 37,1% no 1.º Semestre de 2022, cresce em termos relativos 85,5% saindo, em termos reais, de 548 mil milhões de Kwanzas, no 1.º Semestre de 2021, para 1.017 mil milhões de Kwanzas, em 2022, passando o seu peso de 12,7% em 2021 e de 22,4% no OGE, para 19,6% na execução. Mesmo tendo em conta o efeito das eleições, que devia estar discriminado, não podemos viver com uma burocracia de Estado que consome 20% da nossa

despesa. Apesar de alguma melhoria, ainda falta um longo caminho para reduzir a burocracia de Estado.

- No 1.º Semestre de 2022, a despesa com **Juros** apresenta uma execução de 32,4% decrescendo, em termos reais, 53,8 mil milhões de Kwanzas (-5,2%), passando de um peso de 24% em 2021 e no OGE, para 18,9% na execução. Como já analisámos e está expresso nos relatórios de execução, esta redução absoluta e relativa deve-se ao efeito cambial.

O peso da despesa do Estado consigo próprio (juros, defesa e burocracia) atingiu 47%, em 2021, aumentando para 50%, em 2022. Um Estado que gasta consigo próprio o mesmo que com os seus cidadãos e empresas necessita urgentemente de uma reforma profunda!

Gastamos em educação (8%), saúde (8%) e apoio social (2,7%), totalizando 18,4%, contra um peso do Estado de 50%. Estas percentagens devem ser invertidas!

Além disso, a despesa com a habitação tem de deixar de ser destinada à classe média e transformar-se numa verdadeira despesa social de apoio aos mais desfavorecidos.

Entende-se que um orçamento é uma estimativa; no entanto, a sua implementação deve ser rigorosa, não se distorcendo a distribuição relativa da despesa na fase de execução, como parece estar a acontecer uma vez mais. Os orçamentos da Educação e Saúde, que totalizam 18% no OGE, apenas representaram 16% na execução, enquanto a burocracia e a defesa, que totalizam 29% no OGE, representaram 31% da execução!

O OGE é uma lei, e ninguém nem nenhuma instituição está acima da lei. É isto que significa o primado da lei e um Estado de Direito. É preciso que se melhore rapidamente a execução orçamental!

4.3.4 OPERAÇÕES DE DÍVIDA

Tabela/Gráfico 85 — Stock e crescimento da dívida em Kwanzas

Dívida Governamental em biliões Kwanzas correntes	2018	2019			2020			2021			1.º Sem 2022		
		Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%
Stock da dívida interna	8,590	10,721	2,132	24,8%	11,810	1,089	10,2%	10,786	-1,024	-8,7%	9,583	-1,203	-11,2%
OT MN	6,600	8,700	2,100	31,8%	8,331	-369	-4,2%	7,857	-474	-5,7%	7,258	-599	-7,6%
OT Indexadas	1,003	1,500	497	49,6%	2,046	546	36,4%	2,336	290	14,2%	1,790	-547	-23,4%
BT	582	225	-357	-61,3%	1,031	806	358,1%	453	-578	-56,0%	335	-118	-26,0%
Mútuo e diferenças	405	296	-109	-26,9%	403	106	35,9%	139	-263	-65,4%	200	61	43,8%
Stock de dívida externa	13,166	21,510	8,344	63,4%	29,529	8,019	37,3%	25,972	-3,557	-12,0%	20,110	-5,862	-22,6%
Total	21,756	32,231	10,475	48,1%	41,339	9,108	28,3%	36,758	-4,581	-11,1%	29,693	-7,065	-19,2%

Fonte: MinFin.

Este é o *stock* de dívida que nos é apresentado regularmente. Na verdade, o seu significado é muito pouco relevante, uma vez que não tem expurgado o efeito cambial nem analisa a separação dos mercados interno e externo, o que torna a análise insuficiente: é que, para pagar a dívida no mercado interno, conta o PIB e a inflação; no mercado externo, o fluxo de divisas proveniente das exportações.

Tabela/Gráfico 86 — Stock e crescimento da dívida facial

Dívida Governamental em biliões Kwanzas de 2022	2018	2019			2020			2021			1.º Sem 2022			2022-2018	
		Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%		
Stock da dívida interna	8,965	10,547	1,582	17,6%	11,093	546	5,2%	10,226	-867	-7,8%	9,583	-643	-6,3%	618	6,9%
OT MN	6,600	8,700	2,100	31,8%	8,331	-369	-4,2%	7,857	-474	-5,7%	7,258	-599	-7,6%	658	10,0%
OT Indexadas	1,378	1,326	-0,052	-3,8%	1,329	0,003	0,2%	1,776	447	33,7%	1,790	0,013	0,7%	411	29,8%
BT	582	225	-357	-61,3%	1,031	806	358,1%	453	-578	-56,0%	335	-118	-26,0%	-246	-42,3%
Mútuo e diferenças	405	296	-109	-26,9%	403	106	35,9%	139	-263	-65,4%	200	61	43,8%	-205	-50,5%
Stock de dívida externa	18,095	19,015	920	5,1%	19,182	167	0,9%	19,749	566	3,0%	20,110	362	1,8%	2,015	11,1%
Total	27,060	29,563	2,503	9,2%	30,276	713	2,4%	29,975	-301	-1,0%	29,693	-281	-0,9%	2,633	9,7%

Fontes: MinFin e BNA.

Expurgando o efeito cambial, o *stock* total da dívida governamental no 1.º Semestre de 2022 é de 29,7 biliões de Kwanzas.

A dívida governamental apresenta uma redução de 281 mil milhões de Kwanzas no 1.º Semestre de 2022, representando uma variação de -0,9% com relação a Dezembro de 2021. Pesa em grande medida nessa redução a diminuição na ordem de 6% do *stock* da dívida interna, que desce 643 mil milhões de Kwanzas quase exclusivamente como resultado da redução das OT em MN, que diminuem 599 mil milhões de Kwanzas (8%). As OT Indexadas aumentam 13 mil milhões de Kwanzas (0,7%); os BT reduzem-se 118 mil milhões de Kwanzas (26%), e a dívida contratada aumenta 61 mil milhões de Kwanzas (44%). O *stock* da dívida externa, que vem crescendo desde 2018, regista um aumento de 362 mil milhões de Kwanzas (2%), no 1.º Semestre de 2022 com relação ao final de 2021.

De Dezembro de 2017 a Junho de 2022, a dívida total cresce 2,6 biliões de Kwanzas (+10%). No mesmo período, os saldos orçamentais, segundo o MinFin, totalizaram de 1,9 biliões. Portanto, temos 4,5 biliões de Kwanzas sem qualquer destino explícito. Retomaremos esta questão na próxima secção.

Tabela/Gráfico 87 — *Stock* e crescimento da dívida em moeda externa e em anos de exportações

Dívida Governamental em Moeda externa (milhões de USD)	2018	2019			2020			2021			1.º Sem 2022			2022-2018	
		Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%	Valor	Cresc.	%		
Valor das OT indexadas	3 266	3 142	-124	-3,8%	3 150	7	0,2%	4 210	1 060	33,7%	4 241	31	0,7%	974	29,8%
Valor da Dívida externa	42 880	45 061	2 181	5,1%	45 457	396	0,9%	46 799	1 342	3,0%	47 656	857	1,8%	4 776	11,1%
Total da dívida facial em ME ou indexada (milhões de USD)	46 146	48 203	2 057	4,5%	48 607	403	0,8%	51 009	2 402	4,9%	51 897	888	1,7%	5 750	12,5%
Exportações totais (milhões de USD)	41 389	35 180			21 004			33 675			52 794				
Exportações Não-petrolíferas (milhões de USD)	1 980	1 815			1 420			1 837			2 328				
Anos de export. para pagar a dívida	1,1	1,4			2,3			1,5			1,0				
Anos de export. não-petrolíferas para pagar a dívida	23	27			34			28			22				

Fontes: MinFin e BNA.

A dívida governamental em moeda externa ou indexada à moeda externa totaliza 51,9 mil milhões de USD, representando um crescimento de 1,7% com relação a 2021. Essa dívida mostra-se tendencialmente crescente. De 2018 ao 1.º Semestre de 2022, a dívida governamental em moeda externa cresceu 12%, com as OT indexadas a crescerem cerca de 30%, e a dívida externa, cerca de 11%.

Para pagar esta dívida, necessitamos de fluxos de moeda externa. Mesmo com o nível actual de exportações, suportado num preço do petróleo altíssimo, teríamos de destinar um ano inteiro de exportações totais ao pagamento da dívida; sem o petróleo, necessitaríamos de destinar 22 anos de exportações não-petrolíferas para pagar essa dívida! É esta a medida do nosso compromisso externo!

É pois urgente reduzi-lo pelo menos para metade, enquanto as exportações petrolíferas se mantêm elevadas!

4.3.5 SALDOS ORÇAMENTAIS E DESPESA OCULTA

Tabela/Gráfico 88 — Execução 1.º Semestre de 2022 — Saldos

Valores em 10 ⁹ Akz	Exec 2021 em Akz 22 1º Sem	OGE 2022	Exec. 2022 1.º Sem	Exec. 22/21 (inf lac.)	% Exec. OGE 2022
Saldo Fiscal	78,7	-513	1 095	1290,3%	-213,3%
Saldo Primário	1 111,1	2 508	2 073	86,6%	82,7%
Saldo Fiscal não petrolífero	-2 374,9	-6 429	-2 717	14,4%	42,3%

Fonte: MinFin.

O saldo orçamental no 1.º Semestre de 2022 é positivo, no valor de 1.095 mil milhões de Kwanzas, eliminando o *deficit* previsto no OGE (-513 mil milhões de Kwanzas).

Os saldos orçamentais totalizam, desde 2018, 1,9 biliões de Kwanzas, e o crescimento da dívida, 2,6 biliões, perfazendo mais de 4,5 biliões de Kwanzas cujo destino é desconhecido. Na verdade, deverá ser um pouco mais, porque estes são os dados em Kwanzas ao câmbio do final do 1.º Semestre de 2022, quando, na verdade, deveriam pelo menos ter sido calculados ao câmbio médio de cada trimestre. Ora, se houve saldos fiscais positivos, para que foi então necessário contrair dívida nova em montante superior à amortização? O que aconteceu a estes mais de 4,5 biliões?

Todos sabemos que há dois tipos de despesa corrente que não aparecem na execução: uma porque está no OGE mas nunca na execução — a despesa de cobertura de prejuízos das empresas do Estado; outra são os subsídios aos combustíveis. Esta é a despesa oculta que tornou o saldo fiscal sempre negativo ao longo de todos estes anos e exigiu a constante contratação de nova dívida. Cabe ainda assinalar que esta falta de transparência nos dados da execução pode criar oportunidades para desvios de fundos a que a PGR deve estar atenta.

É certo que parte deste valor pode transitar de ano para ano, podendo nuns casos a despesa oculta ser superior e noutros inferior à soma do saldo fiscal reportado pelo MinFin e do crescimento da dívida ao câmbio do ano. Porém, por manifesta falta de informação, temos de postular que não há transferência de saldos entre os vários anos. Com este postulado, a despesa oculta no 1.º Semestre de 2022 totalizou 813 mil milhões de Kwanzas, e o saldo fiscal efectivo foi de +281 mil milhões de Kwanzas, o valor simétrico do crescimento facial da dívida.

O saldo primário também é positivo, no valor de 2.073 mil milhões de Kwanzas (1,2 biliões, se considerarmos a dívida oculta), representando um aumento de aproximadamente 87% com relação ao 1.º Semestre de 2021.

O saldo fiscal não-petrolífero continua muito negativo (-2.717 mil milhões de Kwanzas), representando, em termos reais, um aumento do défice em cerca de 14%, quando comparado com o 1.º Semestre de 2021. Se acrescentarmos a dívida oculta, este saldo passa para 3,5 biliões de Kwanzas. É esta a dependência dos gastos do Estado relativamente ao petróleo no curto período de 6 meses!

Foram feitos muitos sacrifícios para chegar a um saldo primário positivo. Porém, teremos de fazer mais para alcançar um saldo fiscal não-petrolífero positivo e uma redução drástica da dívida. Acima de tudo, a qualidade da receita e da despesa tem de melhorar muito!

5 ANEXOS

5.1 VAB SECTORIAL QUADROS GERAIS

Tabela/Gráfico 89 — Valor do PIB em Volume (sem ajustamento sazonal)

Valor do PIB em volume (sem ajustamento sazonal)	2017				2018				2019				2020				2021				2022						
	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	1.º Sem	1.º Sem	1.º Sem	22/21	22/19
Agro-Pecuária e Silvicultura	16 832	21 695	19 274	14 914	16 598	21 423	19 235	15 264	17 550	22 852	20 459	15 917	18 747	23 392	21 445	17 399	19 736	24 800	22 623	17 997	20 329	25 664	40 402	44 536	45 993	3,3%	13,8%
Pesca	9 733	9 749	11 037	12 855	9 672	10 397	10 613	11 061	11 220	9 000	7 159	8 191	10 130	6 434	5 514	11 330	13 613	11 260	8 437	15 606	14 346	10 336	20 220	24 873	24 682	-0,8%	22,1%
Indústria Transformadora	16 049	14 875	15 579	16 276	15 786	14 376	16 109	16 867	13 925	13 657	15 203	17 159	15 002	13 417	15 976	17 188	14 096	13 886	16 136	17 969	14 456	14 263	27 582	27 982	28 719	2,6%	4,1%
Total Bens transaccionáveis	42 614	46 319	45 890	44 045	42 056	46 196	45 957	43 192	42 605	45 509	42 821	41 267	43 879	43 243	42 935	45 917	47 445	49 946	47 196	51 572	49 131	50 263	88 204	97 391	99 394	2,1%	12,7%
Indústria extractiva	7 034	8 039	6 182	8 204	6 803	7 898	5 359	8 490	7 082	7 791	7 778	7 205	6 532	6 534	5 924	7 580	8 443	5 991	5 812	9 096	5 627	8 403	14 873	14 434	14 030	-2,8%	-5,7%
Electricidade e Água	2 962	2 648	2 816	3 037	3 130	3 001	2 665	3 021	3 181	3 029	2 814	3 325	3 382	3 200	2 896	3 231	3 374	3 277	2 977	3 309	3 459	3 351	6 210	6 651	6 810	2,4%	9,7%
Construção	42 319	27 318	45 400	51 934	39 980	26 900	45 473	54 609	44 271	27 719	46 563	55 911	45 442	16 339	30 585	37 130	33 301	15 520	32 900	39 114	35 240	16 489	71 990	48 821	51 729	6,0%	-28,1%
Bens	94 929	84 324	100 288	107 220	91 969	83 995	99 454	109 312	97 229	84 048	99 976	107 708	99 235	69 316	82 340	93 858	92 563	74 734	88 885	103 091	93 457	78 506	181 277	167 297	171 963	2,8%	-5,1%
Serviços	153 363	153 658	145 114	138 303	150 346	146 733	147 639	153 971	152 925	142 912	153 786	161 275	149 505	129 071	143 730	164 615	165 507	137 166	152 749	166 148	172 827	134 852	295 837	302 673	307 679	1,7%	4,0%
Serviços Públicos	27 636	23 886	31 946	34 943	29 937	23 324	33 790	35 010	30 970	23 532	35 593	34 911	30 875	21 826	33 689	32 286	32 077	22 789	34 370	32 514	34 381	23 573	54 502	54 866	57 954	5,6%	6,3%
Comércio	65 901	55 224	44 451	38 286	59 411	50 239	45 757	47 896	60 639	47 638	47 730	51 113	56 892	47 371	50 353	39 704	72 252	50 683	60 027	61 383	73 409	47 999	108 277	122 935	121 408	-1,2%	12,1%
Transportes e Armazenagem	9 538	9 909	12 074	7 463	9 810	10 203	11 570	7 343	9 771	9 932	11 578	10 366	9 587	2 084	3 713	10 139	9 098	3 356	6 305	14 137	11 950	4 484	19 703	12 454	16 434	32,0%	-16,6%
Correios e Telecomunicações	2 945	6 056	9 532	10 079	3 132	5 636	9 019	10 819	2 889	5 498	8 986	10 742	3 182	5 524	8 724	7 936	3 014	5 974	8 922	7 799	3 088	5 338	8 387	8 988	8 426	-6,3%	0,5%
Intermediação Financeira e de Seguros	6 062	6 650	4 584	4 293	6 617	6 996	5 499	7 590	6 224	5 581	5 633	7 309	5 748	5 530	4 520	7 713	5 103	6 185	2 878	4 915	4 355	3 786	11 805	11 288	8 141	-27,9%	-31,0%
Serviços Imobiliários e Aluguer	20 348	20 360	20 299	20 198	20 481	20 376	20 308	20 319	20 776	20 856	20 907	20 981	21 390	17 188	19 390	21 633	22 004	17 698	19 979	22 306	22 635	18 224	41 632	39 702	40 859	2,9%	-4,9%
Outros Serviços	20 933	31 573	22 228	23 041	20 958	29 959	21 696	24 994	21 656	29 875	23 359	25 853	21 831	29 548	23 341	25 204	21 959	30 481	20 268	23 094	23 009	31 448	51 531	52 440	54 457	3,8%	5,7%
VAB não petrolífero	248 292	237 982	245 402	245 523	242 315	230 728	247 093	263 283	250 154	226 960	253 762	268 983	248 740	198 387	226 070	258 473	258 070	211 900	241 634	269 239	266 284	213 538	477 114	469 970	479 642	2,1%	0,5%
Extração e Refinação de Petróleo	140 790	141 956	146 760	139 697	131 185	128 863	130 013	126 422	122 232	123 600	118 758	118 319	120 243	113 514	112 345	104 300	97 780	99 787	99 874	101 357	100 633	101 951	245 832	197 567	201 984	2,2%	-17,8%
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos	-2 932	-2 204	-1 754	-1 665	-2 379	-1 855	-1 763	-1 943	-1 756	-1 366	-1 509	-1 960	-1 596	-1 395	-1 366	-1 951	-1 465	-1 534	-811	-1 152	-1 222	-913	-1 122	-2 999	-2 135	-28,8%	-31,6%
Imposto sobre os produtos	9 412	2 599	11 009	6 656	8 064	1 958	10 844	8 213	8 394	1 763	11 293	7 358	10 335	900	6 386	5 850	15 143	1 260	6 010	5 026	15 766	767	10 157	16 403	16 533	0,8%	62,8%
Subsídios (-)	-2 967	-13 032	-17 164	-10 400	-2	-17 045	-9 769	-15 827	-2	-20 113	-14 396	-7 834	-6	-3 012	-305	-576	-498	-8 191	-1 050	-866	-910	-911	-20 115	-8 689	-1 821	-79,0%	-90,9%
Imposto Líquidos sobre a produção	3 513	-12 637	-7 909	-5 849	5 683	-16 942	-6 888	-9 957	6 636	-19 716	-4 612	-2 436	8 733	-3 507	4 715	3 323	13 180	-8 465	4 149	3 008	13 634	-1 057	-13 080	4 715	12 577	166,7%	-196,2%
Soma dos VAB	392 595	367 301	384 253	380 171	379 183	342 649	374 418	380 148	379 022	330 844	367 908	384 866	377 716	308 394	343 130	366 096	369 630	303 222	345 657	373 044	379 951	314 252	709 866	672 252	694 203	3,3%	-2,2%
PIB em medidas encadeadas de volume	401 442	379 688	403 402	395 201	391 114	363 644	396 724	407 456	393 727	361 721	390 569	401 973	391 410	330 329	357 492	381 481	390 574	334 697	361 007	390 385	401 316	346 819	755 448	725 271	748 135	3,2%	-1,0%
Sectores prioritários	63 547	77 892	68 118	67 086	63 014	76 155	67 653	68 186	64 351	75 384	66 180	67 120	65 710	72 791	66 276	71 121	69 404	80 427	67 464	74 666	72 140	81 711	139 735	149 831	153 851	2,7%	10,1%
*produção Interna= soma VAB do Não-petrolífero - extractivas	241 258	229 943	239 220	237 319	235 512	222 830	241 734	254 793	243 072	219 169	245 984	261 778	242 208	191 853	220 146	250 893	249 627	205 909	235 822	260 143	260 657	204 955	462 241	455 536	465 612	2,2%	0,7%

Fonte: INE.

Tabela/Gráfico 90 — Variação do PIB em Volume (sem ajustamento sazonal)

Variação homóloga do VAB	2017				2018				2019				2020				2021				2022						
	I	II	III	IV	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	3.º Tr.	4.º Tr.	1.º Tr.	2.º Tr.	1.º Sem	1.º Sem	1.º Sem	22/21	22/19
Agro-Pecuária e Silvicultura					-1,4%	-1,3%	-0,2%	2,3%	5,7%	6,7%	6,4%	4,3%	6,8%	2,4%	4,8%	9,3%	5,3%	6,0%	5,5%	3,4%	3,0%	3,5%	5,7%	5,3%	3,0%	-2,27	-2,73
Pesca					-0,6%	6,6%	-3,8%	-14,0%	16,0%	-13,4%	-32,5%	-25,9%	9,7%	-28,5%	-23,0%	38,3%	34,4%	75,0%	53,0%	37,7%	5,4%	-8,2%	16,0%	34,4%	5,4%	-29,00	-10,62
Indústria Transformadora					-1,6%	-3,4%	3,4%	3,6%	-11,8%	-5,0%	-5,6%	1,7%	7,7%	-1,8%	5,1%	0,2%	-6,0%	3,5%	1,0%	4,5%	2,6%	2,7%	-11,8%	-6,0%	2,6%	8,59	14,34
Total Bens transaccionáveis					-1,3%	-0,3%	0,1%	-1,9%	1,5%	-1,5%	-6,8%	-4,5%	2,8%	-5,0%	0,3%	11,3%	8,1%	15,5%	9,9%	12,3%	3,6%	0,6%	1,5%	8,1%	3,6%	-4,57	2,03
Indústria extractiva					-3,3%	-1,8%	-13,3%	3,5%	4,1%	-1,4%	45,1%	-15,1%	-7,8%	-16,1%	-23,8%	5,2%	29,3%	-8,3%	-1,9%	20,0%	-33,4%	40,3%	4,1%	29,3%	-33,4%	-62,61	-37,45
Electricidade e Água					5,7%	13,3%	-5,4%	-0,5%	1,6%	0,9%	5,6%	10,1%	6,3%	5,6%	2,9%	-2,8%	-0,2%	2,4%	2,8%	2,4%	2,5%	2,3%	1,6%	-4,2%	2,5%	2,76	0,89
Construção</																											

RELATÓRIO ECONÓMICO DO 1.º TRIMESTRE DE 2022

Tabela/Gráfico 91 — Peso do PIB em Volume (sem ajustamento sazonal)

Peso do VAB dos sectores	2017				2018				2019				2020				2021				2022		1.º Sem 2019	1.º Sem 2020	1.º Sem 2021	22/21	22/19
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.					
Agro-Pecuária e Silvicultura	6,8%	9,1%	7,9%	6,1%	6,8%	9,3%	7,8%	5,8%	7,0%	10,1%	8,1%	5,9%	7,5%	11,8%	9,5%	6,7%	7,6%	11,7%	9,4%	6,7%	7,6%	12,0%	7,0%	7,6%	7,6%	-0,1	0,62
Pesca	3,9%	4,1%	4,5%	5,2%	4,0%	4,5%	4,3%	4,2%	4,5%	4,0%	2,8%	3,0%	4,1%	3,2%	2,4%	4,4%	5,3%	5,3%	3,5%	5,8%	5,4%	4,8%	4,5%	5,3%	5,4%	0,11	0,90
Indústria Transformada	6,5%	6,3%	6,3%	6,6%	6,5%	6,2%	6,5%	6,4%	5,6%	6,0%	6,0%	6,4%	6,0%	6,8%	7,1%	6,6%	5,5%	6,6%	6,7%	6,7%	5,4%	6,7%	5,6%	5,5%	5,4%	-0,03	-0,14
Total Bens transaccionáveis	17,2%	19,5%	18,7%	17,9%	17,4%	20,0%	18,6%	16,4%	17,1%	20,1%	16,9%	15,3%	17,6%	21,8%	19,0%	17,8%	18,4%	23,6%	19,5%	19,2%	18,5%	23,6%	17,1%	18,4%	18,5%	0,07	1,38
Indústria extractiva	2,8%	3,4%	2,5%	3,3%	2,8%	3,4%	2,2%	3,2%	2,8%	3,4%	3,1%	2,7%	2,6%	3,3%	2,6%	2,9%	3,3%	2,8%	2,4%	3,4%	2,1%	3,9%	2,8%	3,3%	2,1%	-1,16	-0,72
Electricidade e Água	1,2%	1,1%	1,1%	1,2%	1,3%	1,3%	1,1%	1,1%	1,3%	1,3%	1,1%	1,2%	1,4%	1,6%	1,3%	1,3%	1,3%	1,5%	1,2%	1,2%	1,3%	1,6%	1,3%	1,3%	1,3%	-0,01	0,03
Construção	17,0%	11,5%	18,5%	21,2%	16,5%	11,7%	18,4%	20,7%	17,7%	12,2%	18,3%	20,8%	18,3%	8,2%	13,5%	14,4%	12,9%	7,3%	13,6%	14,5%	13,2%	7,7%	17,7%	12,9%	13,2%	0,33	-4,46
Bens	38,2%	35,4%	40,9%	43,7%	38,0%	36,4%	40,2%	41,5%	38,9%	37,0%	39,4%	40,0%	39,9%	34,9%	36,4%	36,3%	35,9%	35,3%	36,8%	38,3%	35,1%	36,8%	38,9%	35,9%	35,1%	-0,77	-3,77
Serviços	61,8%	64,6%	59,1%	56,3%	62,0%	63,6%	59,8%	58,5%	61,1%	63,0%	60,6%	60,0%	60,1%	65,1%	63,6%	63,7%	64,1%	64,7%	63,2%	61,7%	64,9%	63,2%	61,1%	64,1%	64,9%	0,77	3,77
Serviços Públicos	11,1%	10,0%	13,0%	14,2%	12,4%	10,1%	13,7%	13,3%	12,4%	10,4%	14,0%	13,0%	12,4%	11,0%	14,9%	12,5%	12,4%	10,8%	14,2%	12,1%	12,9%	11,0%	12,4%	12,4%	12,9%	0,48	0,53
Comércio	26,5%	23,2%	18,1%	15,6%	24,5%	21,8%	18,5%	18,2%	24,2%	21,0%	18,8%	19,0%	22,9%	23,9%	22,3%	23,1%	28,0%	23,9%	24,8%	22,8%	27,6%	22,5%	24,2%	28,0%	27,6%	-0,43	3,33
Transportes e Armazenagem	3,8%	4,2%	4,9%	3,0%	4,0%	4,4%	4,7%	2,8%	3,9%	4,4%	4,6%	3,9%	3,9%	1,1%	1,6%	3,9%	3,5%	1,6%	2,6%	5,3%	4,5%	2,1%	3,9%	3,5%	4,5%	0,96	0,58
Correios e Telecomunicações	1,2%	2,5%	3,9%	4,1%	1,3%	2,4%	3,7%	4,1%	1,2%	2,4%	3,5%	4,0%	1,3%	2,8%	3,9%	3,1%	1,2%	2,8%	3,7%	2,9%	1,2%	2,5%	1,2%	1,2%	1,2%	-0,01	0,00
Intermediação Financeira e de Seguros	2,4%	2,8%	1,9%	1,7%	2,7%	3,0%	2,2%	2,9%	2,5%	2,5%	2,2%	2,7%	2,3%	2,8%	2,0%	3,0%	2,0%	2,9%	1,2%	1,8%	1,6%	1,8%	2,5%	2,0%	1,6%	-0,34	-0,85
Serviços Imobiliários e Aluguer	8,2%	8,6%	8,3%	8,2%	8,5%	8,8%	8,2%	7,7%	8,3%	9,2%	8,2%	7,8%	8,6%	8,7%	8,6%	8,4%	8,5%	8,4%	8,3%	8,3%	8,5%	8,5%	8,3%	8,5%	8,5%	-0,03	0,20
Outros Serviços	8,4%	13,3%	9,1%	9,4%	8,6%	13,0%	8,8%	9,5%	8,7%	13,2%	9,2%	9,6%	8,8%	14,9%	10,3%	9,8%	8,5%	14,4%	8,4%	8,6%	8,6%	14,7%	8,7%	8,5%	8,6%	0,13	-0,02
VAB não petrolífero	63,2%	64,8%	63,9%	64,6%	63,9%	67,3%	65,6%	69,3%	66,0%	68,6%	69,0%	69,9%	65,9%	64,3%	65,9%	70,6%	69,9%	69,9%	69,9%	72,1%	70,1%	67,9%	66,0%	69,9%	70,1%	0,15	4,08
Extracção e Refinação de Petróleo	35,9%	38,6%	38,2%	36,7%	34,6%	37,6%	34,5%	33,3%	32,2%	37,4%	32,3%	30,7%	31,8%	36,8%	32,7%	28,5%	26,5%	32,9%	28,9%	27,1%	26,3%	32,4%	32,2%	26,5%	26,3%	-0,17	-5,92
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos	-0,7%	-0,6%	-0,5%	-0,4%	-0,6%	-0,5%	-0,5%	-0,5%	-0,4%	-0,4%	-0,5%	-0,4%	-0,5%	-0,4%	-0,5%	-0,4%	-0,5%	-0,4%	-0,5%	-0,2%	-0,3%	-0,3%	-0,5%	-0,4%	-0,3%	0,08	0,14
Imposto sobre os produtos	2,4%	0,7%	2,9%	1,8%	2,1%	0,6%	2,9%	2,2%	2,2%	0,5%	3,1%	1,9%	2,7%	0,3%	1,9%	1,6%	4,1%	0,4%	1,7%	1,3%	4,1%	0,2%	2,2%	4,1%	4,1%	0,05	1,93
Subsídios (-)	-0,8%	-3,5%	-4,5%	-2,6%	0,0%	-5,0%	-2,6%	-4,2%	0,0%	-6,1%	-3,9%	-2,0%	0,0%	-1,0%	-0,1%	-0,2%	-0,1%	-2,7%	-0,3%	-0,2%	-0,2%	0,0%	-0,1%	-0,2%	-0,10	-0,10	-0,24
Imposto Líquidos sobre a produção	0,9%	-3,4%	-2,1%	-4,3%	1,5%	-4,9%	-0,2%	-2,5%	1,8%	-6,0%	-1,3%	-0,6%	2,3%	-1,1%	1,4%	0,9%	3,6%	-2,8%	1,2%	0,8%	3,6%	-0,3%	1,8%	3,6%	3,6%	0,02	1,84
Soma dos VAB	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,00	0,00
PIB em medidas encadeadas de volume / soma dos VAB-1	2,3%	3,4%	5,0%	4,0%	3,1%	6,1%	5,4%	7,2%	3,9%	9,3%	6,2%	4,4%	3,6%	7,1%	4,2%	4,2%	5,8%	10,4%	4,4%	4,5%	5,6%	10,4%	3,9%	5,8%	5,6%	-0,21	1,74
Sectores prioritários	25,6%	31,7%	27,8%	27,3%	26,0%	33,0%	27,4%	25,9%	25,7%	33,2%	26,1%	25,0%	26,4%	36,7%	29,3%	27,5%	26,9%	38,0%	27,9%	27,7%	27,1%	38,3%	25,7%	26,9%	27,1%	0,20	1,37
*produção Interna= soma VAB do Não-petrolífero - extractivas	61,5%	62,6%	62,3%	62,4%	62,1%	65,0%	64,2%	67,0%	64,1%	66,2%	66,9%	68,0%	64,1%	62,2%	64,2%	68,5%	67,6%	67,3%	68,2%	69,6%	68,6%	65,2%	64,1%	67,6%	68,6%	0,96	4,47

Fonte: INE.